

Arte visigótica em Portugal

Por

D. FERNANDO DE ALMEIDA

S U M Á R I O

Definição de «Arte visigótica».

A Península Ibérica no decair do Império.

Invasões. Povos Germânicos (Francos, Suevos, Vândalos e Visigodos).
Os Alanos.

Reino dos Suevos e Reino visigodo.

Bizantinos na Península.

Antecedentes da Arte visigótica. Ibéria pré-romana. Influências várias;

Escandinávia, Irão, Síria, Egipto-copta, Norte de África, Bizâncio,
Ravena, Sicília.

Arte paleocristã e seu lugar na Arte visigótica.

Arte visigótica. Motivos arquitectónicos e decorativos.

Arte visigótica em Espanha e em França (resumo).

Arte visigótica em Portugal.

Monumentos.

Escultura decorativa; grupos lusitânico, suévico e olisiponense.

Artes menores: cerâmica, bronzes, fivelas, fechos de cinturão, jóias.

Pintura. Mosaico.

Últimos achados.

Locais onde foram encontrados restos visigóticos.

Bibliografia consultada sobre Arte visigótica, em geral, e sobre Arte
visigótica em Espanha, em França e em Portugal.

Índices: de estampas e de gravuras, alfabético e geral.

PREÂMBULO

Entende-se por Arte visigótica o conjunto de manifestações artísticas surgidas na Península Ibérica entre o período final da dominação romana, desde que nela foi pregado o cristianismo, e a invasão árabe: entre o século IV (antes, portanto, da chegada dos Visigodos ao solo peninsular) e os princípios do século VIII. O início parece um contrasenso; mas, efectivamente, para a Arte visigótica, a contribuição dos Visigodos, no surgir de novas formas artísticas foi mínima, como iremos facilmente demonstrar. A designação escolhida tem simplesmente carácter político e não étnico, pois o período em que essa forma de Arte se manifestou corresponde, sensivelmente, ao da existência do reino visigodo e não à produção artística do povo visigodo.

O interesse deste assunto reside no desconhecimento, até há poucas décadas, da existência de uma arte desabrochada e desenvolvida nesta época, com forma e elementos próprios, alguns mesmo desconhecidos até então.

No Congresso Internacional de História da Arte, realizado em Lisboa e Porto em 1949, Manuel Monteiro ⁽¹⁾ disse: «A representação da Arte Pré-românica em Portugal é muito fraca, limitando-se, a bem dizer, aos três monumentos acima apontados e às ruínas de Idanha-a-Velha». Os três monumentos referidos eram as igrejas de S. Pedro de Balsemão, Lourosa e Montélios. Notemos que Lourosa é mosárabe e ficaremos reduzidos

⁽¹⁾ MANUEL MONTEIRO — *L'Art pré-roman au Portugal*, Rap. et Com. au XVI Congrès International de l'Histoire de l'Art, I, Lisbonne, 1949, pág. 125.

a três ao todo e nada mais: ora a verdade é bem outra, como provaremos à evidência.

A entrada dos Árabes e as lutas da Reconquista, só deixaram de pé um ou outro monumento em locais afastados dos centros ou das grandes vias de comunicação; edifícios pequenos, esquecidos, a isso devem o ter podido persistir, embora mutilados pelo tempo e, ainda mais, pelas reparações. Muitas peças trabalhadas, que pertenceram a edifícios demolidos durante as invasões, foram metidas em construções posteriores e delas saem quando menos se espera. Daqui a ignorância da sua existência como forma própria da manifestação artística, de que só recentemente se tomou em devida consideração.

Os textos literários referentes à mesma época e que têm interesse para o estudo da Arte visigótica também são escassos e reduzem-se a pouco mais de uma meia dúzia de autores.

As inscrições não são abundantes e o seu interesse é relativo: ou são funerárias, ou dizem respeito a monumentos desaparecidos: tudo contribue para manter na sombra alguns dos séculos de maior interesse na História Peninsular, precisamente aqueles em que se conseguiram independência, unidade política e unidade religiosa em todo o território.

O período que abarca a Arte visigótica inicia-se, como dissemos, a partir da Arte romana decadente, quando a religião de Cristo começou a converter os pagãos peninsulares e foi preciso erguer novos templos e preparar túmulos; ele soube e pôde reunir elementos resultantes de influências vindas de diferentes regiões, por vezes bem distantes, como diremos. A este período é costume designar por paleocristão, expressão que continuaremos a usar, mas no sentido indicado, isto é, como início da Arte visigótica. A fusão de todos os elementos encontrados na Península pelos invasores do século V, que na expressão de Salin, não foram mais que imitadores, veículos e catalizadores⁽¹⁾, juntos a muitos outros importados do Oriente e da Europa, fez surgir uma Arte própria, que depois de muito ensaiada e caldeada estava a tomar formas definitivas no dealbar do século VIII: infelizmente a invasão árabe fez substituir por outras as suas concepções artísticas e assim, o fruto de vários séculos foi quase pulverizado quando entrava em maturação. O tentar contribuir para o esclareci-

(1) EDOUARD SALIN — *La civilisation merovingienne*, III, Paris, 1957, pág. 112.

mento deste período no nosso País onde parecia nada haver até há poucas dezenas de anos, quando foi iniciado o seu estudo; e juntar o conseguido por esses pioneiros com o rebuscar do que se encontra escondido em construções de ordem vária, ou adulterado na traça de monumentos coevos, ou ainda classificado por vezes erradamente, foi o fim que nos propusemos ao elaborar este trabalho. De há anos a ele nos dedicamos e para ele reunimos elementos conseguidos em sucessivas peregrinações por toda a parte da Terra Portuguesa.

Antes, porém, de iniciarmos o estudo da Arte visigótica em Portugal, julgamos oportuno mostrar, de forma sintética, o panorama da época em que ela iria surgir nos aspectos mais ligados ao motivo que nos propomos tratar. Por esta razão faremos um resumo do final do Império na Península e em seguida recordaremos as imigrações germânicas; mostraremos depois qual era o quadro da Hispânia ao serem iniciadas essas vindas de ondas sucessivas de Bárbaros. Trataremos da possível influência que eles exerceram directa ou indirectamente na Arte hispânica, para daqui estudarmos os elementos que com mais ou menos probabilidade contribuíram para elaborar a Arte visigótica: luso-celtas, escandinavos, persas, sírios, coptas, norte-africanos, bizantinos. Finalmente, mostraremos as características desta Arte, para terminar pela enumeração do que dela resta e veio até ao nosso conhecimento, quer em monumentos, quer em peças de escultura, ou outras, que agruparemos segundo as afinidades por terem sido trazidos a público por vários investigadores: é-nos grato recordar, entre todos, o Prof. Vergílio Correia, por há anos ter dado à estampa o primeiro trabalho de conjunto sobre Arte visigótica em Portugal ⁽¹⁾. Dedicaram-se ou dedicam-se ao assunto e também publicaram trabalhos, entre outros, o Prof. Manuel Heleno, nas escavações a que procede em Torre de Palma e Silveirona ⁽²⁾, D. José Pessanha, F. Alves Pereira, Manuel Monteiro, P.º Aguiar Barreiros, Alberto Feio, Serpa Pinto, Moura Coutinho, Afonso do Paço, Mário Cardozo, Abel Viana, P.º Ribeiro da Cunha, Veiga Ferreira, Russell Cortez, e outros.

Pela nossa parte, ao material conhecido quando iniciámos as nossas

⁽¹⁾ VERGÍLIO CORREIA — *Arte Visigótica, História de Portugal*, Vol. I, Barcelos, 1928, págs. 365-388.

⁽²⁾ Vidé, no final, *Bibliografia sobre Arte Visigótica em Portugal*.

investigações, já estudado pormenorizadamente por investigadores de mérito, acrescentámos por vezes algumas notas e juntámos-lhe muito outro que encontrámos disperso ou mal classificado por colecções públicas ou particulares, ou em igrejas e monumentos, grande parte inédito, ou então desconhecido, produto das nossas investigações ou das próprias escavações que dirigimos (Idanha-a-Velha e Odrinhas).

Não pretendemos, apesar disso, dar uma resenha completa de tudo o que existe de visigótico em Portugal; mas, pelo menos desejamos, tanto quanto possível, tornar conhecido o que nesta data pode ser encontrado, ou embora desaparecido para fora do País, ou perdido, pertença à sua cultura.

Para outros menos afeitos a este tema poderem contribuir com novos achados, a fim de se conseguir um inventário mais completo, damos umas notas gerais sobre Arte visigótica antes de descrevermos, com maior ou menor pormenor, consoante o seu interesse, os monumentos e as peças que conseguimos juntar.

Finalmente, num estudo de conjunto do já vasto material reunido procuraremos estabelecer centros de Arte visigótica em Portugal, suas características e afinidades.

Não se trata de um estudo definitivo, pois estamos certos haver ainda muito a descobrir, designadamente em escavações arqueológicas indispensáveis de realizar; mas o arrumo dos elementos por nós conhecidos nesta data servirá, assim o cremos, de apoio a novas investigações.

Em Espanha muito se tem trabalhado neste campo, desde Quadrado; citaremos Gómez-Moreno, Camps Cazorla, Santa Olalla, Helmut Schlunk, Marquês de Lozoya, Martin Almagro, Pedro de Palol, etc., etc. O assunto interessa igualmente aos dois países, pois o seu território foi outrora dos mesmos Reinos visigodo e dos Suevos; por isso, por se referir a um período da História da Península ainda longe de ser bem conhecido, qualquer achega deverá ter o seu lugar: com esse fito nos demos ao trabalho que agora, graças à bondade do Prof. Manuel Heleno, nosso Mestre, nos é possível publicar. Ao ilustre continuador da obra de Leite de Vasconcelos agradecemos mais esta prova da sua generosidade.

É-nos muito grato deixar aqui os nomes de outros investigadores que de uma ou outra forma também nos acompanharam na elaboração deste trabalho. E entre todos distinguiremos o Prof. Scarlat Lambrino, Mestre e

Amigo; o Prof. Manuel Gómez-Moreno que pacientemente nos recebeu e aconselhou sempre que o procurámos; Ten.-Coronel Afonso do Paço, Prof. Nobre de Gusmão e escultor Joaquim Correia, companheiros de digressões arqueológicas; Helmut Schlunk e Prof. Pedro de Palol, amigos e esclarecidos críticos da Arte visigótica.

Confessamo-nos ainda agradecidos não só ao Director do Museu Etnológico Leite de Vasconcelos, onde se guarda rico material visigótico, mas também a tantos outros que nos quiseram amavelmente auxiliar nesta tarefa: seja-nos permitido destacar entre vários o Prof. Mário Chicó, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Museu de Évora; o Prof. Luís Reis Santos e Bairrão Oleiro, do Museu Machado de Castro de Coimbra; Manuel Figueiredo, do Museu Soares dos Reis, do Porto; C.^{el} Mário Cardozo, do Museu Martins Sarmiento, de Guimarães; D. Maria Emília Amaral Teixeira, do Museu Alberto Sampaio, de Guimarães; o Reverendo Reitor do Seminário de S. Tiago, de Braga; D. António Castelo Branco, do Museu dos Serviços Geológicos; Abel Viana, do Museu de Beja; Mário Lyster Franco, do Museu de Faro; Vítor Guerra, do Museu da Figueira da Foz; José Luís Mourão Júnior, do Museu Militar da Torre de Menagem de Beja; Abílio Miranda, do Museu de Penafiel; Júlio Borges dos Santos, do Museu de Torres Novas; e ainda os Senhores Sebastião Ramalho Ortigão (Alcantarilha), Joaquim Nunes Pacheco (Fuzeta), Frederico Marrocos (Idanha-a-Velha), António José Teixeira (Coruche) e Família do Dr. Castro e Brito (Beja), pelo estudo que nos permitiram fazer de peças inéditas das suas colecções particulares.

Desenhos do Esc. Joaquim Correia (na capa) e de Salgado Dias; plantas de Gil Ferreira e Carlos Brandão.

Fotografias do autor, quando não levarem indicação em contrário.

I CAPÍTULO

AO DECAIR O IMPÉRIO

Ao acentuar-se, no séc. IV, a decadência de Roma, subia cada vez mais alto no Oriente mediterrânico, propositadamente erguida entre o mundo asiático e o europeu, a jovem Constantinópla, construída ao lado da velha Bizâncio. A Península Ibérica, bem distante da nova capital, seguiu de perto o agonizar do maior império até então conhecido.

Politicamente libertava-se a pouco e pouco da tutela romana; por outro lado vinha-lhe de Roma a nova Fé, que se não foi pregada no próprio território, segundo é tradição, por um dos maiores apóstolos, S. Paulo, pois disso não há a certeza ⁽¹⁾, foi seguramente de lá trazida por muitos dos que na velha metrópole recebiam a palavra de Cristo e a traziam para a Península.

(1) Não há notícias seguras sobre cidades ou regiões peninsulares visitadas por S. Paulo; mas, por outro lado, a sua vinda pode depreender-se do que o próprio Apóstolo escreveu aos Romanos e a Timóteo, seu discípulo dilecto. Assim, no epílogo da Epístola aos Romanos (XV, 24 e 28), do ano 56, lê-se: «...tenho um vivo desejo de ir encontrar-vos quando me dirigir à Hispânia»; e adiante é reafirmado: «...partirei para a Hispânia passando por junto de vós».

A viagem foi confirmada mais tarde, nos fins do séc. I, pelo Papa S. Clemente, quando se dirigiu aos Coríntios: «...depois de (S. PAULO) ter ido aos confins do Ocidente...».

Sobre o ter ali exercido o apostolado, o facto pode inferir-se da Epístola de S. Paulo a Timóteo (2.ª Epíst.): «...O próprio Senhor me assistiu e deu forças a fim de que a pregação fosse feita plenamente por mim e entendida por todas as nações». Supõe-se haver nisto uma referência à anunciada vinda à Hispânia.

Outros documentos (Muratoriano, etc.) dos séculos seguintes confirmam as Epístolas mas, como dissemos, não existe nada de preciso quanto às actividades que S. Paulo teria desenvolvido entre nós: dada a alta figura do Apóstolo, torna-se assim suspeita a viagem à Hispânia.

O Império Romano, ao aproximar-se do Oriente e incluir nas suas fronteiras boa parte do que por ali conquistara, deixou-se embeber a pouco e pouco por ideias, crenças e motivos artísticos dos povos submetidos; até imperadores foi buscar à Síria (começo do séc. III) e muitas divindades tomaram o caminho da Urbe (Isis, Horus, Mitra, Cibele, etc.).

A pouco e pouco o espírito da Arte asiática, a estilização das figuras, o ornato, a cor tomaram lugar no espírito helenístico-romano; a ourivesaria substituiu a escultura, o geometrismo relegou o naturalismo e deixou, a perder de vista, o humanismo grego.

Nos fins do séc. IV, com a acentuação diária das divergências entre Roma e Constantinópla, motivadas por factos de ordem vária onde não só entravam a enorme extensão de territórios a governar, mas também contactos com vizinhos bem diferentes na política, na religião, na cultura o Império Romano, já governado por dois Césares desde Diocleciano, separou-se definitivamente em dois Impérios, depois da morte de Teodósio: o Império do Oriente e o do Ocidente. Aquele, na sua ascensão a embeber-se de influências asiáticas e a lutar pela continuidade e restauração da velha grandeza que o levariam à onnipotência do Imperador; este, por um lado a desfazer-se politicamente, a receber ataques de uma multidão de povos ora inimigos, ora amigos e por outro a cristianizar-se: a passar da unidade imperial romana à unidade espiritual católica.

E que mais não fosse, este facto não é só por si suficiente para registar a ideia, tão combatida ainda por outros aspectos, da decadência romana no séc. IV?

Era no Ocidente o levedar de uma série de novos Estados a estabelecerem fronteiras, delimitar influências, a organizarem-se política, económica e socialmente: em suma, a riscar o futuro mapa da Europa medieval, no que tiveram papel activo as migrações germânicas. A unidade política conseguida pelo Império Romano, foi substituída pela unidade espiritual, dada pela Igreja Católica. À consciência de Estado, que a política consolidou, acrescentou-se o espírito universalista pregado e difundido da Roma cristã.

Num arranco serôdio, o Império do Oriente tentou refazer a antiga grandeza romana mediterrânica e chegou até à Península; mas foi sol de pouca dura e não teve influência no desenvolvimento do Ocidente, já então em via de transformação bem marcada. No entanto e durante anos, os novos

estados germânicos guardaram perante Constantinopla uma atitude respeitosa e seguiram, imitaram mesmo, muitos aspectos da cultura bizantina. Orgulhosos da sua independência, talvez a isso se devesse uma parte da teimosia de alguns se manterem arrianos.

A Arte romana desse século, chamado de decadência, sofreu influxo cada vez maior da Igreja Católica e dessa adaptação surgiu aquilo que se chamaria Arte páleocristã. Se estabelecermos características rígidas para a Arte visigótica, podemos admitir o continuar daquela expressão; mas se lhe dermos a amplitude que enunciámos ao defini-la, pode bem passar-se sem ela e considerar esse período como o início da Arte visigótica.

A Península Ibérica fora transformada, depois de dois séculos de luta contra as legiões, numa das Províncias mais romanizadas. Por esse motivo a Arte romana teve, na Hispânia, manifestações de uma grandiosidade não ultrapassada; atestam-no, entre outros, os monumentos felizmente menos mal conservados de Mérida, de Tarragona, de Segóvia, de Alcântara e tantos mais.

Infelizmente o território português não foi tão beneficiado pelos Romanos como o território espanhol: ou por estar mais afastado, ou por os seus naturais serem mais refractários à sujeição a uma soberania que lhes fora imposta depois de uma luta de mais de um século. No entanto, existe ainda muita coisa a atestar a sua latinização: as ruínas de Troia, de Conímbriga e de Idanha-a-Velha, o cripto-pórtico de Coimbra, o teatro de Lisboa, os acampamentos de Viseu e de Antanho, as numerosas «vilas» do Alentejo, o templo de Évora, as centenas de inscrições latinas aparecidas em todo o País, etc. Por outro lado a personalidade da Península, apesar da sua romanização acentuadíssima, como afirmámos, não se deixou apagar completamente; por isso se notam provincialismos, a marcar a adaptação das formas importadas ao gosto e tradições do povo onde iriam servir. Como exemplo, lembramos a afinidade evidente em um grupo de templos romanos da Lusitânia, para o qual nos chamou a atenção o Prof. Garcia y Bellido ao descrevermos o «podium» de um templo romano, com toda a probabilidade dedicado a Vénus, que descobríamos em Idanha-a-Velha ⁽¹⁾ e relacionámos com o chamado de Diana, em Évora. Segundo o citado mestre da

(1) Comunicação à Associação dos Arqueólogos, na sessão de 18 de Dezembro de 1957 e ao I Congresso Nacional de Arqueologia, em Lisboa, 1958.

Arqueologia romana da Península, a disposição dos silhares, os frisos, etc., são como que decalcados em outros, também da Lusitânia, existentes em Talavera la Vieja; ao visitá-los na sua companhia, tivemos ocasião de lhes encontrar, efectivamente, um «facies» lusitânico, bem marcado.

Não admira, pois, que se a forte garra romana deixou influenciar-se na Península por formas locais, como entre outras, a tendência para a geometrização nos motivos decorativos, o mesmo tivesse sucedido quando novos elementos a ela acorreram depois da queda do Império. E assim, iremos verificar como na elaboração da Arte visigótica, sobre um fundo hispano-romano, na expressão do Prof. Palol, se vieram fixar elementos sírios, norte-africanos, bizantinos, e até mesmo visigóticos, estes nas artes menores, sem falar em influências mais remotas, do Irão, do Sul da Rússia, dos Scitas.

Para melhor compreensão de como foi possível transformar a Península em um cadinho onde tantas formas e concepções se fundiram, julgamos útil dar um resumo dos acontecimentos nela sucedidos e que possam ter relação com as origens da Arte visigótica. As invasões germânicas e as modificações dos quadros político, social e religioso tiveram especial relevo na vida dos seus habitantes. Não por o número dos invasores ter sido muito elevado, pois no conjunto pouco iria além de uma centena e meia de milhares de indivíduos, nem tão pouco por trazer ideias novas ou formas artísticas propriamente diferentes; mas principalmente pelas circunstâncias que provocaram a sua vinda e reacções desencadeadas pelas ideias religiosas e políticas do tempo. O mérito que se lhes pode atribuir é o de terem tentado dar, finalmente, uma estrutura uniforme aos Povos Ibéricos tornados independentes.

II CAPÍTULO

INVASÕES DA PENÍNSULA

POVOS GERMÂNICOS

FRANCOS

Provavelmente, no século II a. C., os Povos Germânicos saíram da Escandinávia e das margens do Báltico em direcção ao Sul. Uns ficaram pelas regiões vizinhas (Jutlândia, Frísia, Norte da Alemanha), outros continuaram a sua migração para o centro da Europa.

Os Francos vinham divididos em dois grupos, os Sálios e os Ripuários; instalaram-se nas margens do curso inferior do Reno, invadiram as Gálias e alguns chegaram a atravessar os Pirinéus por duas vezes, entre 253 e 257 a. C. ⁽¹⁾. Escavações arqueológicas confirmaram essa primeira entrada dum povo germânico na Península, mas infelizmente pouco se sabe da profundidade de penetração e sua possível influência na vida ibérica, além do muito reduzido que nos fornece a Arqueologia ⁽²⁾; essa influência foi certamente muito limitada ou mesmo nula. A segunda invasão que sofremos foi de consequências desastrosas; os Bárbaros atravessaram facilmente as Gálias pois os Romanos, que poderiam ter-lhes oferecido resistência estavam na região do Danúbio, a combater a insurreição de Ingenuus. E, assim, chegaram sem grande estorvo à Hispânia, entraram pela passagem a Oeste dos Pirinéus e durante doze anos devastaram quanto encontraram; por fim, passaram à Mauritânia Tingitana.

Em um trabalho de Pierre David publicado há anos ⁽³⁾ é posta a hipótese, por nós seguida ⁽⁴⁾, de o topónimo «Francos», limite da diocese da Egitânia (actual Idanha-a-Velha) na chamada divisão de Vamba, ter tido origem no Povo Franco, possivelmente quando em 269 o Imperador Cláudio, o Gótico, fixou alguns desses Bárbaros.

⁽¹⁾ FERDINAND LOT — *Les Invasions Germaniques*, ed. Payot, Paris, 1945, pág. 33.

⁽²⁾ FLORENCIO DE ANSOLEAGA — *El cementerio franco de Pamplona*, Pamplona, 1914.

⁽³⁾ PIERRE DAVID — *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, 1947, pág. 76.

D. F. DE ALMEIDA — *Egitânia*, Lisboa, 1956, págs. 54 a 57, 73 e 74.

Foi depois desta invasão, na segunda metade do século III, que cidades das Gálias e da Hispânia levantaram muros de defesa: até então não havia motivo para tal, a paz romana garantia-lhes segurança. Tudo leva a crer serem dessa época as muralhas de Conímbriga e de Aeminium. As de Idanha-a-Velha, depois de escavações a que procedemos em 1959⁽¹⁾, e continuadas até 1961 vieram revelar uma série de torres semicilíndricas, macissas, adossadas à muralha; pelas características destas torres, bem como pela estrutura do conjunto considerámos essas defesas como sendo do séc. IV. São de perímetro reduzido (cerca de 800 metros), de espessura à roda dos três metros e meio; o enchimento entre os paramentos é feito com alvenaria e materiais aproveitados de edifícios destruídos, lançados sem compressão; as torres são semicilíndricas de pequeno diâmetro, cheias, e distantes umas das outras cerca de 37 m: tudo características daquele período.

VISIGODOS, SUEVOS E VÂNDALOS

A guerra dos Marcomanos (166 d. C) desencadeou outras migrações; um grande grupo, os Godos, encaminhou-se para a vasta área situada ao Norte do Mar Negro, entre os Cárpatos e o Volga e ali instalou, cerca do ano 200, as suas duas grandes famílias: os Ostrogodos («Godos brilhantes») ficaram a Oriente do Dnieper, enquanto os Visigodos («Godos sensatos», *weise*) ocuparam a parte ocidental. Nesta vasta área ter-se-iam cruzado com povos indo-europeus o que teria modificado, de certo modo, o seu tipo germânico primitivo e influído nos próprios usos e costumes. Designadamente, desse contacto, resultariam influências na arte própria, influências que haviam de trazer para a Península, como a seu tempo diremos.

No século IV os Hunos, vindos do Leste asiático, onde eram empurrados para o Ocidente, embateram primeiramente com os Ostrogodos, em 376. Esboçada alguma resistência estes acabaram por ceder, o seu rei foi morto em combate e a cavalgada pelas estepes asiáticas continuou a correria até

(1) D. F. DE ALMEIDA — *Nota sobre as muralhas de Idanha-a-Velha*, com. ao Congresso de Portugal Medievo, Braga, 1959.

à Europa. Os Visigodos, apavorados, fugiram e ao atingirem as margens do Danúbio, pediram auxílio a Bizâncio (Fig. 1): atravessaram o rio e o Imperador instalou-os na vasta área entre a sua margem e as proximidades de Constantinopla. Seguiu-se uma série de lutas entre Bizantinos e Visigodos, donde resultaram contactos estreitos, com manifesta vantagem para os de cultura inferior: e os prisioneiros de guerra levados para o campo godo, na maioria cristãos, fizeram proselitismo da sua religião. Infelizmente, a pregação era de uma heresia muito em voga, o arrianismo, e assim os Godos adquiriram um erro que traria mais tarde consequências funestas para a sua dominação na Península Ibérica. Foi Ulfila, germânico de não longe da Arménia, o principal pregador da heresia, ajudado ainda pela tradução da Bíblia por ele feita em língua gótica.

Depois de várias lutas, os irrequietos Visigodos passaram à Trácia

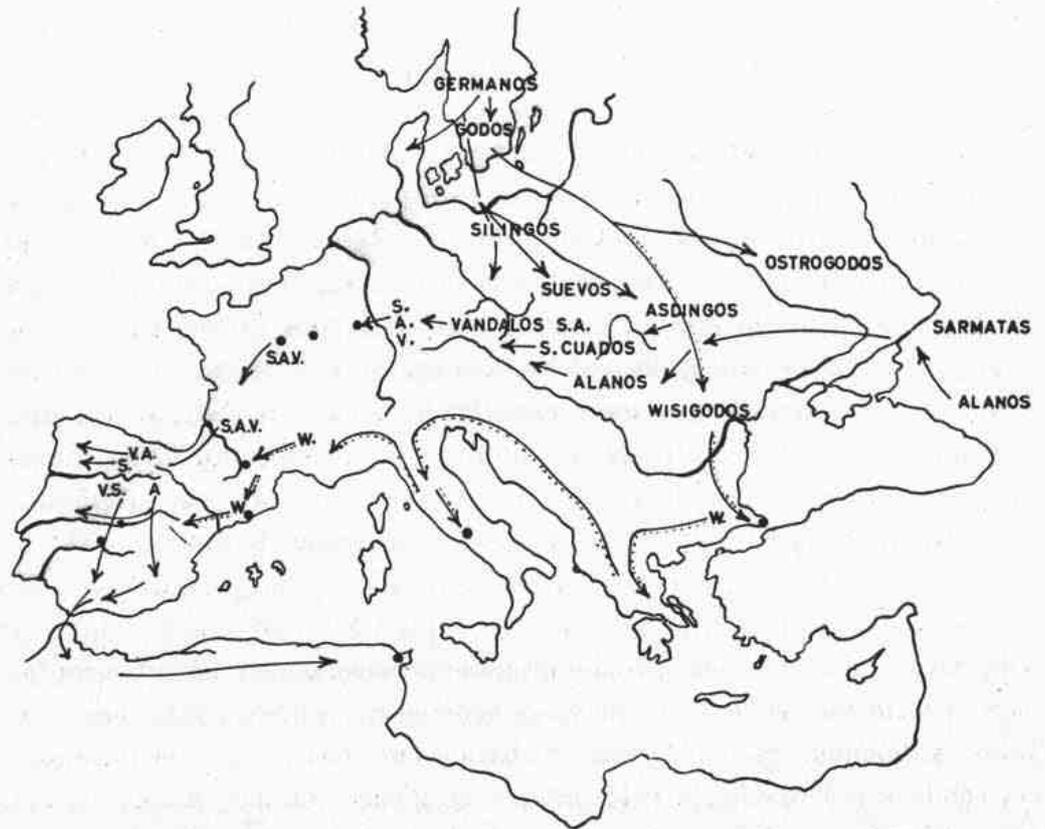


Fig. 1 — Migrações dos Povos Germânicos

S — Suevos; A — Alanos; V — Vândalos (V. A. — Asdingos, V. S. — Silingos);
W — Visigodos (———→)

e depois, sucessivamente, à Grécia, Ilíria, Itália, até se instalarem no Sul da Gália, em 412. Nesta correria o numeroso grupo étnico (possivelmente não chegaria de início a 200 mil) não teria tido muita ocasião para absorver a cultura romano-helenística; mas, certamente, algum benefício recebeu. E assim, o povo bárbaro a quem foram cedidas terras na Aquitânia e Narbonense não só era na sua grande maioria cristão (arriano), mas estava a par de muitos usos e costumes do Império.

Foram designados «*fœderati*» nesse período consequente ao abaixamento do nível demográfico em que escasseava gente no Império, e a poucos romanos interessava a vida no exército; por isso os federados visigodos a pouco e pouco tomaram consciência da sua força, a ponto de nem sempre cumprirem os tratados feitos com o Governo de Roma.

Estavam eles em pleno desenvolvimento e organização quando outros povos germânicos surgiram às portas da Península: os Cuado-Suevos e os Vândalos Asdingos e Silingos, na companhia de outro povo, este de origem iraniana, partido das proximidades do Cáucaso: os Alanos.

Estes germânicos ocuparam, depois do início da migração, o centro da Europa, nas proximidades do Danúbio. Impelidos depois para o Ocidente durante tão vasto movimento geral iniciado nas estepes asiáticas e de que já falámos, atravessaram o Reno perto de Maiença em 31 de Dezembro de 406, sem encontrarem séria resistência. Nas Gálias passaram sucessivamente por Amiens, Reims, Tournai, até à Aquitânia: só Tolosa lhes pôde resistir, graças ao seu Bispo. Os legionários da Britânia tinham aclamado imperador Constantino, que assim foi o III do nome, e reconhecido colega de Honório, com o governo da Britânia, das Gálias e da Hispânia; mas Gerônimo, general de Constantino, revoltou-se contra o imperador e convidou os Suevos, Alanos e Vândalos a ajudá-lo na Península.

Segundo Idácio, Bispo de Chaves, cronista dos Suevos e um dos homens mais eminentes do seu tempo, numa terça-feira entre 28 de Setembro e 13 de Outubro de 409, estavam os Bárbaros na margem do Golfo Cantábrico, com o mar de um lado e os Pirinéus do outro.

A sua irrupção na Península foi catastrófica para o povo hispano-romano, a crermos nas atrocidades que nos conta o citado bispo: não houve horror que fosse poupado aos pobres peninsulares pelos «pérfidos e desleais» invasores, culminado por forma tão trágica que teria até levado à antropofagia! Tão horrorizado continuou com os desmandos dos Bárbaros,

que ainda passados anos, em 431, foi à Gália pedir auxílio aos Romanos para libertarem o seu povo. Um outro escritor, podemos dizer também contemporâneo, Paulo Orósio, de Braga, conta as coisas vistas por outro prisma: o estado a que teria chegado a administração romana, os impostos, os vexames, encontraram um alívio na vinda dos Bárbaros, pois passado o primeiro momento «trocaram a espada pelo arado» e ajudaram assim a combater a fome já por eles próprios sentida. Uma invasão de jacto, como foi a bárbara, não se realiza certamente em paz com os invadidos; muitos devem ter sido os excessos cometidos. O próprio Orósio o assinala, mas a Península não sofreu por igual o peso dos invasores e nisto deve residir, além das preferências pessoais, a diferente apreciação feita pelos dois autores citados. É de recordar que P. Orósio, cerca do ano 413, portanto pouco tempo depois, procurou encontrar-se no Norte de África com S. Agostinho e com ele esteve em Hipona; enviado pelo Santo à Palestina, tomou parte no sínodo de Jerusalém, em 415 e voltou de novo à Hispânia. Era culto e viajado e sabia o que se passava pelo Mundo.

Um outro escritor do tempo, Baquiário, usou uma filosofia ainda mais acomodaticia: «tudo o que foi é idêntico ao que será» (1). E a História seguiu o seu curso, a Península integrou o sangue novo no seu velho tronco ibérico.

Dividida parte da Hispânia entre os invasores, em 411, sob o olhar complacente de Roma, instalaram-se os Asdingos no Norte da Galécia e no Sul da mesma província ficaram os Cuado-Suevos. Os Alanos, muito numerosos, ocuparam a Cartaginense e parte da Lusitânia e os Silingos foram para a Bética. A Tarraconense continuou romana.

Desavindos, os Bárbaros lutaram entre si; em 415, para restabelecer a ordem na Península e o respeito pelas instituições romanas, o Imperador Constâncio mandou Ataulfo com os federados visigodos, então instalados no Sul das Gálias, a troco de um tributo que lhes seria pago em trigo, terras, etc. Depois de lutas várias, em que os Visigodos eram comandados pelo seu Rei Vália, os Asdingos sofreram perdas graves e alguns fundiram-se com os Suevos; outros passaram ao Sul da Península, onde se juntaram aos Silingos. Os povos Vândalos, em número aproximado, segundo calculou

(1) GENNAPIO — «*De viris illustribus*», XXIV, H. FLOREZ — *España Sagrada*, XXV, apêndice.

Victor de Vite ⁽¹⁾, a 80 000 pessoas, atravessaram então o Estreito comandados pelo rei silingo, Genserico, e tomaram a direcção de Tânger. Seguiram pelo Norte de África para Oriente e acabaram por se instalarem na Numídia onde fundaram um reino, de pouca duração é certo: os Bizantinos, no esforço que pouco depois fizeram para conquistar o Ocidente, deram-lhe curta vida.

Os Alanos foram completamente derrotados pelos Visigodos: alguns fundiram-se, em seguida, com os Suevos e ficaram na Península; outros passaram à África com os Vândalos.

Durou o reino dos Suevos 170 anos (até 585); em luta com os Visigodos, em correrias que os levaram a Mérida e à Betica, os Suevos acabaram por se lhes submeterem no tempo de Leovigildo. Os Visigodos obtiveram a unidade Peninsular com Suintila (expulsão dos Bizantinos) e prolongaram a dominação germânica até à invasão árabe, em 711, ou sejam mais 126 anos. Enquanto isto se passava na antiga Hispânia, os outros reinos germânicos do Ocidente ainda não haviam encontrado a sua organização definitiva: os Ostrogodos, em Itália, cediam o lugar aos Lombardos e nas Gálias a Austrásia opunha-se à Neustria.

A instalação dos Suevos no Noroeste Peninsular tem para nós um interesse particular. Os reis escolheram Braga como a cidade principal do reino. Eram pagãos, acendiam velas às pedras, festejavam os dias dos seus ídolos, atiravam pão para as fontes, faziam encantamentos com ervas medicinais, etc. ⁽²⁾. O seu rei Requiário converteu-se ao Catolicismo em 448, antes de qualquer outro rei bárbaro. Tinha Braga um metropolitano com o título de Primaz, título esse que haveria de reaparecer mais tarde, com a fundação de Portugal. Depois de ter feito conquistas no Leste peninsular Requiário, perseguido por Leovigildo, rei dos Visigodos, refugiou-se na praça forte do seu reino, em Portucale, onde foi preso e deportado para ser executado. O mesmo e na mesma cidade, viria a acontecer ao seu sucessor, Agiulfo.

O Prof. Luís de Pina ⁽³⁾ procurou vestígios antropológicos germânicos

⁽¹⁾ VICTOR DE VITE, I, 2, cit. por L. SCHMIDT — *Histoire des Vandales*, Paris, 1953, pág. 42.

⁽²⁾ MARTINI EPISCOPI BRACARENSIS, opera omnia, ed. Barlow, *De correctione Rusticorum*, n.º 16, págs. 197 e 198.

⁽³⁾ LUÍS DE PINA — *Contribuição para a antropologia dos povos bracarenses* — *Rev. de Guimarães*, XLII, 1 e 2, Guimarães, 1932.

no antigo Reino dos Suevos e chegou à conclusão, baseada na persistência dos caracteres da população actual, mas que não pode ser tomada em definitivo dado o escasso número de observações realizadas, de ter sido o território de Entre Douro e Minho aquele de todo o antigo reino que foi mais povoado pelos Suevos. Também, e segundo o Prof. Joseph M. Piel ⁽¹⁾, os nomes germânicos da Península se encontram quase exclusivamente na Galiza e Norte de Portugal; quer dizer, na região que corresponde mais ou menos à ocupada pelo Reino dos Suevos: mas nesse estudo incluem-se muitos onomásticos certamente da Reconquista, como adiante diremos. O Prof. Pierre David ⁽²⁾ depois de fazer um estudo exaustivo do «Paroquial» de Teodomiro conclue que «no final do séc. VI a região compreendida entre o Douro e o Minho é a mais desenvolvida, a melhor organizada de todo o Noroeste da Península». E. W. Reinhart, na sua recente história do Reino dos Suevos ⁽³⁾, retoma a teoria ⁽⁴⁾ segundo a qual teriam sido os descendentes deste povo germânico, amante da independência, conservador das suas tradições, costumes, onomásticos, o fulcro à volta do qual se teria gerado e concretizado a independência do Condado Portucalense latente desde os Luso-celtas dos castros; tanto mais, segundo acentua Pierre David, que o Bispo de Braga, pela sua acção na fundação da nacionalidade teria desempenhado o mesmo papel dos seus antecessores Suevos e, por isso, teria novamente tomado o título de Primaz.

A tese é curiosa e o autor estende-a à formação do Reino de Castela; mas aqui o processo teria sido outro. A arqueologia demonstrou, pela importância dos cemitérios escavados, ter sido localizado no centro peninsular o principal núcleo de povoamento visigodo (Segóvia, Burgos, etc.) e os

(1) J. M. PIEL — *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, I, Lisboa, 1937, pág. 9.

(2) PIERRE DAVID — *Op. cit.*, pág. 812.

(3) W. REINHART — *Historia General del Reino Hispánico de los Suevos*, Madrid, 1952, pág. 67.

(4) GONZAGA DE AZEVEDO — *História de Portugal*, II, Lisboa, 1939, pág. 3; MANUEL HELENO — *Algumas palavras sobre Leite de Vasconcelos*, Lisboa, s. d., pág. 11; RUI DE AZEVEDO — *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1937, I, pág. 7; MENDES CORRÊA — *Raízes de Portugal*, Lisboa, 1938, pág. 27; PIERRE DAVID — *Études*, *op. cit.*, pág. 109; VIRGÍNIA RAU — *La toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques, Comptes rendus du Cong. Int. de Geogr., Lisbonne, 1949*, IV, Lisboa, 1952, pág. 213; IDEM — *Raízes antigas da Nacionalidade*, Independência, 11 a 13, Lisboa, 1953, págs. 68 e 69; FERNANDO CASTELO BRANCO — *O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal*, Brac. Aug., IX, X, Braga, 1958-59, págs. 91 a 105; W. REINHART — *Op. cit.*, pág. 67.

descendentes desse povo germânico, com o levantamento de Castela, seriam então os fatores da criação do reino mais forte na Reconquista. Não estamos de acordo com o autor, pois aquelas regiões foram habitadas, desde muito antes da ocupação romana, por tribos onde o amor à independência foi inultrapassável: recordemos somente Numância, Monte Medúlio e as lutas dos Lusitanos na defesa heróica das suas liberdades. Os Germânicos, além de serem uma minoria, ao chegar a Reconquista já deviam estar muito embebidos de espírito peninsular e crusados com Hispano-romanos para, por si sós, tomarem a iniciativa épica da rebelião contra o Infiel.

A história deve ser outra. Os Suevos que vieram até à Península não constituíam um só povo; por isso o seu reino era o «Reino dos Suevos». De resto já Tácito escrevera ⁽¹⁾: «Nunc de Suebis dicendum est quorum non una ut Cattorum Tencterorum gens» (...) «quamquam in commune Suebi vocentur». Por outro lado, como acentuou o Prof. J. Piel ⁽²⁾, nas notas que se seguem, os Reis Suevos tinham nomes visigóticos; parece que uns pequenos chefes suevos, ao iniciarem a migração para a Península, teriam reunido um grupo heterogéneo e escolhido, para os dirigirem, Visigodos que lhes merecessem essa dignidade. De resto, dado o parentesco entre os Suevos e os Francos, natural seria encontrar, no Noroeste peninsular, nomes germânicos estreitamente ligados a este outro grupo, também germânico; mas tal não se deu. Por outro lado a sua cultura (não a dos Hispano-romanos que viviam também no Noroeste) devia ser muito primitiva e não deixaram nada escrito para se fazer uma ideia completa sobre a sua civilização.

Com os Visigodos as coisas passaram-se de forma muito diferente. Praticamente a entrada do povo Visigodo só se verificou em 509 quando, depois da batalha de Vouillé, foi arrasada Tolosa; mas, por outro lado, a tradição das suas qualidades, ficou. Por isso, mais tarde, quando da Reconquista, era de bom tom ser-se ou pretender-se ser um rebento da velha cepa germânica. Foi mesmo moda, até ao séc. XIII, tomarem-se nomes godos, só nesta época suplantados pelos nomes de Santos: e daí o erro cometido por filólogos mal informados quando procuram no onomástico e mesmo na toponímia influências germânicas antigas, sem levarem estes factos em conta.

⁽¹⁾ TÁCITO — *De Germania*, cap. XXXVIII.

⁽²⁾ JOSEPH PIEL — *A tradição visigoda no onomástico português*, conferência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Abril, 1961.

A influência exercida directamente pelos Suevos e Visigodos na Península Ibérica tem sido ultimamente exagerada por alguns autores: é, de certo modo, uma compensação à nenhuma conta em que outros a tiveram.

Para fazermos uma ideia, *à priori*, sobre o que a ela se poderia ficar a dever, basta pensar que a cultura hispano-romana lhes era muito superior e a proporção de indivíduos suevos e visigodos reunidos para hispano-romanos era de um para quarenta!

ALANOS

Os Alanos eram um povo de origem iraniana; estavam instalados nas vizinhanças do Cáucaso quando começaram as grandes migrações. Do seu contacto com os Sarmatas (que se seguiram aos Scitas e, com eles, vieram das estepes asiáticas), Persas e Gregos resultou terem trazido para o Ocidente influências artísticas destes povos, designadamente na ourivesaria. Os fechos de cinturão, que iremos encontrar no primeiro período de Arte visigótica foram, muito provavelmente, influenciados por aqueles povos: não só os alveolares, com a sua decoração em granadas e vidros de cores, como a forma de alguns representando animais fantásticos, etc. Neles se nota esse contacto entre a arte das estepes e a das colónias gregas do Mar Negro. Poderíamos aqui levantar o problema da Arte escandinava, mas preferimos fazê-lo mais adiante.

Empurrados pela onda asiática (370) os Alanos, que eram cristãos de rito bizantino ⁽¹⁾ assistiram à destruição do seu reino, seguiram à frente dos invasores e instalaram-se no centro da Europa, na Panónia, onde possivelmente se teriam aliado aos Vândalos Asdingos. Uma parte com Goar, como chefe, sentiu-se atraída para Roma e passou ao serviço do Império. Sofreram influência romana não só política como cultural, mas não escaparam, tal como os Germânicos, à heresia arriana, combatida pelos católicos com vivacidade. E assim, Aspar, valoroso chefe militar alano, o personagem mais poderoso do Império Romano no seu tempo ⁽²⁾, não foi imperador unicamente por ser arriano.

⁽¹⁾ LOUIS HAMBIS — *A propos des deux amulettes «nestoriens»*, *Arts Asiatiques*, III, F. 4, 1956, pág. 280.

⁽²⁾ S. RUNCIMAN — *La civilisation byzantine*, Paris, 1952, pág. 32.

Os Alanos constituíam o grupo mais numeroso que chegou à Península (1). Boa parte havia sido encontrada pelos seus irmãos de raça, juntamente com os Suevos e os Vândalos, perto de Mogúncia, quando transpuseram o Reno; faziam parte das tropas romanas de ocupação e eram comandados pelo já citado Goar.

A sua vida na Península, como povo livre, foi curta. Ocuparam a Cartaginense e boa parte da Lusitânia, mas sofreram tal derrota infringida pelos Visigodos, que os sobreviventes preferiram juntar-se aos Asdingos e aos Suevos a continuarem livres.

A sua influência directa na Península, dada a brevidade da existência aqui como povo livre, deve ter sido nula. Actuaram sim, pelo que trouxeram do seu país de origem, sobre os povos germânicos com quem primeiro contactaram e por intermédio destes, com o Ocidente tanto peninsular como merovíngio. Designadamente, a influência da Arte sarmato-gótica nas fivelas merovíngias pode ser seguida desde os princípios do século V, até às proximidades do século IX (2).

III CAPÍTULO

REINO DOS SUEVOS E REINO VISIGODO

Não sabemos ao certo se, efectivamente, os primeiros anos da ocupação de parte da Península pelos Bárbaros a ela recentemente chegados teriam sido de tantos horrores como conta Idácio, de Chaves; ou se, pelo contrário, os invasores teriam sido recebidos como que de braços abertos, segundo relata Paulo Orósio, de Braga: possivelmente, como sucede em períodos semelhantes, deve ter havido um pouco de tudo.

Instalados na terra depois das divisões em que assentaram, os Suevos dedicaram-se-lhe como seus proprietários. As instituições romanas foram respeitadas, bem como a divisão administrativa. Quanto à Igreja o caso a princípio foi complicado, não só por uma grande massa dos Suevos ser pagã, mas pelo arrianismo que outros Bárbaros traziam consigo desde as

(1) L. SCHMIDT — *Histoire des Vandales*, Paris, 1953, pág. 31.

(2) LOUIS HAMBIS — *Op. cit.*

margens do Danúbio, de onde haviam partido, agravado ainda pela nova heresia ateada por Prisciliano, natural do Reino dos Suevos. Houve atritos entre católicos e herejes, mas tudo terminou no Noroeste, embora não completamente, quando Requiário, em 447 ou 448 ⁽¹⁾, se converteu ao catolicismo. O resultado não foi definitivo por de novo terem os Suevos caído no arrianismo; mas a pregação de S. Martinho de Dume, no século V, converteu-os outra vez a Roma e então para sempre.

Este facto teve grande influência nas boas relações entre os dois grupos étnicos: Hispano-romanos e Suevos. Houve até alianças com os Bizantinos, em parte por buscados motivos religiosos, quando estes pretenderam alargar as suas conquistas no Sul da Península, à custa do Reino Visigodo.

Com os Visigodos passou-se fenómeno idêntico; precisamente, a boa aceitação dos Imperiais pelos Hispano-romanos, quando desembarcaram no solo peninsular em 551, se deve ao facto de terem tomado como pretexto virem combater arrianos e ajudar católicos. Por outro lado, Leovigildo viveu na admiração de Bizâncio: de lá copiou o cerimonial da corte, a cunhagem das moedas era feita segundo o tipo bizantino e prosperou o comércio de tecidos e jóias com o Próximo Oriente, mas não suportava a permanência dos Bizantinos na parte da Península por eles ocupada.

Foi Santo Isidoro quem simbolizou as ideias dos peninsulares da sua época neste sentido, pois não regateou as virtudes do espírito de Roma e de Constantinopla; mas perante a ocupação bizantina, como tal, foi-lhe hostil quanto era permitido e louvou os Visigodos por lhe terem posto termo ⁽²⁾. Pode bem afirmar-se que encarnou o espírito Hispano-Godo do seu tempo.

Já não tinha mais tarde razão de ser a insistência dos Bizantinos quando Recaredo trocou o arrianismo que herdara de seu pai, Leovigildo, pelo catolicismo de seu irmão mártir, Hermenegildo (586).

A conversão do Reino Visigodo fez-se rapidamente, o que não admira, pois o fundo Hispano-romano era católico de há muito e por isso os concílios de Toledo haviam de marcar, pela força dada ao clero, um lugar proeminente para a Igreja Católica, lugar que se manteve até final. Também não deve ter sido estranha ao facto a inclusão, em 585, do Reino Católico dos

⁽¹⁾ SÉRGIO SILVA PINTO — *O Bispo de Braga Balcónio e a primeira conversão dos Suevos*, sep. de *Bracara Augusta*, N.º 10, Braga, 1949, pág. 10.

⁽²⁾ EDOUARD SALIN — *La civilisation mérovingienne*, I, Paris, 1950, pág. 72.

Suevos, no Reino Visigodo, pois Recaredo fez-se coroar Rei em Toledo, segundo o cerimonial católico, um ano depois. Foi S. Leandro, o Bispo de Sevilha e irmão de Santo Isidoro, quem inspirou o 1.º concílio de Toledo, em 589. A seguir, com Suintila, em 624, os Bizantinos intrusos foram expulsos: a mesma religião e a mesma política, dirigidas de Toledo, concluíram assim a unidade peninsular.

O espírito enciclopédico de Santo Isidoro fez irradiar a cultura hispânica (¹), pelo mundo ocidental e ordenou, na sua obra monumental, o que julgou dever ser conservado da cultura antiga: o seu espírito chamou a atenção para um renascimento em início.

A acção destes dois Bispos, na influência Bizantina sobre a Península não é para desprezar, pois sabe-se que S. Leandro foi a Constantinopla pedir auxílio para o católico Hermenegildo na luta contra o pai, Leovigildo; e S. Isidoro, ao dar largas ao seu espírito enciclopedista, tomou o modelo bizantino para a reforma que iria dar ao Mosteiro Sevilhano onde juntou tudo quanto pôde da cultura antiga. Aos que iam ao estrangeiro, designadamente a Bizâncio, e não foram poucos, pedia S. Isidoro para lhe trazerem obras, manuscritos, etc. Coleccionou tudo o que pôde para o transmitir aos vindouros: foi uma «ponte entre duas idades» (²).

A fusão dos povos também aqui caminhava, a pouco e pouco, para uma homogeneidade acentuada.

A dinastia Baltha, Visigoda, de que o último rei foi Amalarico, o neto de Teodorico, o Grande, seguiu-se a monarquia electiva, com as lutas entre as famílias onde poderiam ser escolhidos os futuros reis. Pelo mesmo motivo, o reinado de muitos terminou trágicamente pelo assassinato e o de outros, mais felizes, pela tonsura. Com o fim de até certo ponto obviar a esses males, seguiram os reis visigodos o exemplo de Roma, associando ao trono um membro de sua família, desde Leovigildo (com Recaredo) até Vitiza. Algumas vezes o estratagema deu resultado, mas nem sempre. E foi assim que terminou o Reino Visigodo: os eleitos depois da morte de Vitiza não foram os seus filhos, mas um membro de outra família, ainda para mais, hispano-romana e não visigoda: Rodrigo. E quando, pouco depois, os Árabes

(¹) SANTIAGO MONTERO DIAZ — Introd. a *Etimologias, de Santo Isidoro de Sevilla*, ed. Biblioteca de autores cristianos, Madrid, 1951, págs. 4 e seg.

(²) SANTIAGO MONTERO DIAZ — Op. cit.

batalharam com os Visigodos perto do Lago de Janda, em 711, os partidários dos filhos de Vitiza, com o Conde Julião, de Ceuta, que lhes era devedor de favores, passaram-se para os inimigos da Cruz e com eles julgaram ganhar a batalha: não ganharam a coroa, mas vingaram-se de Rodrigo. O resultado final foi o termo brusco das instituições visigóticas, da independência da Península, da expansão da Fé cristã, do fim prematuro de uma forma de Arte que estava a chegar à maturidade. Novas ideias e processos mudaram as coisas na Hispânia. Córdova iria tornar-se a segunda cidade da Europa, elementos da Arte dos vencidos iriam ser aproveitados. Nova fusão daria lugar a novas formas e no Norte, para onde os Agarenos empurraram os Hispano-Romanos e os Visigodos renitentes, uma arte surgiria, a Arte asturiana. E por outro lado, os cristãos submetidos incluiriam nos seus templos formas trazidas pelos inimigos da Fé: assim apareceu a Arte moçárabe.

Não sabemos até onde poderia ter levado a evolução da Arte visigótica se o clima lhe tem continuado a ser favorável; mas pode afoitamente afirmar-se, pelo que ainda ficou, estar então a Península prestes a dar forma definitiva às experiências que vinha fazendo desde o período final da Arte romana.

ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA

A pregação do cristianismo foi iniciada muito cedo na Península: como dissemos, pouco tempo depois de instalada a nova religião em Roma. E a sua expansão foi tão rápida, que quando os Germânicos chegaram aos Pirinéus quase toda a população ibérica era cristã.

A organização eclesiástica seguiu aqui, como noutros aspectos, a organização administrativa do Império. Assim, à frente de cada província da divisão da época (a de Constantino) foi colocado um metropolitano; nas cidades dessas províncias e suas dioceses havia um bispo. Na Lusitânia, na parte portuguesa, sujeita portanto ao metropolitano de Mérida, havia os bispos de Lisboa (temos notícia do bispo Potâmio), de Évora (de que um se chamou Quinciano) e de Ossónoba (entre outros os bispos Vicente e Tácio). Na Galécia portuguesa só a cidade de Braga tinha bispo e parece provado que o primeiro seria já do séc. III.

Sustado o avanço da evangelização pelos primeiros contactos com os Bárbaros, vencidos o arrianismo e o priscilianismo e outras heresias de menor importância, o rei Requiário dos Suevos, converteu-se ao catolicismo em 447 ou 448, portanto antes de Clovis (496) e do rei visigodo Recaredo (587) terem entrado para a Igreja de Roma. É certo que Remismundo, dos Suevos, em 465 voltou de novo ao arrianismo, por culpa do bispo Ajax, vindo da Gália; mas o milagre de S. Martinho de Tours, ao curar Teodomiro, filho do rei Charriarico, levou a nova conversão ao catolicismo. E ainda mais, as relíquias a que foi atribuído o milagre viriam para o Reino dos Suevos com outro S. Martinho, o futuro bispo de Dume (556), onde fundou um mosteiro e de onde irradiou uma extraordinária acção, continuada depois da sua elevação para a Sé de Braga.

A partir de Teodomiro, o Reino dos Suevos ingressava definitivamente na Igreja católica e em Braga celebrou-se o 1.º Concílio em 561; o 2.º foi em 572, sendo já metropolitano S. Martinho. A divisão eclesiástica do Reino dos Suevos teria sido feita entre 572-582. Pelo que diz respeito à parte portuguesa compreendia, sob o metropolitano bracarense, as dioceses de Dume, Conímbriga, Portucale, Veseo, Lamecum e Egitânia. Também há notícias da diocese de Magneto ou Maqueto (Meinedo) mas este foi um bispado de curta duração; existia em 572 e Viator era então o seu bispo. Anteriormente houve diocese em «Aquae Flaviae» (Chaves) mas também foi de curta vida. Coexistiram dioceses com dois bispos, um católico e um arriano, como por exemplo, em Portucale, no tempo de Argiovitus, arriano e Constantino, católico (1).

Os Visigodos, quando chegaram à Península em 414, eram arrianos de há muito. Estabeleceram o seu culto e, naturalmente, surgiram atritos com os católicos hispano-romanos. Por vezes praticaram perseguições violentas, como no tempo de Teodorico, só abrandadas nos fins do séc. V com Alarico; desapareceram com Atanagildo, o rei católico que pediu socorro aos Bizantinos, para lhes ficar a dever o trono, em detrimento do arriano Agila. As novas perseguições no reinado de Leovigildo e a rebelião de seu filho, o católico Hermenegildo, terminariam de vez com o arrianismo no

(1) PIERRE DAVID — Op. cit., pág. 68.

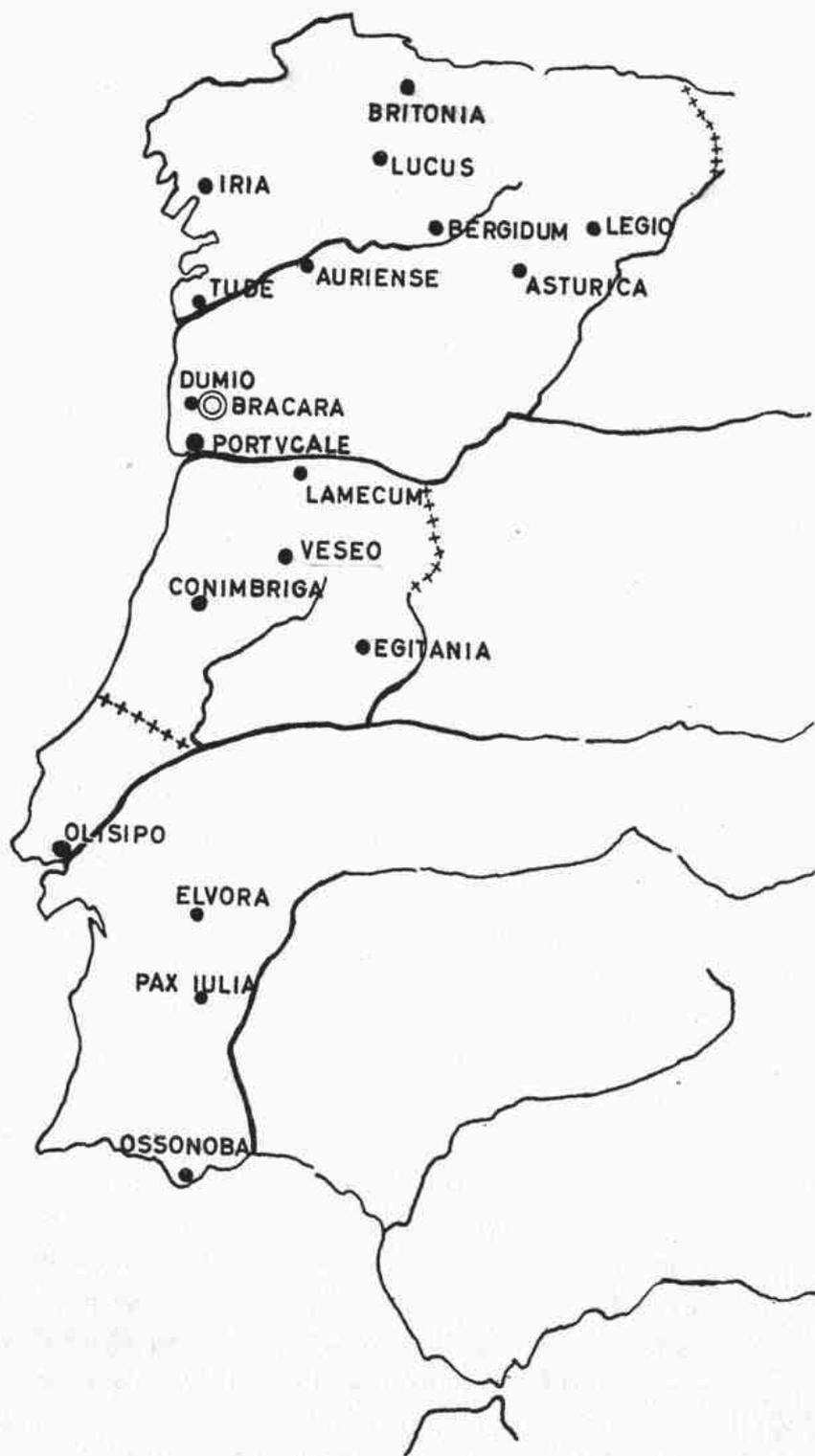


Fig. 2 — Reino dos Suevos (++++ —++++), no período final. Dioceses da Divisão de Wamba

reinado de Recaredo quando o rei, depois de se ter feito baptizar, em 587, enviou a mensagem da conversão do seu povo ao III Concílio Nacional, realizado em Toledo no ano de 589, com a assistência de 62 bispos presididos por S. Leandro.

Os arrianos passaram a ser os perseguidos, como já se verificara em 588 na revolta do bispo arriano de Mérida, já depois da conversão do rei e que foi rapidamente subjugada por Cláudio, hispano-romano, Duque da Lusitânia ⁽¹⁾.

As dioceses da parte lusitana de Portugal, nesta data, eram: Olisipo (Lisboa), Pax Iulia (Beja), Elvora (Évora), Ossonoba (Faro) todas, portanto, sufragâneas de Mérida.

Depois de extinto o Reino dos Suevos, o Metropolita Oroncio, de Mérida ⁽²⁾ pediu, cerca do ano 660, reinando Recesvinto, para passarem à sua órbita as dioceses da antiga Lusitânia até então incluídas no desaparecido Reino. Foi atendido e assim recebeu: Lamecum, Veseo, Conímbriga e Egitânia.

De todas estas dioceses do território português a mais importante, a única metropolita, era Braga e a sua região foi a fracção nuclear ou a parcela essencial do novo Estado ⁽³⁾. Por este motivo e pelo facto de ter sido a capital do Reino dos Suevos, se deve possivelmente o papel desempenhado pelos que a ela se acolheram e de lá irradiaram a luz do seu espírito. Foi a Braga que se acolheu S. Martinho, para quem foi criado o bispado de Dume, em 556, de onde passaria para Braga, bem como S. Frutuoso. Natural de Braga era o historiador Paulo Orósio a quem nos referimos e não longe nascera o bispo Idácio, de Chaves, que deixou uma crónica destes tempos e nela abarca quase um século (379-469).

Na parte portuguesa da Lusitânia, em Santarém (Scallabis), nasceu João de Biclara, godo e que foi bispo de Gerona, depois de ter permanecido 17 anos em Bizâncio; também relatou os acontecimentos do seu tempo, passados entre 567 e 590.

Em Beja, cidade episcopal e que foi tão importante no período romano,

⁽¹⁾ PIERRE DAVID — Op. cit., pág. 2.

⁽²⁾ J. PINA MANIQUE E ALBUQUERQUE — *Mapa da Galiza Sueva, Bracara Augusta*, IX-X, Braga, 1958-59, pág. 152.

⁽³⁾ RAMON MENENDEZ PIDAL — *Historia de España, III, Introducción*, Madrid, 1940,

sede de um *conventus*, o Bispo Apríngio comentou o Apocalipse nos meados do séc. VI.

A organização paroquial, regulada pelos concílios ⁽¹⁾, era muito cuidada.

Parece ter havido particularidades litúrgicas do Reino dos Suevos ⁽²⁾ que teriam talvez persistido depois da queda da independência. De resto, os Visigodos mantiveram, ao povo Suevo, uma relativa liberdade dentro dos seus usos e costumes.

IV CAPÍTULO

BIZANTINOS NA PENÍNSULA

Embora o facto de uma parte da Península ter estado sob o domínio directo de Bizâncio durante 70 anos, não foi esse o motivo principal que levou à marcada influência da Arte bizantina sobre a Arte peninsular da época; no entanto, não podemos passar sobre a ocupação de uma faixa do litoral Sul pelos Imperiais, sem lhes fazer a referência a que têm direito. É certo, como diz o P. Goubert ⁽³⁾, que a história da Hispânia bizantina é cheia de mistério; mas alguma coisa se tem apurado, designadamente graças aos trabalhos eruditos deste bizantinista.

O sonho imperial de Constantino, o Grande, ao fazer erguer Constantinopla em cinco anos e meio, teve seguimento nos seus sucessores. O carácter faustoso que imprimiu às festas da inauguração da nova capital, em Maio de 330, foi como que o tom dado à vida da que viria a ser grande metrópole desde o início; de resto, ela iria procurar ocupar o lugar, cada vez mais vago, da capital do Ocidente, substituindo-se-lhe tanto quanto lhe fosse possível.

O Cristianismo, apesar de instalada a cadeira de Pedro em Roma, desenvolvia-se extraordinariamente no Próximo Oriente, em particular no

⁽¹⁾ PIERRE DAVID — Op. cit., págs. 7 e 18.

⁽²⁾ P. MIGUEL DE OLIVEIRA — Op. cit., pág. 63.

⁽³⁾ P. GOUBERT — *Byzance et l'Espagne wisigothique (554-711)*, *Études Byzantines*, II, Paris, 1944, págs. 5 e 6.

Egipto e na Síria. A reacção religiosa veio em grande parte como reacção à decadência ⁽¹⁾. O Imperador de Constantinopla deu liberdade à Igreja e à hora da morte um bispo arriano baptizou-o ⁽²⁾: estavam assim lançadas as bases do grande Império Cristão do Oriente.

A ideia da reconquista de províncias perdidas, apoiada ou disfarçada com a capa para defesa da religião católica, serviu a Justiniano como pretexto para ajudar os do seu credo religioso a instalarem-se no território peninsular. E assim, quando o visigodo Atanagildo, católico, se quis desfazer do usurpador Agila, arriano, pediu auxílio ao basileus. Um exército comandado por Libério desembarcou no Sudeste da Península; Agila foi derrotado e os Bizantinos assentaram arraiais na zona que haviam ocupado.

O homem escolhido para chefiar a expedição não era um jovem, mas tinha vasta folha de serviços ao Império exercidos em províncias bem distantes umas das outras. Parece ter começado por servir Odoacre e o Grande Teodorico tomou-o ao seu serviço como prefeito do pretório. Depois foi para as Gálias, onde comandou a «Província», de onde passou a Orange a fim de tomar parte no Concílio; daqui, Teodabade enviou-o a Constantinopla. Mandado para o Egipto como prefeito «augustalis», regressou depois a Itália. O Imperador Justiniano, no desejo de se apossar da Sicília, designou-o para comandante da esquadra que deveria ocupar a ilha. Foram infrutíferos os seus esforços e seguiu de novo para Constantinopla; foi então enviado à Hispânia, onde desembarcou em 551 para auxiliar Atanagildo. Era já octogenário, mas a experiência da vida, os conhecimentos adquiridos no desempenho de tão variados cargos, aliados à sólida honestidade e bom senso, foram mais que suficientes para lhe ser encomendado mais um serviço, aliás desempenhado com acerto. E assim, Atanagildo ajudado por Libério venceu Agila, perto de Sevilha. O arriano, perseguido, foi assassinado em Mérida e os Bizantinos tomaram então Córdova, Assidónia, Málaga e Cartagena.

Instalado em Córdova ou em Cartagena durante três anos (551-554), o patrício Libério cumpria as ordens recebidas do Imperador e lançava raízes na Cartaginense e na Bética.

(1) S. RUNCIMAN — *La civilisation byzantine*, Paris, 1952, pág. 16.

(2) S. RUNCIMAN — *Op. cit.*, pág. 29.

Dos outros chefes bizantinos na Península ⁽¹⁾ não temos conhecimento tão concreto como de Libério; um deles foi Comentiolus. Ocupado nas lutas contra Persas e Avares, que então preocupavam seriamente o Imperador, foi dali enviado para a Península; era nessa data rei dos Visigodos o grande Leovigildo, arriano, quando o seu primogénito, já associado ao trono, Hermenegildo, se fez católico baptizado com o nome de João. Governava, o príncipe revoltado contra o pai, a zona Sul da Península e tinha o seu governo em Hispalis (Sevilha). O bispo Leandro, irmão do que havia de ser S. Isidoro e também mais tarde bispo hispalense, foi a Constantinopla pedir auxílio ao basileus. A pretexto de ajudar os católicos, Comentiolus veio à Península, onde foi «magister militum» contra os arrianos. Sabemos o triste fim que teve Hermenegildo: cercado em Sevilha foi obrigado a abandonar a velha Hispalis. Fugiu, depois foi preso e por fim encarcerado e morto em Tarragona onde iria conquistar, pelo seu sacrifício, as honras do altar em tempos de Filipe II. O fim de Comentiolus também foi triste: da Península passou ao Danúbio, para depois ser morto na revolta em que igualmente o Imperador perdeu a vida.

Outro chefe bizantino na Península foi o patrício Cesário. Derrotado por Sisebuto, fez com ele um tratado de paz que só lhe deixava o Algarve. Aqui se fortificaram os Imperiais em torno de Ossónoba (Faro), último foco bizantino na Hispânia, até serem de lá desalojados por Suintila em 624 ⁽²⁾.

Do outro lado do Estreito, na bizantina Ceuta, temos notícia do tristemente célebre Conde Julião. Aventou-se a hipótese de ser Visigodo e mesmo Bárbaro; mas parece que era Bizantino. Apertado pelos Árabes, teria pedido auxílio a Vitiza e seria em reconhecimento pelos serviços então prestados que quisera acompanhar os filhos daquele rei na batalha travada nas margens do Janda, passando-se com eles para o lado de Tarique.

Outro chefe bizantino seria Francio que teria sucedido a Libério; mas não há a certeza se o teria sido, nem sequer da de outro chefe, de nome Romanus.

Não se conhece com exactidão até onde chegaram os Imperiais na sua

⁽¹⁾ P. GOUBERT — *L'administration de l'Espagne Byzantine, Les Gouverneurs de l'Espagne Byzantine, Études Byzantines*, III, Bucarest, 1945, pág. 125.

⁽²⁾ P. GOUBERT — *Byzance et l'Espagne Wisigothique, Études Byzantines*, II, 1944, pág. 75.

ânsia de conquista; faltam os documentos e a única forma de fazer uma ideia aproximada é, por um lado, como fez o P.^o Goubert, conjugar os textos visigodos nas referências feitas às conquistas de cidades ocupadas pelos bizantinos; por outro, a lista dos bispos que tomaram parte em vários concílios de Toledo, partindo do princípio de que os ausentes tê-lo-iam sido por estar a sua diocese em território bizantino e não visigodo ⁽¹⁾. E assim (Fig. 3) tem-se como certo, ou quase certo, que a fronteira mais seten-

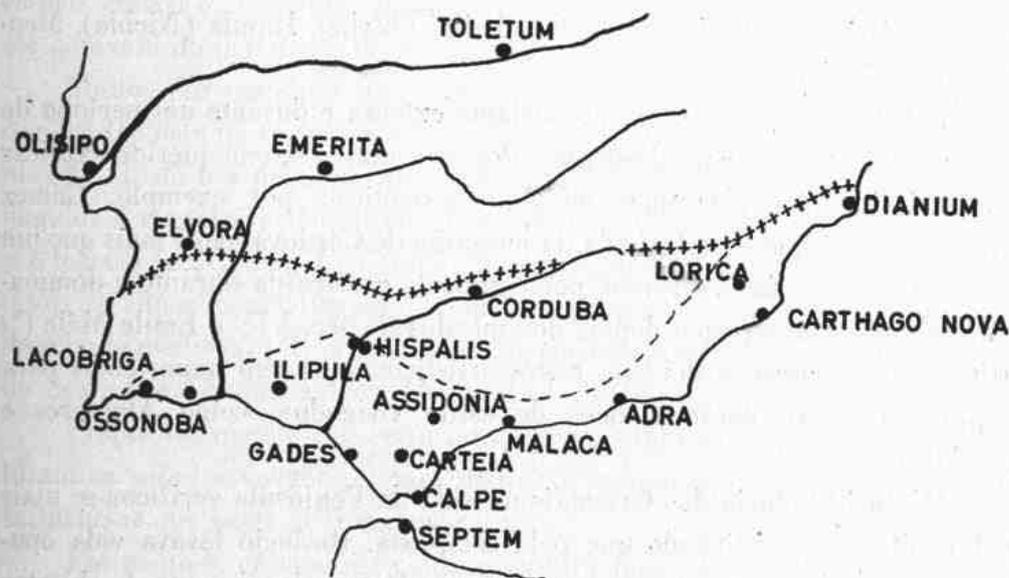


Fig. 3—Territórios bizantinos na Península (554-624)

- Limite
- +++++ Limite máximo de prováveis incursões

trional teria ido de Dianium (a actual Denia) perto de Promontório do mesmo nome, nos contrafortes da Serra Morena, até um pouco ao Norte de Córdova de onde seguiria o Guadalquivir para depois se inflectir para Ocidente e atingir o Atlântico. É duvidosa esta última parte do trajecto, pois se alguns autores afirmam terem os Imperiais chegado aos muros de Évora ⁽²⁾, parece provado não terem ido muito para lá da fronteira Norte do Algarve. Foi uma linha praticamente ondulante e que acabou por se dividir em

⁽¹⁾ P. GOUBERT — *Le Portugal Byzantin*, Bul. des Études portugaises de l'Institut Français au Portugal, nova série, XIV, Coimbra, 1950.

⁽²⁾ LEBEAU — *Histoire du Bas Empire*, IX, Paris, 1928, pág. 308.

duas, quando o Algarve ficou destacado dos territórios de Sudeste. Restavam assim duas províncias, a de Cartagena (ou Málaga) que compreendia parte da Cartaginense e da Bética e a de Ossónoba; esta incluía o Sul da Lusitânia.

As cidades episcopais ocupadas pelos Bizantinos durante mais tempo foram Cartago Spartaria (Cartagena), Córdoba, Hispalis (Sevilha), Acci (Guadix), Astigi (Eciga) que já no séc. IV e V contava uma colónia grega importante, bem como Basti (Baza), Carteia, Dianium (Denia), Egabro (Cabra), Iliberris (Elvira, Granada), Lelici (Elche), Ilipula (Niebla), Mentesa e Ossónoba (Faro).

Foi portanto uma ocupação bastante extensa e durante um período de 70 anos, o que não é para desprezar. Por este motivo se tem querido explicar certas influências bizantinas na Arte visigótica; por exemplo, Gómez Moreno ⁽¹⁾ crê que uma fachada da mesquita de Córdoba não é mais que um resto da basílica de S. Vicente, possivelmente construída durante a dominação dos Imperiais, pouco depois dos meados do séc. VI; e Emile Mâle ⁽²⁾ afirma ter a ocupação deixado rastros artísticos «que têm importância para explicar aspectos característicos do estilo visigodo», como Algezares e La Alberca.

Mas a influência dos Orientais na vida da Península verificou-se mais por infiltração pacífica do que pela conquista. Bizâncio levava vida opulenta, gozava de enorme prestígio; as suas indústrias locais eram de objectos de luxo. Uma delas, a de tecidos de seda, teve início no tempo de Justino II quando uns frades conseguiram, com mil cautelas e perigos, trazer da China os bichos de seda que iriam constituir um monopólio de Constantinopla até 1147 ⁽³⁾. Outra era a ourivesaria, de onde saíam relicários esmaltados, taças e outros objectos de ouro, pedras preciosas trabalhadas, marfins insculpidos. Todos estes produtos foram devidamente recebidos em toda a Europa e Norte de África. O comércio era intenso, mais por via indirecta, que passava pela Numídia, Sicília ou Ravena, que directa.

Embaixadas sucediam-se nos dois sentidos. De cá para lá foram homens

⁽¹⁾ M. GÓMEZ MORENO — *Excursión através el arco en herradura*, Madrid, 1906, pág. 16.

⁽²⁾ EMILE MÂLE — *El siglo VI*, op. cit., pág. 281.

⁽³⁾ S. RUNCIMAN — Op. cit., pág. 175.

da envergadura de Orósio, que esteve no Norte de África, com Santo Agostinho e foi à Terra Santa; Idácio, foi a Belém e encontrou-se com S. Jerónimo; S. Leandro deslocou-se a Constantinopla pedir auxílio ao Imperador Maurício, conhecendo ali o futuro Papa S. Gregório com quem manteve correspondência; João de Biclara, de Santarém, o Abade Donatis, e um sem-número de peregrinos dos lugares Santos (1). De lá para cá vieram S. Martinho de Dume, Panónio bizantinizado, que havia de converter os Suevos; os bispos de Mérida, Paulo e Fidel. Um grande número de comerciantes gregos e sírios espalhou-se um pouco por toda a parte; tantos, que até gosavam do privilégio de serem julgados segundo as suas leis.

Muitos dos costumes bizantinos foram adoptados pelo reino visigodo, designadamente na corte. Leovigildo imitava o imperador no traje e cerimónias de fausto e a partir de Recaredo os reis, ao serem entronisados, eram ungidos à maneira oriental. O reflexo de Constantinopla foi até à política, e à legislação (Código Justiniano), à numismática (na cópia do tipo bizantino); à situação privilegiada criada aos bispos, primeiros parlamentares do mundo medieval (2); a determinadas cerimónias de culto, como a fixação da Sexta-feira Santa, às cerimónias da Indulgência, etc.

Propositadamente não recordamos o discutido reflexo da Architectura bizantina sobre a visigótica, para disso nos ocuparmos ao tratar das várias influências que nesta se manifestaram.

Em resumo, cremos ter vindo a cultura bizantina até à Península por dois caminhos: um pacífico, o mais importante, de acção mais profunda e duradoura, constituído pela importação de objectos artísticos, fabricados ou no Próximo Oriente, ou com mais probabilidades em focos bizantinos próximos, como o Norte de África, a Sicília, Ravena; outro de ocupação militar, ainda mal conhecido nos seus efeitos, mas que não é para desprezar, pois à Bética e à Cartaginense, precisamente ocupadas pelos Bizantinos, vai no séc. VII, corresponder um papel civilizador comparável ao da «Província» na Gália Romana (3). O que não é possível é definir até onde se infil-

(1) Não deixaremos de mencionar a religiosa hispânica Etéria, que depois de visitar a Síria, Constantinopla, Egipto, Palestina, escreveu um relato sobre a sua viagem.

(2) P. GOUBERT — *Influences byzantines sur l'Espagne Wisigothique*, *Rev. des Études Byzantines*, IV, Bucarest, 1946, pág. 114.

(3) P. GOUBERT — *Influences byzantines sur l'Espagne Wisigothique*, *Rev. des Études Byzantines*, IV, Bucarest, 1946, pág. 133.

trou na Hispânia a cultura oriental absorvida através a faixa do Sul, e precisamente na incerteza está o carácter dessa influência, que não deve por isso ter sido grande.

V CAPÍTULO

ANTECEDENTES DA ARTE VISIGÓTICA

IBÉRIA PRÉ-ROMANA

Não seria possível supor que a Arte visigótica tivesse surgido na Península com elementos totalmente novos para ela, passando sobre o que encontrasse como se não tivesse mais aceitação: pelo contrário, motivos artísticos enraizados desde séculos mantiveram-se no seu posto e, a seu modo, enformaram as novas tendências. Sabe-se como o conservantismo do desenho, uma vez bem instalado, resiste a todas as mudanças sejam elas de carácter religioso, político ou outras por que o povo há-de passar ⁽¹⁾; por isso se vê a constância de determinadas propensões e a «contaminação» que elas exercem sobre a Arte importada, e vice-versa.

Desde o Paleolítico, razões sobejamente conhecidas demonstram o interesse que a Arte cedo despertou nos povos peninsulares; por isso, motivos bem arcaicos aparecem e desaparecem ao longo dos séculos, outros mantêm-se quase ininterruptamente ou não voltamos a encontrá-los.

Não pretendemos fazer História da Arte peninsular denominada ibérica e que antecede imediatamente a conquista romana; mas não podemos também deixar de chamar a atenção para certas tendências da predilecção popular e que irão surgir de novo no período que nos propusemos tratar, se é que alguma vez desapareceram, designadamente nos motivos decorativos do campaniforme e das culturas dolménica e castreja.

Basta, para demonstrá-lo, citar alguns exemplos. Vasos de cultura de Palmela ostentam decoração geométrica dentro de dois círculos formados por cordas concêntricas ⁽²⁾ (Fig. 4). As placas de xisto, tão abundantes na Arqueologia portuguesa, exibem desenhos geométricos os mais variados.

⁽¹⁾ O. M. DALTON — *Byzantine Art and Archaeology*, Oxford, 1911, pág. 687.

⁽²⁾ NILS ABERG — *Le civilisation néolithique dans la Péninsule Ibérique*, Upsala, Paris, 1921, pág. 62, fig. 54, n.º 4.

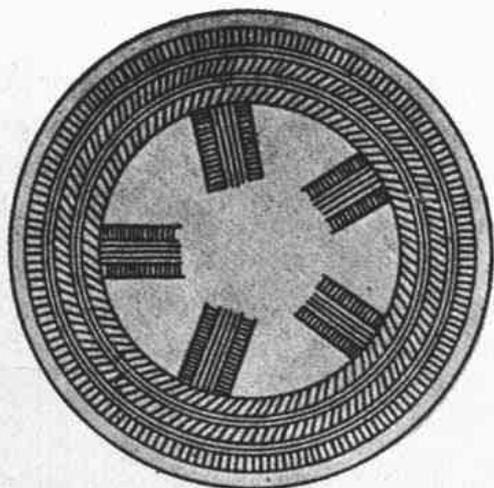


Fig. 4—Decoração eneolítica, Vaso de Pal-
mela (seg. N. ÅBERG, *La civilis.
énéolith. dans la Pen. Ibérique*,
fig. 54, n.º 4).

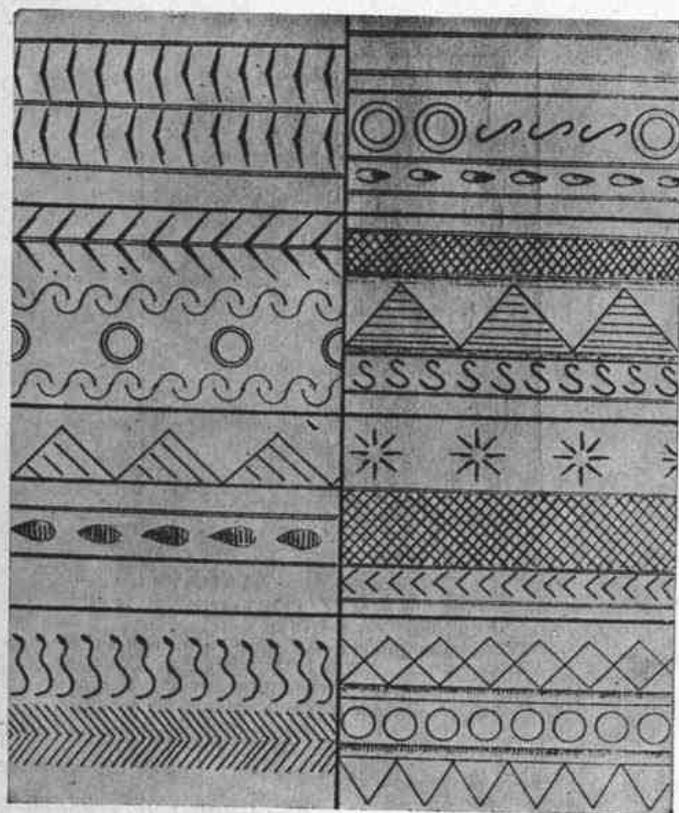


Fig. 5—Motivos ornamentais de cerâmica da Citânia de Bri-
teiros (seg. MÁRIO CARDOZO, *Citânia e Sabroso*,
pág. 41, fig. 10).

Em pedras esculpidas, das citânias, como na de Âncora ⁽¹⁾ e noutras, a decoração de ombreiras e de vergas dalgumas portas tem o contorno do desenho feito por uma corda (Fig. 6) dupla ou tripla enquanto a superfície da pedra é cheia, quase inteiramente, por um encanastrado. Outras vezes aparecem cruces (Fig. 7): a gamada, a patada, semelhante à visigótica, uma cruz semelhante à de Cristo ⁽²⁾. E não faltam o tristelo, o tetrastelo, a rosácea, etc.

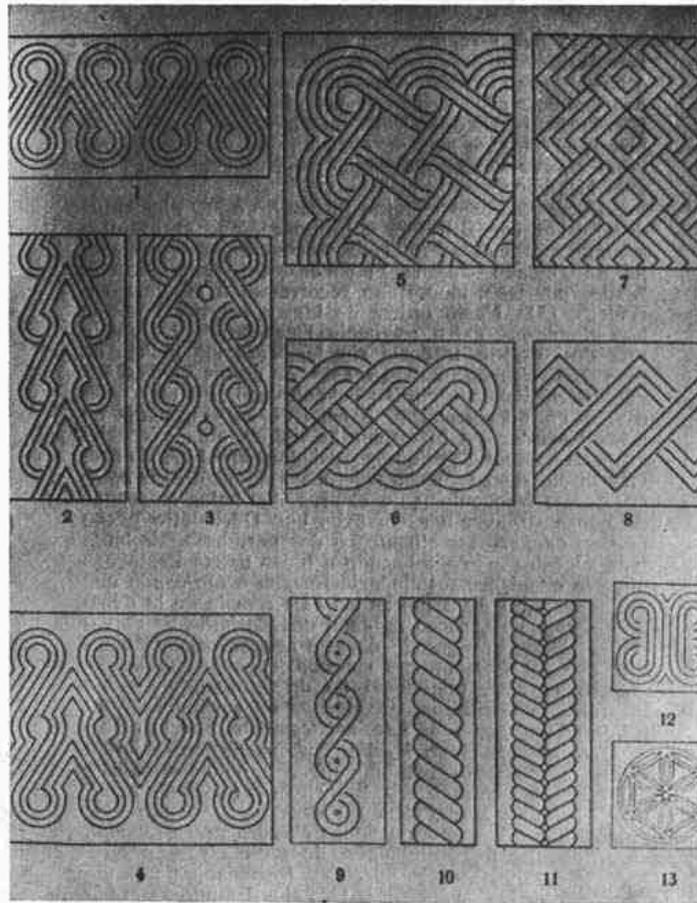


Fig. 6 — Motivos ornamentais dos castros, em pedra: Briteiros e Sabroso, 1, 10 e 11; Briteiros, 2, 3, 12 e 13; Sabroso, 8; Vermoim (Famalicão), 4 e 5; Âncora, 2 e 7; S. Miguel-o-Anjo (Famalicão) e Monte Redondo (Braga) (seg. MÁRIO CARDOZO, *Citânia e Sabroso*, pág. 31, fig. 6).

(1) A. MENDES CORRÊA — *História de Portugal*, I, Barcelos, pág. 193.

(2) MARQUÊS DE LOZOYA — *História del Arte Hispánico*, I, Barcelona, fig. 87.



Fig. 7—Pedras esculpidas das citânias (seg. M. DE LOZOYA, *História del Arte Hispánico*, I, 79, fig. 87).



Fig. 8—Pedra esculpida do Castro de Cendufe (*M. Etnológico*).



Fig. 9—A mesma pedra da fig. 8, vista lateralmente.



Fig. 10— Outra pedra esculpida do Castro de Cendufe (*Museu Etnológico*).

Alguns motivos impressionaram vivamente Virchow ao visitar, em excursão, o Norte de Portugal depois de encerrado o Congresso de Arqueologia de 1880, a ponto de ter escrito que os desenhos das pedras da Citânia de Briteiros lembram, em parte, ornatos dos dólmenes da Irlanda e rochas da Suécia e são de formas parecidas às que Schliemann encontrou em Micenas e em Troia ⁽¹⁾. A cerâmica que viu no mesmo local e no vizinho Castro de Sabroso levou-o a confirmar aquela ideia da influência oriental na Arte castreja; da mesma opinião foram Cartailhac e Martins Sarmiento ⁽²⁾.

Esta preferência pela geometrização na decoração das cantarias verificou-se também na cerâmica e manifesta-se exuberantemente na ourivesaria.

Sabemos da razoável produção de ouro no Noroeste Peninsular, de onde Roma levava, anualmente, nada menos que 3 880 kgs. ⁽³⁾! A prata também era extraída em abundância ⁽⁴⁾; basta recordar o episódio dos Fenícios, ao alijarem do seu navio a parte da embarcação que poderia ser substituída por instrumentos de prata, para deste modo levarem a maior quantidade possível.

⁽¹⁾ VIRCHOW — *Verhandlungen der Berliner Anthropologischen Gesellschaft*, cit. e tradução de F. Martins Sarmiento, in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques*, compte rendu de la neuvième session à Lisbonne, 1880 — Lisboa, 1884, pág. 652.

⁽²⁾ F. MARTINS SARMENTO — *A Arte mycenica no Noroeste de Hespanha*, Portugália, I, Porto, 1898, pág. 1.

⁽³⁾ PLÍNIO — *N. H.*, XXXIII, 21.

⁽⁴⁾ MANUEL HELENO — *Jóias pré-romanas*, *Ethnos*, I, pág. 229.

Com tal abundância de metais preciosos, começou cedo a sua exploração e a fabricação de adornos. A isso não foram estranhas influências halls-táticas (estas mais no Noroeste), gregas e etruscas; mas o grande impulso foi-lhes dado pelos Cartagineses.

Os Celtas, muito dados a ornamentações, contribuíram para um maior desenvolvimento da ourivesaria com uma técnica muito aperfeiçoada e cuidada, mais evidente no período hallstático, mas a estender-se pelo de La Tène. Por outro lado, dentro dos motivos geométricos, variaram a decoração e ainda a forma dos objectos: alongaram, deformaram e estilizaram até à desintegração tanto vegetal e animal como da figura humana (1). A técnica: granulada, filigrana, tracejado, pontilhado, mostra bem até que ponto levaram a sua Arte. Assim, aparecem nos Castros ou em escavações noutras locais, mas desse período, colares, articulados ou não, fíbulas, torques, lúnulas, braceletes, arrecadas, anéis e outras peças de uso difícil de compreender.

É notável a variedade dos desenhos exibidos no torques de Lebução (2,3) (Valpassos) onde aparecem, entre outros motivos, as rosáceas, a fita dupla a desenvolver círculos sucessivos, a «grega»; etc. Esta indústria atingiu um tal desenvolvimento e chegou a tal estado de perfeição, como no diadema de Ribadeo (Galiza), que perdurou até às invasões germânicas.

Teremos assim ocasião de ver um certo número de motivos da Arte visigótica já haver sido sobejamente conhecido na Península desde tempos remotos, como a corda e a tendência para a geometrização; a propósito escreveu Santa Olalla (4), têm aparecido em monumentos funerários do Alto Ebro e do Douro muitas peças profusamente decoradas, às vezes com motivos geométricos de raízes pré-romanas e que são, em grande parte, os mesmos que irão aparecer em objectos germânicos como, por exemplo, nas placas de cinturão visigóticas (5).

No período visigótico vieram, de bem longe, alguns motivos idênticos

(1) EDOUARD SALIN — *La civilisation merovingienne*, III, Paris, 1957, págs. 204 e seg.

(2) RICARDO SEVERO — *O Tesouro de Lebução*, Portugália, II, 1905-08, Est. I e II, pág. 1.

(3) FLORENTINO LOPEZ CUEVILLAS — *Las joyas castreñas*, Madrid, 1951, figs. 31 e 42.

(4) J. MARTINEZ SANTA-OLALLA — *Sobre algunos hallazgos de bronce visigóticos en España*, IPEK, 1931, págs. 57 e seg.

(5) HANS ZEISS — *Los elementos de las artes industriales visigodas*, Anuario de Preistoria Madrileña, IV-V-VI, 1933-34-35, pág. 157.

ou muito semelhantes e possivelmente, por essa razão, tiveram aceitação fácil e rápida.

ESCANDINÁVIA

A origem da decoração geométrica que ilustra profusamente a Arte escandinava, tem dado lugar a discussão entre os arqueólogos: é autoctone nórdica, ou de origem mediterrânica? E ainda: a sua decoração animalista é puramente escandinava ou trazida dos Sassânidas? Creio não se ter chegado ainda a uma conclusão aceita unanimemente por todos.

Em primeiro lugar, a arte começa pela geometrização das figuras para só mais tarde entrar no realismo; ora na Escandinávia apareceram, no início da sua arte, entrelaçados labirínticos fantásticos diferentes dos célticos e dos clássicos também se distinguem por nestes as fitas se cruzarem regularmente, a formarem ângulos rígidos. Ainda os animais estilizados, metidos pelo entrelaçado, vêm conferir mais personalidade aos Escandinavos. Mas esta introdução dos animais (e plantas) seria nórdica, ou sassânida? Parece neste ponto não haver dúvidas: veio do Sul da Rússia e das estepes da Sibéria ⁽¹⁾. Os animais, neste último caso exibem-se, enquanto na Escandinávia aparecem como que escondidos, no meio dos entrelaços ⁽²⁾.

Em muitas peças escandinavas, no período da cristianização, os animais já não aparecem escondidos. São quase sempre os mesmos: o cavalo de Odine, o mastim, aves de rapina, a gralha e têm representação mística. Aparecem nos objectos de adorno, como as fivelas, que para Pijoan ⁽³⁾ tinham mais função decorativa do que utilitária. Os animais nelas representados tinham funções religiosas e eram defensores ou protectores de quem as levava.

Enfim, para Strzygowski a Arte nórdica, essencialmente abstracta, foi a única grande Arte europeia até às escolas cubista e expressionista.

Por outro lado, o aparecimento de jóias, punhos de espada, etc., em escavações arqueológicas no território escandinavo, designadamente o espó-

(1) J. STRZYGOWSKI — *Asiens bildende Kunst*, 1930.

(2) J. PIJOAN — *Summa Artis*, VIII, pág. 67.

(3) IDEM — Op. cit., VIII, pág. 52.

lio de Sutton Hoo, vieram reforçar a hipótese de que a ourivesaria dos Godos surgiu no seu país de origem e de lá foi trazida com as migrações. Para autores como Arburam ⁽¹⁾ os trabalhos de alveolados com aplicações de vidros coloridos ou de granadas foram trazidos para a Europa Central e Ocidental pelas migrações germânicas; e então, ao virem das margens do Mar Negro influíram, portanto posteriormente, a Arte escandinava. Basta confrontar as datas das peças encontradas em França, Renânia, etc., com as escandinavas, para concluir terem sido estas inspiradas naquelas.

O problema da prioridade escandinava não está ainda suficientemente esclarecido num sentido ou noutro e por isso necessita novos estudos baseados essencialmente em achados arqueológicos; muito provavelmente eles não faltarão.

IRÃO

Embora a cavalaria sassânida nunca tivesse chegado à Europa Ocidental, as relações do Irão com Bizâncio e a influência da sua Arte na bizantina e desta na visigótica foram tais, que é indispensável acrescentar duas linhas sobre aquele povo do planalto, tão cheio de personalidade forte e inalterável.

Pela sua situação entre o Oriente e o Ocidente, o Irão foi ao longo da História como uma ponte entre dois mundos distintos: encontram-se motivos do Irão em toda a Ásia ⁽²⁾ e na Europa longínqua.

Na sua expansão adoptou duas tradições que criaram, tanto uma como outra, motivos originais: por um lado a construção em tijolo cru, por outro a prática de uma religião sem imagens.

Para exprimir a divindade e os seus atributos lançou mão de símbolos, que chegaram ao extremo Ocidente da Europa. Os principais símbolos da Santidade ⁽³⁾ eram o arco sagrado e a paisagem. Nos altares, que aparecem já no período Aqueménida, os quatro arcos levam fogo simbólico, como a

⁽¹⁾ HOLGER ARBURAM — *Verroterie cloisonné et filigrane*, in Bull. de la Soc. Royale des Lettres de Lund, Lund, 1950, pág. 136.

⁽²⁾ J. STRZYGOWSKI — *L'ancien Art Chrétien de Syrie, étude préliminaire de Gabriel Millet*, Paris, 1936, págs. 20 e seg.

⁽³⁾ G. MILLET in *J. Strzykowski*, op. cit., idem, idem.

abóbada do céu leva o fogo celeste. O seu carácter religioso anda ligado à finalidade dos próprios monumentos; por isso os veremos mais tarde nas absides das igrejas cristãs e na entrada grandiosa das mesquitas.

Os primeiros habitantes do planalto recebem cedo a invasão do povo iraniano vindo das estepes asiáticas e que ali se fixou definitivamente. Estabeleceu contacto com a rica civilização mesopotâmica por um lado, com a hindu e a chinesa por outro. Da primeira, apareceram na sua arte a arquitectura, as ciências, o urbanismo, as artes decorativas; da segunda, a arte animalista e o metal trabalhado. A força expansionista desse povo em breve entrou em contacto com a civilização helenística, de concepções políticas opostas: à ideia de liberdade grega antepunha-se a de submissão integral do homem ao rei; à cidade-estado, o império. Quando, nessa luta, venceram os soldados de Alexandre, nunca os gregos conseguiram dominar o espírito iraniano: ambos os povos lucraram com o íntimo contacto, mas não se misturaram e muito menos se fundiram. O Irão manteve-se sempre oriental e o grego ocidental, embora este tivesse batido às portas da Índia. Vieram depois os Párticos e os Sarmatas, que obrigaram os Gregos a recuar; Roma substituiu os Helenos, mas manteve-se a antinomia. O Irão sofreu como que um eclipse no período Aqueménida para fazer de novo brilhar o seu vigor adormecido com o aparecimento dos Sassânidas.

A civilização Sassânida expandiu-se extraordinariamente pela Ásia e pela Europa, abraçando os grandes oceanos: Atlântico, Pacífico e Índico.

As hordas nómadas, que da Ásia Central caminhavam para Oeste, só lhes foi permitido roçar as fronteiras do Irão. O povo do planalto defendeu com vigor e êxito a invasão das suas terras e organizou-se para novos feitos. As lutas com Bizâncio acabaram por lhe dar novas forças, com sacrifícios pesados é certo; mas, apesar disso, foi a sua organização militar quem inspirou mais tarde a cavalaria medieval e Carlos Magno deixou-se influenciar pela administração pública iraniana ⁽¹⁾.

Foram esses contactos com o Oriente e o Ocidente aproveitados pelo Irão, sem no entanto perder a sua personalidade, que caldearam elementos de origem vária e puderam, pelas circunstâncias extraordinárias da sua situação, expandir concepções artísticas até muito para lá das próprias fronteiras, como veremos.

(1) R. CHIRSHMAN — *L'Iran*, Paris, 1951, pág. 322.

O talhe usado na pedra, para os motivos decorativos dos seus monumentos, foi o bisel. O centro de difusão do talhe em bisel foi descoberto por Minoussinsk, perto do Ienisei, ao Sul da Sibéria, segundo Gabriel Millet ⁽¹⁾: encontrou-o em objectos de bronze e armas tidos como do século III e II a. C. A ornamentação era já a haste enrolada a descrever círculos com folhas. Este motivo aparecerá frequentemente e será adoptado na Igreja Cristã; a haste de videira, enrolada, com parras e cachos de uvas irá aparecer em todo esse caminho do Oriente para o Ocidente. De interpretação mais ou menos bárbara, foi adoptada cedo nos monumentos páleocristãos ⁽²⁾.

Outros motivos do Irão e que apareceram na Arte visigótica são a corda e o entrelaçado. A trança teria também aparecido primeiro nas tribos iranianas das margens do Mar Cáspio ⁽³⁾. Já tivemos ocasião de mostrar como estes elementos decorativos eram há muito conhecidos e usados largamente na Península; a influência oriental, se não foi quem determinou o seu aparecimento, certamente tê-lo-á feito reviver. E assim se verifica mais uma vez a grande influência que o Oriente, desde tempos bem remotos, exerceu sobre o Ocidente. Por isso pôde Strzygowski ⁽⁴⁾ afirmar, através de uma das suas obras de maior interesse, ter existido na Ásia uma personalidade artística tal, que as suas criações originais inspiraram a maioria das grandes civilizações.

A decoração geométrica, a principal característica da Arte chamada ibérica, tinha tido larga difusão na Ásia.

A figura humana não aparece neste passado longínquo, talvez pelo grande desenvolvimento que tomou, desde o início, o ornato geométrico; mas a Sibéria utilizou o animal, o que teve uma repercussão também assinalável na Arte do período das Invasões.

À estilização do Sol se deve grande número de ornatos. O Universo, regulado pelo Criador, tinha o Sol no seu curso, como a medida de que dependia toda a ordenação. O Círculo Solar era o Ano; dividido em várias partes, a cada uma delas correspondia um raio. O Sol representaria assim as várias estações do ano e ter-se-ia por esta forma chegado à rosácea e dela

(1) J. STRZYGOWSKI — *L'ancien Art Chrét.*, op. cit., pág. 24.

(2) D. MALLARDO — *La vite negli antichi monumenti cristiani di Napoli e della Campania*, Rivista di Archeologia Cristiana, 25, Roma, 1949, págs. 73-103.

(3) J. STRZYGOWSKI — *Asiens bildende Kunst*, 1930, cit. por G. Millet, op. cit., pág. 24

(4) J. STRZYGOWSKI — *Asiens*, op. cit.

a uma larga série de combinações várias: do círculo passou-se à esfera, à linha em S S, à curva ondulante, desta à folhagem serpeante, etc. A grega não é mais que a transformação de linhas curvas ondulantes em angulares.

Dois círculos cruzados representarão o Céu e a Terra; mas se forem dois semi-círculos em vez de círculos obtém-se a trança, e desta o entrelaçado.

Do Irão, como já tivemos ocasião de assinalar, espalharam-se todos estes símbolos pela Ásia, até à China do Norte. A Síria, pela sua proximi-

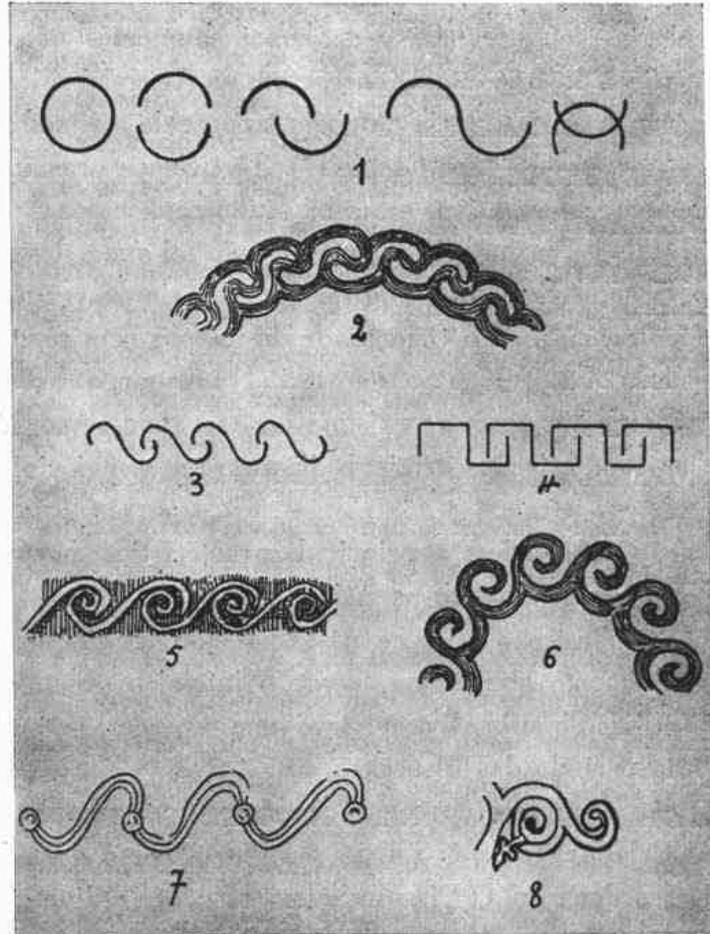


Fig. 11 — Figuras e linhas decorativas da Arte do Irão (MILLET, in J. STRZYCOWSKI, *L'ancien Art. chrét. de Syrie*, XLIII, fig. E: 1, o círculo do ano; 2, vaso de Eskebjerggaard, antigo período do bronze, friso exterior; 3-4, meandro e grega, esquema; 5, cilindro hitita; 6, vaso de Eskebjerggaard; 7, vaso do Museu de Flensburg, antigo período do bronze; 8, cruz escocesa de Bankbead (desenhos de Mme. Sophie Millet)

dade, cedo foi influenciada por tão forte emanção, no tempo dos Seleucidas. E da Síria passaram ao Egipto e deste ao Norte de África. Outra via, mais ao Norte, atravessou a Europa até ao Atlântico e assim, a arte originária da Ásia fez surgir motivos semelhantes ou idênticos em polos opostos da Eurásia. O fenómeno verificou-se não só nos motivos, mas nos próprios objectos. Assim sucedeu também com as decorações das fíbulas e placas de cinturão onde, no início, aparece o alveolado (1).

SÍRIA

Situada no Ocidente da Ásia e com o Mediterrâneo a banhar a costa, desde cedo se viu repetidas vezes invadida e submetida a conquistadores os mais variados. Por lá passaram e alguns se fixaram: Elamitas, Sumérios, Acádios, Hititas, Iranianos, Macedónios, Romanos, Árabes.

Ora independente, ora submetida aos invasores no todo ou em parte, o seu comércio foi desde épocas recuadas muito activo. O Irão, os povos Mesopotâmicos e, por eles, os da Ásia Central e Oriental ali traziam as suas mercadorias que iam encontrar, nos portos Sírios, outras vindas do Egipto, do Mar Egeu, do Mediterrâneo desde os seus confins mais ocidentais. As caravanas por um lado, os navios (fenícios, cretenses, egípcios, etc.) por outro, davam ao país um movimento que estava na base da sua prosperidade.

Depois da independência que se seguiu à queda de Alexandre Magno, foram fundadas várias cidades gregas. Uma delas foi Antioquia, designada para capital em 312 a. C. Mais tarde surgiram novos conquistadores: as legiões de Pompeu transformaram a Síria em província romana, a «Syria», governada depois por um «legatus Aug. pr. pr.», posto que foi sempre muito cobiçado.

Com a queda do Império do Ocidente, passou a ser província do Império Bizantino e assim se manteve até à sua integração no mundo Árabe, no séc. VII.

Foi uma das regiões mais cedo cristianizadas e foi-o em curto espaço de tempo: por isso se lhe tem chamado o berço da Fé. Não faltaram prega-

(1) LOUIS HAMBIS — *A propos des Sceaux-amulettes «Nestoriens»*, *Arts Asiatiques*, P.U.F., III, f. 4, 1956, pág. 286.

dores à nova religião e o ardor pela causa fez surgir grande número de bispos, eremitas, cenobitas, exegetas, como S. João Crisóstomo, Julião Sabas, S. Simeão Estilita, Libanius. A própria palavra «Christianoi» apareceu pela primeira vez em Antioquia. Não admira, pois, que a Síria fosse um núcleo de difusão da doutrina Cristã; de facto dali irradiou para os países vizinhos, designadamente para o Irão, de onde havia de receber influências de outra ordem, como a seu tempo diremos.

Teve, neste período de proselitismo, uma literatura florescente; os excelentes tradutores de textos sagrados, de vidas de santos, de mártires, de filósofos gregos, etc., elevaram a cultura síria a um nível muito alto. Uma lenda, aceita por Eusébio, dizia que o Rei sírio, Abgar, se tinha correspondido com Cristo. O aramaico, a língua do país, persistiu por apego às tradições, apesar dos Sírios terem sido fortemente influenciados pela cultura greco-latina: as traduções faziam-se para aquela língua. Mais tarde, após a conquista árabe, puderam assim os tradutores mulçumanos traduzir para o seu idioma muitos autores gregos antigos, que se não tivessem sido os Sírios, ter-se-iam perdido possivelmente para sempre.

O documento mais antigo que se conhece e nos interessa é do ano 201; o seu merecimento reside no facto de nele se falar em uma cheia do rio que teria inundado a igreja cristã, em Antioquia. Esta capital foi um grande centro político, cultural e religioso, sede de um dos quatro patriarcados da Igreja Oriental, famoso nas querelas de doutrinas e, por isso, gosou de grande prestígio e esplendor: chegou mesmo a ser uma das cidades mais importantes da sua época. No tempo do Império Romano foi a terceira em área e a primeira das províncias asiáticas: pôde contar cerca de 250 mil habitantes livres e outros tantos escravos ⁽¹⁾, dos quais muitos milhares eram cristãos. O Imperador Teodósio II, muito interessado pela cidade, mandou-lhe dourar uma das portas, conhecida por porta de Dafné, o bairro do arrabalde ⁽²⁾. Era das cidades mais belas da época e «a sua vida uma festa contínua» ⁽³⁾.

→ A grande influência do Irão na Arte Ocidental veio, em grande parte,

(1) G. HADDAD — *Aspects of social life in Antioch in the Hellenistic-Roman period*, 1949, págs. 67-73.

(2) A. J. FESTUGIÈRE, O. P. — *Antioche paienne et chrétienne*, Paris, 1959, pág. 10.

(3) Idem, idem, pág. 36.

através a Síria, como já dissemos, por estar também colocada numa encruzilhada entre o Ocidente e o Oriente.

Na brilhante introdução ao excelente trabalho de Strzygowski, várias vezes citado, sobre a Arte cristã na Síria ⁽¹⁾, anota Gabriel Millet a definição de Ásia Ocidental, na opinião de Blanchard: «vasta região natural» com unidade geológica e climática propícia à vida nómada, filha do deserto e das estepes. E teria sido esse nomadismo (sempre na opinião de Blanchard), a grande originalidade da Ásia Ocidental, na História. A influência benéfica que daí adveio para os domínios da fé e da arte são evidentes para Millet, pois espalharam pelo mundo de então a grande riqueza que possuíam.

Foi, pois, pela Síria, repetimos, que chegou ao Ocidente o enorme reflexo, nele verificado, da Arte do Irão, não só influída na sua origem, por uma religião sem imagens, onde portanto os símbolos deveriam exprimir a divindade, mas até pelo próprio tipo de construção. Foi também através a Síria, com possível passagem pelo Irão, que do Sul da Sibéria nos chegaram outros motivos ⁽²⁾, como a haste ondulante e o talhe em bisel: eles hão-de vir a ser característicos da Arte visigótica.

Por outro lado já mostrámos o grande incremento tomado pela religião cristã desde a sua precoce implantação na Síria (onde destacámos Antioquia, como no Egipto destacaremos Alexandria) e o ardor com que era praticada: daí a expansão rápida para os países vizinhos e mesmo para outros, longínquos, como o Norte de África (Líbia, Tripolitânia, Tunísia), levada por uma linguagem simples e escrita de maneira acessível, mesmo às camadas mais humildes.

A princípio, antes da liberdade concedida ao Cristianismo em 313, o lugar de reunião para a prática de actos de culto, era a casa-igreja; depois, a basílica.

Das primeiras investigações sobre a origem da planta dos templos cristãos ficou a ideia da basílica cristã ter sido inspirada na basílica civil romana ⁽³⁾; mas estudos mais atentos verificaram existirem diferenças acentuadas. A origem na casa grego-romana foi também difícil de aceitar.

⁽¹⁾ J. STRZYGOWSKI — *L'ancien Art Chrétien de Syrie*, op. cit., pág. 3.

⁽²⁾ J. STRZYGOWSKI — Op. cit., págs. 20 e seg.

⁽³⁾ EMILE MÂLE — *El arte cristiano después de la paz con la Iglesia*, in *Historia General del Arte*, Barcelona, 1958, pág. 273.

A explicação dada por Leroux ⁽¹⁾ parece ser mais razoável, pois foi buscar o modelo a edifícios com abside e colunata, tal como aparecerão as basílicas cristãs: eram lugares para reunião dos iniciados no paganismo. Cita, para demonstrar a sua hipótese, o Santuário de Samotrácia e o *Baccheion* de Atenas.

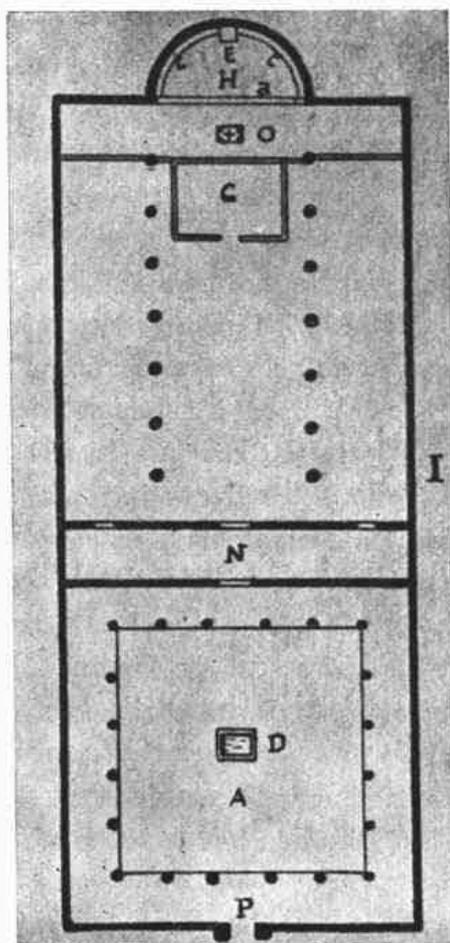


Fig. 12 — Planta de basílica cristã (P—propileu; A—átrio; D—tanque lustral; N—nartex; C—coro; O—altar; H—ábside, com a.—arco triunfal; E—trono para o bispo; C—passagem para o clero (seg. F. BENOÎT, *L'Arch. L'Orient Médiéval et Moderne*, pág. 27, fig. 19-1)

(1) LEROUX—*Les origines de l'edifice hypostyle*, 1913.

As basílicas cristãs eram casas destinadas à multidão dos crentes, constituída por todos os elementos cristãos da cidade ou do local onde tinham sido erigidas. Van der Meer e Christine Mohrmann ⁽¹⁾ depois de afirmarem que a Síria foi o país onde apareceu a grande basílica cristã (fosse ela qual fosse a sua origem), consideram o facto como o acontecimento mais importante do séc. IV; acrescentam ainda que pela sua disposição e função, foi o primeiro salão verdadeiramente democrático de arquitectura espacial ⁽²⁾.

No início, a planta era puramente funcional e constava de três partes:

- grande salão alongado, a nave, onde coubesse a comunidade,
- abside,
- batistério.

Ali dispunham, invariavelmente, os seguintes elementos:

- na abside: o altar e um «podium» (para a cátedra do bispo);
- na nave: o púlpito, onde eram lidas as Sagradas Escrituras e de onde eram conduzidos os cânticos dos fiéis.

Às vezes a cátedra do bispo aparece na nave. O batistério era, geralmente, uma construção fora da Igreja ou uma sua dependência, pois no templo só podiam entrar os já baptizados.

Além das basílicas outros edifícios religiosos pulularam na Síria: os «martyria» e as «memoriae» destinados a conservarem as relíquias de Santos Mártires ou a simplesmente recordarem a vida piedosa de cristãos exemplares, beatificados.

Depois de uma primeira fase inicial, o plano das basílicas variou bastante e não manteve o modelo único, conforme mostra Beyer ⁽³⁾ no seu excelente trabalho sobre a arquitectura das igrejas Sírias, de onde extraímos

(1) F. VAN DER MEER & CHRISTINE MOHRMANN — *Atlas of the Early Christian World*, trad. e ed. de Mary F. Hedlund & H. H. Rowley, Nelson, 1959, pág. 135.

(2) Idem, idem.

(3) HERMANN WOLFGANG BEYER — *Der Syrische Kirchenbau*, ed. Gruyter, Berlin, 1925.

alguns traçados (Fig. 13); a própria forma basilical foi, é certo raras vezes, substituída em «martyrium», pela cruz grega de braços iguais, como sucede em Kawssiye, nas proximidades de Antioquia.

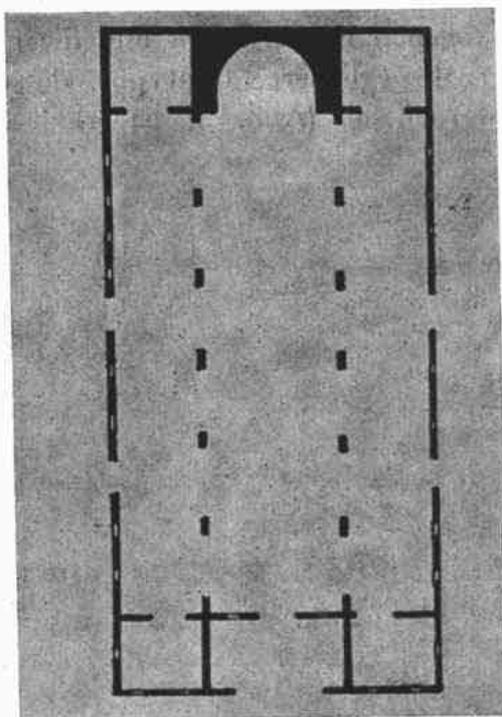


Fig. 13 — Basilica síria (Ma'râtā) (seg. H. W. BEYER, *Der Syrische Kirchenbau*, pág. 18, fig. 6-1)

Foi Vogüé ⁽¹⁾ quem primeiro encontrou as ruínas das antigas Igrejas Sírias e as descreveu. Disseminadas por lugares afastados e por vezes desérticos, são os restos das poucas que escaparam à invasão árabe, em 630. Devem-no à sua situação longe de lugares povoados ou de passagem de estradas com alguma importância: o mesmo havia de dar-se na Península com as Igrejas visigóticas, depois da entrada dos Árabes.

Nas basílicas usaram colunatas para dividirem as Igrejas em naves; por cima dos arcos viam-se pequenas janelas para a iluminação do templo.

⁽¹⁾ MARQUIS DE VOGÜÉ — *Syrie Centrale, archéologie civile et religieuse*, 2 vols., 1865-1877.

As colunatas estavam muito em uso na Síria e estendiam-se ao longo das ruas. Já Libanius escreveu no seu «Antiochikos» onde nos descreve, cheio de entusiasmo, as maravilhas da cidade, que a colunata nas ruas traz grandes vantagens ⁽¹⁾; uma delas verifica-se quando dois amigos querem conversar e, se chover, onde poderão abrigar-se se não houver colunata? E quem protege os transeuntes do sol escaldante? Das ruas teria passado às basílicas, embora por motivo diverso.

A origem da colunata talvez esteja em Alexandria, mas a mais antiga conhecida, é a do Forum de Septímio Severo (193-211) em Leptis Magna (Tripolitania) ⁽²⁾.

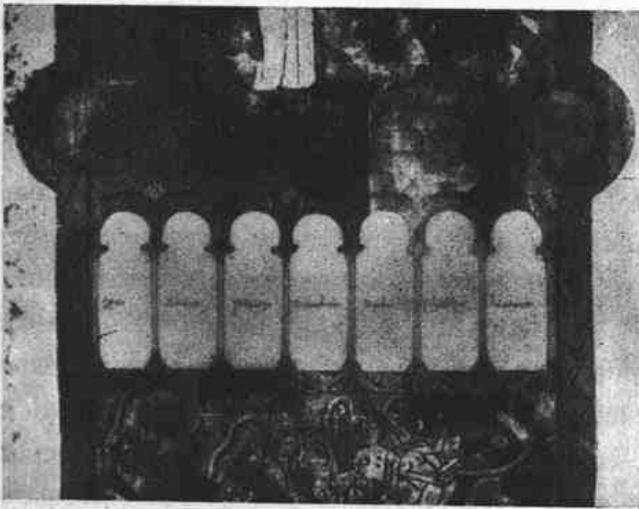


Fig. 14 — Colunata usada em igrejas sírias (seg. W. NEUSS, *Die Apokalypse des Hl. Johannes, etc.*, Est. XLV)

A porta do templo é de importância «imensa, pois é ela que dá acesso à revelação; sobre ela vêm reflectir-se as harmonias do universo» ⁽³⁾.

E, segundo a mesma concepção, é por ela que se entra na vida eterna. Identifica-se com Cristo: «Eu sou a porta e aquele que entrar por mim será salvo» ⁽⁴⁾. É este, certamente, o principal motivo das atenções dispensadas

⁽¹⁾ A. J. FESTUCIÈRE — Op. cit., pág. 26.

⁽²⁾ EMILE MÂLE — *El arte cristiano*, op. cit., pág. 274.

⁽³⁾ M. M. DAVY — *Essai sur la Symbolique romane*, Paris, 1955, pág. 147.

⁽⁴⁾ G. DE SAINT-THIERRY — *Meditative orationes*, med. VI, cit. por M. M. Davy, op. cit., pág. 147.

a este pormenor da arquitectura dos templos e que verificamos desde que se construíram edifícios com esta finalidade. A sua colocação era, a princípio, umas vezes a Leste; depois, e geralmente, a Oeste, sobretudo a partir dos séc. IV e V⁽¹⁾. As proporções e decoração revelam efectivamente o cuidado que lhe foi dispensado; por isso os lintéis aparecem decorados com folhagens, cruces e pavões reais, símbolos religiosos que tanta expansão virão a ter⁽²⁾ na Arte cristã.

O arco em ferradura, característica arquitectónica da Arte visigótica, como a seu tempo diremos em pormenor, já se via nas construções sírias, mas raramente: não lhes era típico. Encontra-se, por exemplo, na célebre basílica e mosteiro de S. Simeão, Estilita, na de Bimbirkalesi⁽³⁾. A liturgia cristã necessitou de símbolos para mostrar melhor ao povo o espírito que a animava, os mistérios que envolviam a nova religião. E assim surgiu grande abundância de motivos decorativos que não lhe foi difícil ir colher na arte própria e na dos países vizinhos.

A Síria foi tanta vez ao longo da História submetida por ondas de povos de variadas origens, usos e costumes; viu nela florescerem reflexos das culturas mesopotâmica, persa, grega; conheceu e foi integrada no Mundo romano; o cristianismo assentou no seu povo um dos pilares mais sólidos no período do proselitismo: não admira, portanto, ter sido um centro difusor de cultura artística, que até certo ponto criou. Dado o seu alto grau de civilização, concebe-se como lhe foi possível caldear formas arcaicas com formas modernas e espalhar as novas concepções por países bem distantes, mas com quem manteve relações estreitas tais como, entre outros: Bizâncio, Egipto, Abissínia, Norte de África, Sicília, Ravena e a Península Ibérica.

EGIPTO-COPTA

O Egipto helenista, com o seu principal centro de cultura em Alexandria, exerceu desde longa data uma grande influência na Arte romana, não

(1) EMILE MÂLE — *Las origenes del arte bizantino*, Historia General del Arte, Barcelona, 1958, pág. 277.

(2) DAVID TALBOT RICE — *Byzantine Art*, Pelican Books, Londres, 1954, pág. 58.

(3) F. VAN DER MEER & CHRISTINE MOHRMANN — Op. cit., pág. 106.

só pagã, como cristã. Que mais não fosse bastaria, para esta última, recordar as pinturas dos cemitérios cristãos onde aparecem cenas campestres, vindimas, ceifas, etc., de pura influência alexandrina (1).

O Alto Egipto mostrou maior predilecção pela Anatólia e até neste pormenor se manteve a dualidade da terra dos faraós!

O cristianismo também se espalhou bem cedo pelo vale do Nilo, embora pouco se saiba dos primeiros passos no país. No entanto, o seu solo foi regado com sangue de mártires (perseguição «Deciana») e quando veio a paz à igreja a reacção mística de grande parte dos cristãos criou o ambiente onde se iria desenvolver o monaquismo. O espírito de S. Clemente de Alexandria, na interpretação helenística da religião cristã e o monaquismo de Pacómio tiveram grande papel na difusão da nova fé, difusão essa que não foi inferior à de Roma. Recordemos ainda Santo Antão, Orígenes, Atanásio, Cirilo.

Os primeiros actos de culto devem ter sido realizados em grutas e cavernas; mas depois de Constantino começaram a ser erguidas basílicas, de entre as quais ficaram célebres a de S. Marcos, em Alexandria e a do Mosteiro Vermelho, no Alto Egipto.

Já tivemos ocasião de assinalar o facto de a nova Fé ter sido recebida com tal entusiasmo, que até templos egípcios foram transformados em igrejas cristãs: o paganismo helenístico-romano não conseguira, na mesma época, nada de parecido. O «Partenon» foi transformado em igreja cristã já no séc. VI, por Justiniano e consagrado a Santa Sofia e a S. Lucas e depois à Virgem Mãe de Deus. Em Roma, no «Forum», a biblioteca do Templo de Augusto só foi mudada em igreja no séc. V.

A Arquitectura copta introduziu a cúpula nas suas basílicas. Estes templos tinham três absides, cada uma coberta com uma cúpula: nelas se abriam pequenas janelas para iluminação do templo. Nas absides eram colocados altares.

Por vezes um «iconostasis» separava o Santuário do corpo da igreja, que por não ter iluminação própria ficava assim mais escuro e propício à meditação.

(1) CHARLES DIEHL — *L'Art Chrétien primitif et l'Art Byzantin*, Paris, Bruxelas, 1928, pág. 9.

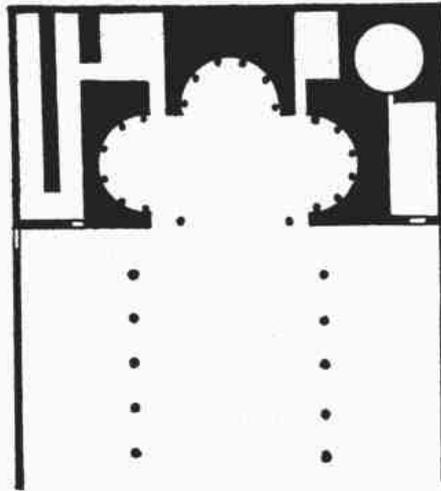


Fig. 15—Basílica copta (Bas. de Shâg (seg. H. W. BEYER, *Der Syrische Kirchenbau*, pág. 19, fig. 7-III)

Já tivemos ocasião de dizer que a colunata, na divisão das basílicas em naves, supõem alguns ter começado a ser usada em Alexandria.

Na decoração aparecem, com frequência, elementos já conhecidos; no entanto, não queremos deixar de chamar a atenção para o nicho, maior ou menor, e para a frequência com que aparece a videira a fazer, por vezes, fundo à cabeça de estátuas de santos, a formar-lhe como um resplendor. Um outro elemento decorativo, frequentíssimo, é a haste de videira com cachos de uvas e, mais raro, pássaros ou outros animais. A videira, planta favorita da ornamentação copta ⁽¹⁾, aparecia já como ornamento na Arte do Irão, que por sua vez a teria recebido da Mesopotâmia: anteriormente, portanto, aos artistas gregos e romanos arcaicos. Aparece em vasos gregos clássicos, mas nestes as folhas são palmetas, evolução do lotus e não da videira ⁽²⁾. Surgiu também na Síria, mas no Egípto a sua difusão foi maior.

A vide simbolisa Cristo e o cacho de uvas a Terra da Promissão; a vide mística é a expressão da Igreja do Senhor ⁽³⁾. Por vezes, a haste da videira mergulha em um vaso, um «cantharus», o vaso do elixir da vida eterna.

(1) LOUIS BRÉHIER—*L'Art Chrétien*, Paris, 1928, pág. 63.

(2) O. M. DALTON—*Byzantine Art and Archaeology*, Oxford, 1911, págs. 700 e 704.

(3) C. LEONARDI—*Il simbolo della vite nell'arte pagana e paleo cristiana*, *Ephemerides liturgicae*, sectio historica, N.º 23, Roma, 1947.

De entre os animais que aparecem empoleirados na haste da videira, um dos mais frequentes é a pomba, símbolo da paz celeste, da libertação depois dos sofrimentos da vida. Todo este simbolismo está em relação com o misticismo copta e, por isso, teve tão larga aceitação na sua Arte cristã.

NORTE DE ÁFRICA

Outro grande foco de proselitismo cristão precocemente desenvolvido, foi o Norte de África: Tunísia, Tripolitânia, Líbia, Argélia. Atestam-no, ainda hoje, as dezenas de ruínas de basílicas e a história conta-nos os 600 templos destruídos pela invasão árabe, que haviam sido levantados em centenas de pequenos bispados⁽¹⁾; enfim, as catacumbas de Hadrumetum recordam os tempos em que era arriscado ser-se cristão. Se o Egipto e a Síria mostraram maior tendência helenística, o Norte de África foi mais latino na literatura; em Cartago a latinização da Igreja produziu mais cedo uma literatura florescente, designadamente sobre vidas de mártires, escritas por autores do séc. III, como Tertuliano, Cipriano. Seria ocioso recordar, o facto passou-se mais tarde, que Santo Agostinho foi bispo de Hipona.

No Norte de África também foi a forma basilical a mais largamente espalhada: no entanto, tinha características próprias. A basílica, tipo africano⁽²⁾, era em geral de três naves; algumas tiveram cinco. Dentro da igreja, na abside, em um plano superior ao das naves, estava o presbitério, para o bispo, presbíteros e diáconos. Entre o presbitério e a nave para os fiéis, estava o coro, com o altar separado da nave por uma balaustrada ou grades: o altar ficava assim a meio da igreja. A ligação com o presbitério fazia-se por duas escadas laterais.

A abside era, no interior, semicircular e no exterior as suas paredes formavam um quadrado; a um e outro lado da abside abriam-se portas para sacristias quadradas. Na parede oposta à abside, isto é, do lado da entrada, havia outra abside, disposição bem característica desta arquitectura (Fig. 16).

As naves eram separadas por colunas ou por pilastras ou por colunas adossadas a pilastras; sustentavam arcos, com uma parede superior, onde

(1) F. VAN DER MEER & CHRISTINE MOHRMANN — Op. cit., pág. 115.

(2) PAUL GAUCKLER — *Basiliques chrétiennes de Tunisie*, Paris, 1913, pág. 8.

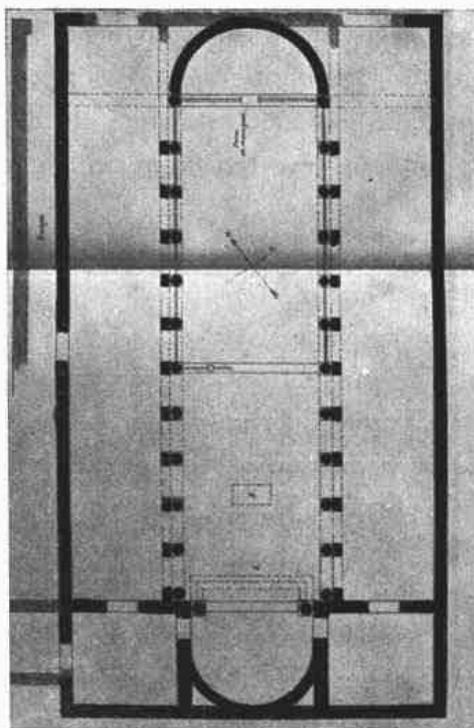


Fig. 16 — Basílica do Norte de África (Feria) (seg. PAUL GAUCKLER, *Basiliques chrétiennes de Tunisie*, Est. XXIV).

se abriam pequenas janelas. Os telhados eram assim de quatro águas, duas recobriam a nave central e outras duas recobriam cada uma das naves laterais, arrancando abaixo das janelas superiores à colonata.

A porta de entrada principal (que podia ser lateral, embora isso não fosse o mais frequente) aparece às vezes protegida por um átrio, à maneira de Roma, ou por um alpendre.

Há variedades dentro do modelo tipicamente africano; a basílica de Tebessa é a que melhor conserva a originalidade desta zona do mundo cristão.

Tal como na Síria, enxamearam o Norte de África as «memoriae» e os «martyria».

Os batistérios, construídos fora das igrejas, tinham a disposição de cubas; podiam ter forma hexagonal, octogonal ou em cruz.

No conjunto, o tipo de basílica africana, que alguma influência recebeu

de Roma e só tarde nele apareceram reflexos bizantinos, talvez acentuados com a ocupação de Justiniano, seguiu de mais perto a Architectura síria e a copta. E essa tendência continuou a verificar-se, mesmo depois da ocupação bizantina.

O material utilizado: colunas torsas ou lisas, capitéis coríntios ou compósitos, já havia pertencido a edifícios anteriores e fora de lá extraído para ser aproveitado nos templos da nova religião. Daí resultou, por vezes, uma falta de adaptação não só no diâmetro das colunas, como na altura: e assim, vêem-se tambores ou fustes mais largos ou mais estreitos que a base dos capitéis por eles suportados ou a base sobre a qual assentam. Outras vezes as colunas não são todas da mesma altura e as bases tiveram que ser colocadas a níveis diferentes. São pormenores curiosos e revelam-nos, até certo ponto, o meio e o espírito com que os templos foram erguidos.

A decoração é semelhante, quanto à técnica e assunto, à das formas de Arte cristã descritas anteriormente. Fazemos menção especial dos sarcófagos pelo seu particular interesse, pois de lá vieram influências para a Península. Neles falta o relevo historiado, característica de muito valor para o estudo da sua expansão.

BIZÂNCIO

A Arte bizantina é uma arte religiosa e oriental, de inspiração e temas cristãos⁽¹⁾; não deve, no entanto, ser inteiramente posta de parte, como alguns pretendem, a influência que Roma exerceu na sua pretensa sucessora, nem tão pouco exagerar, considerando-a derivada da Arte romana, como esta, em parte, derivara da grega⁽²⁾.

Nasceu em Constantinopla (330), quando o cristianismo começou a poder expandir-se livremente. O espírito religioso que informou profundamente o Estado bizantino penetrou-a desde o início e deu-lhe expressão peculiar. Não usou a modesta simbólica cristã dos primeiros tempos, mas fez-se grandiosa ao pretender explicar a Igreja através formas e motivos

(1) PAUL LEMERLE—*Le Style byzantin*, col. Larousse, 1943, pág. 19.

(2) D. MAILLARD—*L'art byzantin. Son origine, son caractère et son influence sur la formation de l'art moderne*, ed. Garnier, Paris, s. d., pág. 1.

de que iria servir-se. As formas tomou-as, possivelmente quanto ao grandioso e mais na aparência do que na realidade, dos sumptuosos edifícios romanos, como as Termas, os Anfiteatros, a cúpula do «Pantéon», etc. Os motivos eram estruturalmente de origem Oriental, bem como a cor (usada em detrimento do relevo), o mosaico e o ornato, que viriam a tomar na Arte bizantina um lugar de destaque. A influência do materialismo romano não encontrava meio favorável em Bizâncio, por lhe faltar a espiritualidade trasbordante da nova religião⁽¹⁾; por isso não foi só a Geografia quem favoreceu a importação de formas orientais, mas a necessidade de servir-se delas. Soube integrar todos os elementos que vieram dar forma à Civilização bizantina: aramaicos, iranianos, helenísticos, romanos, etc., diversamente doseados, é certo, mas em mistura perfeita, única e original⁽²⁾. A influência oriental ofuscou, em muito, o que a Arte bizantina recebeu do Ocidente e por isso já chegou a ser-lhe proposta a designação de Arte cristã⁽³⁾. A absorção de elementos de tão variada origem durou até ao séc. VI, quando com Justiniano tomou aspectos e forma definitivos, «únicos e originais», consagrados na maravilha arquitectónica que é Santa Sofia.

A Síria e também a Ásia Menor, começaram muito cedo a tornar-se cristãs; com tal zelo se integraram na nova religião que vieram a ser, naquela época, o principal foco de irradiação do Cristianismo. Da Ásia, através a Arménia, a Pérsia e a Baixa Mesopotâmia, chegaram aos seus territórios influências das mais variadas, vindas não só daqueles países, mas outras trazidas da Arte dos Scitas, dos Sarmatas, da Índia, do Extremo Oriente. Espalhadas pela Síria e países vizinhos, atingiram o Mediterrâneo e das portas do Próximo Oriente seguiram pelo mar fora até ao longínquo Ocidente. Deve ter sido esta a principal via de difusão, mas não esqueceremos o papel das vias terrestres, calcurreadas por comerciantes ou trilhadas pelos povos em migração. Vice-versa, também a Ásia sofreu influências através a Síria, designadamente de carácter religioso e cultural.

Nesta zona de encontros variados, mais ligada ao Irão e à Arábia do que a Roma e à Grécia, embora também lhes sofresse a influência, surgiram motivos e formas que viriam a ter uma acção muito directa na Arte bizan-

(1) P. A. MICHELIS — *Esthétique de l'Art Byzantin*, 1959, pág. 275.

(2) S. RUNCIMAN — *La Civilization Byzantine*, op. cit., pág. 270.

(3) HENRI MARTIN — *L'Art Byzantin*, Paris, 1930, pág. 5.

tina. Os edifícios religiosos, a princípio de tipo basilical, não eram de origem ocidental, helenística ou romana, mas do Próximo Oriente; cobertos por uma abóbada de canhão, em pedra ou em tijolo, nisto se distinguiam, que mais não fosse, dos tectos das basílicas do Ocidente, em geral de madeira. Tinham três naves e chegaram a ter cinco, separadas por arcadas mais ou menos de sete arcos sustentados por colunas rematadas por capitéis. E por o peso ser grande e ter de sustentar dois arcos, o capitel foi alargado com a introdução de ábacos, de origem também síria e de uso geral nos séculos V e VI. Outras vezes, em lugar do ábaco foi colocado um segundo capitel ⁽¹⁾. Cada um dos sete arcos (o simbolismo surgia até neste pormenor), correspondia a uma das sete grandes igrejas: Efeso, Esmirna, Pérgamo, Filadélfia, etc. No topo da nave central, a abside, lugar semelhante ao do «iudex» na basílica romana, era destinado ao bispo nesta igreja cristã, e nela era colocado o altar-mor.

A planta variou dentro de seis tipos distintos, segundo Hamilton: ⁽²⁾ oblonga, quadrada, cruciforme, basilical, com cúpula sobre a cruz e em cruz quadrada. Ainda as houve com duas absides, uma em frente da outra, não em Bizâncio, mas no Norte de África, como a seu tempo dissemos.

Do Irão veio, para a Arte bizantina, a cúpula sobre uma construção quadrada, originada talvez nas cabanas dos Iranianos ou dos Arménios. Constituiu um elemento característico da Arte bizantina e nela se espalhou largamente, sobretudo a partir da construção da Igreja de Santa Sofia, por Justiniano: o arrojado que mostrava a grande cúpula e o amparo que as «meias-laranjas» davam ao edifício, devem ter produzido um efeito extraordinário de grandiosidade não só no próprio Império, mas também nos países vizinhos.

Ainda o Irão, directamente ou por intermédio da Arménia, influiu na Arte bizantina por outros modos, como na geometrização de figuras, motivos simbólicos (grifos, pavões, etc.) para o que contribuiu o culto de Mitra, etc.

Da Síria irradiou a sua arte para a Palestina, para o Egipto (onde tomou a forma que havia de dar a Arte copta) e ainda para o Norte de África (Tripolitânia, Tunísia). Influências destes países vieram à Península,

(1) TALBOT RICE — *Byzantine Art*, op. cit., 1954, pág. 60.

(2) J. ARNOTT HAMILTON — *Byzantine Architecture and Decoration*, 2.^a ed., Londres, 1956, pág. 55.

onde entraram no cadinho em ebulição que viria a dar as chamadas Artes paleocristã e visigótica.

Ao lado desta planta das igrejas da Síria, basilical, rectangular, que nos mostram os primeiros templos cristãos, de forma paralelipipédica, vai juntar-se a planta pròpriamente bizantina, quadrada, a formar uma cruz de braços iguais, uma cruz grega: e se sobre o eixo da cruz for colocada uma cúpula assente em pendentes, o que dará ao conjunto um aspecto piramidal, teremos assim constituídos os elementos essenciais da igreja de tipo bizantino.

As duas formas correspondem a diferenças litúrgicas entre a Igreja do Oriente e a Igreja do Ocidente. Na basílica, o altar-mor, onde está o santuário, é o local de maior importância dentro do templo; para ele tudo deve convergir e, por isso, todos os fiéis devem poder vê-lo inteiramente, de qualquer ponto onde estiverem. A todos os actos do culto devem assistir os cristãos, e tomar parte neles, embora a distância respeitosa. Daí a necessidade da abside, com o pavimento em plano superior e destacado do resto do edifício; daí, também, a larga e comprida nave central, para acolher o maior número possível de assistentes às cerimónias.

Na igreja de tipo bizantino, o santuário é vedado aos olhos dos fiéis por uma como que parede transversal, o «iconostasis»; a sua função é escondê-lo da vista de quem estiver em qualquer parte dos outros três braços da igreja. É à frente do «iconostasis» que se passam algumas cerimónias, e então o sacerdote entra em contacto íntimo com os fiéis; por isso os braços laterais da igreja são do mesmo comprimento e largura dos centrais e os assistentes colocam-se, nas cerimónias, em aproximação íntima em torno do oficiante. Os actos do culto mais importantes passam-se, pois, atrás do «iconostasis», para não serem vistos pelo povo acomodado nos outros corpos da igreja.

Estes dois tipos de edifício viveram lado a lado e interpenetraram-se: apareceram igrejas híbridas, de planta rectangular e com cúpula, como já tivemos ocasião de referir, etc.

A cúpula de origem oriental e assente sobre uma construção quadrada e em pendentes como também já dissemos, nada tinha de comum, na construção, com a cúpula do *Pantéon* de Roma: esta apoia-se sobre uma parede cilíndrica, mantida por processos distintos dos bizantinos. A cúpula era

o símbolo do Universo, era o céu e daí, em grande parte, a sua adopção e a grande voga que veio a ter.

A fusão dos dois tipos, combinados com elementos helenísticos leves e elementos orientais, geométricos, decorativos, são bem as características da Arte bizantina.

O mosaico tomou aqui um lugar de relevo extraordinário, não para decorar os pavimentos, como quase sempre sucedeu com o mosaico romano, mas para enfeitar e historiar interiormente paredes e cúpulas: como para substituir a pintura. As próprias tesselas, as composições formadas por esses pequenos cubos irregulares e de cores vivas, são de uma tal beleza e expressão que vincam bem a Arte de Bizâncio.

A iluminura fixou a iconografia e adotou, para a religião cristã, símbolos orientais com alguns, poucos, copiados das catacumbas.

As artes menores: a ourivesaria, os esmaltes, a glíptica, os marfins, os tecidos tiveram grande voga. Os seus motivos influíram, decisivamente, na Arte ocidental incipiente: na visigótica, na carolíngia, na própria Arte veneziana.

A escultura bizantina encheria as pedras ocidentais com assuntos tirados dos seus objectos de exportação. E foi o valor dado aos elementos decorativos, em detrimento das raras figuras humanas, uma outra característica da Arte bizantina; essa predilecção, seguida servilmente durante séculos, como arte de influências essencialmente asiáticas que era, marcou bem o período de que nos ocupamos.

A pintura, a cerâmica, são ainda mal conhecidas; mas esperamos poderem vir a sê-lo melhor para mais concretamente serem estudadas, no seu conjunto, as influências que se conjugaram em Bizâncio e as transmitidas de lá até nós.

A influência bizantina sobre as províncias e países vizinhos, como a Pérsia exerceu-se, principalmente, a partir do séc. VI; adaptou-se, transformou-se ao contacto com formas e concepções locais. Não foram só os marfins esculpido e as sedas que trouxeram uma arte diferente; mas em Constantinopla e vizinhanças funcionou uma próspera indústria de trabalhos em mármore ⁽¹⁾, que eram exportados para as províncias. Das oficinas

(1) FRIEDRICH W. DEICHMANN — *Caratteristiche dell'Architettura Bizantina in Oriente*, in *Corsi di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, fasc. II, Ravenna, 1957, pág. 49.



Fig. 17— Para a genealogia das pilastras de Chelas (Lisboa): peça de ouro, com motivos orientais, a chamada «fibula de ouro de Cápuia» (seg. J. HEURCON, *Le Trésor de Ténès*. Est. 2-XX).

saíam, por exemplo, capitéis de vários tipos: desde o coríntio simples, ao de duas zonas, ao de folha de acanto «movidada pelo vento». No séc. VI a influência dos ornatos bizantinos fazia-se sentir largamente no Egipto copta e na Síria setentrional e a arquitectura foi até interessar os artistas da Arte dos Omeiadas.

Não admira, pois, que tivesse chegado à Península um sopro de bizantinismo coado, é certo, por influências de ordem vária adquiridas nos países que necessariamente teriam de ser atravessados para se chegar até cá. Eram os chamados mercadores sírios, muitos deles gregos, os monges vindos das mesmas regiões, os bispos. Os soldados de Justiniano, embora tivessem permanecido setenta anos na Península, não marcaram a sua presença com profundidade para que ela possa ser garantida sem desmentido. Foram

expulsos do Algarve, seu último reduto, em 621; o apogeu das influências bizantinas verificou-se mais tarde ^(1, 2).

RAVENA

A Arte bizantina teve uma grande influência em Ravena, onde adquiriu um esplendor difícil de igualar. A história também aqui nos explica o facto, mesmo se a recordarmos brevemente.

A cidade, situada a pouca distância da costa do Adriático, onde tinha um porto, foi escolhida pelo Imperador Honório (402) para nela instalar a corte de Roma: com esta transferência, a sua importância subiu rapidamente. Foi também dali que Gala Placídia, sua irmã e sucessora, por serem ambos filhos do Grande Teodósio, hispânico de nascimento, governou a «Pars Occidentalis» do Império, de quem foi o último grande chefe. Viveu em Bizâncio antes de vir para Ravena e lá conheceu as excelências e defeitos da Corte de Constantinopla. O período imperial terminou em 476, para entrar no domínio dos Bárbaros de Odoacro.

Com a queda do Império do Ocidente, a Itália foi também invadida (488) por Teodorico, o Grande, filho de Teodomiro, o rei dos Ostrogodos, aliados do Império e que ajudaram a vencer os Hunos. Quando Teodorico tinha sete anos, fora mandado como refém para Constantinopla e lá viveu, na corte, durante 10 anos; ali foi criado e educado. Mais tarde, em 491, ao instalar a sua corte em Ravena, na aparência sujeita a Bizâncio, quis viver como Imperador Romano. Ao escrever ao Imperador Anastácio, dizia-lhe: «regnum nostrum imitatio vestra est» ⁽³⁾. Construiu edifícios, não só em Ravena mas também em Roma, em Verona, etc., e mandou organizar jogos, procedendo como a sua pretensão o obrigava.

Durante o tempo de Teodorico intensificaram-se as relações entre Ravena e a Península, consequência de uma série de factos propositadamente

(1) P. PALOL — *Esencia del Arte Hispánico de época visigoda; romanismo y germanismo*, Spoleto, 1956, pág. 24.

(2) GEORGES GAILLARD — *Deux sculptures funéraires provenant de Saint Martin de Dume, sep. de Bracara Augusta*, Braga, 1956, pág. 9.

(3) EJNAR DYGGVE — *Mausoleo di Teodorico: le origini della cupola*, in *Corsi di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, fasc. II, Ravenna, 1957, pág. 69.

escolhidos para um bom entendimento entre os dois grupos de Godos, os Ostrogodos e os Visigodos, de novo estabelecidos em territórios vizinhos.

Do casamento de uma filha de Teodorico com o rei visigodo Alarico II, resultou o auxílio a este prestado quando os Francos invadiram e tomaram a Aquitânia: a Narbonense continuou visigoda por o próprio Teodorico a ter defendido, mas isso não impediu que fizesse transferir para Ravena o tesouro guardado em Carcassona. Do casamento referido nasceu Amalarico, que ficou órfão quando Clovis lhe matou o pai na batalha de Vouillé. O avô governou então o reino visigodo na menoridade do neto (511-526); mandou-lhe preceptores e soldados, o comércio entre os dois povos intensificou-se.

Mas a influência ostrogoda na Península iria continuar-se pouco depois, quando Teudis, general e governador que havia sido mandado à Península por Teodorico, aqui casou com uma «opulentíssima hispano-romana» ⁽¹⁾ e foi feito rei dos Visigodos em 531; o seu reinado durou até 548.

Por esta série de sucessos se podem adivinhar as consequências nas relações entre os dois povos e a influência que Ravena, culta e próspera, exerceu na Península.

Este período terminou em 540 quando Belizário, às ordens do Imperador Justiniano, conquistou a cidade para Bizâncio e a transformou em sede de um exarcado. Foi bizantina exarcado até 751 e Justiniano favoreceu-a por várias formas, até elevando Maximiano a arcebispo de Ravena, o que não foi reconhecido em Roma ⁽²⁾.

Neste período, principalmente desde Teodorico, chegou a ter mais importância que a Velha Urbe e gozou de grande prestígio, mantido com alternativas até à ocupação lombarda, nos meados do séc. VIII.

Situada no limite dos dois Impérios, tendo subido à altura de capital de um deles; debatendo-se entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla; ocupada pelos arrianos Ostrogodos; politicamente bizantina, mas romana grande parte da sua população pela tradição e pela obediência ao Papa, Ravena soube aliar as tendências das duas capitais, com o máximo proveito. Adentro das suas muralhas juntaram-se duas civilizações ao mesmo tempo:

(1) MANUEL TORRES — *Historia de España*, ed. de M. Pidal, III, Madrid, 1940, pág. 91.

(2) E. DUPRÉ-THÉSEIDER — *Ravenna capitale*, Corsi di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina Ravena, 1957, pág. 63.

a romana ocidental e a romana oriental ⁽¹⁾. Situada relativamente perto do mar, com uma rede de canais navegáveis que a ela a ligavam, isolada de terra por pântanos insalubres e circundada de muralhas, levou vida tranquila por poder descansar nas suas defesas naturais e artificiais. Tinha boas comunicações com Roma, pela via Emília, e com Constantinopla, onde depois de atravessarem o Adriático, os viajantes lá chegavam, rapidamente, pela via Egnatia. Deu refúgio a muitos monges e outros fugitivos à perseguição iconoclasta decretada por Julião. Foi assim que em Ravena puderam entrar em contacto influências vindas de Bizâncio, com romanas tardias; a ambas vieram juntar-se ideias vindas do Oriente. Não admira, pois, ter ali surgido uma arte particular e que viu levantarem-se no seu solo construções magníficas onde a influência bizantina e outras reflectiam esses tempos agitados. Alguns monumentos desapareceram, como a grande basílica, mas os que restam são prova inegável do grande esplendor de outrora. O mausoléu chamado de Gala Placídia, bizantino, de planta em cruz grega, onde parece terem repousado também Honório e Constâncio II; o mausoléu de Teodorico, mandado fazer por ele próprio também em cruz grega na planta interior do piso baixo (*cubiculum inferius*) e assemelhando-se, no conjunto, aos túmulos dos reis arménios ⁽²⁾. Não deve ter sido estranho ao plano e construção deste pesado edifício o arménio Daniel concessionário, em Ravena, de sarcófagos em mármore. São notáveis também os restos do palácio de Teodorico, as basílicas bizantinas de S. Vital, de S. Apolinário «in classe» e de S. Apolinário Novo.

Pelas suas riquezas acumuladas em edifícios custosos, pela vida de luxo que os seus habitantes levaram, tornou-se cobiçada, invejada e, por isso, copiada. Espalhou no Ocidente as ideias e as mercadorias recebidas pela maior parte do Próximo Oriente e de Bizâncio de onde atraiu artistas, ouro, pedras, tecidos, marfins. E neste ponto recordamos as ligações de família no tempo do grande Teodorico (fins do séc. V) com a corte visigoda da Hispânia, na protecção dispensada a seu neto Amalarico, a quem mandou preceptores. Devem procurar-se aqui certas influências ravenáticas que se descortinam num e noutro canto da Península Ibérica, fabricadas por

(1) OTTO G. VON SIMSON—*Sacred Byzantine Art and State craft in Ravenna*, University Chicago Press, Chicago, 1948, pág. 111.

(2) J. STRZYCOWSKI—*Die Baukunst der Armenier*, 1918, cit. por J. Pijoan, op. cit., VIII, pág. 222.

operários itálicos, não só de Ravena como da Sicília, terem passado à pedra motivos tirados de marfins ou de tecidos de seda importados de Bizâncio e exportados para os mercados ocidentais. E a sua influência aparece não só no Levante peninsular, como na costa atlântica (Lisboa e Braga) ou mesmo no interior (Toledo).

SICÍLIA E NORTE DE ÁFRICA, BIZANTINOS

Também a Sicília sofreu marcada influência bizantina; o facto teve, até certo ponto, o seu reflexo na Arte visigótica.

A religião cristã só depois dos meados do séc. I penetrou na Ilha. Além das catacumbas e templos primitivos, alguns aproveitando grutas e cavernas, pouco mais se conhece dos primeiros tempos do cristianismo.

No período das invasões germânicas passaram por lá os Vândalos, mas o que tem especial interesse para nós é a ocupação bizantina (535), por Belisário.

O Reino vândalo do Norte de África, também fora integrado no Império Romano do Oriente pelo mesmo enviado de Justiniano e assim esses dois centros (Tunísia e Sicília), com Ravena marcaram pontos avançados na reconquista do Mediterrâneo, a que iriam juntar a faixa meridional da Península Ibérica.

A influência de Bizâncio na Sicília manifestou-se, mais directamente, nos três séculos da dominação. A sua acção exerceu-se principalmente sobre a religião, a política e o exército⁽¹⁾; o monaquismo de S. Basílio e a presença na administração da ilha de altos funcionários do Império consolidaram-na.

Não há, na Sicília, monumentos como se vêem em Ravena, a atestar a grande influência exercida por Bizâncio; talvez consequência da destruição pelos terramotos ou pela invasão Árabe. No entanto, Giuseppe Agnello conseguiu juntar uma magnífica série siracusana de esculturas variadas, em mármore, pedra cara na Sicília e que necessita ser importada⁽²⁾. Quando

(1) GIUSEPPE AGNELLO — *Sculture bizantine della Sicilia*, sep. de *Siculorum Gymnasium*, 1957, pág. 116.

(2) IDEM, IDEM, pág. 115.

um dia for feito o inventário de todos os restos de esculturas bizantinas encontradas na ilha, poder-se-ão estudar melhor os seus particularismos e a provável influência nos países com quem manteve contacto.

No Norte de África também a Arte bizantina se instalou; como sucederia em Ravena e na Sicília, adquiriu modalidades locais.

Influências várias destas três regiões chegaram também à Península: bizantinas na essência, variáveis em pormenores de ordem local. E com isto não queremos dizer não ter havido passagem directa de Constantinopla à Arte visigótica; houve-a, certamente, mas em muito menor escala do que seria para pensar.

VI CAPÍTULO

ARTE VISIGÓTICA

Mantemos a designação «Arte paleocristã» por ela ter entrado no conceito quase geral dos autores. No entanto, e pelo que diz respeito à Península, estamos de acordo com Palol⁽¹⁾: por isso a incluímos no período inicial da Arte visigótica, como que o preâmbulo, a desenrolar-se no séc. IV. No primeiro quartel do séc. V entra-se no período de elaboração da Arte visigótica; no séc. VI, a partir da conversão de Recaredo ao catolicismo, há nítida influência de Constantinopla, embora não marcante (começa a sê-lo nos princípios do séc. VII) e isso fez surgir formas novas ao mesmo tempo que no conjunto se tendia para a estabilização. Neste período apareceu assim, pelos meados do séc. VII, uma arte amadurecida nos conceitos e plasticização, com fortes tendências para entrar numa fase de estabilidade, infelizmente cortada cerce pela invasão árabe. Circunstâncias políticas, religiosas e militares do tempo tiveram papel primacial na elaboração da Arte visigótica⁽²⁾, todas elas influídas pelo meio peninsular

(1) P. DE PALOL SALELLAS — *Los monumentos paleocristianos y visigodos estudiados en España desde el año 1939 a 1954*, Actes du V Congrès International d'Archéologie Chrétienne — Città del Vaticano, Paris, 1957, pág. 87.

(2) HANS ZEISS — *Los elementos de las artes industriales visigodas*, An. de Pré-história Madrileña, IV a VI, pág. 159.

onde se vivia milenariamente num ambiente já de há muito enraizado no espírito dos seus habitantes: os povos peninsulares, diferentes é certo, quanto às origens dos vários grupos étnicos e ao modo de vida, condicionado pela diversidade de microclimas, mas com tendências estéticas definidas e marcantes em aspectos gerais do seu conjunto.

A instabilidade em que então se vivia, a insegurança, uma religião nova a crescer minuto a minuto, a espalhar-se das cidades para os campos, a riqueza pública a diminuir diariamente, tudo isto produziu um mundo novo que não podia deixar de ter influído poderosamente na Arte do seu tempo: a sua base é de tradição hispano-romana, mas sofreu influências inegáveis da Síria, de Bizâncio, do Norte de África, da Sicília e de Ravena.

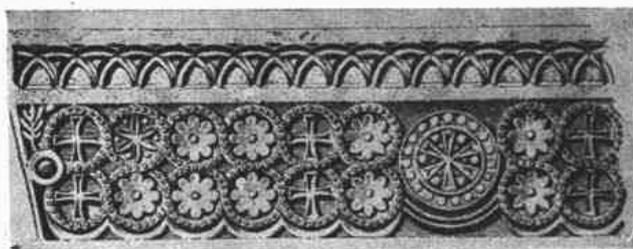


Fig. 18—Para a genealogia da decoração visigótica: friso sírio, de Béhio (seg. STRZYCOWSKY, *L'ancien A. Chr. de Syrie*, op. cit., fig. 51).

A doutrina de Cristo foi difundida muito cedo na Península. Os primeiros centros urbanos convertidos à nova Fé estendiam-se por uma faixa mediterrânica, estreita ao longo da Costa Levantina, mais larga na Bética. Daí propagou-se a religião para Norte e Ocidente: o Noroeste foi cristianizado mais tarde.

Já anteriormente à perseguição de Diocleciano (303) se sabia da existência de catacumbas em Saragoça; por outro lado realizaram-se grandes actos públicos de fé cristã, como o concílio de Ilíberis (Elvira), na Bética (entre 300 e 303), e nele tomaram parte nada menos de representantes de quarenta dioceses e muitos fiéis. A sua grande maioria era da região, mas estiveram presentes bispos de dioceses bem distantes. Da Lusitânia sabe-se terem estado os bispos: Vicente, de Ossónoba (Faro), Quinciano, de Évora e Libério, de Mérida. Não consta ter tomado parte no concílio um bispo olisiponense, nem sabemos ao certo se a diocese já

existia: mas nos meados do mesmo séc. IV viveu Potâmio, primeiro prelado de Lisboa de que se conhece o nome.

Parece que o principal motivo para a realização dessa magna assembleia de Elvira convocada, segundo se supõe, pelo bispo de Córdova, teria sido o estudo das medidas a adoptar para restabelecer a disciplina nas dioceses peninsulares. Foram redigidos 81 cânones. Adoptaram-se medidas contra a idolatria e foi proibido, nas igrejas, o uso de imagens pintadas: «ne quod colitur et adoratur in parietibus depingatur». Aos fiéis ficou também vedado o exercício de vários cargos e a sua participação em festas pagãs, etc. A proibição da representação de figuras era, de resto, tradicional na Igreja Católica, desde o tempo dos Padres (S. Clemente, etc.).

A influência das decisões do concílio sobre a Arte do período que se lhe seguiu torna-se assim evidente e exerceu-se por largo tempo. Um século depois vieram os heréticos Visigodos e alguns dos Suevos; não podemos por isso deixar de acentuar o nenhum uso que eles, os arrianos, faziam das imagens nos templos.

O grande número de mártires supliciados em pontos afastados da Península confirma a rápida difusão da igreja na Hispânia anteriormente à liberdade de cultos.

Do solo regado com sangue, em Lisboa, restam-nos os nomes de Veríssimo, Máximo e Júlia, ligados ao local do suplício, onde actualmente se ergue a igreja de Santos-o-Velho; mas houve mártires em Mérida, em Gerona, etc.

Depois da liberdade concedida à igreja pelo édito de Milão, em 313, espalharam-se templos um pouco por toda a parte. Sabe-se da existência de alguns anteriores ao século III⁽¹⁾, mas foi depois daquela data, como era natural, que o seu número cresceu muito. O édito foi um dos acontecimentos históricos mais importantes para a História da Arte e a actividade cristã tomou então um incremento enorme e rápido.

Os primeiros templos seguiram a planta das casas de habitação, como sucedera em algumas das regiões onde se pregava a religião de Cristo; o facto é compreensível, por ter sido nelas que se realizaram os actos de culto no período heróico do proselitismo.

Depois foram aproveitadas as basílicas, de tipo norte-africano e sírio,

(1) LOUIS BRÉHIER — *L'Art Chrétien*, Paris, 1928, pág. 13.

com ou sem pórtico, átrio, três naves e outras vezes cinco naves. Não foi pois de Roma que os peninsulares copiaram o modelo para os seus templos, nem tão pouco de Bizâncio para os templos e para os objectos de arte. A influência bizantina não se fez directamente, mas por intermédio de Ravena e de África. Foi principalmente, já em pleno séc. VII, que chegaram ao Ocidente peças de sabor bizantino, mas com marca de estação intermédia; isto sem esquecer as influências coptas, vindas até nós por via marítima ⁽¹⁾. O facto não deve admirar-nos, pois na região onde actualmente é a Tunísia e nos territórios vizinhos (Numídia, Proconsularis, Byzacena) o número de igrejas, já nos meados do século III era tão importante, que se reuniu um sínodo em Cartago, no ano de 256; quanto à Síria e ao Egipto-copta já enunciámos também o suficiente, para compreendermos a sua influência a longa distância.

O tipo da basílica africana, e repetimo-lo pelo interesse que tem na evolução da Arte visigótica, sofreu mais influências da Síria e do Egipto-copta do que de Roma. Pelo grande número das que chegaram aos nossos dias (Gauckler, só na Tunísia localizou 50 ⁽²⁾) podem ser determinados os elementos essenciais que as definem. A planta das igrejas peninsulares deste período paleocristão é rectangular, com três naves: no topo oposto à entrada, uma abside (semicircular por dentro e rectangular por fora) separada do corpo da igreja por grades ou balaustres, tem a um e outro lado uma sacristia de planta quadrada. Por vezes, e o fenómeno é tipicamente norte-africano, em frente da abside, onde portanto se faz a entrada para o templo, pode haver outra abside: neste caso as portas de acesso abrem-se-lhe à direita e à esquerda.

As naves são separadas por uma colunata ligada por arcos: sobre ela ergue-se uma parede, com janelas. O telhado é em dois planos: o mais alto, de duas águas, assenta por cima das janelas que estão sobre a colunata e os telhados mais baixos recobrem as naves laterais.

Na frontaria abrem-se as portas, que podem ser três (ou duas como já dissemos); às igrejas mais pequenas bastava uma única porta.

⁽¹⁾ P. DE PALOL SALELLAS — *Los incensarios de Aubenya (Mallorca) y Lladó (Gerona)*, sep. de Ampúrias, XII, 1950, págs. 1 e seg.

⁽²⁾ PAUL GAUCKLER — *Basiliques chrétiennes de Tunisie*, introd. de Paul Monceaux, Paris, 1913, págs. 7 e seg.

Vêm-se também influências bizantinas (cúpulas), mas prevalece sempre, no conjunto, o tipo norte-africano, sírio ou egípcio. É muito curiosa a igreja de Cerro de la Oliva (Guadalajara) em Espanha, por mostrar sinais evidentes de ter passado por três períodos distintos ⁽¹⁾: o primeiro foi o paleocristão, com nave única e abside a Oriente a que se seguiu a passagem a basílica de três naves e, finalmente, a templo arriano.

Os batistérios fazem, mas nem sempre, parte do edifício e tiveram formas várias.

Além das igrejas havia outros templos mais pequenos, também de importação Norte-Africana e Oriental: eram os «martyria» onde se conservavam e veneravam relíquias de santos mártires, ou ainda cenóbios para monges solitários e oratórios.

A decoração nestes templos era feita com mosaicos, também de influência africana e por pedras esculpidas (capitéis, impostas, etc.) à maneira oriental.

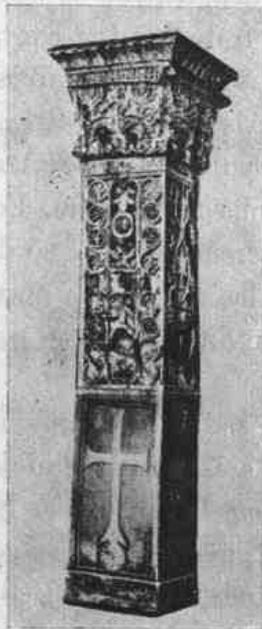


Fig. 19 — Para a genealogia da pilastra visigótica: pilastra síria, de Aere (seg. STRZYGOWSKY, op. cit.).

(1) A. GARCIA Y BELLIDO — *Archaeological News, American Journal of Archaeology*, 52, 1947, pág. 266.

O material empregado nas construções foi essencialmente a pedra, talhada em silhares. Os edifícios eram por isso robustos, e mantinham até certo ponto a tradição romana. O «more Gothicum» dava-lhes um ar de solidez que não tinham as construções merovíngias de tijolo e madeira, «more Gallicum». Não necessitavam argamassa: as pedras eram colocadas umas sobre as outras, a seco. Os silhares, de tamanho variável, eram dispostos em fiadas: por vezes, para as regularizar, colocavam pedras menores, de forma a que a linha superior da fiada fosse recta.

É característico da Arte visigótica, como do Norte de África, o aproveitamento de materiais, principalmente de colunas ⁽¹⁾, de edifícios romanos, templos, palácios, etc.; nem sempre, nessas construções, as várias peças se adaptam perfeitamente umas às outras: fustes mais largos que a base do capitel a suportar, etc.

Os edifícios que chegaram até nós são templos e em pequeno número: construções civis ou militares há pouquíssimas. Perez de Barradas ⁽²⁾ faz referência a uma casa visigótica, mas ainda não estava completamente escavada quando publicou o seu trabalho. Em Évora há três torres da muralha atribuídas a este período ⁽³⁾. As próprias igrejas existentes, mais ou menos profundamente alteradas, resistiram por serem pequenas, se encontrarem fora dos grandes centros populacionais e estarem em regiões escondidas, por onde não fizeram caminho as invasões. Por estes motivos e os textos literários que as recordam serem escassos, só de há pouco tempo foi «descoberta» a Arte visigótica e lhe foi dado o lugar que de direito lhe pertencia: mas ainda não está tudo dito sobre este período, pois elementos novos surgem constantemente.

As plantas dos templos são de dois tipos: basilical, latino, de forma prismática, com uma abside e às vezes absidiolos (como entre nós a igreja de S. Pedro de Balsemão e em Espanha a de S. Juan de Baños) e o cruciforme, grego, de forma prismática (S. Frutuoso de Montelios, perto de Braga e Santa Comba de Bande, na Galiza).

⁽¹⁾ EMILIO CAMPS CAZORLA — *El Arte Hispanovisigodo*, in *Historia de España*, dirigida por M. Pidal, III, Madrid, 1940, pág. 435.

⁽²⁾ J. PEREZ DE BARRADAS — *Excavaciones en Daganzo de Arriba*, Anuario de Prehistoria Madrileña, vols. IV-V-VI, 1933-34-35, págs. 223 e seg.

⁽³⁾ GABRIEL PEREIRA — *A Torre de Alconchel*, in «O Passatempo», 1903, inserto em «Estudos Diversos», Coimbra, 1934.

Na forma basilical o tecto era de madeira: mas também alguma vez aparece em abóbada de canhão e, ainda mais raramente, ultrapassada. As basílicas estavam interiormente divididas em naves «por arcarias», como na Síria e no Norte de África: no topo das colunatas não havia gigantes, mas o apoio era feito no pórtico e na abside. Os arcos em ferradura, assentavam sobre colunatas ou sobre pilastras.

A igreja piramidal, grega, com planta de braços iguais, tem os tectos em cúpula: poucas vezes foram levantados templos na Península com esta planta, que por outro lado esteve muito em voga no Mediterrâneo Oriental e na Arménia.

MOTIVOS ARQUITECTÓNICOS

ARCO EM FERRADURA

O arco em ferradura é o elemento típico das construções visigóticas.

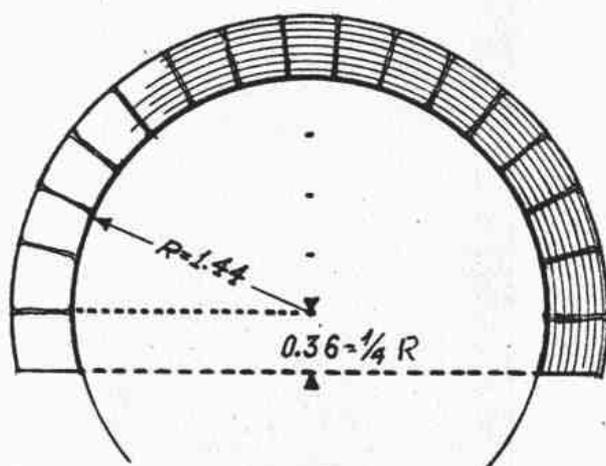


Fig. 20 — Planta de um arco em ferradura, visigótico, da Catedral de Idanha-a-Velha (seg. F. DE A., *Egitânia*, op. cit., pág. 101, fig. 15).

Tem sido muito discutida a sua origem, por ser usado desde tempos bem recuados. Como motivo decorativo já era empregado na Península durante a ocupação romana. No Picote ⁽¹⁾, na bacia do Rio Douro, há várias

⁽¹⁾ F. M. ALVES (Abade de Baçal) — *Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, IX, Porto, 1934, fig. 1, 8-A, 19, 33, 34, 45 e 51.

estelas do séc. II A. D. onde se vê o arco a encimar a inscrição; na bacia do Esla, afluente do Douro, também apareceram inscrições semelhantes e da mesma época ⁽¹⁾. No Museu de Arles há uma pilastra romana com inscrição funerária; tem, a sobrepô-la um arco em ferradura, em relevo (Fig. 21). Em Budapeste há arcos com esta forma, também contemporâneos das estelas peninsulares ⁽²⁾. Este costume de decorar estelas funerárias com arcos em ferradura perdurou entre nós; a comprová-lo, a conhecida lápide de Mestre André, de Mértola, datada do ano 525. Em Ravena também se podem observar estes arcos em um sarcófago de S. Apolinário «in classe» apoiados sobre colunas ⁽³⁾.

A iluminar manuscritos sírios, vêem-se arcos deste tipo a partir do séc. VI.



Fig. 21 — Lápide romana com decoração em arco de ferradura (Museu de Arles, fot. de Mário Chicó).

(1) M. GOMEZ MORENO — *Excursión através el arco de herradura*, sep. de Cultura Española, Madrid, 1906, pág. 4.

(2) R. CAGNAT et V. CHAPOT — *Manuel d'Archéologie Romaine*, cit. por E. Lambert nas lições proferidas na Sorbonne, em Fevereiro de 1949.

(3) J. PIJOAN — *Summa Artis*, VIII, Madrid, 1948, pág. 222, fig. 296.

Parece que o arco em ferradura, não como elemento decorativo, mas construtivo, teria tido a sua origem na Índia; as cabanas de madeira, com o vergar das varas que suportavam o telhado, formariam arcos em ferradura. Daqui teria passado à Pérsia, onde já era conhecido no séc. II a. C. e desta à Arménia (vê-se no interior de certas igrejas) ⁽¹⁾, à Capadócia, a formar arcadas cegas em igrejas rupestres ⁽²⁾, à Síria, ao Egipto-copta; daqui ao Norte de África de onde teria passado à Península.

Em toda esta vasta peregrinação, o arco em ferradura apareceu utilizado nas construções só muito raras vezes.

É um dos méritos do período visigótico o ter-se servido do arco deste tipo para o usar largamente de forma a convertê-lo em elemento arquitectónico. Foi Quadrado quem primeiro chamou a atenção para o facto, ao visitar a igreja de «S. Juan de Baños» perto de Valhadolide; mas deve-se a Gómez-Moreno ⁽³⁾ o primeiro estudo profundo sobre o assunto. Desde então, a ideia de que o arco em ferradura fora trazido para a Península pelos Árabes a partir de 711, deixou de ter qualquer fundamento.

O arco em ferradura encontrado nas poucas igrejas que restam ou naquelas onde pouco se conserva da traça primitiva, embora os arcos subsistam, pode ser de dois tipos: ou é desenhado por três curvas, e a intermediária é um arco abatido, ou é desenvolvido por uma só curva com o mesmo raio. A parte que ultrapassa o diâmetro da circunferência onde o arco pode ser inscrito é, em regra, de $1/3$ do raio, enquanto o arco árabe ultrapassa largamente esta proporção. Além disso, perpendiculares baixadas das extremidades do diâmetro horizontal do círculo onde se pode inscrever o arco, caem para fora do intercolúnio: no arco árabe, caem dentro deste espaço.

Estas diferenças são mais que suficientes para mostrar a individualidade de cada um dos arcos. Note-se, no entanto, que nem sempre as pontas do arco visigótico baixam $1/3$ de raio: podem descer menos nos arcos de construção e mais nos decorativos ⁽⁴⁾.

As aduelas têm particularidades: por exemplo, as linhas das juntas são variáveis até à horizontal que passa pelo centro do arco, daí para cima

(1) CHARLES DIEHL — *Manuel d'Art Byzantin*, Paris, 1925, pág. 474.

(2) CHARLES DIEHL — *Op. cit.*, pág. 568.

(3) M. GÓMEZ MORENO — *op. cit.*

(4) E. CAMPS CAZORLA — *El Arte Hispanovisigodo*, in *Historia de España*, de M. Pidal, III, Madrid, 1940, pág. 445.



Fig. 22 — Lápide do Picote, com decoração em colunata e arcos de ferradura (*Museu de Bragança*).

são uniformes. Muitas vezes não há chave: duas aduelas, juntas na parte mais alta do arco, desempenham essa função. Os saimeis podem ir até à altura do centro do arco. O tradoz arranca verticalmente e o intradoz está na linha das colunas ou pilares: pode ver-se mesmo por fora desta linha.

O arco em ferradura aparece em portas, em arcarias de igrejas, em janelas e às vezes em abóbadas. As janelas alargam-se para o interior do templo e são fechadas com gelsias de pedra vulgar ou mesmo de mármore, a formarem desenhos geométricos: arquinhos, etc. Um tipo de janela surge neste período, a janela geminada ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ ANDRÉS CALZADA — *Historia de la Arquitectura Española*, 2.^a ed., Barcelona, 1949, pág. 20.

Também se vê como motivo decorativo em capitéis de pilastras, disposto em série e em filas; ou a ornamentar frisos, etc.

O arco em ferradura aparece ainda, embora mais raramente, na forma da abside de algumas igrejas, entre nós a de Odrinhas ⁽¹⁾; ou em pavimentos como o mosaico do Arnal (Leiria), hoje no Museu Britânico. São ambos do período final do Império do Ocidente.

PILASTRAS

Eram usadas principalmente nos pórticos; tinham base, corpo e capitel; aparecem muitas vezes com elementos decorativos. A base é a parte menos trabalhada; no capitel, em muitas delas, vêem-se séries de arquinhos em ferradura, mas no fuste a decoração é mais abundante. Predominam os motivos geométricos, círculos, cruces, etc.; também se vêem, com relativa frequência, hastes de videira com parras e cachos de uvas. A folha de acanto é um dos ornatos mais usuais, geralmente a formar frisos.

Há pilastras romanas reaproveitadas, ostentando motivos visigóticos.

Foi da escola de Mérida que irradiaram os pilares e os nichos para a baixa Lusitânia, Bética e principalmente para Toledo ⁽²⁾. A grande importância que tem a Escola Emeritense assenta, em grande parte, no especial valor destes elementos arquitectónicos.

COLUNAS

Com muita frequência vêem-se colunas romanas reaproveitadas, conforme já tivemos ocasião de assinalar. Além das colunas apontadas, há outras mais pequenas, monolíticas: a base, o fuste e o capitel em uma só peça. A base é geralmente cúbica; o capitel, que também pode ser cúbico, aparece outras vezes com forma e dimensões várias.

É frequente este tipo de colunazinha de tradição bizantina. Em Catânia

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Escavações em Odrinhas*, Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, XXXIX, Lisboa, 1958, pág. 11.

(2) H. SCHLUNK — *Arte Visigoda*, *Ars Hispaniae*, II, Madrid, 1947, pág. 256.

foram encontradas várias ⁽¹⁾ e sabemos a influência que de Bizâncio nos veio através a Sicília.

CAPITÉIS

São elementos dos mais curiosos da Arte visigótica. Durante o período final do Império Romano do Ocidente surgiu uma série variada de formas, por vezes difícil de ordenar. A destriça entre o capitel romano decadente e o visigótico no início, ou entre o visigótico e o período que se lhe seguiu, o moçárabe, é por vezes muito complicada. Só depois de conseguido um catálogo completo de todos os capitéis conhecidos na Península e nele dispostos tanto quanto possível cronologicamente os pertencentes a este período, feita em seguida a comparação com os de outros países, mas dentro da mesma época, só assim se poderá separar o que pertence ou não ao visigótico no seu começo e no seu final. Mais adiante tentaremos fazê-lo pelo que diz respeito ao catálogo, na parte referente a Portugal.

A tendência geral do capitel visigótico é para a forma cúbica, vinda da Síria e adornada com poucos relevos; para lhe dar maior superfície de apoio, aos arcos que deveria suportar, é sobrepujado por um ábaco, peça também usada no Oriente.

Há capitéis inspirados nos jónicos, coríntios ou compósitos de filiação romana, que umas vezes se alargam, outras se encurtam e são decorados com folhas de formas simples ou caprichosas. As volutas simplificam-se. Vêm-se nos capitéis representações esquemáticas animalistas; mais frequentemente são vegetalistas. A técnica é, em geral, rude.

A folha de acanto, usada abundantemente na decoração visigótica, também aparece nos capitéis. À influência romana juntou-se a oriental com os seus elementos predilectos, por exemplo, os óvulos. E a religião cristã apôs-lhes cruces a meio das faces: a clássica cruz patada, da Arte visigótica.

A figura humana sofreu, durante tempos, as consequências a que o ostracismo a votara no concílio de Elvira e depois na heresia adoptada por Visigodos e Suevos, o arrianismo: por isso é raro o seu aparecimento nesse

(1) G. AGNELLO — *Sculture Bizantine della Sicilia*, II, Siculorum Gymnasium, 1953, 2, pág. 222.

período. Mais tarde vê-se em um capitel de Córdova e, mais largamente representada, na igreja de «Quintanilla de las Viñas» (séc. VII).

ABACOS

Como já tivemos ocasião de dizer, atribui-se aos ábacos origem síria, por já aparecerem no pretório de Musmie, no tempo de Marco Aurélio ⁽¹⁾.

Pela sua colocação em cima dos capitéis tinham a função importante de lhes alargarem a superfície e melhor sustarem os arcos que neles se apoiavam; e por estarem em evidência, aparecem frequentemente decorados. Os motivos geométricos, predominantes no visigótico, não podiam faltar aqui, bem como as habituais folhas de acanto, as parras, as cruces patadas.

IMPOSTAS

Vêm-se, com frequência, impostas sobre capitéis e consolas. A decoração é feita com motivos geométricos: a corda, a trança, a palmeta, óvulos e outros, como folhas de acanto (em S. Frutuoso).

FRISOS

Encontram-se tanto no interior, como no exterior de igrejas. São por vezes decorados com trança, umas das características do visigótico bizantino (S. Frutuoso e S. Torcato).

A corda, que também se vê nos frisos, é um motivo com raízes fortes na Península; já tivemos ocasião de mostrar como no Eneolítico e na Arte castreja se vê este ornato com frequência. Possivelmente também foi importada no período que nos ocupa, mas ao chegar à Península teria encontrado outra idêntica, em uso milenário.

A palmeta e a haste de videira, de inspiração bizantina, não podiam

(1) EMILE MÂLE—*El Siglo VI. El Arte en la época de Justiniano*, Historia General del Arte, Barcelona, 1958, pág. 280.

faltar na decoração dos frisos; teriam chegado à Península, mais precisamente a Toledo, no séc. VII, de onde irradiaram ⁽¹⁾.

Podem assim ser considerados dois tipos, conforme ostentam decoração puramente geométrica (cordão ondulante, círculos), ou então vegetalista.

PLACAS OU CANCELAS

«Canceles» lhes chamam os arqueólogos do país vizinho; são de forma e decoração típicas.

Eram colocadas de maneira a separar o altar-mor do corpo da igreja; mas também serviam para isolar os túmulos dos mártires e dos Santos venerados. Podiam ter, por cima, pequenas colunas arquivadas a formar como uma «pérgola» ou iconostásis ⁽²⁾; nelas abunda a decoração geométrica de forma tal, que mostra bem ter havido a preocupação de encher toda a superfície com círculos tangentes ou secantes a fazarem rosetas, rombos, séries de covinhas, etc.

É particularmente notável a placa encontrada em Lisboa; a perfeição do desenho e da execução tornam-na uma das peças mais representativas da Arte visigótica no período mais evoluído.

NICHOS

Não está ainda bem definida a sua função; simples motivo decorativo? Ou para proteger pequenas imagens? Como suporte central à mesa do altar?

São característicos da cultura visigótica ⁽³⁾ e classificam-se em dois tipos: côncavos, com a forma de que receberam o nome e datáveis dos fins do séc. VI, princípios do séc. VII; ou planos, sem concavidade, mas com desenhos a marcar a forma do nicho. Estes últimos são do séc. VII.

Foi em Mérida que os nichos tomaram importância e de forma tal que irradiaram para várias cidades.

(1) H. SCHLUNK — *Arte Visigoda*, op. cit., pág. 266.

(2) G. AGNELLO — *Sculture bizantine della Sicilia*, Sicularum Gymnasium, 1952, N.º 1, pág. 77.

(3) H. SCHLUNK — *Arte Visigoda*, op. cit., pág. 251.

MESAS DE ALTAR

Podem ser rectangulares, circulares ou semi-circulares. Têm um rebordo: o vinho do sacrifício não se entornaria assim para o chão. Segundo Palol⁽¹⁾, a mesa rectangular é mais mediterrânica-europeia que norte-africana e vem dela o altar actual. A forma arredondada é originária do Oriente. Os suportes destas mesas tinham, nem sempre, uma caixa para guardar relíquias.

MOTIVOS DECORATIVOS

ESCULTURA

A técnica usada para os motivos decorativos sobre pedra foi o talhe em bisel, processo já usado no Irão e para onde teria ido do Sul da Sibéria. O efeito «branco e negro», resultante do seu emprego, dá ao conjunto o aspecto de desenho com o qual se obtêm belos efeitos de luz e de sombra. Na sua génese tiveram influência, não só o mosaico romano, como também a ourivesaria e os tecidos de Bizâncio: estes directamente, ou através o exarcado e o Norte de África.

Os assuntos tratados mostram, como já assinalámos, uma grande tendência para as figuras geométricas executadas com minúcia e para a estilização vegetalista e animalista, inclusivamente nas poucas representações da figura humana: assim a Arte visigótica se afasta largamente da concepção realista e da perfeição técnica do período da chamada decadência romana.

Também noutros países, onde influiu o bizantinismo, como a Sicília, se verifica grande expansão dada aos motivos decorativos e o quase desaparecimento da figura humana⁽²⁾.

A interpretação e a técnica dos artistas peninsulares no período visigótico, bastante incultos na sua maioria teria trazido, segundo Lamperez

(1) P. DE PALOL SALELLAS — *Las mesas de altar paleocristianas en la Tarraconense*, Ampúrias, XIX, XX, 1957, 58, págs. 81 e seg.

(2) G. AGNELLO — *Op. cit.*, 1957, 1, pág. 119.

y Romea (¹), o barbarismo com que nos aparece a decoração visigótica. Em grande parte deve ter sido assim, principalmente fora dos grandes centros; mas houve focos de cultura onde não só o traço, como a execução, mostram precisamente o contrário, como por exemplo em Lisboa e Barcelona.

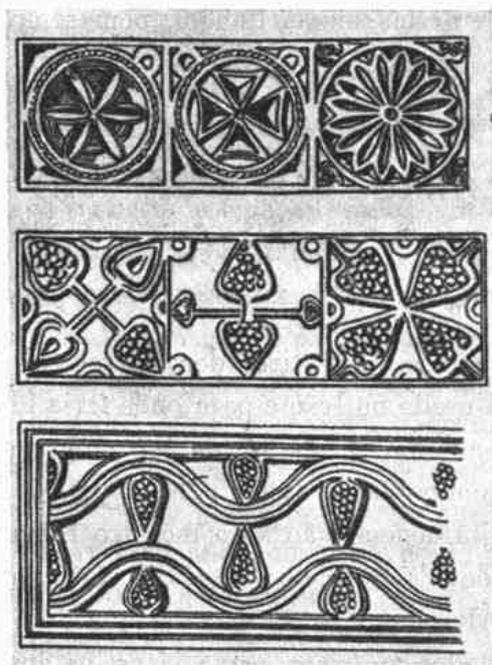


Fig. 23—Motivos decorativos da igreja visigótica de «S. Pedro de la Nave» (seg. A. S. FRISCHAUER, *Altspanischer Kirch.*, op. cit., pág. 50, fig. 53).

Os temas geométricos encontrados com mais frequência são os círculos tangentes ou secantes (a dar lugar a rosetas), os hélices, os rombos, as cruces e combinações diversas com estes motivos variados. Todos eles eram conhecidos dos peninsulares, alguns desde o eneolítico; mas não há dúvida que o pontuado, o encanastrado e o entrançado também foram conhecidos nas mais antigas civilizações do Médio-Oriente e mesmo mais além (²).

(¹) V. LAMPÉREZ Y ROMEA—*Historia de la Arquitectura Cristiana Española en la Edad Média*, I, Madrid, 1908, pág. 120.

(²) O. M. DALTON—*Byzantine Art and Archaeology*, Oxford, 1911, pág. 686.

O arco em ferradura continua como motivo decorativo, já usado nas estelas romanas; mas por vezes surge em séries horizontais e sobrepostas ou ainda a enquadrar motivos, apoiado em capitéis sustentados por colunas.

Os arquinhos também são frequentes e têm, por vezes, os espaços ocupados com rosetas.

Há como que a preocupação de encher os espaços vazios com ornatos, tudo envolvido por molduras formais, características estas vindas do Próximo-Oriente, mais exactamente da Arte mesopotâmica.

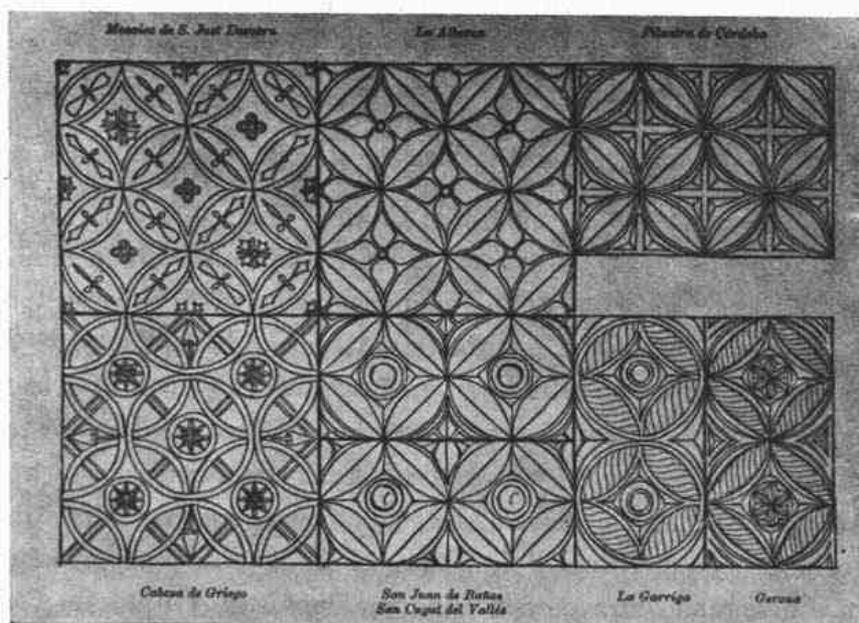


Fig. 24 — Rosáceas visigóticas (seg. P. PALOL, *Esc. de la época hispano-visigoda em Gerona*, op. cit., vol. XXIII, 1.º, pág. 11).

A corda e a trança vêm-se a emoldurar um assunto central ou então, em seu lugar, hastes ondulantes formam o contorno; já tivemos ocasião de recordar como qualquer destes motivos aparece na Arte ibérica, muito antes, portanto, do período visigótico. A influência germânica poderia, quando muito, ter feito reviver velhas decorações.

A simbologia é muito variada e, por isso, não fazemos referência se não ao que aparece mais frequentemente.

O «chrismon», vem desde a época constantiniana e vai até meados do séc. VII. No séc. IV aparece a cruz, é certo, mas só no séc. VI foi usada com mais frequência e com os braços iguais: surgiu então a chamada cruz

patada, com os braços em triângulo isósceles e o vértice para o centro da cruz. Não é raro que tenha o alfa e o omega a flaqueá-la, a um e outro lado, e por baixo dos braços horizontais; eles representam o princípio e o fim de todas as coisas ⁽¹⁾. Ainda, por vezes, uma pomba poisa em cada um dos mesmos braços.

Surgem animais simbólicos mais ou menos estilizados, como o grifo (importado da Pérsia), guardião de tesouros e de túmulos, também considerado por Dante ⁽²⁾ como símbolo de Cristo, por ter dupla natureza, de leão e de águia; o veado, ávido de beber a água purificadora do baptismo; o pavão, símbolo da imortalidade; a pomba, portadora da paz celestial; o cordeiro, que é o próprio Cristo; a concha a recordar o baptismo, estilizada como poucos símbolos o foram, etc. Entre os motivos vegetalistas, um dos mais frequentes é a videira, motivo importado do Próximo-Oriente ⁽³⁾ e tomado como símbolo de Cristo: «Ego sum vitis vera». Com parras e cachos de uvas, as uvas da terra da Promissão, é o símbolo da Igreja e do sangue de Cristo, feito vinho eucarístico ⁽⁴⁾. Por vezes uma vide sai de um «cantharus», que guarda o elixir da vida eterna onde a haste vai beber, a desenvolver espirais, ou então a formar círculos de onde pendem cachos ou flores, como já se via na Arte do Irão. A palmeta é frequentíssima, em frisos, mais ou menos estilizada; ou nem sempre a «haste ondulante» tem folhas de videira, mas folhagem mais parecida com a da hera, incluída em círculos. Foi usada na Atica desde os princípios do séc. V a. C., segundo Strzygowski. Aparece depois no Egipto, no Próximo-Oriente; desmembra-se, recompõe-se e na sua longa carreira passa pelo bizantino e vai ao românico.

A palma recorda os mártires; as folhas de loureiro, a formarem ramos circulares, coroas de glória, emolduram símbolos sagrados.

O Sol também aparece a aludir a Cristo, o «Sol Salutis» ⁽⁵⁾.

A figura humana, como já tivemos ocasião de dizer, também sofreu a influência geral; as suas representações são em número diminuto, mas

(1) EDOUARD SALIN — *La civilisation mérovingienne*, op. cit., I, pág. 137.

(2) DANTE ALIGHIERI — *Purgatório*, 29.

(3) O. M. DALTON — Op. cit., pág. 689.

(4) LOUIS RÉAU — *Iconographie de l'art chrétien*, Paris, 1955, pág. 132.

(5) G. BOVINI — *Il mosaico paleocristiano dalle origini alla metà del V secolo*, Corsi di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina, I, Ravenna, 1957, pág. 32.

o suficiente para poderem prová-lo. Esse pequeno número deve ser relacionado com a orientação dada pela Igreja; no entanto, aparecem figuras ou reminiscências pagãs: o Sol e a Lua («Quintanilla de las Viñas»), decorações de sarcófagos com apóstolos e crentes (S. Martinho de Braga), etc.

OURIVESARIA E GLIPTICA

Teve grande desenvolvimento e é, dentro da Arte visigótica, o ramo sobre que tiveram os Germânicos influência nítida. Desde os adornos pessoais, onde luziam ouro e pedras preciosas até aos objectos de culto, a ourivesaria teve ensejo de se manifestar sob formas as mais variadas.

Na técnica usaram o alveolado, com esmalte, pedraria e vidros de cores encastoados; a filigrana e o repuxado.

As coroas votivas de ouro, pedraria e pérolas, eram suspensas por correntes também de ouro e delas pendiam cruces e letras, estas a formarem o nome do ofertante; tanto podiam ser presente de um rei, como de alguma outra figura grada do reino, a uma igreja de sua devoção. Estas extraordinárias peças de ourivesaria representam o que de mais belo se produziu no período visigótico. A espada de Beja, com o seu belo punho em ouro lavrado e incrustado de pedras preciosas é um exemplo da ourivesaria goda, segundo toda a probabilidade, anterior às invasões.

Quando os Árabes entraram na Península, rapinaram o que de mais luxuoso e rico puderam levar; parece que o invasor, só de Toledo, levou mais de centena e meia de coroas votivas, em ouro! Com o imenso espólio carregaram uma grande caravana que tomou o caminho de Damasco. Não admira, por isso, que as suas riquezas tenham sido gabadas pelos escritores árabes: eram mitras, torques, pulseiras, brincos, anéis, enfim, tudo quanto de belo e custoso pode produzir o ourives.

Pouco delas ficou; e o que tem aparecido foi porque o esconderam para evitar o roubo. É o caso das belas coroas votivas de Guarrazar e de Torredonjimeno, em ouro e pedraria; elas dão-nos uma ideia do requinte atingido pelos ourives peninsulares dessa época.

O estudo das jóias visigóticas, até agora conhecidas, levou à sua distri-

buição por três períodos (¹) como, de resto, sucede em outros capítulos da Arte visigótica; assim, o primeiro período, o dos movimentos migratórios mais intensos, termina com a morte de Eurico, no final do séc. V. Há poucas peças dessa fase inicial; uma das mais expressivas é a espada de Beja com o punho de ouro lavrado e pedras preciosas e deve ter sido trazida do Sul da Rússia. O segundo período, a que Santa Olalla chamou visigótico, estende-se pelo séc. VI; começa nele a absorção das novas correntes pelos artífices hispânicos que irão criar um tipo mais definido, no séc. VII, isto é, no terceiro período. Neste é evidente a influência bizantinizante através Ravena e o Norte de África.

Os colares encontrados nos cemitérios visigóticos já não mostram o mesmo gosto apurado; as contas são de vidro ou pasta de vidro ou de âmbar. A evolução que apresentam também tem sido aproveitada como achega para o estudo da cronologia na Arte visigótica.

As contas mais antigas, anteriores ao séc. VI, são de âmbar e de forma sensivelmente esférica ou discoide; também aparecem contas de vidro, opacas ou translúcidas.

Nos séc. VI e VII as contas de âmbar já são irregulares, cilíndricas ou achatadas e as de vidro apresentam a particularidade de serem esféricas as da primeira metade do séc. VI e em duplo cone as da segunda metade do mesmo século (²).

De entre as peças de ourivesaria usadas como efeito ou por necessidade na indumentária, destacamos pela importância excepcional na Arte visigótica as placas de cinturão e as fivelas. Adiante lhes faremos referência pormenorizada.

Além dos vários objectos de bronze já apontados, indicamos uma série de outros para mostrar a variedade de que deram prova os artistas do tempo, ou hispano-romanos ou estrangeiros oriundos de alguma das várias regiões do Mediterrâneo que tanta influência tiveram na Arte visigótica.

Assim nos aparecem brincos, ou singelos ou feitos com um fio tor-

(¹) AARÃO DE LACERDA — *História da Arte em Portugal*, I, Porto, 1942, pág. 142.

(²) J. M. SANTA-OLALLA — *Necropolis visigoda de Herrera de Pisuerga* (Palencia), Madrid, 1933, págs. 29 e 30.

cido; anéis com ou sem sinete e, neste caso, ornados por uma pedra ou desenho gravado; pulseiras simples, ou terminadas por cabeça de animal; colares, onde não faltam as contas de âmbar, outros de pasta de vidro colorido, ou de azeviche. Entre os objectos de bronze têm aparecido peças de uso litúrgico, como incensários; jarros mais ou menos esguios, de pé alto, uma só asa e, por vezes, com inscrição no bojo (para baptisados?, segundo Gómez-Moreno); patenas com decoração incisa e inscrições, etc.

A série de discos usados em arreios de cavalos tem muito interesse, pelos motivos animalistas usados em alguns e nos recordarem o trabalho e a arte dos Scitas.

FIVELAS E FECHOS DE CINTURÃO

Era uso, entre os Visigodos, depositar os cadáveres nos túmulos com roupas e adornos, mas sem armas; por outro lado, nos cemitérios francos, aparecem armas.

Aos Suevos, cedo convertidos à fé católica, não lhes era por isso permitido levarem para a sepultura nem adornos, nem armas; assim se explica a pobreza de achados arqueológicos nos seus cemitérios, com manifesta desvantagem para o estudo deste povo, pois tanto as fivelas, como os fechos de cinturão fornecem dados artísticos, religiosos, cronológicos e outros de muito interesse. Fíbulas e fechos marcam, para alguns autores, períodos bastante bem delimitados, reflectidos não só nas formas dos objectos como na variada e em alguns policrómica decoração. Esses valores não podem ser tomados de um modo absoluto; longe disso, pois tipos diferentes têm aparecido juntos, na mesma estação arqueológica. Formas mais antigas coexistiam com outras possivelmente mais modernas: enfim, falta de dados cronológicos seguros para poder ser garantida uma cronologia. No entanto, novas contribuições poderão aperfeiçoar o muito que já tem sido feito neste sentido.

Baseadas nesses desejos têm sido feitas várias classificações de fivelas e de fechos de cinturão. No conjunto dos trabalhos publicados, de que é

justo destacar os de Zeiss (^{1,2,3}), e os de Santa Olalla (estes adiante referidos) os agrupamentos sobrepõem-se, mais ou menos, quanto ao essencial; no pormenor podem as classificações desdobrar-se em grupos e sub-grupos, na sua maioria sem grande interesse pela dificuldade de arrumação e daí se poderem tirar conclusões úteis.

As fíbulas ou fivelas podem ser de arco ou ovalares. As de arco são do séc. VI; rematam de um lado por placa semicircular ou então romboidal e do outro por uma longa placa alongada para proteger o fusilhão. Tanto uma como outra podem ter prolongamentos radiais, por vezes de forma esférica; para estas últimas, J. Pijoan (⁴) lançou a hipótese de representarem cabeças de heróis que, de noite, cavalgariam para o Wahlhalla. E por algumas serem ornamentadas com figuras simbólicas, como o mastim e o cavalo de Odine, ou aves de bico adunco e, por outro lado, terem um tamanho e peso respeitáveis: o autor citado vê nelas um fundo místico ou profiláctico e não utilitário.

A grande maioria das fíbulas, que conhecemos, tem ornamentação geométrica ou então perfeitamente lisa e o seu peso não nos parece incomportável para o fim utilitário com que deveriam ter sido usadas. Certamente a decoração de algumas teria sido intencionalmente feita com fins mágicos ou religiosos, mas são relativamente poucas as que os apresentam. Nas investigações a que Santa Olalla procedeu (⁵) as fíbulas colocar-se-iam nas roupas, por baixo da clavícula e com a cabeça para baixo.

Um outro grupo de fivelas, muito vulgares, é formado pelas de aro, de forma circular ou elíptica e com largo e forte fusilhão. Umas são lisas, outras têm decorações geométricas rudimentares. Apareceram muito cedo, no período que nos ocupa e vão até quase ao final. Também há fíbulas

(¹) HANS ZEISS — *Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich*, Berlin und Leipzig, 1934.

(²) IDEM — *Die Chronologie der Westgotischen Grabfunde in Spanien*, sep. do Anuario del C. Facult. de Arch. B. y Arqueologos, Vol. I, Madrid, 1934.

(³) IDEM — *Los elementos de las artes industriales visigodas*, Anuario de Prehistoria madrileña, IV-V-VI, Madrid, 1933-34-35, pág. 139.

(⁴) J. PIJOAN — op. cit., VIII, págs. 194-200.

(⁵) J. M. SANTA-OLALLA — *Sobre como usaron la fíbula los visigodos*. Investigación y Progreso, VI, 12, Madrid, 1932, págs. 178 e seg.

circulares de disco, umas alveoladas, outras com alveolado e cabuchões e outras com decoração em relevo e cabuchões (1).

Mais raras são as fíbulas aquiliformes de influência asiática, com alveolado ou com decoração geométrica.

Os fechos de cinturão são, na indumentária não só dos Visigodos, mas na de outros Bárbaros seus contemporâneos, o elemento mais típico e que se mantém como tal durante todo o período da sua história (2). São essencialmente constituídos por duas partes: a placa, objecto de trabalho mais ou menos requintado e que era cosida ou pregada a uma ponta do cinturão e a fivela com aro e fusilhão onde era enfiada e presa a ponta oposta; ou então, noutro tipo de fecho, o conjunto é formado por uma placa sòmente, articulada ou mesmo ligada ao anel.

A tipologia destes objectos pode ser distribuída por três grupos correspondentes à evolução da política na Península no período de que nos ocupamos e pode resumir-se em invasão, instalação e consolidação dos Visigodos no território hispânico: o primeiro vai até ao reinado de Eurico, o segundo termina com Suintila e o terceiro acaba em 711.

O primeiro grupo, por consequência o mais antigo, o grupo godo de Olalla, que propôs este esquema (3) é originário do Sul da Rússia; mas já neste território teria recebido influências vindas do centro da Ásia, com passagem pelas Sassânidas e depois pelos Sarmatas e Greco-Scitas. As poucas peças conhecidas chegaram à Península trazidas pelos próprios invasores: têm placa alveolada e são de forma rectangular ou mais ou menos circular. Os povos bárbaros inspiraram-se nestas placas, não só os Visigodos, como os outros Germânicos. Nelas as cavidades que nos tipos primitivos, onde foram inspiradas, eram cheias com pedras preciosas e outros materiais de luxo, aparecem aqui com granadas e vidros coloridos; ou então, em vez de alveolado há um desenho geométrico ornamentado com cabuchões dispostos simetricamente pela superfície. Formas semelhantes produziram os Ostro-

(1) J. SUPLOT — *Papeletas de orfebreria bárbara. Fíbulas Visigodas*, Bol. del Seminario de Est. de Arte y Arqueologia, X, Valladolid, 1936, pág. 109.

(2) IDEM — *Papeletas sobre orfebreria bárbara. Hebillas de cinturón Visigodos*, Bol. del Seminario de Est. de Arte y Arqueologia, IV, Valladolid, 1934, pág. 44.

(3) J. M. SANTA-OLALLA — *Esquema de la arqueologia visigoda*, Investigación y Progreso, VIII, 1934, págs. 103 e seg.

godos (que inspiraram alguns fechos visigóticos), os Francos, alguns povos do Danúbio e da Crimeia.

Estes fechos são datados do séc. VI; mas Santa Olalla leva-os até 620 por ser esta a data da expulsão dos Bizantinos dos territórios por eles conquistados na Península, excepção feita do Algarve ⁽¹⁾ (de onde os Impériaes só saíram mais tarde): são os fechos chamados «visigodos» por aquele autor, em contraposição aos do primeiro período, a que chama «godos».

No séc. VII é frequente a forma do tipo romano-bizantino, chamada de escudo, com larga expansão no Mediterrâneo Oriental, de onde veio para a Península possivelmente através a Sicília, onde aparece com frequência.

Outras formas deste grupo são a de placa transformada em lingueta rígida, com decoração incisa e alguma rara vez com inscrição; a liriforme, decorada com animais, vegetais, desenhos geométricos; a de desenho aberto, onde surgem não só figuras geométricas, como arcos em ferradura, cruzes, mas também animais estilizados.

Há placas ainda de outras formas, como a cruciforme ⁽²⁾.

Finalmente, um outro tipo de placa distingue-se dos anteriores pela articulação com o aro, que nele é feita por uma charneira dentada.

MARFINS

«Os marfins são miniaturas esculpidas» ⁽³⁾.

As caixas de marfim foram usadas nos templos gregos e nos romanos, para guardar objectos litúrgicos: daí passaram ao cristianismo. No Egipto copta, onde também se executaram trabalhos de talha notáveis, a fama dos seus objectos de marfim levou à exportação para Bizâncio e Roma. Em Antioquia foi florescente a escola do marfim.

Directa ou indirectamente, decoradas com baixos relevos onde aparecem cenas bíblicas, as caixas apareceram cedo na Península, para nelas

⁽¹⁾ J. M. SANTA-OLALLA — *Necropolis visigoda de Herrera de Pisuerga* (Palencia), Madrid, 1933, pág. 29.

⁽²⁾ P. DE PALOL SALELLAS — *Fíbulas y broches de cinturón de época visigoda en Cataluña*, Madrid, 1950, pág. 23.

⁽³⁾ J. PIJOAN — *Summa Artis*, op. cit., VII, pág. 145.

serem guardadas relíquias de santos e de mártires. Infelizmente muito poucas chegaram até nós.

PINTURA

Recordamos uma das determinações do concílio de Elvira a propósito das pinturas murais nas igrejas e a proibição de representações da figura humana. Por outro lado, as influências orientais exerceram uma grande tendência para a decoração polícroma; e, por isso, pelo menos mais tarde, foi usada profundamente a pintura não só a fresco, mas sobre pedra esculpida. Infelizmente pouco chegou até nós além das descrições feitas por autores da época, designadamente Prudêncio (*Dittochaeum*) e S. Izidoro (*Etimologias*).

As iluminuras tiveram uma grande escola em Alexandria desde muito antes da era cristã ⁽¹⁾. No período visigótico abundavam nas igrejas e conventos, mas delas também muito pouco resta. Na Biblioteca Nacional de Paris conserva-se um dos mais famosos códices visigóticos iluminados, o Pentateuco Ashburnham, onde aparece profusão de figuras em atitudes as mais variadas, motivos arquitectónicos, etc.; tem sido considerado de influência copta (Pijoan) ou hispano-africana (W. Neuss) ou então puramente peninsular (Garcia Villada).

Inspiraram-se nelas os miniaturistas moçárabes; sabemos a influência marcante de Beatus, abade de Liebana, na escultura românica, através o seu Apocalipse de S. João. Por este breve enunciado acompanhámos o trajecto seguido pelos motivos orientais na sua influência sobre a Arte do Ano Mil, com passagem pelo visigótico.

MOSAICO

Esta «espécie de pintura» continua no período visigótico, a tradição romana da decadência; e assim, os motivos são essencialmente geomé-

(1) H. SCHLUNK — *Observaciones en torno al problema de la miniatura visigoda*, Arch. Esp. de Arte, XVIII, 1945, págs. 241 e seg.

tricos, por vezes com temas vegetalistas e animalistas. A figura humana também aqui é rara; no entanto aparece fortuitamente uma ou outra vez, em temas mitológicos (por ex. Orfeu), ou cristãos (Velho Testamento).

Os mosaicos sepulcrais estiveram em grande voga; alguns exibem o retrato do defunto e são adornados com letreiros, cruzes e o «*chrismon*» entre o alfa e o omega, o cordeiro, o cântaro, etc.

A influência bizantina começa a fazer-se sentir desde o final do século de Constantino. Um dos grupos de mosaicos desse período com grande interesse na Península é o de Centelles (Tarragona); as composições (cenas de caça, passos da Bíblia, etc.) são de uma grande beleza, largamente evidenciada pelos últimos trabalhos ali realizados (Schlunk).

CERÂMICA

A cerâmica romana tardia continuou praticamente sem alteração no início do período visigótico; mas, a pouco e pouco a qualidade piorou e a «*terra sigillata*», tornada muito vermelha, pouco envernizada, às vezes de cor cinzento-escuro, acaba pouco depois das invasões.

Nos objectos de uso comum, o barro nem sempre é de boa qualidade; pode ser vermelho, amarelado ou cinzento-sujo. A forma mais frequente é o jarro pequeno. As lucernas, embora ligeiramente alongadas, continuam o tipo romano; mas no «*discus*» aparecem alusões à nova religião.

A decoração é feita com estampilhas, às vezes com punção. Há motivos não só cristãos, mas vegetalistas, animalistas e geométricos.

Um tipo que representa novidade, até certo ponto, e teve bastante voga, é o ladrilho enfeitado, com relevo obtido por molde. Os motivos são variados: geométricos, vegetalistas e zoomórficos.

VIDRO

Ao grande incremento dado à fabricação de objectos de vidro no tempo do Império, veio acrescentar-se a preparação de tesselas para os mosaicos bizantinos. As cores transmitidas à massa de vidro ficaram insuperáveis

pela gama dos seus tons; ainda hoje a indústria de Veneza conserva o segredo da sua preparação. Usados como objectos de uso corrente, pequenas ânforas, patenas litúrgicas, os de massa mais fina substituíram as pedras preciosas incrustadas em alvéolos de cinturões, em cruzes, etc. As contas dos colares encontrados nos cemitérios germânicos são muitas vezes de vidro.

É difícil datar os vidros visigóticos; só pelo local onde foram encontrados poderemos colher uma ideia nesse sentido.

Foram classificados por José Ferrandis ⁽¹⁾ em três grupos: litúrgicos, patenas de tradição romana e bárbaros propriamente ditos. Do primeiro e do terceiro grupos conhecia somente duas peças de cada!

TECIDOS

Sabemos que os tecidos de seda, principalmente depois da chegada do bicho da seda a Bizâncio, se espalharam com rapidez pela bacia do Mediterrâneo. Certamente não teria levado muito tempo a sua vinda até cá.

Igualmente os tecidos de lã e de linho ⁽²⁾, em cores várias (a púrpura continuou em voga), foram usados entre nós: mas nem uns nem outros parece terem tomado qualquer feição própria do período visigótico, precisamente por não terem sido fabricados na Península. Nada resta para demonstrar o contrário sem oferecer dúvidas, apesar da tese defendida por Volbach ⁽³⁾ baseada na subtileza de tons que julga próprios das oficinas hispânicas.

Tiveram influência os panos de seda, pelas suas decorações, na escultura, nas miniaturas e nos pergaminhos a que já várias vezes nos referimos: e as pilastras de Chelas, conservadas no Museu do Carmo, atestam-no largamente.

⁽¹⁾ JOSÉ FERRANDIS — *Artes Decorativas Visigodas*, Historia de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940, pág. 659.

⁽²⁾ E. CAMPS CAZORLA — *Tejidos visigodos de la necropolis de Castiltierra*, An. del C. F. de Archiv., B. y Arq., Homenaje a Melida, II, Madrid, 1934, págs. 87-96.

⁽³⁾ P. PALOL — *Esencia*, op. cit., pág. 31.

VII CAPÍTULO

ARTE VISIGÓTICA EM ESPANHA E EM FRANÇA

(Resumo)

Não pretendemos ir mais além, por estar fora do nosso propósito, do que enunciar, sucintamente, os monumentos visigóticos encontrados em territórios espanhol e francês.

Foi na larga faixa da Península, banhada pelo Mediterrâneo, por isso mais perto de Roma, que surgiram os principais centros onde se iniciou a propagação da Fé cristã; por outro lado, as sucessivas capitais visigóticas também são hoje cidades do país vizinho. Não admira, pois, que por lá encontremos restos, bem poucos mas os mais representativos, à excepção de S. Frutuoso de Montélios, do período das origens e evolução da Arte visigótica.

Uma parte do território português foi ocupada pelo Reino dos Suevos e a corte tinha assento em Braga. Centro intelectual de valor indiscutível, como já tivemos ocasião de recordar, o seu primado foi certamente a consequência do grande incremento do Cristianismo no Noroeste: o primeiro rei católico era Suevo e converteu-se em Braga. Alguns monumentos ficaram por ali a marcar esse período, designadamente os de Montélios e Balsemão. No conjunto, tanto no Norte como no Sul do País, estamos aquém do que nos revela o património espanhol: por isso, quando anotámos os elementos da Arte visigótica, grande parte das referências diziam respeito a monumentos d'além-fronteira.

Do início do cristianismo, na Península, há notícia das catacumbas de *Saragoça*. Uma pequena basílica, em *Mérida*, por detrás do teatro romano, faz-nos pensar na outra, mais grandiosa, dedicada à mártir Santa Eulália; dela restam somente dois capiteis na igreja construída no mesmo local do da basílica.

A «cella memoriae» de *Ampurias*, datada dos séc. IV-V, bem como o majestoso *Mausoleu Constantiniano de Centcelles* (Huguet) perto de Tarragona onde os trabalhos de investigação têm revelado os mais belos mo-

saicos da Península; a basílica e necrópole paleocristãs de *Rosas*, (Barcelona); o «martyrium» de *La Alberca* (Murcia), em dois pisos ⁽¹⁾.

Uma série notável de *sarcófagos* do Nordeste peninsular e de Toledo, permite estudar a filiação destes monumentos, esclarecer afinidades e influências. A basílica de *Aljézares* (Múrcia), da segunda metade do séc. VI, quase quadrada; as de *Alcaracegos* (Córdova), de *S. Pedro de Alcântara* (Málaga), de *Casa Herrera* (Mérida), de *La Cocosa* (Badajoz) com dupla abside de tipo africano; de *San Cugat del Vallés* (Barcelona) com abside em ferradura; de *Fraga* (Huesca) com abside quadrada exteriormente e semicircular no interior, enfim, de *Zorita de los Canes* (Guadalajara) com abside semelhante à de *Fraga* e à de *Barcelona* (cidade).

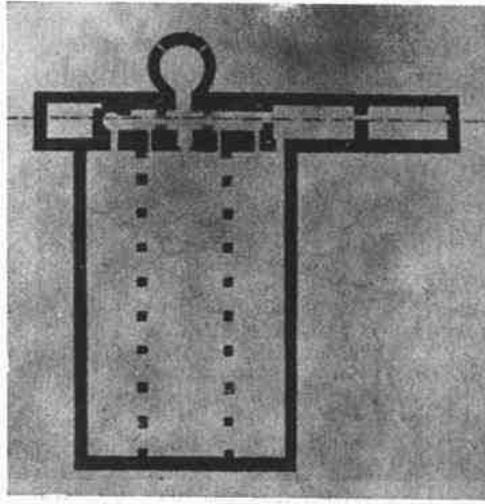
Um dos monumentos mais representativos, a basílica de *Cabeza del Griego* (Segóbriga, Cuenca) do final de séc. IV, princípios do séc. V, está quase completamente destruído; dele há a notícia de Cornide ⁽²⁾, datada dos fins do séc. XVIII. É de tipo africano e mostra ter tido três grandes naves. Uma pequena abside, em forma de ferradura, muito fechada, diríamos ovoide, parece ter sido uma cripta: a verdadeira abside ficava-lhe por cima.

A igreja de *S. Pedro de la Mata* (Toledo) é de origem monacal. Encontrada em ruínas, embora não tão desastrosas como as de *Cabeza del Griego*, é de tipo cruciforme, com uma nave central muito comprida, acompanhada por câmaras laterais, à maneira visigótica. Tem interessantes decorações onde entra a figura humana. Edificada no séc. VII, no tempo do grande embelezador e restaurador de Toledo, o rei Vamba, sofreu, como tantas, arranjos no período moçárabe.

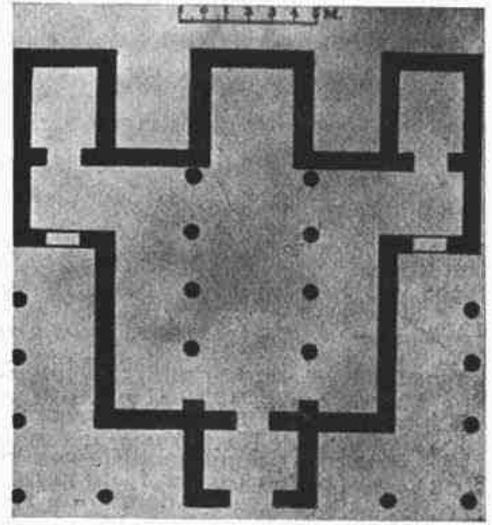
A igreja de *Santa Comba de Bande* (Orense), há anos restaurada por ameaçar ruína e estar bastante adulterada, tem as suas paredes feitas com grandes silhares rústicos e mostra uma gelosia em arquinhos, feita em pedra; foi igualmente igreja monacal (S. Torcato) e as suas origens devem datar do séc. VIII. É de planta cruciforme e, como nas cúpulas de *S. Frutuoso*, também aqui foi empregado o tijolo na cobertura, que é de abóbada. O período moçárabe, também por lá deixou a sua marca.

(1) P. DE PALOL SALELLAS — *Los monumentos paleocristianos y visigodos estudiados en España desde el año 1939 a 1954*, op. cit.

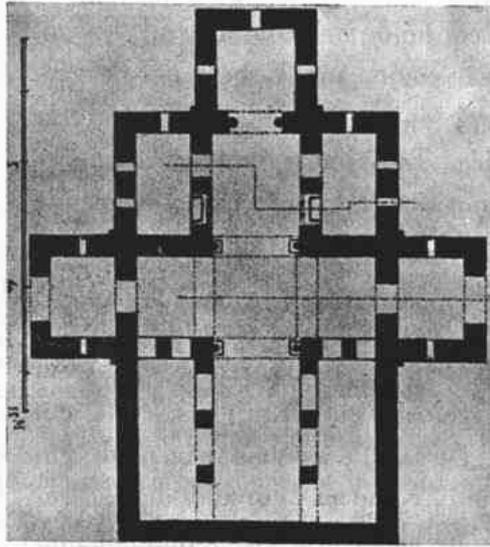
(2) JOSÉ CORNIDE — *Antigüedades de Cabeza de Griego*, Mem. de la Real Academia de la Historia, III, 1793.



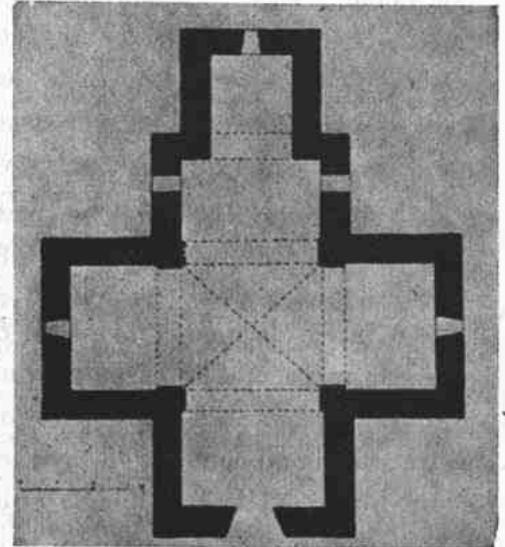
1



2



3



4

Fig 25 — Planta das igrejas: 1—Cabeza del Griego (seg. CORNIDE), 2—S. Juan de Baños (seg. A. A. ALVAREZ), 3—S. Pedro de Nave (seg. GÓMEZ-MORENO), 4—S. Comba, de Bande (seg. LAMPÉREZ Y ROMÍA).

Da curiosíssima igreja de *Santa Maria de Quintanilla de las Viñas* (Burgos) só restam a abside e uma nave transversal: faltam-lhe a nave central e duas laterais. Construída com grandes silhares bem aparelhados é ornamentada, exteriormente, à maneira oriental, por largas faixas esculpidas onde se enrolam hastes a formar círculos ocupados por motivos vegetalistas, animalistas e geométricos. O interior é exuberantemente decorado com motivos idênticos a que se juntam figuras humanas (Apóstolos), representação rara neste período. Parece, pelo que resta, terem sido as naves central e transversais cobertas de madeira, enquanto a nave lateral teria abóbada de aresta. Pelo conjunto do monumento, a data da sua edificação pode ser fixada para o final do séc. VII.

A igreja de *S. Pedro de Nave* (Samora) é uma das mais notáveis do período visigótico e também das mais tardias (séc. VIII? IX?); é de tipo basilical, de três naves, com abside rectangular e as características câmaras laterais visigóticas. Foi há anos transferida do vale onde fora edificada para um lugar mais alto e afastado a fim de não ficar dentro da albufeira de uma barragem; infelizmente fala-se agora em nova transferência e pelo mesmo motivo, o que não se nos afigura fácil, dada a forma sólida usada na sua reconstrução.

A igreja de *S. Juan de Baños* (Valência), mandou-a construir o Rei Recesvinto perto da nascente termal de que o seu fundador beneficiara. Teve o raro mérito, entre outros não menores, de ser datada (ano 661). Feita para igreja secular, construída e reconstruída, tem um planta estranha, no seu conjunto única na Península. É de tipo basilical, com três naves separadas por forte colunata tìpicamente visigótica; a abside é rectangular e acrescentam-lhe duas capelas, uma de cada lado, que não se lhe encostam directamente. O acesso a estas capelas é feito pelas naves laterais. Tem um pórtico, com arco de ferradura, decorado exteriormente à maneira oriental; a entrada para a igreja faz-se por uma porta com lintel, também à maneira oriental. É esta igreja um dos monumentos, mesmo aquele que melhor atesta quanto se poderia esperar da Arte visigótica se não se tem dado a catastrófica invasão árabe. A criação de uma forma hispânica afasta-se nela cada vez mais das suas origens, individualizando-a e emprestando-lhe um carácter próprio, muito superior aos do Ocidente europeu contemporâneo.

A cripta de *S. Antolin*, na Catedral de Palencia, pertence ao grupo

dos «martyria». Em parte românica, o que resta de visigótico permite datá-la do séc. VII.

Há igrejas edificadas no período de que nos ocupamos, mas onde a mistura de elementos nitidamente visigóticos, com moçárabes aparece de uma forma mais evidente do que nalgumas já referidas; assim sucede, por exemplo, na igreja do *Cristo de la Luz* (Toledo), de planta em cruz grega. Ou então os vestígios visigóticos já quase não existiam, como em *S. Miguel de Tarrasa*; mas ficara a tradição do templo anterior, a Catedral de *Egara* que meticolosas explorações têm permitido reconstituir em parte. Enfim, uma série de fundações de monumentos ou de edifícios, uns justamente considerados visigóticos, outros necessitados de novas achegas para a sua classificação não oferecer dúvidas, como as ruínas encontradas no local da antiga *Illiberis* (Granada), as da basílica de *Son Bou* (Minorca) e da ara de *San Feliu de Vilademilans* (Barcelona).

Estes edifícios e outros eram adornados com pedras trabalhadas; por isso têm aparecido, em variadíssimos locais, inúmeros fragmentos de escultura ornamental e muitas peças intactas (capitéis, colunas, mesas de altar, nichos, placas ou cancelas, sepulcros, etc.).

Tem, para nós, interesse muito especial a rica colecção guardada no Museu de Mérida. A antiga capital da Lusitânia, como sede de um arcebispado, tinha sob a sua alçada grande número de dioceses, o que lhe dava especial relevo, manifestado durante o período visigótico em templos célebres, designadamente a famosa basílica de Santa Eulália, já referida.

A Arte visigótica tomou em Mérida uma feição especial, que a distingue do foco andaluz (Córdova, Sevilha e Granada); mas foi em Toledo, politicamente a cidade mais importante do reino, que no final da dominação germânica a arte atingiu a máxima altura. O foco toledano surgiu depois dos outros e, por isso, aproveitou muito da elaboração por eles desenvolvida.

Os variadíssimos monumentos, assinalados em livros e diplomas, mais ou menos bem conservados e ainda outros até agora ignorados têm fornecido, em Espanha, um bom número de elementos architectónicos dispersos, jóias, bronzes, cerâmica e alguns vidros de muito valor.

As peças de ourivesaria são particularmente ricas; é notável o chamado *Tesouro de Guarrazar* (Toledo). Achado por acaso, ao trabalhar a terra, era formado por treze coroas votivas, em ouro e pedras preciosas,

cruzes, fragmentos de cruzes, etc. Haviam sido oferecidas por alguns reis e nobres visigodos a igrejas de sua devoção, segundo um costume bizantino. Boa parte deste extraordinário conjunto desapareceu, mas o Museu Nacional de Arqueologia, em Madrid, guarda ainda o suficiente para nos revelar objectos onde o espírito germânico, na Península, se manifestou exuberantemente e mostra, por outro lado, um aspecto do fausto da corte toledana. Outro tesouro, do mesmo género, infelizmente não tão bem conservado, surgiu em um local distante daquele, em *Torredonjimeno* (Jaén).

A série de placas de cinturão e fivelas encontradas em cemitérios visigóticos é riquíssima: aquiliformes ou rectangulares, em ouro, com pedrarias e vidros de cores, de bronze lavrado recobertas ou não com folha de prata, etc.

Outros objectos de ornamentação também têm aparecido com frequência: brincos, braceletes, colares, anéis (alguns com cabuchões ou materiais vistosos), esmaltes gravados a ouro, etc.

Já são conhecidos vários jarros litúrgicos, em bronze, patenas e incensários na mesma liga.

Na cerâmica, os tipos usualmente encontrados são os romanos. Tipicamente visigóticas são, de muito interesse, as placas de tijolo com relevos.

Têm aparecido poucos vidros que possam ser classificados de visigóticos, sem nisso haver dúvidas: o mais notável, uma patena azul com um baixo relevo onde surge um peixe, encontrada em *Jaén*, é considerado romano por alguns investigadores.

Há pinturas em *Tarragona*, *Egara* e mosaicos em *Centcelles*, *Ampurias*, *Denia*.

Desde a entrada de Ataúlfo nas Gálias, em 413, até ao final do Reino Visigodo, em 711, a corte passou de Bordeus a Tolosa de onde seguiu para Barcelona depois da derrota de Alarico II na batalha de Vouillé, em 507. Daí por diante, somente a Septimânia e a Provença se mantiveram sob o domínio peninsular.

A mesma política romana e depois a visigótica, tal como do lado peninsular, e mais ainda o Cristianismo em pleno desenvolvimento, as influências do comércio e da indústria mediterrânicas, e igualmente a imigração de Orientais deveriam ter gerado formas artísticas idênticas, se o fundo indígena fosse o mesmo. E por não o ser, não foi idêntico o resultado, como de resto o não foi em várias regiões hispânicas.

Vêm-se, na igreja de *Venasque* colunas encostadas às paredes das absides a sustentarem arcos onde se apoia a abóbada; Ao lado das ruínas de *Venasque* estão as da sua capela funerária, de planta em cruz grega com arcosólios nos topos a lembrarem o túmulo de Gália Placídia.

Do mesmo período são as ruínas de *Valcabrère*, com absidiolos em arco de ferradura embora a abside seja, interiormente, circular.

Em *Vaison*, o arco ultrapassado aparece nas absides.

O batistério de *Riez* (Fig. 51) servir-nos-á para exemplificarmos a disposição das colunas desaparecidas das absides de S. Frutuoso, mas de que ainda resta o assento de algumas (1). Em Tolosa, na *La Dourade* há mosaicos e capitéis deste período; também no Museu de Narbona se guardam capitéis e outras peças.

Finalmente, incluem-se neste capítulo *Germigny-des-Prés* e *St. Jean de Poitiers*; esta última igreja, de vida acidentada, pois parece ter sido primeiramente um túmulo e depois um batistério, em arranjo posterior, no qual lhe acrescentaram três absides e uma torre central aproxima-se, na planta, como a de *Venasque*, da capela funerária de Galla Placídia.

Em nada do que apontámos se vislumbra influência bárbara: de inspiração do povo visigodo são somente as fivelas e os fechos de cinturão encontrados pela Septimânia, decorados ou por alveolado preenchido com esmaltes ou pedras e vidros de cores, ou então o simples relevo no bronze, formas tão do gosto dos hispânicos.

VIII CAPÍTULO

ARTE VISIGÓTICA EM PORTUGAL

Quando, timidamente, começou a surgir a ideia de uma Arte pré-românica, não se conhecia no nosso país qualquer monumento que dignamente representasse esse período então considerado, pela maioria, de obscurantismo na História peninsular.

A pouco e pouco, principalmente em Espanha, uma pedra se juntou a outra, a planta de umas ruínas pôde ser interpretada por documentos

(1) PUIG i CADAVALCH—*L'Art wisigothique et ses survivances*, Paris, 1961, pág. 36.

coevos, e a sua cronologia recuada. A história dos Bárbaros vizinhos, Ostrogodos, Francos, etc., paulatinamente começou a ser esclarecida; enfim, definiram-se aspectos e formas características do período a que chamamos visigótico e nele é já mesmo possível estabelecer agora várias escolas.

Ao contrário do suposto por autores estrangeiros, de que em Portugal a Arte medieval se iniciava com o românico, passaram a ser justamente considerados pré-românicos alguns monumentos que até por estarem escondidos, metidos em recantos, haviam passado despercebidos.

Assim surgiu o mais belo monumento bizantino da Península, a capela de S. Frutuoso de Montélios, construída no séc. VII; envergonhada ao lado da igreja de S. Francisco, «dez» vezes maior, deturpada, ou melhor, estropiada, nem ao feliz «descobridor» se lhe deparou no verdadeiro significado da planta em cruz grega. A igreja de S. Pedro de Balsemão, da mesma época, metida no fundo de um apertado vale, disfarçada por uma carapaça seiscentista e arrimada a uma casa sem qualquer valor arquitectónico que para ela chamasse a atenção, também não poderia fazer supor manter, no seu interior, uma construção visigótica do séc. VII.

E a série prosseguiu, uma vez encontrado o fio à meada. São as basílicas norte-africanas de Torre de Palma com o seu precioso batistério-piscina intacto, o provável batistério páleocristão de Troia, as pequenas basílicas do Arnal e de Odrinhas com pavimentos de mosaico romano, a catedral de Idanha-a-Velha com as suas imponentes arcarias feitas de colunas, bases e capitéis romanos aproveitados a sustentarem arcos em ferradura, os restos visigóticos de St.º Amaro e S. Torcato. Finalmente, as escavações por concluir na Falperra e outras a iniciar, como em Dume.

O material visigótico, avulso, também a pouco e pouco tem surgido: pedras lavradas, umas soltas, outras ainda em uso, mas já deslocadas do local primitivo, todas a recordarem monumentos de que nem sempre a história nos dá notícia.

Às pedras vieram juntar-se algumas, poucas, peças de ourivesaria e de cerâmica. Também não faltaram cemitérios da época, como os da Abujarda e da Silveirona e pedras sepulcrais decoradas, onde ressalta a bela série de Mértola.

Um primeiro trabalho de conjunto foi realizado pelo Prof. Vergílio Correia e publicado na História de Portugal (ed. de Barcelos) como tivemos ocasião de referir no preâmbulo deste trabalho; ali expôs o Mestre

de Coimbra tudo quanto chegou ao seu conhecimento e poderia então ser incluído na Arte visigótica. Escrito com a erudição que lhe era própria e largamente ilustrado, como convinha, o trabalho de Vergílio Correia marcou pela revelação feita sobre monumentos e elementos de Arte visigótica insuspeitados e dispersos pelo país.

O melhor conhecimento da época, assim conseguido, veio também facilitar, nos últimos anos, a recolha de mais material.

Procuramos, principalmente pela fotografia e breve descrição, dar como que um catálogo das peças de Arte Visigótica conhecidas até agora em Portugal. Vão agrupadas, na medida do possível, por grupos e por tipos, para melhor poder ser estudada a sua feição ou particularismo local. Antes, porém, faremos uma referência aos vários monumentos ainda existentes, no todo ou em parte, bem como a alguns desaparecidos mas de que se conhece descrição fidedigna. Certamente novas achegas são necessárias para podermos fazer uma ideia aproximada do que foi, entre nós, a arte no período de que nos ocupamos; para isso é necessário e indispensável, como temos feito até aqui, continuar a esquadrihar velhas igrejas, castelos, esca-parates de Museus, colecções particulares; a escavar nos locais suspeitos de forma a recolher a maior quantidade possível de material e a agrupá-lo depois segundo as suas afinidades, de forma a poder então estudar as influências prováveis para, finalmente, ser lícito tirar algumas ideias do conjunto e da sua evolução. É o que pretendemos iniciar nas páginas seguintes, conforme o prometido na introdução deste estudo.

Da observação atenta das centenas de esculturas adiante representadas parece-nos lícito poder, nesta data, destacar três grupos. Um deles, o mais extenso, inclui todo o território português que pertenceu à Lusitânia. A influência nele exercida por Mérida é nítida, designadamente em três focos: Beja, Elvas e Mértola. São reconhecíveis, à evidência, a técnica e os modelos emeritenses. Chamemos-lhe «Grupo Lusitânico».

Há outros focos mais pequenos espalhados por toda essa vasta zona, excepto nas Beiras onde, até agora, apenas surge Idanha-a-Velha com a sua catedral imponente e os numerosos restos de mármore lavrados; mas tanto aqui como em Conímbriga, a Arte tomou uma feição muito provinciana. Um lugar de destaque merece Sines, de onde era conhecida sòmente uma bela pilastra; juntamos-lhe uma série inteiramente desconhecida constituída

por outras pilastras, um ábaco e um fragmento de placa a revelarem, no seu conjunto, um foco de valor de escultura visigótica.

As pequenas aldeias: Vera Cruz de Marmelar e Marmelar, contribuem com uma série de peças de muito interesse e que encontramos também inéditas.

Os Museus de Alcácer do Sal e de Faro guardam pedras a atestarem igualmente a presença de trabalhos de valor nos territórios respectivos.

É para notar a não existência de qualquer escultura em Évora ou arredores, sendo conhecida a importância da cidade no período que nos interessa. O facto de já ser episcopal e a tradição da basílica de S. Mangos poderiam fazer supor o aparecimento de uma colecção, que mais não fosse, modesta, a atestar passada grandeza: pois inclusivamente o belo capitel com duas lebres conservado no Museu Regional, foi para ali transportado de Beja. Por outro lado é notável a colecção bejense, não só pelo número, como pela qualidade e pela variedade; o Prof. Vergílio Correia chamou a Beja a capital do visigótico português.

O segundo grupo, em extensão, limita-se à região de Entre-Douro e Minho, com o centro em Braga e arredores; não admira, pois a cidade foi episcopal e metropolita desde épocas remotas e, por outro lado, os reis Suevos estabeleceram nela a sua corte. Podemos apelidá-lo de «Suévico» com a reserva de aquele povo germânico em nada ter contribuído para a arte local. Tem a escultura deste período um «facies» particular não só na zona referida, mas no Noroeste peninsular, na Galiza. E assim como o Sul do país sofreu a influência de Mérida, o Noroeste sofreu a de Braga. Por outro lado ainda, o Sul usou o mármore e o calcáreo; o Norte trabalhou mais o granito. O espírito dos habitantes, as suas artes tradicionais, também ajudaram a essa diferenciação.

Conserva o monumento mais belo deste período, a capela de S. Frutuoso de Montélios: mas esta é bizantina e a influência peninsular existente, não é marcante no conjunto do monumento. São também de salientar os dois sarcófagos, um dos princípios, outro do final do período que nos ocupa.

O que denota o particularismo do Noroeste é a maneira, diríamos «castreja», como interpretou temas gerais: por exemplo a decoração do capitel e das impostas (incluímos S. Pedro de Balsemão neste grupo, embora esteja a alguns, poucos, quilómetros ao Sul do Douro).

O terceiro grupo de monumentos limita-se à série de Lisboa; as pedras de Olisipo têm um carácter diferente do dos outros dois grupos: são de uma arte «erudita». As pedras de Chelas e as da Sé, pela variedade na ornamentação, pelos motivos animalistas, únicos na Arte visigótica portuguesa, impregnados de bizantinismo, enfim, pela técnica mais perfeita dos seus cinzeladores, permitem garantir a existência, em Lisboa, de uma escola de artistas hábeis e conhecedores das tendências do seu tempo.

O mar deve ter influído no desenvolvimento da Arte olisiponense, facilitando as relações com o Mediterrâneo. O mesmo motivo poderá explicar o bizantinismo de S. Frutuoso. Em Espanha a influência oriental fez-se principalmente por terra: Mérida, Toledo, Córdova. Em Portugal uma parte veio por terra, partindo de Mérida; outra, muito limitada, trouxe-a o mar até Lisboa e a Braga. A este terceiro grupo apelidaremos «Olisiponense».

Têm sido encontradas poucas peças de ourivesaria, como já dissemos. O facto não é para admirar porque uma das grandes fontes de recolha destes materiais tem sido os cemitérios visigóticos, e a maioria dos conhecidos está localizada, principalmente, na meseta castelhana; por outro lado ainda, a capital definitiva do reino visigodo era Toledo, onde apareceu boa parte do melhor que se conhece em ourivesaria e joalharia visigótica. No entanto, alguma coisa tem sido encontrada entre nós; assim, são conhecidas três fivelas do primeiro grupo, das quais duas estão no Museu de Belém e são provenientes de Beja. Uma terceira pertence ao Museu Britânico.

Vão surgindo, aqui e ali, placas de fechos de cinturão e fivelas, todas do terceiro grupo; não apresentam qualquer particularidade local e, muito provavelmente, seriam objectos de importação. Alguns fragmentos de peças litúrgicas, anéis, brincos, pulseiras, peças de arreio de cavalo, e pouco mais, completam o espólio conservado quase todo nos museus. Nos cemitérios tem sido possível recolher alguns colares de vidro de interesse muito reduzido. O mesmo diremos da cerâmica; o tijolo com desenho e estampado, de Táboa e o outro com desenho inciso representando pavões afrontados, de Milreu, são as peças mais curiosas além de muitos fragmentos de «terra sigillata» tardia.

No mapa de Fig. 74 assinalámos todos os locais onde têm aparecido peças visigóticas ou onde há monumentos desse período, no todo do edifício ou em parte. Verificam-se lacunas, algumas extensas, como em Trás-os-

-Montes e na Beira. Talvez trabalhos futuros venham preenchê-las, mas não nos admiremos também se tal não suceder, pois a zona do mar foi mais povoada e o Alentejo, desde a ocupação romana, foi muito procurado pelas suas condições agrícolas e riquezas mineiras.

MONUMENTOS

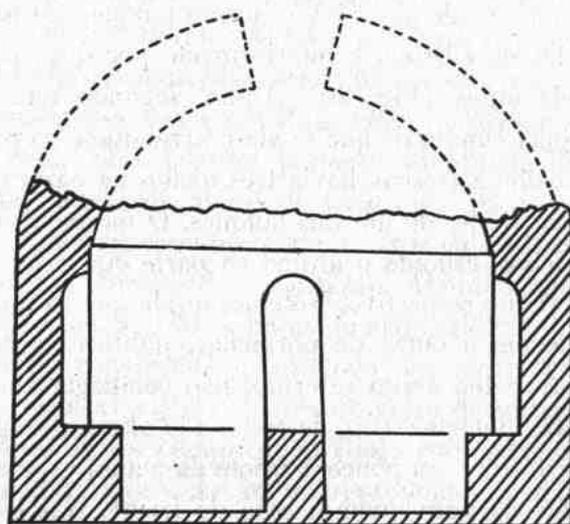
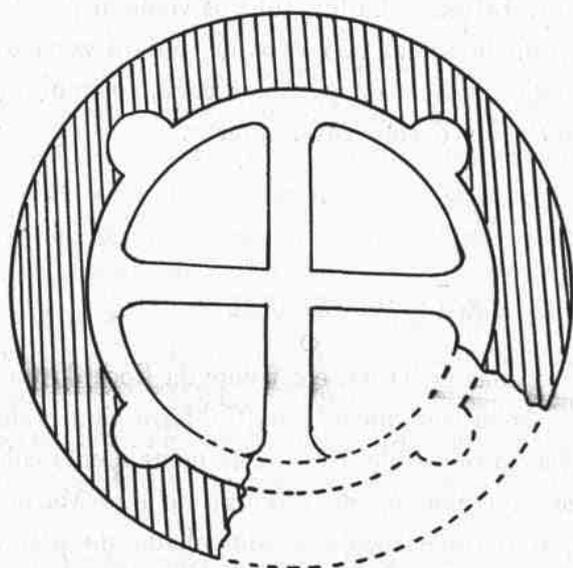
O «BATISTÉRIO» DA TRÓIA, DE SETÚBAL

Nas ruínas romanas de Tróia, em frente da Boca da Caldeira ou Lagoa e a poucos metros dessa comunicação da Caldeira com o rio Sado, na zona onde apareceu o baixo relevo de Mitra, está actualmente coberto com areia, levada pelo vento, um monumento circular de que Marques da Costa já deu uma descrição pormenorizada acompanhada de planta e alçado⁽¹⁾. Classificou-o de «frigidarium» coberto ou «baptisterium» enquanto Maximiano Apollinario⁽²⁾, que juntou à sua nota uma fotografia, lhe chamou «columbarium». As descrições não condizem inteiramente, pois enquanto Apollinario diz que o pavimento é de uma espécie de betão, Marques da Costa encontrou, em vez de pavimento, quatro tanques formados do lado de fora, pelas paredes do edifício e interiormente por duas paredes cruzadas a meio, uma pela outra (Fig. 26). Ainda, segundo este último arqueólogo, o edifício tinha cúpula de que se via o arranque e na parede «estucada e pintada de vermelho a fresco» havia três nichos na parte que se mantinha de pé, cada um em frente de um dos tanques. O mesmo autor supõe terem existido quatro nichos, estando o último na parte que caiu, onde se conservavam restos do tanque respectivo. Notemos ainda que as duas plantas, uma do conjunto da forma e outra de pormenor, publicadas por Marques da Costa no mesmo trabalho assim referido, não condizem quanto à parte do batistério que estaria intacta; isso, de resto, não altera o traçado geral.

Esta construção fica um pouco à frente da actual capela de N.^a S.^a dos Prazeres, e à esquerda para quem a olha de frente. Nas escavações de há anos, dirigidas pelo Prof. Manuel Heleno, tentámos tornar a descobrir o

(1) A. I. MARQUES DA COSTA — *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal*, «O Archeologo Portuguez», XXIX, 1930-31, págs. 2-31.

(2) MAXIMIANO APOLLINARIO — *Um estudo sobre Tróia de Setúbal*, 2, *Columbarium*, «O Archeologo Portuguez», III, 1897, págs. 157-160.



Escala 1:100

Fig. 26 — Suposto «Batistério piscina» de Tróia (seg. MARQUES DA COSTA, *O Arch. Port.*, XXIX).

monumento: mas a quantidade de areia é tal que ainda não nos foi possível chegar até lá e não podemos tentar confirmar ou infirmar o que está descrito, nem dar notícia do seu estado actual.

Do outro lado da capela ali existente, diz Marques da Costa ter escavado uma capela sepulcral, com paredes pintadas a fresco e sarcófagos no pavimento; neles ainda viu alguns ossos humanos. Em uma das pinturas anotou e desenhou a parte direita e inferior de um «chrismon». A cerâmica paleocristã e visigótica lá encontrada, alguma já publicada em parte ⁽¹⁾ mas muita ainda inédita, conservada no Museu Etnológico, ajuda a confirmar a cronologia proposta.

Com os poucos elementos encontrados e descritos não é possível fazer uma ideia exacta do monumento. No entanto, o «chrismon» marca-nos o período cristão a partir de Constantino e a inclusão dos α e ω a um e outro lado fixa uma data correspondente à segunda metade do séc. IV ou posterior. Deve pois, tratar-se de uma capela paleocristã, onde foram feitos enterramentos.

Estes factos favorecem a suposição de ser um batistério o edifício primeiro descrito. Há, por consequência, nesta pequena zona de Tróia, uma continuidade de cultos desde o paganismo, com o baixo relevo de Mitra, depois a capela e batistério paleocristão e a partir do séc. XVI a capela de N.^a S.^a dos Prazeres ou N.^a S.^a de Tróia, que continua aberta aos fiéis. Se na Idade Média avançada houve neste local algum outro templo, por enquanto não se sabe. A continuação das escavações virá, com toda a probabilidade, esclarecer a dúvida.

BASÍLICA DO ARNAL (LEIRIA)

Em 1848, o P.^e Patrick Russel, do Colégio do Corpo Santo, em Lisboa, ao fazer prospecções geológicas pelos arredores de Leiria encontrou perto do lugar de Arnal, freguesia de Maceira, a poucos quilómetros de Leiria, várias paredes de uma construção em ruínas e alguns mosaicos a forrarem quase todos os pavimentos.

(1) J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, III, pág. 585, fig. 302.

Classificou o seu achado como prováveis restos de uma «villa» romana e deu disto conhecimento a John Martin, que publicou uma notícia sobre o caso em uma revista inglesa (1); o mosaico foi levantado, transportado para Inglaterra e deu entrada no Museu Britânico, onde se conserva.

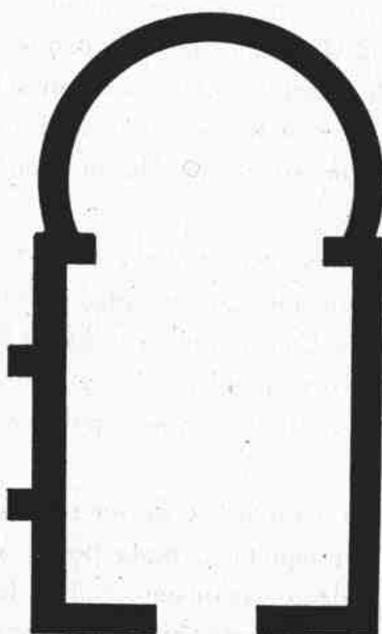


Fig. 27 — Basilica do Arnal.

O interesse do achado não reside somente no mosaico, de resto muito semelhante, na composição, a um outro descrito por Leite de Vasconcelos (2). Tem como motivo central Orfeu a tocar lira; quadrúpedes dispõem-se-lhe em volta e, a cada canto, o busto de uma mulher.

O maior interesse, para nós, está na planta do compartimento por ele atapetado; consta de uma divisão rectangular, e de uma abside a desenhar um arco ultrapassado. O diâmetro da abside é menor que a largura da nave e a relação entre o raio e a parte ultrapassada é de $1/2 R$. Por aqui se verifica como nem sempre podemos basear-nos nesta proporção para estabelecer uma cronologia; classificar um monumento de, por ex., visi-

(1) JOHN MARTIN — *Discovery of the remains of a roman villa at Arnal, in Portugal*, London Illustrated News, Sept. 1857, pág. 254.

(2) J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, III, pág. 492; IDEM, «O Archeologo Português», V, pág. 330.

gótico ou moçárabe somente pela relação em causa, pode levar a erro, como seria aqui o caso, pois o mosaico do Arnal está bem classificado como paleocristão e a proporção, quase geral no período visigótico, é de 1/3 R. É sabido como assuntos pagãos, semelhantes a este, aparecem em composições cristãs com carácter simbólico não só em mosaicos, mas em frescos, sepulcros, etc.

BASÍLICA DE ODRINHAS

A estrada de Sintra para a Ericeira, a 8 km daquela vila, atravessa um lugar chamado Odrinhas; a meio do povoado, à mão direita, um marco, com letreiro em azulejo indica o caminho para o «Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas».

Já tivemos ocasião de contar ⁽¹⁾ como surgiu esta coleção e o que ela deve aos esforços do Prof. Joaquim Fontes, ao tempo vereador e depois Presidente da Câmara Municipal de Sintra. Foi este ilustre arqueólogo quem nos encarregou de proceder a escavações em volta da capela de S. Miguel e de estudar um grupo de inscrições paleocristãs aparecidas em uns lugares vizinhos (Faião e Cabrela).

A região é assaz curiosa debaixo do ponto de vista arqueológico, pois foram encontradas dezenas de inscrições romanas, estudadas por S. Lambrino e por Mário Cardozo ⁽²⁾ e guardadas, não só no Museu a que nos reportámos, mas também no Museu Etnológico (Belém); e nas escavações referidas apareceu-nos «terra sigilatta», fragmentos de ânforas e de outras vasilhas, grande quantidade de moedas imperiais romanas e portuguesas (a partir de D. Sancho I), etc.

A capela de S. Miguel, a 700 metros do lugar de Odrinhas, assenta no cimo de uma colina suave e não tem, à simples vista, nada que a recomende. Uma modesta galilé protege a porta principal (voltada a Poente)

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, sep. do tomo XXXIX das Com. dos Serv. Geológicos de Portugal, Lisboa, 1958, pág. 27.

(2) MÁRIO CARDOZO — *Inscrições romanas do Museu de S. Miguel de Odrinhas*, 1957.

IDEM — *Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas* (Sintra), Revista de Guimarães, LXVIII, 1958.

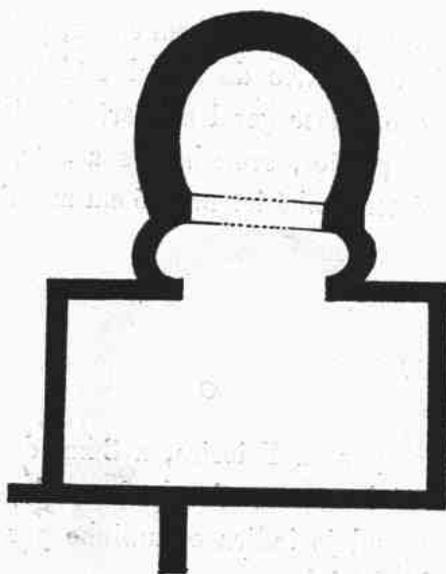


Fig. 28 — Basílica de Odrinhas.

e torneja o monumento para seguir boa parte da fachada Sul. Aqui, um arco-sólio guarda o sepulcro de Fernão Reganha e seus herdeiros, mandado fazer por Fernão de Anes, seu bisneto, que foi pesador (almotacé) no tempo de D. Manuel, segundo resa a inscrição, em gótico, encastada na parede. O campanário, de dois sinos, está integrado na parede Norte.

Dentro não há qualquer pormenor de relevo; o altar-mor é barroco e a abside exhibe um roda-pé de azulejo hispano-árabe. Uma imagem de S. Miguel, do séc. XV, em mármore, foi levada para o pequeno Museu e substituída por uma outra de muito menor interesse.

Em volta afloravam aqui e ali cabeceiras de sepulturas medievais em forma de raquete, com a cruz de um lado e o pentalfa do outro. Uma das sepulturas fora escavada por Camarate França; nela encontrara as ossadas de três indivíduos e um espólio muito pobre.

O ponto principal, para onde convergiam as atenções dos arqueólogos, era as ruínas de uma construção a Norte da capela, de planta em arco de ferradura. Nela fora encontrada uma inscrição romana referente a um

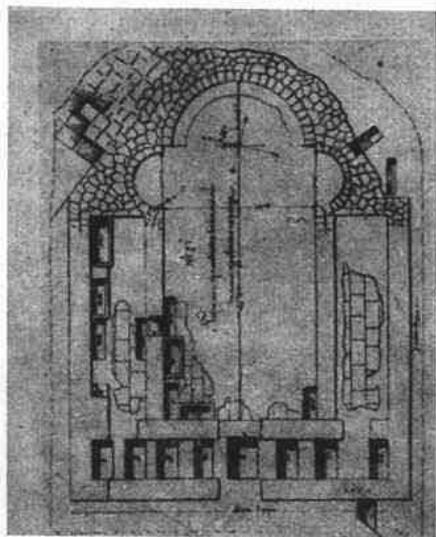


Fig. 29 — Catedral antiga, de Chersonése (Crimeia),
(seg. A. GRABAR, *Martyrium*, Est. XXVII,
fig. 3).

indivíduo de alta categoria social: por este motivo F. Alves Pereira supôs serem as ruínas os restos de um mausoleu referente àquele personagem. Discordava Vergílio Correia, julgando-o ter sido um batistério, dada a proximidade da capela pois esta poderia, em vista do ambiente, ter tido origens muito remotas. A inscrição em referência, danificadíssima, e, por isso, de leitura muito difícil, foi mais tarde interpretada por Scarlat Lambrino. Dada a sua excepcional importância não resistimos a transcrever algumas conclusões ⁽¹⁾ do ilustre arqueólogo. Trata-se do *único «cursus honorum» de um procurador equestre da Lusitânia, encontrado até agora em Portugal*, e é do final do período dos Antoninos. A inscrição foi feita em louvor de uma divindade [D(ono) D(edit)], provavelmente a que habitaria o templo então existente no local e a que pertenceria um belo capitel por nós encontrado na parede da capela, um grande silhar com aparelho de almofada, também metido na mesma parede, um outro ainda maior, com cerca de dois metros de comprimento, etc.

Em três campanhas seguidas (1958 a 1960) escavámos o terreno

⁽¹⁾ SCARLAT LAMBRINO — *Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas*, «Bull. des Études Portugaises», 1953, pág. 16.

em volta dos lados Norte e Nascente da capela. Encontrámos em toda a parte e pouco abaixo do nível do solo, uma grande série de sepulturas da Idade Média e dos primeiros séculos que se lhe seguiram; dos achados em 1958 já publicámos uma nota ⁽¹⁾ e ao I Congresso Nacional de Arqueologia levámos uma outra ⁽²⁾.

Por baixo do campo de sepulturas apareceram construções romanas, além do edifício que se liga à até então enigmática parede em arco de ferradura.



Fig. 30—Abside e absidiolos (nichos) de Odrinhas

As construções referidas, de planta ainda complicada, pois falta escavar uma boa parte do terreno anexo, são constituídas por várias paredes de alvenaria; formam divisões rectangulares, algumas com restos de pavimento em «opus signinum» e muitas «tessellae» de cinco cores diferentes, soltas pela terra. Em alguns pontos encontrámos fragmentos de mosaico «in situ»; uma das divisões tem o mosaico quase intacto a recobri-la por inteiro numa área de cerca de 13 metros quadrados. Nele se vêem as mesmas cinco cores: branco, encarnado, amarelo, azul e acinzentado. Os desenhos dos vários mosaicos são puramente geométricos; o que está ainda completo é formado por quadrados dentro de uma moldura geral, tudo em figuras encanastradas e encordoadas (Fig. 31).

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA—*Escavações em Odrinhas*, sep. do tomo XXXIX das Com. dos Serv. Geológicos de Portugal, Lisboa, 1958, págs. 11-25.

(2) IDEM—*Mosaico romano de Odrinhas*, Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia, II, no prelo.

Na planta levantada depois de concluída a escavação da primeira zona, em volta da grande ruína, torna-se evidente a existência de uma pequena basílica a que a construção de planta em ferradura servia de abside; esta é ligada à nave por um absidiolo de cada lado. A nave tem uma porta ou nartex em frente da abside. Toda esta área foi revestida de mosaico de que ficou um resto no seu próprio lugar, na nave e uma boa parte de pavimentos da abside, em argamassa; sobre esta argamassa estavam soltas centenas de «tessellae» naturalmente guardadas agora no depósito do Museu. Esta construção estava anexa ao edifício romano de que, por enquanto, só conhecemos parte da zona a Nascente.

A abside é de alvenaria formada por pequenas pedras dispostas como se fossem tijolos. As pedreiras da região apresentam estratificação, sendo por isso fácil obter pedras como as empregadas nesta construção; de resto, idêntico processo é ainda ali seguido na actualidade.

As paredes da abside são muito grossas e na parte superior ainda mostram o início de uma falsa cúpula; as paredes da nave são mais delgadas, mas o aparelho é também de alvenaria; o tipo da argamassa é o mesmo em qualquer dos lados.

É curiosíssima esta construção, centrada por uma abside em ferradura, com falsa cúpula e precedida por dois absidiolos, o que tudo teve pavimento de mosaico (Fig. 28).

Aos absidiolos, dada a sua pequenez, preferiu H. Schlunk ⁽¹⁾ chamar nichos. Efectivamente o seu tamanho não podia nunca ser o de um absidiolo; mas, segundo cremos, a planta desta construção inspirou-se nesses templos paleocristãos onde aparece, na planta da abside, essa figura trilobada, como por exemplo em Chersonése (Fig. 29), na Crimeia, em Belém da Palestina, em Sohâg, no Egipto, em Bir Bon Rekba, na Tunísia, em S. Pedro de Tarrasa, na Península. E ao apontá-los por esta ordem não pretendemos mais do que marcar duas linhas partindo do Próximo-Oriente: uma segue para o Mar Negro outra para o Ocidente mediterrânico.

Seja como for, o pequeno templo de Odrinhas cabe bem no âmbito da época de que tratamos, pois o consideramos dos fins do séc. IV, primeira metade do séc. V.

⁽¹⁾ D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Escavações em Odrinhas*, op. cit., pág. 25, nota de H. SCHLUNK.



Fig. 31 — Mosaico de Odrinhas, com sepulturas (restos de construções onde se encontra a basílica). (Foto de P. Canavarro).

As inscrições visigóticas por ali aparecidas, onde não falta a cruz patada dentro de um círculo, com o alfa e o ómega, confirmam a existência de um núcleo cristão activo naquela área e que se manteria com vida no séc. IX a avaliar pela inscrição de S. Adriano. Uma dessas inscrições é bastante curiosa por se referir a um bispo, de nome Ildefonso, que não conseguimos identificar. Está conservada no Museu de Odrinhas:

IN NOMINE D(O)M(IN)I N(O)S(TR)I HI(ES)V XPI
 EGO EP(IS)C(O)PVS VESTER HILDEFONSV(S)

Quando apresentámos os resultados destas investigações, Luís Chaves propôs-lhes uma explicação: referir-se-ia a uma presbítero isolado, com poderes que nele delegara o bispo de uma grande diocese ⁽¹⁾. É perfeitamente aceitável esta hipótese.

As outras inscrições visigóticas também são curiosas e foram todas gravadas em vergas de portas de igrejas cristãs; nelas aparecem S. Adriano, Mártir, S. Miguel, S. João (inérita) ou então: «† Ec porta Domini».

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Inscrições paleocristãs*, op. cit., págs. 31 e 32.

BASILICA DE S. MIGUEL DA MOTA (TERENA)

Em um alto outeiro de onde se abarca a mais linda vista do concelho, a cerca de seis quilómetros de Terena (Alandroal), com acesso por um mau caminho de campo e travessia da Ribeira de Lucefici, sem ponte, houve em tempos um santuário dedicado a Endovélico, deus infernal ⁽¹⁾.

Pelo muito material arqueológico ali encontrado se pode garantir ter sido o santuário pagão transformado em igreja cristã, dedicado a S. Miguel. As suas ruínas ainda há poucas dezenas de anos estavam patentes; mas agora, como sobre o templo já escrevera Brás Garcia de Mascarenhas ⁽²⁾.

*Permanecem vestígios respeitosos,
Que sempre alguns de grandes cruzes restam.*

E esses vestígios reduzem-se a uma pilastra anepígrafa, vários fragmentos de tambores de colunas, de telhas de rebordo, de tijolos e nada mais. Os restos das paredes que ainda permitiram a Gabriel Pereira levantar a planta do monumento (Fig. 32), desapareceram por completo. E no local onde existiam, levanta-se hoje uma dependência de casa agrícola para criação dos animais detestados por Mafoma, mas estimados por Endovélico. No entanto, os restos de um muro castrejo continuam a resistir; e continua a surgir, ali perto, a água milagreira procurada durante séculos pelos peregrinos.

Felizmente, graças sobre tudo a Leite de Vasconcelos, do santuário de Endovélico restam, na hora actual, estes monumentos: arcas, «tabulae», cipos com inscrições latinas, ou anepígrafos; esculturas de homens, de animais e de diversos outros assuntos; pedras escavadas em forma de pia, fragmentos de objectos de barro e de vidro, moedas romanas de cobre, do séc. IV ⁽³⁾, quase tudo guardado no Museu Etnológico (Belém).

De origem pré-céltica ou céltica, foi durante o período romano que o santuário de Terena teve maior fama: pelo menos, mais facilmente

(1) S. LAMBRINO — *Le dieu lusitanien Endovellicus*, Bull. Études Port., 1952.

(2) B. GARCIA DE MASCARENHAS — *Viriato Trágico*, V, 89-120, cit. por Leite de Vasconcelos, *Religiões*, II, pág. 115.

(3) J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, II pág. 122.

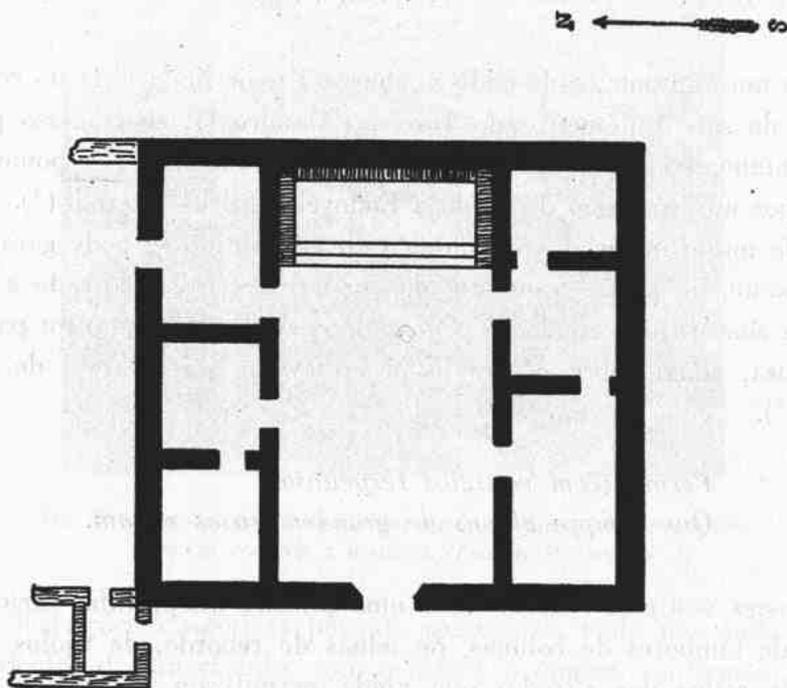


Fig. 32 — Basílica de S. Miguel da Mota (seg. GABRIEL PEREIRA, *Rev. Arch.*, III, n.º 10, 1889).

demonstrável. Deve ter sido cristianizado quando os deuses pagãos foram expulsos dos templos e S. Miguel, protector da medicina foi ocupar o lugar vago de Endovélico (?).

Quando, há anos, Gabriel Pereira por ali passou, levantou a planta do monumento ⁽¹⁾. O edificio era quase quadrado (aproximadamente 11,5 × 12,5 metros) e dividido em três naves: a central mais larga e das duas laterais, a do lado Norte, era um pouco mais estreita que a do lado oposto.

Depois de vários arranjos feitos ao longo dos tempos, o telhado da capela caíu em 1877. Daí para cá a ruína foi cada vez mais rápida; mas, felizmente, foram retiradas a tempo as numerosas relíquias arqueológicas.

É baseado em várias pedras lavradas no período visigótico, por ali

⁽¹⁾ GABRIEL PEREIRA — *O Santuário de Endovellico*, «Revista Archeologica», III, n.º 10, Outubro, 1889, págs. 145-149.

encontradas e de lá trazidas (adiante as descreveremos), que Vergílio Correia incluiu S. Miguel da Mota no seu estudo sobre a Arte visigótica.

A planta, como facilmente se verifica, é a adaptação de um templo pagão romano a cristão.

BASILICAS DE TORRE DE PALMA

O Prof. Manuel Heleno, como Director do Museu Etnológico Leite de Vasconcelos (Museu de Belém) vem escavando, desde há anos, o que se revelou ter sido uma importantíssima «villa rustica» romana, situada entre Monforte do Alentejo e Vaiamonte ⁽¹⁾. Por se encontrar ainda inédito o estudo sobre Torre de Palma, agradecemos muito reconhecidamente ao nosso ilustre Mestre o permitir-nos juntar aqui uma nota resumida sobre a parte de interesse para este trabalho.

Além da grande área ocupada pela «villa» foram escavadas, a cerca de cem metros para Norte, construções de tipo religioso; constam, essencialmente, de um grande rectângulo tendo inclusas duas basílicas de tamanho diferente, ambas de dupla abside, de tipo africano. Estão no seguimento uma da outra e orientadas na direcção E-O. A maior tem ainda quase todas as bases das colunas que a dividiam em três naves. A outra é de uma nave sòmente, o pavimento está em um plano mais alto e faz saliência no topo do rectângulo; talvez se destinasse a catecúmenos. Ao lado Sul, em uma das várias construções anexas à basílica maior e a comunicar com ela surgiu, intacto, um batistério-piscina; a planta é em forma de cruz semelhante à da Lorena, ou melhor à dos relicários bizantinos. A descida pode fazer-se por duas escadas, abertas nos topos dos dois braços maiores.

Por esta nota resumidíssima, se pode avaliar o valor do achado único na Península e que será largamente descrito pelo seu investigador quando der as escavações por concluídas. Acrescentaremos ainda que entre o numeroso espólio arrecadado há uma gelosia rectangular, em mármore vasado, do tipo das de Santa Comba de Bande, de Idanha-a-Velha (esta segundo a nossa reconstituição) e de Milreu (Museu de Faro).

⁽¹⁾ MANUEL HELENO — Conferência na Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1955; Conferência no Instituto de Arqueologia, História e Etnologia, Lisboa, 1956; Conferência no Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1958.

BASILICA DE S. PEDRO DE BALSEMÃO

A cerca de três quilómetros a NE. de Lamego, em um profundo vale, muito verde, corre o pequeno Rio Balsemão. Perto do riacho aglomeraram-se algumas casas humildes junto de uma construção modesta, o solar dos Pintos; uma capela, encostada de topo ao solar, tem por orago S. Pedro.

O ambiente é risonho. Nele abundam vinhas, pomares, pinhais que lhe dão aspecto agradável, diferente do descrito no século XVIII pelo P.^o Carvalho da Costa ⁽¹⁾: (...) «dista hum quarto de legoa de Lamego, está situado entre dous montes, de tal modo, que olhando de alto mais parece covil de feras, que habitação de homens»!...

Por fora, o pequeno templo não tem interesse de maior. É uma construção do séc. XVII, feita com silhares de granito dispostos em fieiras desiguais entre um alto soco e uma cimalha da época; consta de corpo e de uma abside rectangular. O acesso é feito por uma escadaria singela; sobre a porta, a um e outro lado, os brasões de um Bispo e de sua família. Por cima da cornija, pesado campanário de uma ventana remata o conjunto.

À direita da porta há duas lápides romanas, funerárias, embebidas na parede. Do lado da Epístola há mais outra inscrição romana, ao lado de uma quarta inscrição em caracteres até agora não decifrados (Fig. 37).

Finalmente, no exterior também da nave do lado do Evangelho, uma inscrição portuguesa dá conta da reconstrução do séc. XVII.

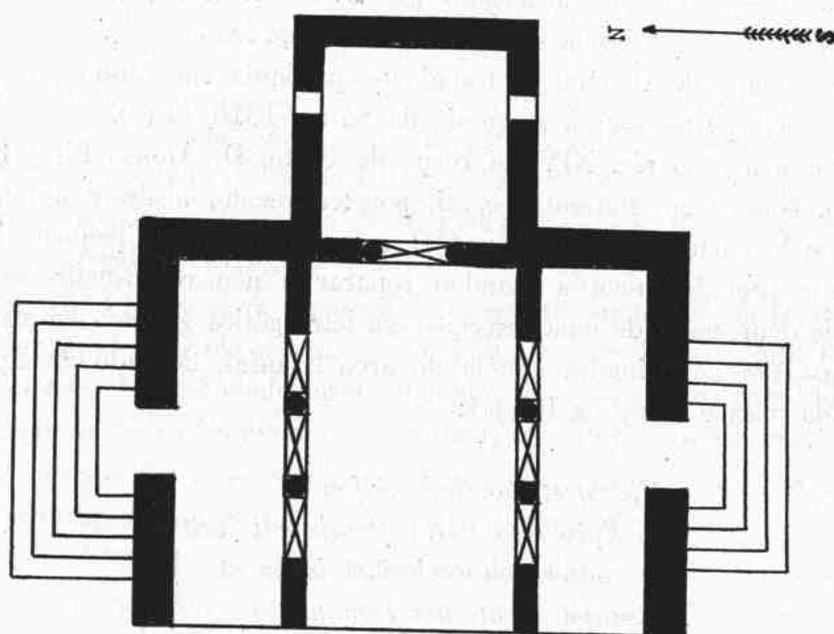
O aspecto exterior da capela não interessa ao nosso estudo; mas o interior é visigótico do séc. VII, pois embora amputada e adulterada, a capela de S. Pedro de Balsemão ainda conserva muito da sua traça primitiva para lhe garantir um valor real dentro da arquitectura pré-românica.

Ainda não foram feitas, até hoje, quaisquer escavações nem sequer sondagens para tentar reconstruir a construção primitiva, desde que foi revelada a sua vetustez depois da visita de Augusto Filipe Simões ⁽²⁾, Joaquim de Vasconcelos ⁽³⁾ e Alfredo de Andrade.

(1) P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA — *Corografia Portuguesa*, II, 2.^a ed., Braga, 1868, pág. 157.

(2) AUGUSTO FILIPE SIMÕES — *Escreptos Diversos*, 1888, págs. 142-160 e 156-158.

(3) JOAQUIM DE VASCONCELOS — *Egreja de Balsemão*, «Arte», n.^o 39, 40 e 48, Porto, 1908.



ESCALA : 1/100

Fig. 33 — Igreja de S. Pedro de Balsemão (sobre a planta de A. SARDOEIRA, in D. J. PESSANHA, *S. P. de Balsemão*, pág. 8).

É muito provável que um estudo aturado da área, designadamente nos dois topos do templo, nos revele as fundações do período visigótico e com elas a planta primitiva; até lá, contentamo-nos com suposições mais ou menos bem fundamentadas.

As lápides romanas, embebidas no paramento exterior, permitem supor ter existido ali ou perto, uma construção do tempo do Império; por outro lado, e como já dissemos, elementos vários do interior marcam uma construção do séc. VII. Segue-se, nos certificados da vida da igreja, um período escasso em documentos e é só no séc. XIII, segundo buscas em Arquivos feitas por D. José Pessanha ⁽¹⁾, autor da melhor monografia sobre a igreja, que se encontram referências a S. Pedro de Balsemão, designa-

⁽¹⁾ D. JOSÉ PESSANHA — *Arquitectura pré-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, 1927.

damente nas inquirições ordenadas por D. Afonso III (1258); delas se conclui estar então a igreja sob a alçada da Sé de Lamego ⁽¹⁾.

No tempo de D. Dinis é tratada de paróquia em 1288 ⁽²⁾ e depois como capela pertencente à freguesia da Sé em 1310/11 ⁽³⁾.

Neste mesmo séc. XIV foi Bispo do Porto, D. Afonso Pires (1359-1372). Nasceu em Balsemão e ali, por testamento, instituiu um morgadio com boa parte dos seus bens ⁽⁴⁾; o padroado era na pequena igreja. Foi este prelado quem a mandou reparar e não reconstruir, segundo se pode depreender de uma inscrição em letra gótica gravada em calcáreo e encastoadá na primeira aduela do arco triunfal, do lado da Epístola (voltada para o corpo da Igreja):

*Hic jacet Dominus Alfon
so Episcopus Portugalensis qui fecit
et conservavit ecclesiam istam et
visitavit sepulcrum Domini
et basilicas Apostolorum
Petri et Pauli et de
cezit in era MCCCC*

Pelo que se sabe, esta inscrição não corresponde à verdade, pois o Bispo em causa não faleceu em 1362 (que corresponde ao ano 1400 da Era) mas em 1372; e, por outro lado, não construiu uma igreja que sabemos por muitos motivos existir (e conserva ainda hoje vários elementos) no séc. VII. Talvez o pequeno templo estivesse bastante arruinado, pelo menos as paredes e o prelado tivesse mandado fazer uma grande reparação; um dos seus «descendentes» ⁽⁵⁾, Morgado de Balsemão teria tido, segundo supomos, a piedosa ideia de mandar gravar por um bom artista de oficina de nome (porque as letras estão bem trabalhadas) e de fora da região (nesta há granito e não calcáreo), um letreiro para perpetuar os benefícios recebidos pela capela, segundo determinação do instituidor do

(1) TORRE DO TOMBO — *Inquirições de D. Afonso III*, Liv. I, fols. 135 v.

(2) TORRE DO TOMBO — *Inquirições de D. Dinis*, Liv. IV, fols. 32 v.

(3) TORRE DO TOMBO — *Inquirições de D. Dinis*, Liv. VII, fols. 86 v.

(4) P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA — *Op. cit.*, pág. 157.

(5) P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA — *Op. cit.*, pág. 158.

Morgadio. Destas obras não se vêem vestígios; talvez tivessem desaparecido com a reparação seguinte, feita no séc. XVII.

Um documento de mil quatrocentos e trinta e tal (não é possível a data exacta, por terem desaparecido as primeiras folhas) e que pertencia ao arquivo do Cabido da Sé de Lamego e agora está na Torre de Tombo, diz expressamente, a propósito de S. Pedro (...) «no dicto logo de balsamã, no alpendere da Igreja q̄ esta no dicto logo» (...).

Em 1643 houve nova reparação no pequeno templo, também atestada por uma lápide, metida na parede de fora da nave lateral, lado Poente.

Foi esta obra mandada fazer, segundo resa a inscrição, pelo Morgado Luís Pinto de Sousa Coutinho e sua mulher, D. Catarina de Carvalho.

O interior foi conservado e reparado com critério digno de louvor, mas o exterior sofreu as alterações a que já fizemos referência.

No séc. XVIII, as obras então levadas a cabo foram simplesmente desastrosas; exteriormente, desapareceu a porta principal, com o seu alpendre, referido no documento atrás anotado. O solar cresceu até ao corpo da igreja e incluiu-a, assim, no bloco do edifício.

É desta maneira, completamente remodelada no seu aspecto exterior, amputada na extremidade Poente e com alterações, felizmente não muito graves no seu interior, que se nos apresenta a Igreja de S. Pedro de Balsemão. Singular desastre comparável ao da capela de S. Frutuoso: no mesmo século a ambas fizeram desaparecer a porta principal para ficarem integradas em edifícios de interesse reduzidíssimo!

A igreja é de planta rectangular e está orientada no sentido Este-Oeste. Tem duas portas laterais: uma dá para o terreno em volta da casa, outra para um pátio interior. O acesso é feito por escadarias; a do lado Norte é mais alta e, como dá para o exterior, toma ar de porta principal.

O corpo da igreja, tal como se conserva, é quase quadrado: a largura excede o comprimento em 1,23 metros. Duas arcarias, de três arcos cada uma, dividem-no em três naves; a largura das naves laterais é praticamente igual, pois a do lado do Evangelho tem somente mais 0,04 metros que a da Epístola. No sentido do comprimento também há diferenças muito ligeiras: a da Epístola tem menos 0,25 metros ⁽¹⁾ que a do Evan-

(1) Todas estas medidas foram obtidas por D. José Pessanha, op. cit.



Fig. 34— Igreja de S. Pedro de Balsemão.

gelho. Estas naves terminar-se-iam, possivelmente, por dois absidiolos, o que só as escavações poderão confirmar.

O arco central, de cada arcaria, assenta por meio de um saimel a servir esse arco e o vizinho, sobre um capitel de granito, posto sobre colunas toscas, também de granito; devem ter sido aproveitadas, provavelmente, de uma construção romana existente ali ou perto, pois adaptam-se mal aos capiteis.

Os arcos das extremidades apoiam-se, por um lado, em um dos mesmos capitéis; por outro, sobre impostas de rolo assentes sobre largas pilastras que fecham as naves, por se encostarem às paredes transversais. Nestes arcos das extremidades nota-se que alguns semi-arcos não são iguais e deixam adivinhar a sua primitiva forma em ferradura. Tal como na planta, também estes outros elementos arquitectónicos fazem ligeiras diferenças entre si: pilastras, colunas, capiteis, etc.

As bases das colunas são de tipo toscano, mas não são todas iguais: a segunda, do lado da Epístola, é de rolo, como as impostas.

O pavimento está dividido por faixas de pedra, de maneira a deixarem entre si rectângulos preenchidos, nos espaços onde não há lápides sepulcrais, por um empedrado feito de pequenos calhaus rolados.

Dos capitéis (E. XL, Fig. 239 a 241), só quatro são dos princípios da igreja, os do lado da Epístola e os do arco triunfal; os outros dois são cópias



Fig. 35 — Colunata de S. Pedro de Balsemão.

mandadas fazer a quando da restauração de 1643. Uns quase cúbicos, outros mais altos, são de tipo coríntio, mas o talhe é grosseiro; as folhas dispostas em duas fileiras, são muito espessas. No ábaco, a meio de cada lado, uma roseta de quatro pontas, por cima de uma voluta, já no corpo do capitel; além desta, há volutas nos quatro ângulos.

O mais curioso de tudo, pelo que revela a sua decoração, é o grupo das impostas, terminadas em rolo na sua extremidade livre, como se vê em alguns monumentos de Mérida (Alcácer), Sevilha (Giralda), Córdova (primitiva grande mesquita) ⁽¹⁾, e em algumas igrejas asturianas (S. Salvador de Valdediós, S. Salvador de Priesca).

As superfícies laterais são ornamentadas com desenhos todos eles variados e geométricos; são (E. XLIV e XLV, Fig. 261 a 271) losangos incluídos em outros losangos, dispostos em série, cordas, espinhas, círculos concêntricos, alguns com cruces na parte central, linhas quebradas ou linhas rectas dispostas paralelamente, volutas, ziguezagues, etc. A Arte castreja tem sido proposta como inspiradora destes motivos e nós cremos, também, nessa sobre-

(1) M. GÓMEZ MORENO — *Iglesias Mozarabes*, op. cit., pág. 97.

vivência da tradição peninsular ⁽¹⁾. A preocupação de encher todo o espaço com desenhos geométricos era uma das suas características, aqui demonstrada abundantemente.

Em um dos saiméis estão desenhadas duas circunferências concêntricas e o círculo interno é ocupado por uma larga cruz de braços curvos. Ornamentação semelhante encontra-se em St.^a Comba de Bande, S. Pedro da Nave e em S. Cristina de Lena.

O tecto da nave central é em caixotões de madeira pintada; o das naves laterais é também de madeira pintada, obra da última restauração do séc. XVII.

O arco triunfal tem uma forma estranha; era em ferradura, sem fecho, isto é, com um número par de aduelas, à maneira visigótica; mas no séc. XVIII foi colocado um altar barroco no altar-mor e para o tornar bem visível, levantaram largamente o arco introduzindo-lhe, de cada lado, uma aduela alta e recta!

Bem merecia ser repostos como fora antes do arranjo, pois é nítida a barbaridade a que o sujeitaram. Os saiméis assentam sobre impostas de rolo da mesma largura e estas, por sua vez, apoiam-se em capitéis do tipo coríntio, como os já descritos, colocados sobre colunas e bases idênticas às dos arcos.

Há uma diferença a notar entre o arco de triunfo e os arcos das arcarias: aquele mantém todos os elementos primitivos, inclusive o número de aduelas, enquanto estes já são praticamente de volta perfeita, e com as aduelas em número ímpar: devem ter sido montados em uma das reconstruções.

O arco de triunfo é protegido por um largo arco abatido, possivelmente ali colocado quando da reconstrução que adulterou o arco. O tecto da capela-mor, da mesma época do altar é em caixotões, enfeitados com rosetas nos encontros das molduras de madeira, e pintado (séc. XVII).

A igreja é fechada do lado Poente por uma parede moderna, levantada quando destruíram o alpendre e a porta principal com o fim de encostarem ali o solar. Na parte mais alta havia uma espécie de tribuna, de onde a família do Morgado podia assistir aos officios.

Pela planta basilical, latina, curta e larga; pelos elementos que ainda conserva no seu interior; e ainda pela demonstração documental de

⁽¹⁾ MARQUÊS DE LOZOYA—*Historia del Arte Hispánico*, op. cit., pág. 97.



Fig. 36 — Arco do Altar-mor de S. Pedro de Balsemão.

ter existido um alpendre, naturalmente sobre a porta do lado Poente (a porta principal), a igreja de S. Pedro de Balsemão pode seguramente ser datada da segunda metade do séc. VII ⁽¹⁾. Por isso tem sido incluída no grupo de «S. Juan de Baños», fundada em 661, com quem apresenta semelhanças, mas também diferenças ⁽²⁾.

São semelhantes no traçado das plantas, quase quadradas e divididas em três naves, separadas por arcos assentes em capitéis de tipo coríntio sustentados por colunas; absides, também quase quadradas, arcos de triunfo em ferradura, impostas lavradas com motivos geométricos. Diferem por a de S. Pedro não ter abóbada, não ter transepto, as pilastras na sepa-

(1) P. DE PALOL SALELLAS — *Esencia del Arte Hispánico*, op. cit., pág. 33.

(2) V. LAMPÉREZ Y ROMEA — *Iglesia visigoda de San Pedro de Balsemão*, Bol. de la Soc. Castellana de Excursiones, VII, n.º 84, 1909.



Fig. 37 — Inscricões na parede exterior da Igreja de S. Pedro de Balsemão.

ração das naves serem muito mais importantes e os arcos dessa separação serem de volta perfeita e não em ferradura. Por outro lado ainda, o arco triunfal descansa sobre colunas em Balsemão, enquanto em «S. Juan» se apoia em pilastras. Finalmente, a decoração mostra certa degenerescência em S. Pedro de Balsemão.

S. FRUTUOSO DE MONTÉLIOS

S. Frutuoso, cheio de zelo religioso, quis seguir o exemplo dos monges do Egipto; percorreu, para isso, Leão, Castela, Andaluzia, Lusitânia fundando mosteiros e pregando a fé. O seu zelo apostólico levou o rei Recesvinto a dar-lhe a Diocese de Dume e o X Concílio de Toledo, segundo Nuno Valério, seu biógrafo e contemporâneo, a entregar-lhe a de Braga, vaga em 656, pela deposição de Potâmio.

Perto de Braga, na vila romana de Montélios, onde parece ter existido um templo dedicado a Esculápio, fundou um mosteiro beneditino consagrado a S. Salvador; na capela, o seu corpo deveria repousar em paz eterna. Para que tal pudesse realizar-se, foi necessário trabalhar dia e noite na construção do pequeno templo; e ali foi efectivamente depositado



Fig. 38 — Capela de S. Frutuoso (encostada à Igreja de S. Francisco).

o corpo de Frutuoso num túmulo colocado em um arco sólio aberto na parede exterior da abside principal.

O futuro Beato havia sido «desde a meninice, sem mágoa e justo» e tinha tais virtudes que «com sua religião e alteza de vida contemplativa iluminava os segredos dos corações» ⁽¹⁾. Não admira, pois, que cedo começasse o povo a considerá-lo Santo e a venerar o seu corpo guardado na pequenina igreja por ele mandada construir e conhecida, «segundo velhas memórias», (...) «pela designação de *Torre Capitolina*» ⁽²⁾.

Os Árabes chegaram a Braga em 716; mas não destruíram nem a capela, nem o mosteiro.

O Metropolita de Braga, para não estar sob o domínio Árabe, passou a Lugo em 832. Os monges de S. Frutuoso também emigraram e fixaram-se nas Astúrias. A capela de S. Frutuoso continuou a manter o culto, como igreja da paróquia de S. Salvador de Montélios ⁽³⁾.

⁽¹⁾ FR. DIOGO DO ROSÁRIO — *Historia das vidas e feitos heroycos e obras insignes dos Sanctos*, Coimbra, 1577, fol. 224, cit. por M. Martins, *A vida cultural de S. Frutuoso*, «Brotéria», vol. XIV, fasc. 1, Lisboa, 1947, págs. 58 a 69.

⁽²⁾ D. JOSÉ PESSANHA — *A Architectura pre-romanica em Portugal*, «Terra Portuguesa», Ano 1.º, n.º 2, Lisboa, 1916, pág. 50.

⁽³⁾ FR. FRANCISCO DE SANTIAGO — *Chronica da Santa Provincia de N. S. da Soledade*, Lisboa, 1762, pág. 481.

Há notícia do mosteiro estar de pé ⁽¹⁾ nos meados do séc. IX, pois pelo ano de 866, dele toma posse um presbítero chamado Cristóvão, que em 883 a doou ao bispo de Santiago de Compostela. Esta doação foi confirmada em 1102, pelo Papa Pascoal II; logo a seguir, para evitar a concorrência feita a Santiago pelas peregrinações ao corpo de S. Frutuoso, o bispo Gelmires veio à socapa a Montélios e levou os restos do monge da capela então sob sua jurisdição, para Compostela.

Estava, portanto, de pé, nessa data, a capela que guardava o corpo do Santo, isto depois das correrias de Almançor; entre elas, a de 997 foi de consequências funestas para Compostela, como ficou demonstrado pelo arrasamento da Catedral, construída por Afonso III e o transporte das portas da cidade e dos sinos para Córdova, às costas dos cativos. Note-se que na ida de Portucale para Santiago, o exército invasor não encontrou resistência, a não ser a do terreno; este, por impraticável, obrigou Almançor a abrir uma passagem até alcançar o Rio Minho.

Tem-se escrito terem os Árabes destruído a capela de S. Frutuoso, afirmação baseada nas crónicas da reconquista. Para certos exageros dessas crónicas chama a atenção do P.^o Avelino de Jesus da Costa ⁽²⁾ e por isso, no caso pertinente, aconselha «prudência na sua interpretação» pelas razões seguintes:

1) falta-lhes, às crónicas, como provou o Prof. Damião Peres, «um fundamento documental seguro», porque foram redigidas mais de um século após os acontecimentos narrados;

2) exageram as destruições e o ermamento para exaltar os efeitos dos seus heróis e justificar a ocupação dos territórios;

3) há certa oposição entre as próprias crónicas porque, enquanto o *Chronicon Sebastiani* e a *Crónica Rotense* estendem o ermamento a todo o território conquistado por Afonso I, incluindo as aldeias, a *Crónica Albeldense* restringe-o aos «Campos Góticos». A linguagem destas crónicas é semelhante à usada pelas fontes narrativas das campanhas de Almançor, segundo as quais as cidades e castelos foram destruídos; toda a terra despovoada; as igrejas, mosteiros e palácios demolidos e queimados, e as

(1) P.^o AVELINO DE J. DA COSTA—*O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, I, Coimbra, 1959, pág. 157.

(2) Op. cit., págs. 143 e 144, onde o A. faz largas citações para demonstrar a série de afirmações que seguidamente transcrevemos.

destruições chegaram a tal ponto que se extinguiu na Península o «culto cristão»!

Para confirmar o não arrasamento da capela de S. Frutuoso já vimos ter lá ido o bispo Gelmires, em 1102, roubar o corpo do Santo.

Em 1522, segundo resa uma inscrição guardada na capela⁽¹⁾, o grande Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, mandou reconstruir o mosteiro e chamou os Franciscanos para o habitarem. Desejavam os frades uma igreja maior, para o que destruiriam a antiga, mas não foram autorizados a fazê-lo pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. Não desistiram do seu intento, guardaram-no para mais tarde: embora com a obrigação de ficar lembrança da velha capela, em 1728 iniciaram a construção da igreja para anexar e destruir parte da capelinha de S. Frutuoso. Resistira aos Mouros, mas os Franciscanos tiveram maior fúria. E lá ficou truncado e amesquinhado um dos templos mais antigos do País, no seu género o de maior interesse na Península!



Fig. 39 — Capela de S. Frutuoso (seg. A. DE LACERDA, *H. da Arte em Portugal*, pág. 118, fig. 126).

No séc. XVI, em 1549, afirmou João de Barros⁽²⁾ não terem os Mouros passado por lá, mas se passaram «não destruíram esta casa».

(1) FR. FRANCISCO DE SANTIAGO — *Op. cit.*, pág. 491.

(2) JOÃO DE BARROS — *Geographia d'Entre-Douro e Minho e Trás os Montes*, Porto, 1919, pág. 59.

Descreve a capela como sendo de planta cruciforme e sustentada por dentro sobre vinte e duas colunas de mármore.

Em 1706, informa o P.^o Carvalho da Costa ⁽¹⁾, os Mouros haviam destruído o Mosteiro de S. Frutuoso, mas conservaram a igreja, ainda naquela data existente com as suas vinte e duas colunas de mármore.



Fig. 40 — Decoração com arcos e ângulos (mon. funerário romano, de Odrinhas). Museu de Odrinhas. Comparar com a Fig. 39.

Permaneceu a velha capela metida na sombra da Igreja dos Franciscanos, adulterada, sem que alguém nela reparasse até 1897, quando o architecto Ernesto Korrodi a «descobriu» e dela deu conhecimento no «Boletim da Real Associação dos Architectos Portugueses» ⁽²⁾; chamou a atenção para o seu carácter arcaico, por ele classificado «bizantino-latino» e juntou um projecto de sua autoria, para incluir a capela dentro de uma grande basílica, a construir.

Daí para cá a capela tem sido objecto de discussão, não sòmente quanto à sua classificação e inclusão em algum dos movimentos artísticos da Idade Média, mas também quanto à sua possível reintegração. O seu interesse fez passar por lá individualidades estrangeiras notáveis pelos seus

⁽¹⁾ P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA—*Corographia Portuguesa*, I, 2.^o ed., Brags, 1868, pág. 157.

⁽²⁾ ERNESTO KORRODI—*Um monumento bizantino-latino em Portugal*, Bol. da R. Assoc. dos A. e Arch. Portug., 3.^a série, VIII, 1898, págs. 18 e seg.

estudos sobre a Arte pré-românica, como Gómez-Moreno, Helmut Schlunk e tantos outros.

Só em 1931, sob o patrocínio da Junta Geral do Distrito de Braga, foram iniciados os trabalhos de reintegração, orientados pelo médico local Dr. Jerónimo de Sousa Louro. Como seu colaborador, o Dr. Louro escolheu o arquitecto João de Moura Coutinho, dedicado e probo investigador a quem o monumento ficou a dever alguns dos mais profundos estudos sobre a sua traça ⁽¹⁾; considerava-o uma *cella memoriae*. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, depois de classificar a capela, nomeou uma comissão para orientar os trabalhos, constituída pelos dois investigadores referidos e o arquitecto Baltazar de Castro, Director dos Monumentos.



Fig. 41 — Arcos, cordas, espinhas e rosetas (mon. funerário romano, de Odrinhas). Museu do Carmo. Para o estudo da decoração de S. Frutuoso.

As obras de limpeza e reconstrução continuaram com o cuidado possível até se chegar à conclusão do remate nas absides; por não se ter obtido acordo neste e noutros pormenores, foi resolvido não prosseguir

⁽¹⁾ J. DE MOURA COUTINHO DE ALMEIDA EÇA — *S. Frutuoso de Montélios, capela visigótica do séc. VII*, «Las Ciencias», 10, 1945, págs. 679 e seg.

IDEM — *Capela de S. Frutuoso. A sua reintegração*, artigos no jornal «Correio do Minho», Braga, 1931.

IDEM — *S. Frutuoso de Montélios*, III Cong. Nac. de Arqueologia, Galicia, 1953, Zaragoza, 1955, págs. 557 e seg.

enquanto novos trabalhos não viessem esclarecer algumas dúvidas. De resto, o arq. Moura Coutinho, que entretanto saíra da Comissão, disse se queixa ao afirmar: «posteriormente à nossa saída, algumas pouco felizes alterações foram feitas sem nossa audiência e sem justificado acerto» (1).

E neste estado se encontra uma das mais curiosas construções pré-românicas da Península, à espera de novos estudos e elementos que possam vir a concluir a obra bem ou mal iniciada. Ainda, que nós saibamos, não foram feitas escavações em torno para procurar o primitivo mosteiro e prováveis materiais das construções e arranjos ali realizados. Só depois disso se poderá talvez reconstituir, na sua traça primitiva, a obra fundada por S. Frutuoso. No entanto, o Prof. Gómez-Moreno, depois de ter visitado demoradamente as ruínas, antes da restauração iniciada e em consequência de estudos comparativos posteriores, confiou-nos a sua opinião sobre a classificação da capela e o que falta fazer para concluir os trabalhos iniciados. Agradecemos ao venerando Mestre a sua bondade e ao assunto nos referiremos adiante.

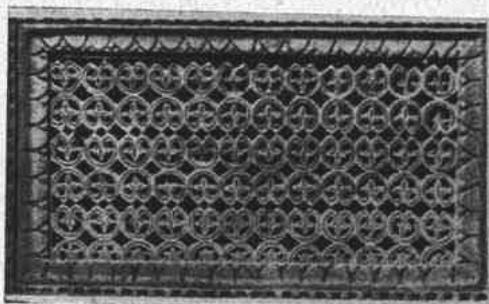


Fig. 42 — Placa de Ravena (MURATORI, *Itinerario del Museo Naz. di Ravenna*). Para o estudo da decoração de S. Frutuoso.

O que actualmente ali se vê, é uma capela construída em silhares de granito bem aparelhados, em fieiras; se não são todas iguais em altura, como era a maneira visigótica, o tamanho das pedras, na sua maioria, aproxima-as bastante da regularidade. A planta é em cruz grega, com três absides e o quarto braço, onde estava a porta de entrada, é praticamente igual aos outros três e faz a ligação com a igreja do séc. XVIII. Sobre

(1) J. DE MOURA COUTINHO DE A. E. — *S. Frutuoso de Montélios*, III Congr. Nac. de Arq., op. cit., pág. 563.

o cruzeiro ergue-se uma pequena torre lanterna, rematada por cúpula de tijolo assente em pendentes também de tijolo, apoiados em estribos de pedra, com ornato. Actualmente não se vê o tijolo por ter sido rebocado; mas damos na Fig. 44 o aspecto com que apareceu quando se procedia às últimas reparações. Esta cúpula baixa, sobre pendentes, em tijolo armado como se vê na fotografia, é tipicamente visigótica.

Por baixo da cúpula, um cordão em mármore risca um friso em toda a volta.

Uma janela geminada, em cada uma das quatro paredes, ilumina suficientemente o cruzeiro.



Fig. 43 — Capela de S. Frutuoso, ao ser iniciada a reconstituição
(*foto. da D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais*).

A entrada para a capela faz-se pela Igreja do séc. XVIII. Está o pequeno templo em um plano bastante superior, que se vence por uma escada de pedra, sem qualquer interesse. O primeiro braço da cruz grega, por onde se entra, ao contrário das absides, é de paredes paralelas e o tecto é em abóbada de canhão, de arco perfeito. Infelizmente a abóbada foi

rebocada e por isso não se vê já a técnica empregada com tijolo, usada na sua construção; e mais, além da abóbada de tijolo havia uma outra de pedra. Tudo isto se pode observar, nas fotografias felizmente obtidas antes dos últimos arranjos e que nos foram cedidas por Gómez-Moreno (Fig. 44 a 46).

A técnica seguida para a abóbada de tijolo foi a usada classicamente na Pérsia, onde não havia madeira em quantidade suficiente para armar



Fig. 44— Capela de S. Frutuoso. Cúpula do cruzeiro (fot. de Santos Lima, cedida por Gómez-Moreno).

cofragens ⁽¹⁾. De resto, o processo já havia sido seguido na Mesopotâmia e no Egipto: a partir de um primeiro arco montado sobre cofragem tão estreita como o tijolo, ou então de encosto a uma parede de topo, colavam-se tijolos de maneira a rapidamente, ajudados pela boa presa da argamassa, se irem montando arcos sucessivos. Este processo, usado nos séc. V a VII na Síria, permite-nos datar a construção da abóbada de S. Frutuoso. Foi depois usado pelos Bizantinos; os Árabes também o adoptaram, mas só no final do séc. XIII, ou no séc. XIV.

As absides têm interiormente a planta em ferradura e exteriormente as paredes formam quadrado. Tem sido objecto de apoio à tese moçarabista da capela de Montélios, o facto destes arcos em ferradura, da

⁽¹⁾ FRANÇOIS BENOIT — *L'Architecture. L'Orient Médiéval et Moderne*, Paris, 1912, pág. 14.

planta das absides, serem mais ultrapassados do que o já clássico 1/3 R dos arcos visigóticos. Mas quando o «inventor» desta ideia o escreveu, não quis com isso marcar, taxativamente, uma distinção absoluta entre arcos visigóticos, moçárabes e árabes. E assim, recentemente (Junho e 1961) nos reafirmou o visigotismo dos arcos de S. Frutuoso.

As absides são separadas do cruzeiro por um arco também em ferradura, sem aduela para fecho, como notou Moura Coutinho durante os trabalhos de reparação ⁽¹⁾ e nele estão incluídos, em um plano posterior, três arcos, do mesmo tipo: os dois dos lados são menores e mais baixos que o do centro. Este último apoia-se em duas colunas, os dos lados naquelas mesmas colunas e em pilastras adossadas às paredes do cruzeiro.

As colunas são de mármore. As das absides laterais eram de outra construção; não têm base e foram ali adaptadas. As da abside central são inteiras e com base. No pavimento das absides notou Moura Coutinho a existência de apoios para colunas; seriam quatro em cada uma delas, das laterais, e seis na central. Estas colunas deveriam ajudar a suportar a cúpula respectiva.

Os capitéis foram trabalhados (E. XL, Fig. 235 a 238), com trépano e são do tipo coríntio avançado; verdadeiramente notáveis, segundo Schlunk ⁽²⁾, foram datados do séc. VII por Vergílio Correia ⁽³⁾ que os considerou de influência latina e bizantina.

A esta última atribui a execução incorrecta, a tendência dos ornatos naturalistas para a geometrização, enfim o uso do trépano.

É de notar uma imposta em mármore que corre no interior da capela, de tipo também coríntio, idêntico ao dos capitéis: mostra igualmente o uso do trépano.

Em duas das pedras que a formavam, ao serem retiradas durante as obras de restauro foi-lhes notada, na face aplicada à parede, decoração de tipo visigótico (Figs. 47 e 48).

As absides também deviam ter sido rematadas por cúpulas: na do lado do Evangelho é ainda muito nítido o arranque dessa cobertura (Fig. 43).

⁽¹⁾ J. MOURA COUTINHO — *S. F. Mont.*, III Cong., op. cit., pág. 562.

⁽²⁾ H. SCHLUNK — *Arte Visigoda*, *Ars Hispaniae*, II, pág. 283.

⁽³⁾ VERGÍLIO CORREIA — *Op. cit.*, *Historia de Portugal*, pág. 375.

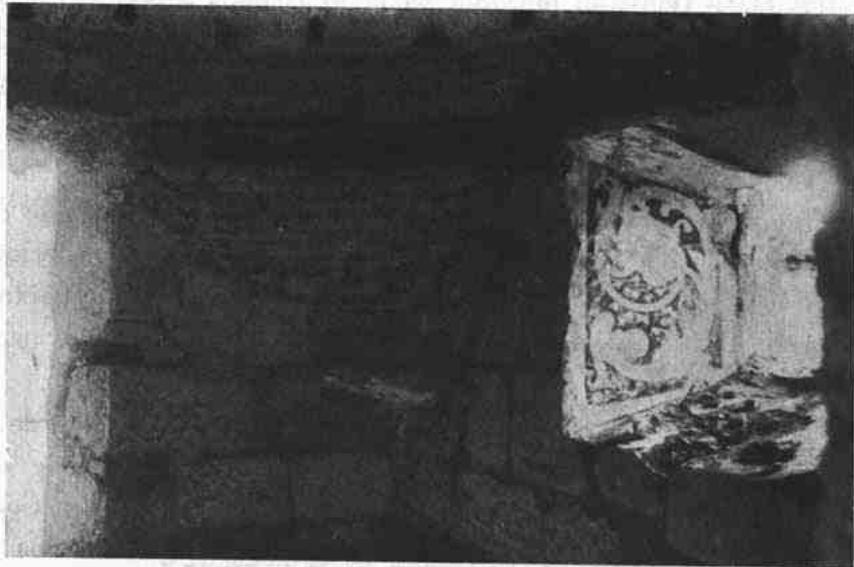


Fig. 45 — Capela de S. Frutuoso. Pendente da cúpula (*fol. de Santos Lima, cedida por Gómez-Moreno*).



Fig. 46 — Capela de S. Frutuoso. Abóbada do corpo de entrada (*fol. de Santos Lima, cedida por Gómez-Moreno*).

Uma pedra encontrada durante os trabalhos de recuperação do monumento (Fig. 49) deve ter pertencido ao encontro de uma cúpula com a parede do cruzeiro. Actualmente as paredes das absides estão por rematar; ficaram assim por terem surgido dúvidas quando se procedia à sua reconstrução. Sobem a 2,37 metros e, em baixo, corre um pequeno sóco, liso, de 0,28 metros de altura, que segue em todo o interior da capela.

O pavimento parece ter sido revestido de tijoleira, a avaliar por uma parte encontrada nos citados trabalhos. Foi nesse pavimento que apareceram os sinais da existência de colunas no interior das absides, dispostas circularmente para ampararem a cúpula.



Fig. 47 — Capela de S. Frutuoso. Fragmento de imposta.

Exteriormente, a torre do cruzeiro é rematada por uma cornija simples; por baixo dela um friso, de tipo lombardo, corre em toda a volta, formado por grupos de dois arcos cegos, em ferradura, separados por um ângulo ou mitra. Ao centro de cada uma das paredes, os dois arcos em ferradura, que o deviam ocupar, formam a parte de cima de uma pequena janela com ajimez.

Estes arcos lombardos não mostram regularidade nem perfeição no acabamento (Fig. 43).

Por outro lado, a parede abaixo forma agora um ressalto, podendo fazer supor que seria para apoio de colunas ali dispostas, como a suportar os pequenos arcos. Em fotografias tiradas antes da restauração parece-nos duvidosa a existência, nessa data, do dito ressalto e, portanto, a possibilidade da série de pequenas colunas.



Fig. 48 — Capela de S. Frutuoso. O fragmento da fig. 47, parte posterior.

Um cordão em mármore remata, por baixo, esta decoração variada.

As paredes exteriores das absides exibem, sob a cornija, um cordão em calcáreo branco, do tipo de Ançã onde há sucessivamente, um rosário de óvulos, depois círculos a envolver uma flor de lis e finalmente um cordão.

O resto das paredes é ocupado por arcarias cegas, também de tipo lombardo e terminadas umas por arcos redondos, outras por mitras. Na arcaria do meio da abside principal, abre-se uma fresta de arco em ferradura. No topo da abside do lado da Epístola há uma porta rectangular e no corpo de entrada da capela entra luz por um óculo de cada lado.

Na parede da abside principal, no lado Norte, do lado de fora está um arcosólio. Nele se conservava o túmulo de onde o bispo Gelmires levou o corpo de S. Frutuoso; actualmente vê-se, a ocupar o mesmo espaço, um sarcófago de calcáreo branco liso, do mesmo tipo acima referido.

Todo o monumento é contornado, junto ao solo, por um largo soco de sabor clássico, tal como a cornija que o limita em cima.



Fig. 49 — Capela de S. Frutuoso. Pedra encontrada durante as obras.

Muito se tem discutido sobre a data em que teria sido construída a capela de S. Frutuoso e, principalmente, sobre a classificação do que hoje lá se vê.

Para Gómez-Moreno ⁽¹⁾, Schlunk ⁽²⁾, Palol ⁽³⁾, Moura Coutinho ⁽⁴⁾, Aguiar Barreiros ⁽⁵⁾ e outros, o monumento é visigótico; para Reynaldo dos Santos ⁽⁶⁾, Manuel Monteiro ⁽⁷⁾, Alberto Feio ⁽⁸⁾, Silva Pinto ⁽⁹⁾, etc., o moçarabismo é evidente e predominante.

Vamos procurar desfiar a meada.

A planta de braços iguais ou quase, não pode ser senão do tipo bizantino. Ao enquadramento das absides, em três panos perpendiculares, como em Montélios, chama Gómez-Moreno ⁽¹⁰⁾ «bizantinismo ocidental», em oposição ao grego. Directamente sobre a capela de S. Frutuoso, afirma considerá-la «exemplar máximo, nosso, do tipo bizantino quadrado e com cruzeiro central, a que pertencem a mesquita do Cristo da Luz, em Toledo e S. Martinho, em Segóvia, revelando-se além disso como simplificação de S. Vital, em Ravena e congénere, pelas suas tríplexes arcadas inscritas em três dos arcos torais. A sua robustez de muros denuncia um abobadamento completo; os arcos são de ferradura do tipo godo; e as colunas, coríntias, levam impostas laterais encapiteladas igualmente, à maneira de pilastras, mas correndo à roda de cada pilar». Assim se pronuncia o mestre das «Iglesias Mozarabes», considerando visigótica, de tipo bizantino, a capela de S. Frutuoso.

(1) M. GÓMEZ-MORENO — *Iglesias Mozarabes*, Madrid, 1919, pág. 19.

(2) H. SCHLUNK — *Arte Visigoda*, *Ars Hispaniae*, II, pág. 281.

(3) P. PALOL — *Esencia...*, op. cit., págs. 33 e seg.

(4) J. DE MOURA COUTINHO — *S. Frut. de Montélios*, op. cit., pág. 557.

(5) P.^o M. DE ACUIAR BARREIROS — *A Capela de S. Frutuoso*, Porto, 1919.

(6) REYNALDO DOS SANTOS, cit. por Manuel Monteiro, *L'Art Pré-Roman*, nota seg., pág. 137.

(7) MANUEL MONTEIRO — *L'Art Pré-Roman*, XVI Conf. Int. d'Hist. de l'Art., Rap. et Com., I, Lisboa, Porto, 1949, pág. 125.

(8) ALBERTO FEIO — *A Arte da Alta Idade-Média no distrito de Braga*, ed. Brac. Aug., N.º 1-2 (26-27), Braga, 1954.

(9) S. DA SILVA PINTO — Entrevista com J. Moreira, *S. Frutuoso de Montélios*, Braga, 1958.

(10) M. GÓMEZ-MORENO — *Iglesias M.*, op. cit., pág. 97.

Da segunda metade do séc. VII, de estrutura cruciforme, mas do tipo específico dos «martyria», isto é, de planta central, a considera Pedro Palol⁽¹⁾. A passagem da cúpula central às capelas laterais através um grande arco em ferradura que inclui outros três, menores, apoiados em duas colunas e nos ângulos da parede; as arcadas tríplexes, próprias da arte ravenática (S. Vital) e a planta do monumento a aproximar-se da de Gala Placídia; o friso decorativo, arremedo de capitéis coríntios, a correr ao longo do cruzeiro no mesmo estilo fino e clássico dos capitéis dos arcos, com uso abundante do trépano; os pendentes modernos a suportarem a cúpula central e mais acima, como notou Camps Cazorla⁽²⁾ os arranques dos pendentes anteriores; as arcarias cegas, alternadas em mitra e semicirculares nos braços do monumento, no lado externo; os arquitos cegos, à lombarda, na parte alta, também do lado de fora, onde alternam dois em ferradura com um em mitra e os centrais em ferradura a formarem uma janela geminada; o túmulo de S. Frutuoso no exterior, metido sob um arcosólio; finalmente, forma e decoração a recordarem os «martyria» de Grabar, levam a pensar na dispersão, para o Ocidente, de tipos de igrejas como a de S. João de Efeso e a existência, em épocas anteriores, de plantas semelhantes («La Cocos», de Mérida).

Que a planta é de influência bizantina, não pode haver dúvidas; mas para Manuel Monteiro a capela seria bizantina (ou bizantinizante) do séc. IX, do período moçárabe, com reflexos cordoveses⁽³⁾. Foi levado a essa conclusão por argumentos históricos e arquitecturais.

A capela poderia ter chegado ao tempo das invasões de Almançor em que, segundo afirma, Braga tal como Dume, foram arrasadas: logo, S. Frutuoso, ali à beira, não devia ter escapado à fúria do Árabe. E como mais tarde existia, de facto, uma capela com a mesma invocação e no mesmo local, necessariamente esta seria o produto de uma nova construção.

Por outro lado, nota, nenhuma das colunas de mármore é de uma só peça; quatro têm acrescentos de granito e só duas têm base. Dos capitéis, quatro são coríntios, de mármore, perfeitos, visigóticos, com ábaco ornado por uma corda; mas dois são de calcáreo, coríntios degenerados,

(1) P. DE PALOL — *Esencia...*, op. cit., pág. 33.

(2) CAMPS CAZORLA — *Historia de España*, M. Pidal, III, Madrid, 1940, págs. 602 a 605.

(3) MANUEL MONTEIRO — *L'Art Pré-Roman au Portugal*, op. cit., pág. 135.

trabalhados com trépano, a lembrarem alguns da mesquita de Córdoba ali colocados a quando das imaginadas obras do séc. IX.

As impostas são da mesma época dos capitéis; mas dois fragmentos têm no reverso ornatos visigóticos o que mostra, nesse grupo de material, reminescências do edifício primitivo.



Fig. 50— Capela de S. Frutuoso. Aspecto das arcadas, durante as obras (fot. da D. G. dos Edif. e Monum. Nacionais).

As absides são ultra-semicirculares, como em S. Miguel de Escalada, isto é, moçárabes; na tríplice arcada há curvas ultra-semicirculares também, como em Córdoba e o arco do centro tem o raio maior que os laterais. A cúpula, do cruzeiro, assenta sobre um muro quadrado, com pendentes nos ângulos, segundo o tipo bizantino; mas há influências cordovesas, pois os pendentes são truncados e sustentados por estribos árabes metidos nas paredes do quadrado. Na época visigótica não há cúpulas e, por outro lado, os arcos geminados exteriores e as mitras lembram o espírito mussulmano: nunca tal apareceu na arte visigótica. Mas há mais, para o crítico de Arte que foi Manuel Monteiro: as arcadas cegas, onde

alternam mitras com arcos redondos, aparecem no carolíngio, no pré-românico inglês, nos manuscritos iluminados, o que tudo corresponde, na Península, ao período moçárabe.

Finalmente, a corda como ornato, se aparece no visigótico, também já se encontrava nas citânias e não desaparece no moçárabe; as flores de lis inscritas em semicírculos não são visigóticas, mas motivos mediterrânicos e o rosário, de origem clássica, não foi usado no período visigótico, mas foi-o pelo Árabes e Moçárabes. Cita, para concluir o seu extenso e profundo comentário, a opinião concisa de Reynaldo dos Santos sobre o pequeno templo de Montélios ⁽¹⁾ e que traduzimos: «posterior e fora do espírito da arte visigótica do séc. VII e VIII, inteiramente estranho à arte asturiense do meado do séc. IX, S. Frutuoso pode ser considerado um monumento bizantino do ciclo moçárabe dos séc. X e XI. Não sendo de todo plausível uma metástase isolada da arquitectura de Ravena no séc. VII e possuindo também S. Frutuoso elementos raros na arte visigótica, como os arcos em mitra, sòmente a arte mussulmana do califado de Córdoba, com as suas infestações de temas e de artistas bizantinos pode fàcilmente explicar uma obra peninsular como a de Montélios. Seria pois uma modalidade do moçárabe que, de resto, se caracteriza pela sua multiplicidade de aspectos».

Posteriormente, publicou Reynaldo dos Santos o conhecido estudo sobre a Arte românica em Portugal ⁽²⁾. No I capítulo aprecia a capela de S. Frutuoso, de onde extraímos as notas seguintes: é «semelhante, no exterior ao monumento bizantino de Galla Placídia». Aceita a informação de Nuno Valério, falecido poucas décadas depois de S. Frutuoso e seu biógrafo de que a igreja fora fundada pelo Santo «para ser enterrado nela», para o que fôra forçado a apressar a sua conclusão. «Os quatro arcos que limitam o cruzeiro são um dos elementos mais típicos deste monumento e que atestam a sua origem bizantina»; chama a atenção para a decoração com que foram lavrados os capitéis «esculpidos lavrados e trepanados com um requinte não alcançado nos modelos visigóticos peninsulares»; apela para a igreja de Machede (Évora) por ter sido cons-

⁽¹⁾ MANUEL MONTEIRO — *L'Art Pré-Roman au Portugal*, op. cit., pág. 137.

⁽²⁾ REYNALDO DOS SANTOS — *O Românico em Portugal*, 1955, págs. 13 e 14.



Fig. 51 — Para o estudo das cúpulas das absides de S. Frutuoso. Baptistério de Riez (J. PIJOAN, *S. Artis*, VIII, 177, fig. 233).

truída no séc. XVI à expressa imitação da de S. Frutuoso; as decorações exteriores com arcos redondos e em mitra são como as do Baptistério de Poitiers e de Germigny-des-Prés; recorda a suposição, já feita, de que as pequenas arcaturas da lanterna assentariam em colunitas de mármore. O carácter do monumento é «claramente bizantino e tudo sugere a arte de Ravena na época de Justiniano. Basta recordar a planta de carácter oriental, arcaturas externas, sapata clássica, cobertura de cúpulas, esbelteza de proporções (mais bizantinas que peninsulares), grande arco envolvente com tríplex arcos de ferradura, capitéis e frisos coríntios bem lavrados e trepanados, frisos decorativos de mármore (cordas, trifólios e arcaturas da cornija). O exterior lembra o sarcófago de Galla Placídia (séc. VII)».

À parte pormenores de tradição peninsular (Schlunk)⁽¹⁾, Montélios nada tem com a Arte visigótica ou moçárabe da Península, sendo por isso considerado pela maior parte dos historiadores do Pré-românico como um monumento bizantino, reflexo das relações com o Exarcado ravenense.

O interesse manifestado em Braga, como é natural, pela interpretação do monumento, levou também Sérgio da Silva Pinto⁽²⁾, o estudioso

(1) H. SCHLUNK — *Ars Hispaniae*, II, op. cit., pág. 283.

(2) S. DA SILVA PINTO — Entrevista com J. Moreira, *S. Frutuoso de Montélios*, Braga, 1958.

entusiasta da cultura suévico-bizantina do antigo reino do Nordeste peninsular, a dar-nos um resumo do seu pensamento sobre o assunto.

Baseado no material acumulado em tantos documentos conclui os seus considerandos inclinando-se para a tese moçarabista. São as pequenas cúpulas das absides que no Ocidente só aparecem no séc. IX-XI, a tríplice arcada com o arco do meio maior, o que a clássifica de árabe; a nenhuma filiação destas arcadas em S. Vital, onde os arcos são de volta perfeita e com predomínio do central; os capitéis e impostas trepanados, as arcaturas geminadas, de curvas ultra-semicirculares, alternando com mitras à maneira das torres islâmicas; lembra a opinião de Vergílio Correia a propósito do corpo quadrado central, à maneira das mesmas torres; o nenhum parentesco com o monumento a Galla Placídia a não ser nas arcadas cegas do exterior, que de resto não têm a forma de mitra das de Montélios. Finalmente, S. Frutuoso mandara fazer uma igreja monástica e não uma capela para seu jazigo; mesmo outra coisa não seria possível, pois as capelas funerárias, de instituição pessoal, só apareceram tardiamente, já na Idade Média avançada.

Uma disposição bracarense só permitia os enterramentos em volta dos templos, nunca no seu interior. E ainda, segundo o autor que vimos cotejando, não há documentos contemporâneos onde se declare ter o corpo do Santo sido deposto em um túmulo sob arco-sólio aberto para o exterior na parede da igreja: isso seria contra o que se sabe do ciclo Bizantino, e só aparece no Românico.

Não conclue nada de definitivo, pois nada se poderá concluir sem risco de desmentido, enquanto não forem feitas escavações metódicas em toda área do antigo mosteiro: elas poderão trazer surpresas insuspeitadas. Torna-se indispensável, também valorizar devidamente o material recolhido quando se iniciaram as obras de restauro e esgotadas todas as possíveis contribuições guardadas nos arquivos em documentos ainda não estudados. Por isso põe duas hipóteses:

1.^a — A igreja foi contruída na segunda metade do séc. VII e mais tarde demolida ou durante invasões ou pelo tempo; dessa construção talvez tenha ficado a planta, colunas e capitéis; no séc. XI foi levantada nova igreja segundo a orgânica bizantina.

2.^a — A actual igreja é visigótica, embora careçam de justificação

certos pórmenores pouco frequentes na Arte visigótica, e foi ligeiramente reparada no período moçárabe, sob influências directas do Oriente.

Em seu abono junta as opiniões de Chamoso Lamas e Joaquim Lorenzo, concluindo este último tratar-se de «un monumento vizigótico con arrenxos mózarabes».

De tudo quanto se tem dito sobressai já muita luz sobre a capela de S. Frutuoso; no entanto, antes de apreciarmos o tão discutido templo, não queremos deixar de chamar a atenção para a paixão com que por vezes alguns autores se deixaram arrastar com o fim de demonstrarem uma tese ou preconcebida ou mal fundamentada. Por outro lado, o que nos aparece hoje na capela de Montélios é o estado em que a deixaram os Franciscanos do séc. XVIII e os arranjos do séc. XX; isto sem pensar em alterações e reconstruções anteriores, pois seria natural que uma capela construída, de certeza, no séc. VII tenha sofrido, mesmo sem demolições propositadas, sòmente pela acção do tempo, modificações mais ou menos substanciais na sua estrutura.

Desapareceu completamente o mosteiro mas ficaram, da sua existência, documentos iniludíveis, desde a biografia de Nuno Valério até às crónicas das Províncias da Piedade (1696) e da Soledade (1762). E não é para desprezar a réplica eborense (Bom-Jesus de Valverde) construída em 1544, sob o signo do Renascimento. Faltam escavações em torno da capela e tão largas quanto for necessário por forma a não ficarem dúvidas sobre o que a terra esconde; alguns elementos surgiram quando foi iniciada a restauração e oxalá não levem descaminho, pois bastaram para provar quanto se torna necessário um estudo meticoloso da área.

Sobre se a capela é ou não a construída por S. Frutuoso, já nos pronunçámos; não devemos, no entanto, pôr de parte o facto de nenhum documento, que ofereça garantias, afirmar ter sido destruída a capela de S. Salvador, ou mesmo modificada. É muito para atender o facto, pois ele não passaria despercebido, se recordarmos a paixão com que foi venerado o seu fundador.

Se era ou não costume mandar levantar uma capela para jazida, nos meados do séc. VII, não creio ser motivo para discussão, pois o biógrafo do Santo o declara expressamente; e até foi necessário trabalhar noite e dia, pois a hora derradeira de Frutuoso aproximava-se a passos largos.

Para o insólito, chamemos-lhe assim, de no séc. VII surgir no canto do Noroeste uma capela de planta bizantina, o facto é facilmente explicável dadas as relações entre Ravena e Toledo, principalmente desde o tempo de Teodósio. Já mesmo em período anterior, essa influência fora exercida pela chusma de Gregos e Sírios que cruzaram a Península em todas as direcções e nela se fixaram; também não podemos esquecer as emigrações em massa que se verificaram na Síria em seguida à invasão árabe (634): enfim tudo o que a este respeito tivemos ocasião de salientar nos capítulos II e III.

Não esqueçamos o ter S. Frutuoso fundado mosteiros até à Andalusia, e certamente ter conhecido, nas suas andanças, quem lhe referisse o que se passava no Oriente. Da sua cultura e contacto com os Bizantinos é prova a carta que lhe escreveu S. Bráulio.

Cremos, pelo exposto, e pelo que a seguir diremos, ser a capela de S. Frutuoso a mesma de S. Salvador, isto é, aquela é a continuação desta, com algumas prováveis alterações.

O aspecto exterior lembra, resumidamente, o que teria sido a igreja dos Santos Apóstolos em Constantinopla, começada a construir em 536 e concluída dez anos mais tarde. Era em forma de cruz grega e tinha cinco cúpulas: uma, mais alta, sobre a intersecção dos braços da cruz, as outras quatro nas extremidades desses braços e limitadas a simples calotes⁽¹⁾. Por baixo da cúpula central havia janelas.

Dentro da capela é notável a planta das absides, em arco de ferradura; as colunas referidas nas crónicas e de que foram encontrados alguns assentos em volta do centro das absides, serviam para sustentar as calotes, o que limitava muito o espaço livre para os actos do culto. Segundo amável comunicação que nos fez o Prof. Gómez-Moreno, o arranjo das pequenas cúpulas em S. Frutuoso seria do mesmo sistema do por ele observado e descrito em Santa Eulália de Bóveda (Lugo)⁽²⁾, a pequena igreja galega exaustivamente estudada por Schlunk⁽³⁾.

Aqui igualmente há colunas no interior do templo a sustentarem, não uma cúpula, mas uma abóbada; em S. Frutuoso sustentavam uma cúpula.

(1) CHARLES DIEHL — *Manuel d'Art Byzantin*, I, Paris, 1925, pág. 179.

(2) M. GÓMEZ MORENO — *Miscelâneas, Santa Eulália de Bóveda*, Madrid, 1949, pág. 421.

(3) H. SCHLUNK — *Santa Eulália de Bóveda*, 1935.

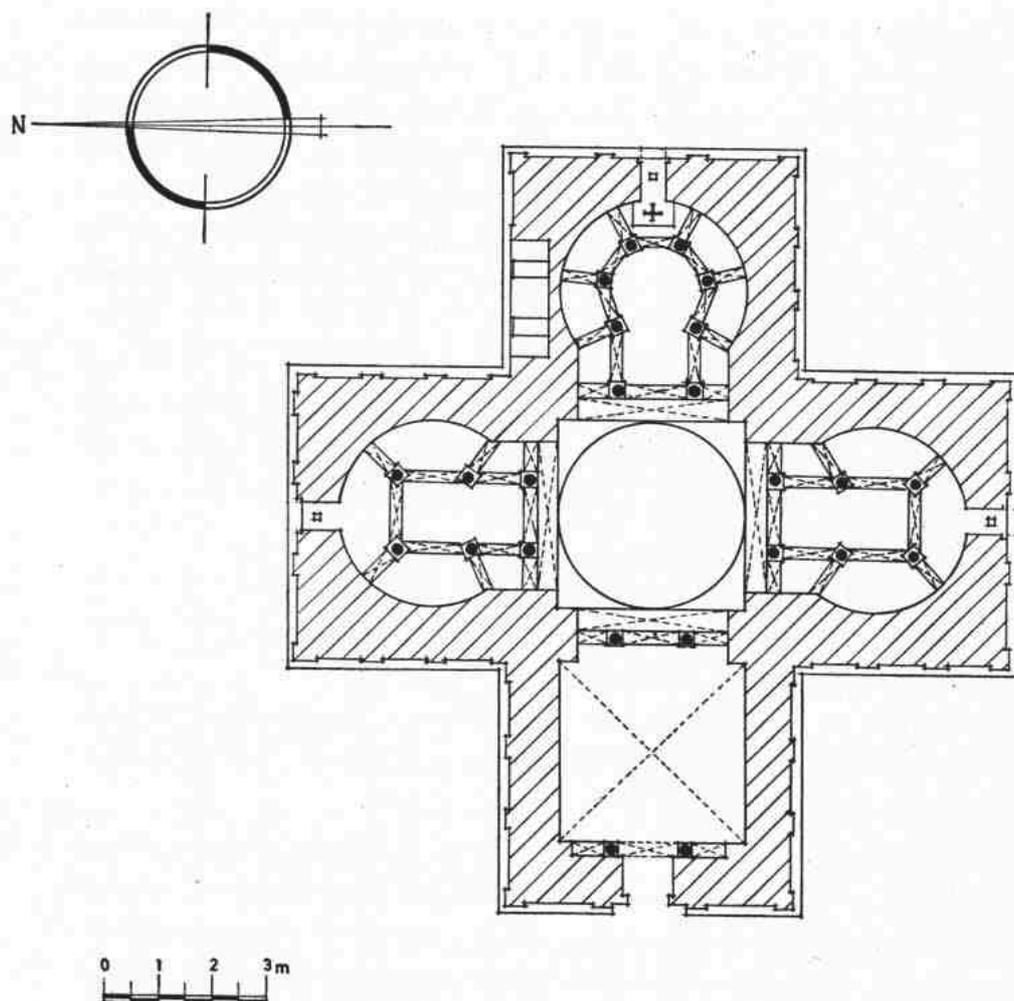


Fig. 52 — Planta da capela de S. Frutuoso, com o arranjo proposto para as absides.

Esta cúpula ia fixar-se na parede do cruzeiro correspondente, como o mostram os restos do apoio que ali iam tomar (Fig. 43). As colunas do centro das absides ligavam os seus capitéis uns aos outros, por arcos. No seu conjunto, desenhavam um polígono: apoiavam-se as pequenas cúpulas de tijolo sobre este polígono, nas paredes da abside e na do cruzeiro. Esta disposição arquitectónica, de origem bizantina, permitia dar um forte apoio às paredes do cruzeiro.

No baptistério merovíngio de Riez (Fig. 51), à excepção da cúpula

que é posterior, a distribuição das colunas e arcos para apoio do remate é muito semelhante à acima proposta para S. Frutuoso ⁽¹⁾.

Os grandes arcos torais a separarem as absides do cruzeiro, tendo inscritos três arcos menores, em ferradura, lembram as tríplexes arcadas de S. Vital; o pormenor de o arco central ser maior que os laterais não é novidade para a época, pois no Baptistério dos Ortodoxos, também em Ravena, construído na primeira metade do séc. V, se encontra precisamente a mesma disposição ⁽²⁾.

Colunas aproveitadas de outro edifício, foram uso e costume no período visigótico; por isso, umas vezes nos aparecem acrescentadas, outras amputadas, e a adaptação dos fustes aos capitéis nem sempre é perfeita. Em Idanha-a-Velha e em Balsemão, para não alongar citações, o facto é flagrante, tal como em S. Frutuoso.

A técnica da construção da cúpula central não é duvidosa, pois a fotografia mostra-o claramente e é típica do séc. VII. Agora é impossível observar a sua estrutura, por ter sido rebocada.

Os capitéis coríntios, ainda muito clássicos mas já acusando o trépano, são romanos tardios; podem ser comparados a alguns de Salona datados do séc. V ⁽³⁾.

Nem todos, os de S. Frutuoso, bem como a imposta corrida, foram trabalhados na mesma época (os posteriores são mais cuidados); e como em dois dos mármores mais recentes surgiu por detrás um motivo visigótico, pensamos numa reparação em que se aproveitou o primitivo modelo romano. De resto, a classificação dos capitéis oferece por vezes tais dificuldades que não nos atrevemos a atribuir-lhes uma cronologia indiscutível.

No exterior, a decoração em arcadas cegas lembra as de Galla Placidia. Este motivo, antes de passar à Arte lombarda, foi usado na Síria (S. Simeão); e podemos ir mais atrás, aos sarcófagos paleocristãos, onde o motivo é corrente. Em Odrinhas, fragmentos de prováveis monumentos, funerários, romanos, estão decorados com motivos idênticos (Fig. 40 e 41); um mosaico romano, da Gália (Bélgica), exhibe a mesma série de arcos e

⁽¹⁾ J. PIJOAN — *Summa Artis*, op. cit., VIII, págs. 176 e 177.

⁽²⁾ IDEM — *Summa Artis*, VII, Madrid, 1947, estampa X.

⁽³⁾ R. KAUTZSCH — *Kapitellstudien*. Berlin, 1936, est. I, fig. n.º 1.

mitras ⁽¹⁾. Não vemos, por isso, o motivo que levou alguns críticos a atribuírem os arcos cegos da capela de S. Frutuoso a influências posteriores ao período visigótico, quando ele se vê também tão exuberantemente em algumas cancelas visigóticas do Museu de Mérida.

O roda-pé e a cornija são clássicos. Os frisos em mármore cabem muito bem dentro do período visigótico; o rosário de óvulos, que Manuel Monteiro não vira no visigótico, são um seu elemento, por exemplo, na mesa de altar, visigótica, de S. Feliu de Vilademilans ⁽²⁾, onde o motivo principal, o ovo, também é separado por duas barras verticais como aqui. O friso da lanterna, onde duplos arcos em ferradura são separados por mitras e se apoiavam todos, segundo parece a alguns autores, em pequenas colunas de mármore, e estas em um ressalto do paramento não se encontrou, até ao presente, em construções visigóticas. No entanto, uma cornija com arcos cegos vê-se nas absides de S. Simeão Estilita ⁽³⁾, bem como colunas adossadas, de puro efeito decorativo. Tal como se apresentam em S. Frutuoso e por até agora não conhecermos na Arte visigótica um tal arranjo inclinamo-nos, sob reserva, para influência moçárabe em um provável arranjo ou reconstrução dessa parte da capela.

Tanto mais que os arcos não são perfeitos e dão ideia de terem ali sido metidos na construção antiga. A própria «prateleira» onde assentariam as coluninhas é de existência anterior duvidosa, segundo já tivemos ocasião de notar.

As janelas, de ajimez, são frequentíssimas no período visigótico: o Museu de Mérida atesta-o exuberantemente.

Resta-nos o arcosólio para a deposição do túmulo de S. Frutuoso, como um dos notáveis predicados da capela. O arcosólio serviu, desde muito cedo no cristianismo, para este fim e deve ter tido origem nas catacumbas. Os judeus usaram-nos também na mesma época, nas catacumbas da Vinha Rondanini, em Roma, por exemplo. No cemitério de Tarragona, encontra-se esta forma de enterramento ⁽⁴⁾ na chamada «cripta dos arcosólios». Como

(1) H. STERN — *Récueil général des Mosaiques de la Gaule*, I, Gaule, Belgique, I, Paris, 1957, PL XL, 113.

(2) P. DE PALOL — *Las mesas de altar paleocristianas en a Tarraconense*, Ampurias, XIX-XX, 1957-58.

(3) J. PIJOAN — *Op. cit.*, VII, págs. 157 e 158.

(4) P. BATLLE HUGUET — *Arte Paleocristiana*, in *Ars Hispaniae*, II, Madrid, 1947, pág. 184, fig. 184.

sabemos por documentos fidedignos não era permitido, quando o Santo vivia, fazer enterramentos nas igrejas, mas a diocese bracarense consentia-o em torno delas, no adro. O arcosólio de S. Frutuoso foi assim um compromisso entre o «martyrium» e as disposições da igreja bracarense: o corpo não foi depositado dentro, como nos «martyria», nem fora da sua capela, construída especialmente para o guardar, mas nas suas paredes e aberto para o exterior. Ficou assim satisfeito o desejo do fundador, sem desprezar as disposições eclesiásticas. A importância que teve o facto irá surgir no Românico, nos arcosólios, pois não nos repugna acreditar na influência desempenhada, neste pormenor, pela pequena capela de Montélios.

Depois do que dissemos não podemos deixar de incluir a capela de S. Frutuoso de Montélios no ciclo visigótico, embora com alguns, poucos, reflexos do período moçárabe.

S. TORCATO

A sete quilómetros de Guimarães foi construído, no séc. XIX, um Santuário dedicado a S. Torcato.

Esta construção veio substituir a antiga igreja, da mesma invocação, ainda existente, a cerca de um quilómetro, sobre uma pequena colina; é a sede da freguesia. Guardavam-se nela os restos do Santo, de onde foram transferidos para o novo templo. E na igreja antiga, agora na moderna, todos os anos, no mês de Julho se realiza desde há séculos, uma das mais afamadas romarias do Minho.

S. Torcato é um dos santos de maior devoção por aquelas regiões, desde muito antes da fundação da nacionalidade. O outeiro onde foi erguida a igreja conservou restos de monumentos pré-históricos atestados pela Carta de Couto que D. Afonso Henriques deu ao Mosteiro anexo ao templo, em 1173; ali se fala de «pedras sobrepostas» (dólmenes) e de «pedras escritas».

Pelo aspecto do terreno, suposera Martins Sarmiento ter ali existido um castro⁽¹⁾, mas não pôde documentar essa sua hipótese. Por outro lado

(1) F. MARTINS SARMENTO — *Materiais para a Arqueologia do Concelho de Guimarães*. *Dispersos*, Coimbra, 1933, pág. 225.

encontrou, perto da igreja, fragmentos de telha de rebordo e de outros materiais que lhe fizeram pensar na existência de uma vila romana.

No lugar de Ordinária, na freguesia de S. Torcato, apareceu uma placa de bronze de arnês visigótico, que se conserva no Museu Martins Sarmento. O Museu Etnológico (Belém) guarda uma cópia da mesma placa; serviu para uma nota de Leite de Vasconcelos ⁽¹⁾.

Não está esclarecida a data da fundação da igreja, nem a do mosteiro, nem a de ambos. O documento mais antigo que lhes faz referência é o testamento do Rei Ramiro II ⁽²⁾, falecido em 951, no qual se fazem alusões ao mosteiro a propósito de umas terras nele doadas pelo rei ⁽³⁾; já tinha naquela data categoria suficiente para ser lembrada em documento régio. Há depois uma série de diplomas que se lhe referem (*Dipl. et Chart.*, 223, 407) até, pelo menos, ao séc. XIV. Não têm especial interesse para o nosso estudo, a não ser a Carta de Couto já referida, embora mesmo este diploma não seja mais do que a confirmação de outro passado por Fernando Magno (1037-1065); nele se faz alusão às igrejas de St.^a Maria, de S. Torcato e de outros Santos que ali têm as suas relíquias ⁽⁴⁾.

A capelinha românica, a «capela do Santo», anexa à Igreja de S. Torcato, foi sagrada ⁽⁵⁾ pelo Arcebispo S. Geraldo (1096-1108); francês de nascimento, fora monge de Cluny e havia sido eleito para a arquidiocese por influências da sua Ordem e de um outro seu compatriota e simpatisante, o Conde D. Henrique ⁽⁶⁾. O facto bastaria para se poder concluir sobre a maior antiguidade do resto do monumento. Se S. Torcato já existia em 951, a primeira construção deveria ter correspondido, no todo ou em parte, à actual igreja. A capelinha fora erigida para Santuário, naturalmente para dar mais relevo às relíquias e ainda por ter abrandado a disposição de Braga proibindo os enterramentos nas igrejas; e assim o Santo ficou no seu «martyrium».

⁽¹⁾ LEITE DE VASCONCELOS — *Antigualhas do Museu Etnológico*, Revista de Arqueologia, I, 1932, pág. 4.

⁽²⁾ *Vimaranis Monumenta Historica*, 2.^a ed., Guimarães, 1931, pág. 26.

⁽³⁾ P.^o A. RIBEIRO DA CUNHA — *Restos de Igrejas visigóticas*, Braga, 1954, pág. 23.

⁽⁴⁾ OLIVEIRA GUIMARÃES (Abade de Tagilde) — *Couto de S. Torcato*, Rev. de Guimarães, XVIII, 1906, págs. 140-141.

⁽⁵⁾ *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 34, s. v. *Varão* — *Varões Apostólicos*.

⁽⁶⁾ M. J. AUGUSTO FERREIRA — *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, I, Braga, 1928, págs. 208 a 210 e 223.

Segundo uma lenda, S. Torcato fora o chefe dos Sete Varões Apostólicos que teriam vindo de Roma, onde haviam sido ordenados bispos, para evangelizar a Península. Em Cadiz ter-se-ia dado o milagre da ponte que caiu com o peso do povo quando, amotinado pela sua presença, os perseguia ferozmente: o desmoronamento salvou os missionários. Reconhecendo a intervenção divina no salvamento dos perseguidos, foi fácil a conversão dos pagãos ao cristianismo (1). O corpo de S. Torcato, continua a lenda, jazia na mesma cidade de Cadiz quando por lá passaram os Árabes invasores: recolhido o seu espólio, piedosamente teria sido levado para o Norte da Península e depositado em Celanova, onde S. Rosendo fundara um mosteiro.

Por ordem deste Santo se teria criado outra casa de religiosos, perto de Guimarães e para lá teriam transportado os restos de S. Torcato.

Muito diferente é a lenda contada pelo Breviário Bracarense. Teria o futuro Santo nascido em Toledo, onde fora educado; pelas suas muitas virtudes fora escolhido sucessivamente para bispo de Iria Flávia e arcebispo de Braga, conjuntamente com Dume. Quando Muça invadiu o Norte, o próprio Árabe martirizou S. Torcato em Guimarães e mandou matar os seus vinte e sete companheiros, que com ele ali tinham vindo de Braga pregar a religião cristã; aos corpos foi dada sepultura colectiva. Mais tarde, o corpo de S. Torcato foi retirado e colocado em um sepulcro de pedra, no mosteiro que passou a levar o seu nome.

Posteriormente o Arcebispo de Braga (S. Geraldo?) fez trasladar o corpo, vestido de alfaias pontificais, para um templo propositadamente construído para o receber (1).

O facto de não haver qualquer referência a S. Torcato em todo o período final da dominação romana nem nas suévica e visigótica, torna suspeita a transladação do Santo para perto de Guimarães nesses tempos recuados. Também não há documento que possa garantir o martírio durante a invasão árabe. Será tudo, mais umas lendas a acrescentar a tantas outras dos primeiros séculos do cristianismo na Península, muitas vezes com algum fundo de verdade.

Como dissemos, o mosteiro denominado de S. Torcato já existia e foi considerado no testamento do rei Ramiro II (séc. X); mas também ali se fala no de Santa Maria. E então uma hipótese seria o terem os monges de

(1) P.º CROISSET, S. J. — *Ano Cristão*, trad. do P.º Matos Soares, Porto, 1923, II, págs. 384-385.

S. Rosendo ocupado o mosteiro mais ou menos arruinado de Santa Maria; e depois de o repararem ou reconstruírem e de manterem nele, à sua guarda, o corpo de S. Torcato, passaria a ser este santo o seu patrono.

Do primitivo mosteiro (de Santa Maria), se não temos outros diplomas a comprovar a sua existência, há pelo menos restos arqueológicos que podemos datar do séc. VII, como adiante mostraremos.

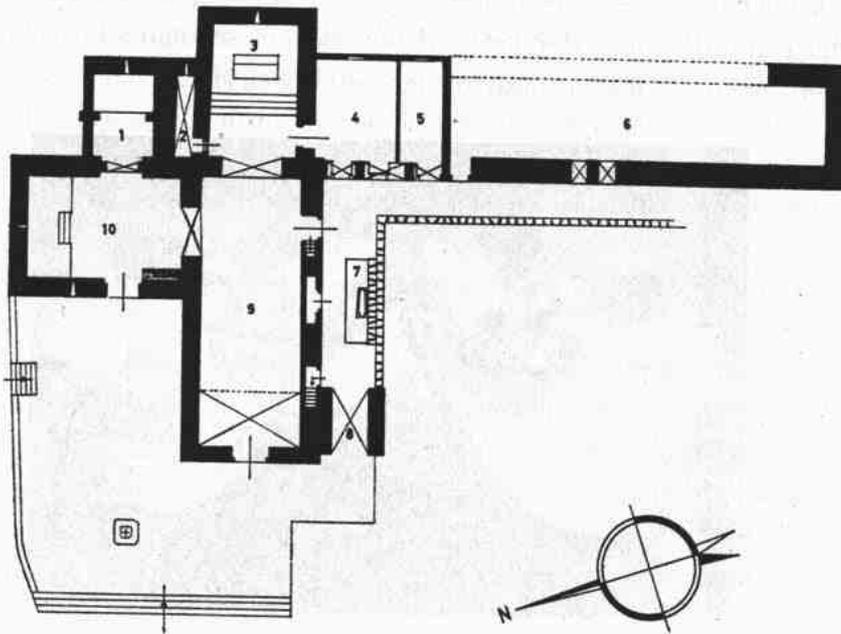
0 1 2 3^m

Fig. 53 — Planta da Igreja de S. Torcato (o Velho) e dos restos do mosteiro. 1 — Capela do Santo; 2 — Corredor entre a capela e 3 — Altar-mór; 4, 5 — (Sacristia e dependência) e 6 — Restos do mosteiro; 7 — Sondagens; 8 — Passagem por baixo da torre da Igreja; 9 — Corpo da Igreja; 10 — Capela de Sto. António.

À Igreja de S. Torcato estão encostadas, e com ela comunicam, várias outras construções de diferentes períodos. Não existia planta do edifício, ou pelo menos não conseguimos obtê-la; mandámos levantá-la para assim podermos mais fácil e exactamente estudar uma larga sondagem, aliás sem resultado para a solução do nosso estudo. Aqui, como em todos os templos arcaicos, só escavações meticolosas e amplas nos poderão conduzir à verdade. Até lá, contentar-nos-emos com o que for possível reunir e as conclusões não poderão deixar de ser feitas se não sob reserva.

A planta da igreja de S. Torcato (Fig. 53) mostra uma comprida nave rectangular a que se segue uma abside com forma idêntica, mas ligeiramente mais estreita e com uma fresta no topo. O arco de triunfo é ogival, formado por duas filas de aduelas paralelas; o que está voltado para a nave não tem aduela no fecho. Por cima do arco, a meio, está metida na parede uma concha larga, quase plana, de calcáreo. É circundada por um friso formado por pequenos sulcos a lembrarem, no seu conjunto, uma corda. Na parte média e inferior uma flor de lis dentro de um semi-círculo, como iremos ver em um friso, noutra local da igreja (Fig. 54).

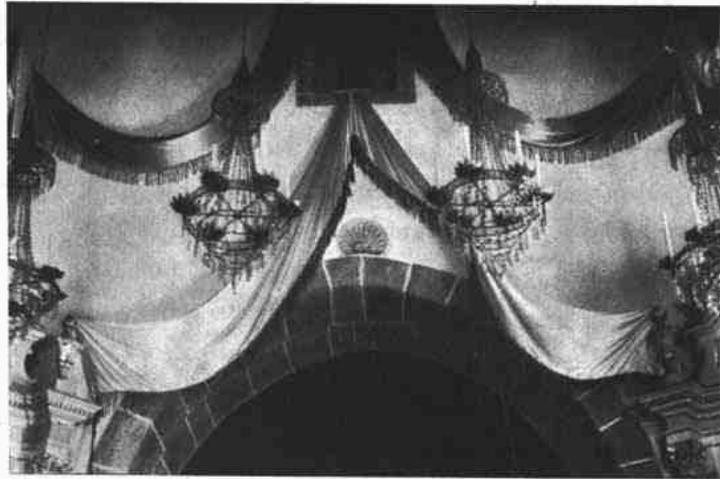


Fig. 54 — Igreja de S. Torcato. Arco de triunfo, com a vieira.

Uma porta larga, aberta há poucos anos, ocupa o lugar de uma outra mais estreita e que fazia comunicar a nave com uma capela lateral, a chamada Capela de Santo António. Guarda-se aqui, à esquerda de quem passar a porta, o túmulo de mármore de S. Torcato, agora vasio, por as relíquias terem sido transferidas para o novo Santuário. Na parede do lado Nascente abre-se uma porta para o pequeno templo românico consagrado por S. Geraldo e conhecido por Capela do Santo; ali esteve o sarcófago desde o tempo do Santo Arcebispo até à remoção para o lugar onde o encontramos. A porta é apontada e tem uma vieira por cima do fecho do arco, que pela sua rusticidade parece ter servido de modelo à do arco triunfal; em tudo lhe é semelhante, só a técnica é menos perfeita.

Na parede do lado Poente desta Capela de Santo António uma larga

porta, também ogival, abre-se para o adro; tem por cima uma janela estreita rectangular. Ao mesmo nível, para o lado do altar-mor, há uma fresta.

A capela românica não encosta à abside da igreja; entre uma e outra há um corredor coberto por abóbada de canhão. A capela é em silhares de granito, como toda a construção. No topo desse estreito corredor abre-se uma fresta estreita. A comunicação com a igreja faz-se para a abside por uma pequena porta ogival.

Na parede do corredor formada pela abside corre, a todo o comprimento, a 3,42 metros do chão, que é lageado, um friso de duas filas de flores de lis inclusas em arquinhos, feito em calcáreo de Ançã, idêntico a um friso de S. Frutuoso de Montélios. Na parede oposta, isto é, na da capela românica, saem duas pedras por desbastar e outra aparelhada; em cima corre um largo friso de modilhões e arcos cegos, como tornaremos a ver na outra parede lateral, mas exterior, da mesma capela e em situação simétrica.

Do lado oposto da Igreja, isto é, do lado da Epístola, há o que supomos serem os restos do mosteiro. Uma grossa muralha desenha a forma de um rectângulo bastante comprido; parte da muralha aflora somente o terreno, outra sobe bastante e abrem-se nela seis portas, duas tapadas e uma transformada em janela. Duas delas, as que estão tapadas, são ogivais, de arestas chanfradas; três são de arco redondo e outra tem a verga horizontal e abre-se para o terreno vizinho.

Houve outra porta no topo Sul, mas dela só resta uma ombreira.

A grossa muralha foi em parte aproveitada para parede da sacristia e de outras dependências da igreja, com a qual comunica por uma porta banal, aberta na abside.

Algumas das paredes destas divisões são muito recentes, a avaliar pela sua pouca espessura.

Se abstrairmos da capela românica, de construção posterior à da igreja primitiva, fica-nos da actual igreja uma planta em forma de T. Pela existência dos elementos architectónicos e decorativos adiante anotados pensamos na possível contemporaneidade entre a Igreja do Salvador (mais tarde de S. Frutuoso) e a de Santa Maria (mais tarde S. Torcato). Se a planta desta fosse em cruz grega isso seria confirmar uma outra possível criação de S. Frutuoso; não estamos muito convencidos da existência desta planta porquanto as espessuras das paredes variam de um corpo para outro e, às



Fig. 55 — Igreja de S. Torcato. Topo da abside, com friso visigótico no cunhal e modilhões. Fragmento de coluna do mosteiro.

vezes, de lado para lado. No entanto ainda fizemos uma sondagem onde vai indicado na planta; e fizemo-la ali com a ideia de encontrarmos a provável continuação da parede lateral Poente da Capela do Santo. Essa suposição era tanto mais aceitável quanto à parede Nascente da mesma capela se contrapõe um muro forte e da mesma espessura, a servir a actual sacristia.

A sondagem, que mandámos alargar, foi feita na extensão de 5,35 metros e com a largura de 1,30 metros. Apareceu-nos primeiro um muro de pedras talhadas imperfeitamente, à maneira de silhares; este muro segue por baixo da parede do quintal da Horta do Senhor Abade, a que serve de alicerce. A parte desse muro que ficou descoberta, tem 0,57 metros de largura; deve acrescentar-se-lhe o que fica por baixo da parede, para conhecermos a sua espessura.

A 0,33 metros de profundidade apareceu, junto ao muro de pedra talhada, o rebordo de um sepulcro de granito, de forma antropomórfica, em direcção paralela ao muro e com a parte destinada à cabeça voltada para Poente.

Mais adiante, à mesma altura e na mesma linha, para Nascente, surgiu o bordo de um outro sepulcro também de granito; não se conservava mais que esse bordo. Dentro (?) do sepulcro havia um pequeno fragmento de osso frontal e uma tíbia de mulher: desfizeram-se ao pegarmos neles.

A escavação prosseguiu ao lado dos sepulcros até mais 0,72 metros abaixo; fizemos, a esse nível, sondagens com uma alavanca e não encontramos sinais de parede. Não quer isto dizer que um muro não se encontre mais profundamente, pois é natural que se tivesse existido tenha sido destruído na parte superficial para serem feitos os enterramentos. Se não fosse a parede da sacristia idêntica à da Capela do Santo, poríamos mais facilmente de parte a ideia da planta em cruz grega, mas até serem feitas escavações mais amplas não devemos afastá-la inteiramente.

A frontaria da Igreja, com a torre do lado Sul, não oferece nada que nos mereça a atenção.



Fig. 56 — Igreja de S. Torcato; o mesmo friso de fig. 55. Notar as peças reaproveitadas.

As paredes dos lados são quase todas feitas com silhares de granito. Dois acidentes as tornam notáveis: a inclusão de fragmentos de frisos do tipo dos de S. Frutuoso, também em pedra de Ançã, no exterior da abside e os modilhões com arcaturas, à maneira lombarda, nas pequenas paredes laterais da capela românica, na abside e parte do corpo da igreja.

A parede da capela românica foi alterada no lado Norte, com uma parede de alvenaria por cima do pequeno friso que sobrepuja os arcos cegos. Na empena da mesma capela, também alteada, foram alinhados cinco segmentos de friso visigótico, em calcáreo, com rosetas (sexifolios) inclusas em círculos, do mesmo tipo dos de S. Frutuoso. Nos dois cunhais da abside também foram embutidos frisos idênticos. Na parte da abside que dá para o estreito corredor a separá-la da capela românica, e que era exterior antes da construção desta capela, há um friso contínuo do mesmo calcáreo a que já nos referimos, com decoração em flores de lis inclusas em círculos, tudo idêntico aos frisos de S. Frutuoso.

Dentro da igreja, como tivemos ocasião de assinalar, uma larga concha em calcáreo sobrepõe-se ao vértice do arco triunfal; na parte inferior, da dita concha, dentro de um hemicírculo, há uma flor de lis. Já nos referimos a uma concha idêntica colocada por cima da porta da Capela do Santo.



Fig. 57 — Igreja de S. Torcato. Empena da «Capela do Santo», com friso visigótico, reaproveitado.

No Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, há um capitel de S. Torcato; é coríntio, de tipo romano tardio, mas de concepção e técnica rudes. Pode perfeitamente ser incluído no período visigótico.

No exterior, a Nascente da actual sacristia, uma coluna lisa de mármore raiado de tons arroxeados, sobre fundo branco e amarelo, segura uma ramada. Tem 1,63 metros de altura, por 0,26 metros de diâmetro. No quintal do Senhor Abade, ao lado Sul da Igreja, há mais duas colunas de mármore a separarem ramadas: uma é de mármore branco e mede 1,50 de altura por 0,30 de diâmetro; outra, de mármore idêntico à das de S. Frutuoso, mede 1,37 metros de altura por 0,34 metros de diâmetro.

Esta série de elementos decorativos e a qualidade do mármore das colunas marcam uma relação estreita com S. Frutuoso. Por eles se pode garantir o ter também existido aqui uma igreja do período visigótico de que é possível vir a conhecer a planta, mas da qual não se encontram se não algumas reminiscências.

BASÍLICA — CATEDRAL DE IDANHA-A-VELHA

Uma das ruínas da Alta Idade-Média com maior interesse no País é a Catedral da antiga diocese da Egitânia, hoje Idanha-a-Velha.

Fica esta pequenina aldeia no distrito de Castelo Branco, concelho de Idanha-a-Nova e é, desde há uns vinte anos, servida por estrada. O facto de ter uma população diminuta e de haver vivido até então meio isolada, permitiu a bastantes dos seus monumentos chegarem até nós, embora muito arruinados. Possivelmente, a quando da reorganização de Agripa, no ano 25 a. C., teria sido decidida a sorte da «Civitas Igaeditanorum», de onde haveria de surgir a Egitânia dos tempos suévicos e visigóticos.

A região era habitada por uma população céltica, o que tudo amplamente demonstrámos ⁽¹⁾ tendo como base a excelente colecção de cerca de duzentas inscrições romanas; a maior parte delas (mais de cem) está guardada nos dois museus de Idanha-a-Velha e o resto nos Museus Etnológico Leite de Vasconcelos (Belém), Regional de Castelo Branco e Municipal da Figueira da Foz.

Uma inscrição datada do ano 16 a. C. é, sob este aspecto de ter data, a mais antiga, do país; conserva-se no depósito do Museu de Belém, mas em Idanha-a-Velha há uma excelente cópia executada pelo escultor Joaquim Correia, sobre um calco feito, em 1961, por alunos de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. O fundo celta da população é atestado pela existência de noventa nomes diferentes, célticos, romanizados, que encontramos nas inscrições conhecidas. Uma inscrição do ano 2 a. C., hoje desaparecida, marcava a linha de separação de dois territórios vizinhos: o de *Lancia Oppidum* e o dos Igeditanos. A povoação deve ter crescido em importância rapidamente, pois entre os anos 1 e 4 d. C. dedicava um monumento ao herdeiro presuntivo do Império, filho de Agripa e adoptado por Augusto (a inscrição está no Museu Lapidar Igeditano António Marrocos, de Idanha-a-Velha). No ano 105 foi inaugurada a ponte de Alcântara sobre o Tejo (em Espanha) e dedicada a Trajano; há nessa ponte, metida no arco de Triunfo que leva a meio, uma inscrição na qual constam os nomes dos municípios que contribuíram para a sua construção: à cabeça vem o dos

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Egitânia*, História e Arqueologia, publicação n.º 2 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1955.

Igeditanos. Quando havia sido feito município, não o sabemos; mas, provavelmente, com a publicação do edicto de Vespasiano (73-74 d. C.). E não há outros documentos importantes para a história da cidade, no período romano.

Com a invasão dos Bárbaros passou de Suevos para Visigodos; as habituais depredações e ruínas, em épocas semelhantes, não a pouparam.

Nos tempos do rei suevo Teodomiro, foi feita uma reorganização das dioceses do reino: em decisões tomadas no I Concílio de Braga (561) deve ter tido origem a criação da diocese da Egitânia. O bispo egitaniense já aparece a assinar as Actas do chamado Concílio de Lugo (569) e daí por diante marca a sua presença como sufragâneo de Braga, até final do Reino dos Suevos. Desaparecido este, é integrada no Reino Visigodo e a diocese egitaniense, situada na antiga Lusitânia, ingressa na órbita do metropolitano de Mérida. Cunhou moeda desde Recaredo até Rodrigo e foi florescente. Assim se manteve até à invasão árabe, que destruiu a cidade pelo ano 713. Do período muçulmano não há notícia, se não vaga, ou duvidosa, de ter continuado a diocese, pois a cidade manteve-se arruinada para não mais se levantar. Seja como for, só em tempos do rei D. Sancho I, em 1197, reaparece com foros de autenticidade; mas a sua sede passou logo, em 1199, para a recém-criada cidade da Guarda, onde ainda hoje se conserva. E o bispo da Guarda continua a ser o «*Episcopus egitaniensis*», condição imposta pelo Papa Inocêncio III quando autorizara a transferência.

As ruínas da Catedral Egitaniense, mostram influência de arranjos e reconstruções feitas ao longo dos tempos.

Não temos qualquer documento fidedigno que nos garanta ter existido, naquele local, a primeira Sé; mas também não há nenhum que diga o contrário.

Os diplomas por nós encontrados no Arquivo Nacional e outros já antes conhecidos, lançam alguma luz sobre a vida do famoso templo.

Assim, em 1250 ⁽¹⁾ foi assinada uma composição entre a Ordem do Templo, a quem havia sido doada a Egitânia (Idanha-a-Velha) e o Bispo da Guarda: ali se diz que a Sé fica para o Bispo e os Templários terão que construir uma nova igreja. Tem muito interesse um diploma de 1497 ⁽²⁾

⁽¹⁾ TORRE DO TOMBO, gav. 19, m. 13, n.º 39.

⁽²⁾ TORRE DO TOMBO, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 29, fols. 88.

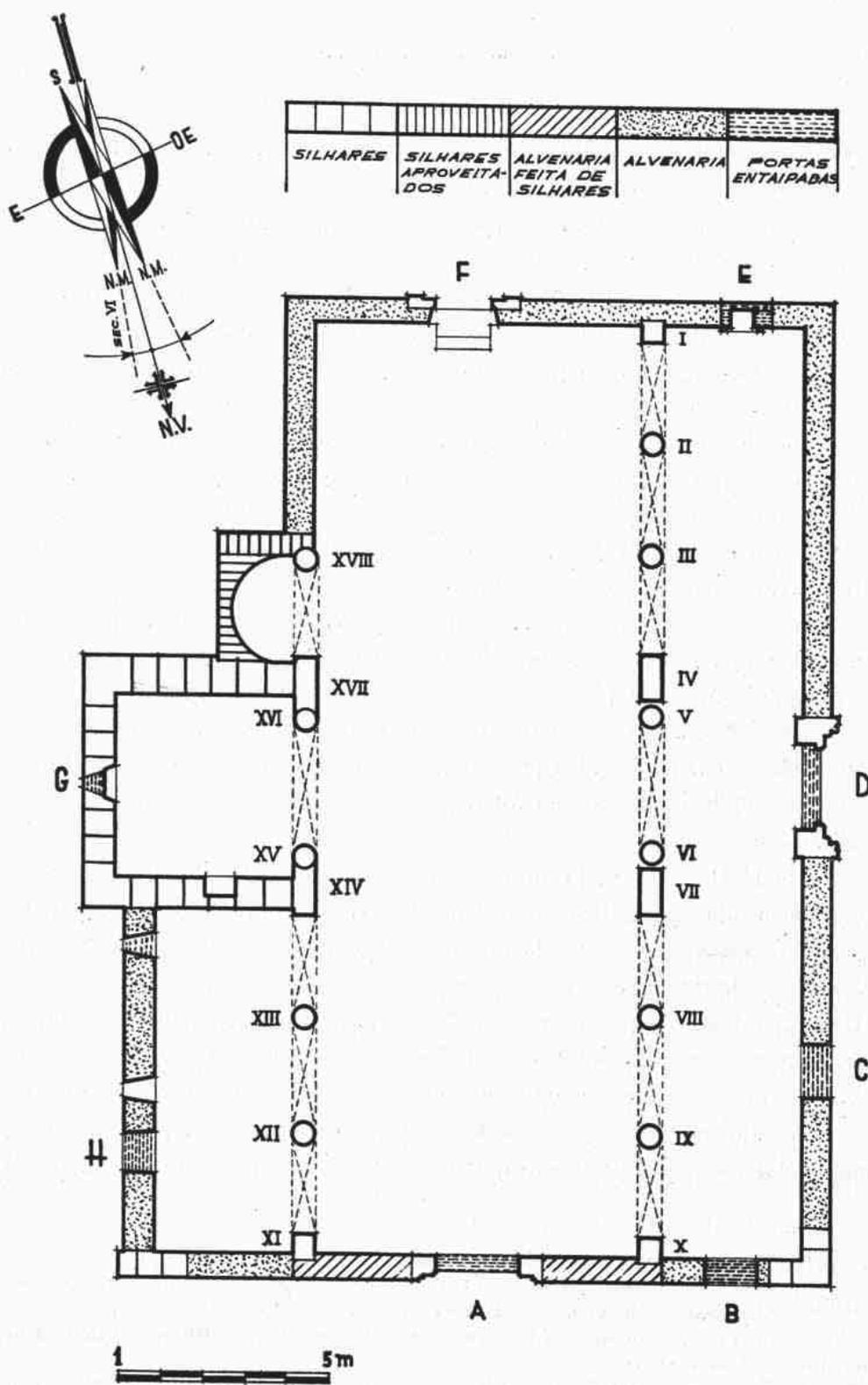


Fig. 58 — Catedral de Idanha-a-Velha. Planta, ao nível do solo, antes das escavações.

pelo qual o futuro D.Manuel I, ainda Duque de Beja, como Regedor e Governador da Ordem de Cristo na qual ingressara Idanha-a-Velha, depois da dissolução do Templo, lhe manda conceder cinco mil reais por ano para reparar a Catedral (Igreja de Santa Maria de Idanha-a-Velha), que «jazia denificada» e com aquela soma se deveria «corregger e rapayrar» (...) «en ornamentos como no outro reparo e bemfeitorias» (...).

Um documento de 1505 ⁽¹⁾ ainda chama Sé à igreja, que continuava a existir de pé.

Um documento de 1505 ⁽¹⁾ ainda chama Sé à igreja, que continuava seus quatro altares. O seu orago era a Senhora da Conceição e afirma a certa altura que «o templo foi mesquita dos mouros; foi mundeficado e sagrado por ordem de El Rey Dom Manoel, quando restaballeço a cidade e tem três naves e huma furtçima cisterna dentro com Agoa Nativa».

Não é natural que tenha sido mesquita, por a cidade, no período muçulmano, ter tido vida mais do que duvidosa, embora por ali passasse o irrequieto Marvane ⁽³⁾.

Em 1806 a igreja continuava ao culto; em um auto de posse da Comenda de Idanha-a-Velha pela Real Fazenda ⁽⁴⁾, fala-se da «Igreja antiga e velha», onde havia um «retabolo» com «várias imagens pintadas muito velhas», etc.

Em 1831 ⁽⁵⁾ foi feito um inventário dos bens e direitos da Comenda; a propósito da Igreja diz-se que dela «só existem as paredes e campanário com dois pequenos sinos; e bem assim existem as paredes de duas Sachristias com alguma madeira velha em cima: conserva vestígios de cinco Altares, um dos quais ao lado do Nascente, chamado o Altar do Senhor, está ainda coberto de abóbada e telha, e as paredes estão boas e fortes» (...) «e he pena que um edificio antigo não seja restituído ao uso para que foi feito, pois que o Povo se está servindo da Capella da Misericórdia, para nella serem celebrados os officios Divinos, servindo o Corpo da Igreja

(1) TORRE DO TOMBO, *Tomba das Comendas*, n.º 142, fols. 76 e 77.

(2) TORRE DO TOMBO, *Diccionario Geographico de Portugal*, tomo XVIII, págs. 45 e seg.

(3) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Egitânia*, op. cit., págs. 368 a 370.

(4) ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS — *Ordens Militares, Cristo, Autos de posse dos Comendadores*, m. 57, n.º 301.

(5) TORRE DO TOMBO, *Tombo dos Bens e direitos da Comenda da Nossa Senhora da Conceição da Vila de Idanha-a-Velha*, da Ordem de Cristo..., fol. 9, v. e 10.

assim de cemitério: a mesma Igreja tem à roda de si hum ermo, a que chamam Adro».

Assim se encontrava a velha Sé quando, em Setembro de 1955, iniciámos as escavações em Idanha-a-Velha, designadamente no seu cemitério dentro da Catedral; daí para cá têm prosseguido sem interrupção. Tem-nos acompanhado, todos os anos, o arqueólogo Veiga Ferreira e últimamente alguns alunos do Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os trabalhos começaram pela Catedral e nela continuamos. Mercê do auxílio do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e principalmente da Fundação Calouste Gulbenkian pudemos alargar a nossa acção a outros monumentos: Torre e «podium» do Templo de Vénus, Muralhas, Balneário, Cemitério visigótico e Capela de S. Dâmaso, actualmente Museu de S. Dâmaso.

A Catedral encontrava-se em parte soterrada e ainda assim se encontra a frontaria principal, com a porta a surgir sòmente acima do arranque do seu arco ogival. Esta frente tem a um e outro lado da porta como um esboço de botareu e um cachorro que a nosso ver não têm qualquer significado além do desalinho com que foram feitas as reparações do séc. XVI.

Como já referimos, a igreja foi cemitério durante cerca de um século e, por isso, o nosso primeiro trabalho consistiu na trasladação dos restos dos que ali haviam sido inhumados. A escavação foi prolongada até à rocha. Nas paredes abrimos frestas que estavam tapadas com alvenaria e mudámos «cachorros», que lá haviam sido colocados quando fora dada nova estrutura ao telhado (ficaram à mesma altura, mas na parede entre as frestas, para marcarem o facto). De uma destas frestas, precisamente da que fica por cima do altar onde está o esgrafito a referir adiante, só restava metade; o resto fora cheio com alvenaria. Esta fresta está precisamente na parede «remendada» no séc. XVI; o facto de restar uma parte da fresta, e lá continua, não poderá querer dizer que durante a restauração esse pedaço de muro ainda se mantinha de pé? É uma hipótese; para mais, está abaixo dessa fresta parte do arco que não chegou a ser reconstruído.

No adro iniciámos também escavações não só no lado Poente, mas também a Sul e parte a Nascente.

Dentro da catedral, de entre várias inscrições, surgiu uma dedicada a Marte. No adro apareceu uma outra, também em louvor da mesma divindade.

Os trabalhos estão longe de atingir o fim, mas no entanto já ficaram esclarecidos vários pontos sobre que tínhamos dúvidas.

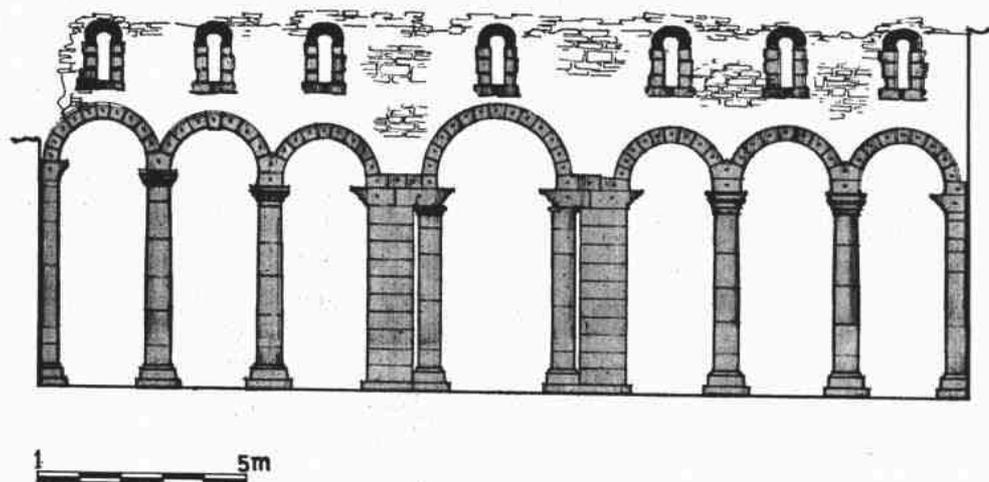


Fig. 59— Colunata do lado ocidental.

A igreja, orientada no sentido NE - SO tem forma de um rectângulo imperfeito, pois foi amputada em um topo; mede 24×7 metros.

As paredes estão de pé, até ao telhado, excepto na frontaria do lado SO onde ainda sobe até 5 metros; são obra de várias reparações e, por isso, quando pela primeira vez descrevemos o templo ⁽¹⁾, anotámos os diferentes tipos de muros: silhares, alvenaria, silhares aproveitados, etc. Podemos agora afirmar que toda a parede, ao nível do solo, é de boa silharia menos no lado SW e na parte da fachada lateral SE, que se lhe segue até à grande capela saliente nesta mesma frente. Toda esta zona deve ter sido refeita, naturalmente, com os cinco mil reais de D. Manuel e daí a construção apressada que ali se vê; tão apressada que foram metidos tambores de colunas, silhares, etc., tudo assente em chão pouco fixe, ao contrário das paredes em silharia (Fig. 58).

(1) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Egitânia*, op. cit., págs. 94-108.

As escavações vieram mostrar-nos ser a planta primitivamente rectangular, pois encontrámos as paredes antigas, desprezadas na reconstrução: por economia, remataram a obra o mais economicamente possível e amputaram assim o templo de parte de uma nave lateral (Fig. 61).

As paredes eram pois, inicialmente, de boa silharia e nos séc. XV e XVI, quando a igreja estava quase toda por terra, segundo o documento citado, aproveitaram o que se conservava no seu lugar, mas fizeram a parede nova com alvenaria.

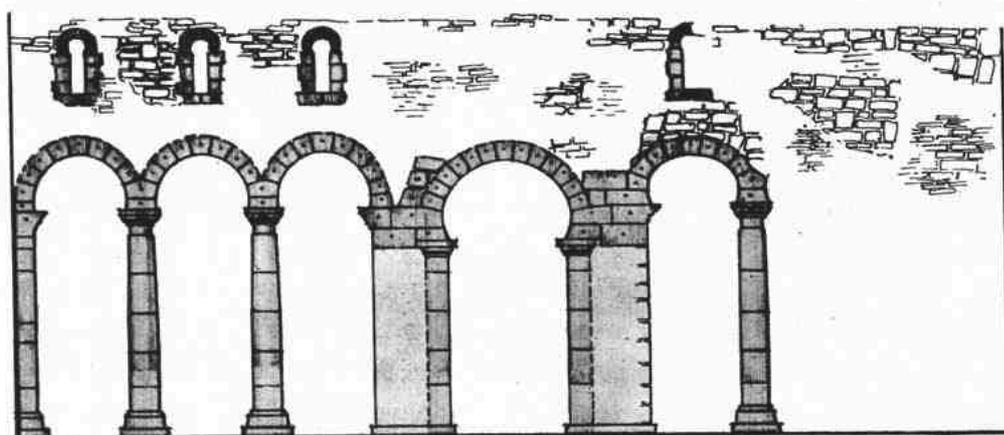


Fig. 60 — Colunata do lado oriental.

Actualmente a basílica tem seis portas: uma já a encontrámos em funcionamento (F), três estavam entaipadas e mandámos abri-las (D, C, A) e finalmente duas permanecem ainda obstruídas (B, E) por não haver, de momento, vantagem em as abrir.

Estas portas não se encontram ao mesmo nível, designadamente A-D-F; estavam as duas últimas a cerca de 1,30 m. acima do pavimento primitivo da catedral; a outra estava a 1,42 m. As portas B-C-E estavam em grande parte enterradas; as respectivas soleiras ficam ao nível do chão do templo primitivo.

Com a igreja completamente escavada podemos chegar à conclusão de que o aterro já era muito no séc. XVI e as portas mais baixas lhes são anteriores.

A porta F é muito curiosa. Tem exteriormente um patamar, que pode ser dos séc. XVI ou XVIII. As ombreiras são pedras romanas, de granito, aproveitadas ao acaso: umas são almofadadas, e nelas aparecem siglas (cruz, sigma (?), sexifolio), outra é o resto de uma inscrição da época, onde se lê IVNO (devia, pois, ter feito parte de um monumento dedicado a Juno). A verga não tem qualquer enfeite.

A porta E está entaipada; é rectangular e não tem qualquer ornato. A parte interior foi aproveitada para ali ser colocado um pequeno nicho. A porta D é a mais elegante: manuelina, com gablete a resguardar três esculturas em granito onde aparece um Cristo crucificado tendo por baixo, colocadas lado a lado, as quinas coroadas e uma esfera armilar.

As portas C e B são idênticas à porta E: rectangulares, com verga lisa, sem qualquer enfeite.

A porta A, ogival, foi feita no séc. XVI para porta principal. Não tem ornatos dignos de nota. Do lado exterior ainda está enterrada até ao arranque do arco.

Não sabemos quando foi invertida a situação do altar-mor; no entanto, pouco antes da igreja passar a cemitério (princípios do séc. XIX) o altar-mor funcionava encostado a esta porta ogival, que para isso fora fechada; tinha uma sacristia, improvisada em parte da nave lateral do lado Nascente. Encontrámos esta sacristia e parte do seu pavimento em tijolo, tudo muito destruído pelos enterramentos.

O interior do templo está dividido, não totalmente, em três naves. Podemos hoje garantir, como de resto já suposéramos, terem sido as três naves de igual comprimento; mais larga a central, as laterais de igual largura. A separação é feita por seis colunas do lado Poente (Fig. 59) e cinco do Nascente (Fig. 60), em tambores de granito muito robustos; nas extremidades da colunata os arcos apoiam-se em pilastras adossadas às paredes. As colunas centrais estão encostadas a outras tantas pilastras.

As bases das colunas são de formas variáveis, tal como os capitéis, com elementos do dórico e do toscano; por outro lado, nem sempre se adaptam perfeitamente os tambores aos capitéis. As pilastras são rematadas por impostas com moldura clássica na parte que dobra para o intercolúnio: e são lisas dos lados. Alguns dos capitéis, precisamente quatro deles, apresentam no rolo três cordões verticais, paralelos e encostados uns aos outros: não sabemos qual o seu significado. Outros são de uma forma muito

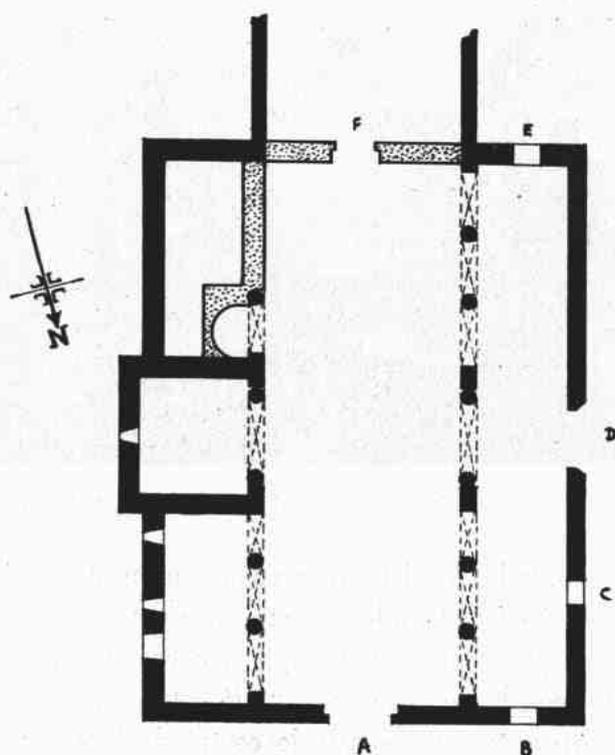


Fig. 61 — Catedral de Idanha-a-Velha, no início das escavações de 1961. As letras indicam as portas, o pontuado as reparações dos sécs. XV e XVI.

estranha; não sabemos como classificá-los, se é que não ficaram por concluir.

As colunas e pilastras dão apoio a arcos em ferradura, segundo o tipo considerado visigótico. Não têm todos essa forma com igual desenvolvimento: em alguns é apenas perceptível, noutros o arco é nitidamente ultrapassado. As aduelas levam a marca do *forceps* romano a atestar-lhes a antiguidade.

O saimel é uma pedra única para dois arcos vizinhos, e segue-se uma outra, também para dois arcos, como em S. Pedro de Balsemão.

Por cima da arcaria, exactamente sobre o meio dos arcos, abrem-se na parede seis frestas, em tijolo, com a parte superior em arco de ferradura.

As juntas das pedras de cantaria foram tomadas a argamassa branca, como era próprio nas construções do séc. XVI.



Fig. 62 — Estado actual da nave central da Catedral de Idanha-a-Velha.

Na parede do lado NE há um arco a abranger, praticamente, toda a largura da nave; está embebido na empena e serve para descarregar um pesado campanário de duas ventanas que a coroa do lado Nascente. Por cima do arco, a meio, há um óculo; para Poente vêem-se os restos de três pequenos nichos dispostos em degrau do centro da igreja para o lado respectivo. Pelo seu tamanho reduzido lembram certos ornatos do Próximo Oriente, como os nichos em volta do arco de triunfo da igreja de Qalb Louzeh ⁽¹⁾.

A iluminação do templo, quando as frestas da arcaria já estavam tapadas, era feita por este óculo e uma série de aberturas de forma variada: uma janela quase quadrada, uma fresta como as medievais da torre dos Templários, outra fresta com mais abertura, todas três em cantaria e no mesmo lado Nascente; e ainda quatro frestas toscas, em silharia, no lado Poente.

O interior do templo foi rebocado com cal, de que se vêem restos. Na nave lateral do lado Poente e na parede da frente principal, há uma série de arcaturas de tijolo, rebocadas também a cal, adossadas às paredes.

A meio da parede do lado Nascente há uma capela quadrada, toda de boa cantaria; externamente nota-se que as paredes foram subidas, pois apresenta duas gárgulas, agora sem função (por estarem abaixo do telhado e a parede daí para cima ser em aparelho diferente).

⁽¹⁾ FRANÇOIS BENOIT — *L'Architecture. L'Orient Médiéval et Moderne*, Paris, 1912, fig. 12, desenho do M. de Vogüe.

Esta capela tem no interior um pequeno nicho quadrangular, à esquerda e uma fresta no topo, agora tapada; de um e outro lado desta fresta, há fragmentos de uma inscrição funerária romana, em posição invertida. À esquerda, um fresco representa S. Bartolomeu; a pintura está em mau estado de conservação. A capela é coberta por abóbada de canhão, separada da parede por um friso corrido, em granito.

O acesso para esta capela é feito por um arco em ferradura (Fig. 67) suportado por colunas encostadas a pilastras. Este arco, que é mais baixo que os outros, mas de maior abertura, contrasta com o que lhe fica em frente, por este ser o mais alto do seu lado. Entre as primeiras aduelas e os capitéis foram metidas impostas visigóticas, em mármore branco, em parte mutiladas. Exibem palmetas muito toscas, por baixo de um pequeno friso corrido, com decoração geométrica.

Um dos arcos, do lado Poente, leva gravada uma Cruz dos Templários na aduela do fecho.

Por cima deste arco conservam-se, ao sol e à chuva, os restos de um fresco representando o calvário, com a Virgem e S. João (?). Em baixo, de um e outro lado das colunas, a parede foi rebocada para também levar frescos; o da esquerda representa um frade com o Menino ao colo (Santo António?) em frente de um grande Cristo crucificado. Por cima, a meio, o escudo nacional coroadado, do tempo do rei D. Manuel I, ladeado por cruzes



Fig. 63 — Durante as escavações na Catedral de Idanha-a-Velha.

de Cristo. Do outro lado, à direita, o fresco foi tão picado para levar reboco por cima, que não se consegue distinguir o desenho.

O espaço entre a pilastra e a coluna XVIII (Fig. 58) foi transformado em pequena capela; tem de notável um curioso esgrafito datado de 1593, o que nos mostra a continuação de trabalhos na Sé no final do séc. XVI. Representa uma coroa segura por dois anjos, tudo dentro de uma moldura com decoração geométrica. Por cima deste quadro há uma cruz e duas aves (pombas?) poisadas nos braços horizontais. De um e outro lado da cruz, um animal fantástico (grifo). Uma série de anjos toca uma espécie de flautas. Mais acima um outro friso, com a data a meio; para um e outro lado do número, a decoração é feita com algarismos 5, iguais ao da data e colocados em linha. Finalmente, na parte mais alta, uma série de cabecitas de anjos parecem assistir ao espectáculo.

O desenho é muito provinciano, mas tem interesse na sua ingenuidade.

O altar é rematado por uma abóbada em concha, provavelmente do séc. XVI, feita de uma só pedra, em granito.

No interior do templo, onde abundavam moedas romanas de bronze dos séc. III e IV, cerâmica imperial e fragmentos de mosaicos hispano-árabes, as escavações vieram revelar-nos, na nave central, paredes de alvenaria dispostas transversalmente, feitas com pouco cuidado; a parte superior ficava ao nível da base das colunas, isto é, do pavimento do início da Catedral. Não encontramos a cisterna «fortíssima» a que se refere o Dicionário Geographico ⁽¹⁾, mas na nave lateral do lado Poente surgiu um poço aberto na rocha, com dez metros de profundidade; estava atulhado e de lá saíram cerca de 30 peças de cerâmica medieval, restos de uma vasilha de estanho, telhas, tijolos, etc. Tem uma nascente que rapidamente o enche até 4 metros, o que dificultou os trabalhos de exploração.

Junto à porta do lado SO. um grande intercolúnio de 2,50 metros de lado está encostado à base de uma robusta coluna com 0,60 metros de diâmetro. Entre esta base e a coluna XVIII (da planta), uma série de lages rectangulares faz um pavimento enviezado com o eixo da Catedral. Por detrás do intercolúnio escondia-se uma das aras dedicadas a Marte ⁽²⁾.

(1) Capítulo I, § 7.º.

(2) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Aras inéditas igeditanas dedicadas a Marte*, Com. ao I Cong. N. de Arqueologia, Lisboa, 1958.



Fig. 64 — Catedral de Idanha-a Velha. Capitéis romanos, aproveitados.

Encontrámos restos de pavimento, em tijolo, no topo Sul e no topo Norte da nave lateral do lado Poente, relativamente bem conservado.

Na descrição que fizemos não nos referimos à abside. Efectivamente não havia dela qualquer indício antes de serem iniciadas as escavações. Naturalmente fomos procurá-la onde era possível encontrar os seus prováveis restos. Sondagens e depois escavações no terreno em face da frontaria SO. puseram a descoberto, fora do actual edifício, e à média de 1,80 metros de profundidade, dois muros paralelos; eles continuam, a linha das arcadas interiores. Pelo aparelho e espessura das paredes e direcção tomada, podemos ser levados a afirmar ter tido a Catedral uma única abside, de planta quadrada ou rectangular. Por dificuldades técnicas, pois é por ali o único ponto por onde pode ser feita a entrada e saída dos carros empregados no transporte da terra saída das escavações do adro, não pudemos ainda comprovar a existência de uma terceira parede que fechasse o topo da suposta abside.

Não chegámos ao fim das escavações nesta zona limitada, por isso não adiantamos mais para não termos um dia que vir a desmentir-nos. Para concluir acrescentaremos ter encontrado aqui, ao nível da Catedral (base das colunas) um pavimento em argamassa a ocupar parte da suposta abside. Fora dela, portanto no exterior do templo, surgiu um outro pavimento em tijolos rectangulares assente em argamassa idêntica àquela outra.

É-nos por isso legítimo poder suspeitar que igualmente, dentro da Sé, o pavimento teria sido de tijoleira.

Como deve ser classificado este notável monumento da Fé cristã? São muito variados os elementos nele encontrados e bem marcantes de algumas épocas; com a ajuda dos escassos diplomas por nós encontrados, pudemos concluir o que se segue.

O facto de existir, dentro da Catedral, um pesadíssimo intercolúnio e ao lado dele, entre outras, uma inscrição a Marte; um resto de pavimento em lages rectangulares, de granito, orientadas nitidamente na direcção NS, que não é a da Catedral (NE-SO)⁽¹⁾; o termos encontrado outra inscrição a Marte no adro da Catedral ⁽¹⁾; o ter Leite de Vasconcelos apontado em Idanha-a-Velha mais duas inscrições a esta divindade ⁽²⁾; a grande quantidade de moedas romanas (séc. III a V) e de «terra sigillata» (séc. I e V) aparecidas dentro do templo a qualquer nível, designadamente entre o nível da base das colunas e a terra virgem e rocha (xisto), por tudo isto achamos ser muito provável ter existido, em local onde mais ou menos está a Sé, um templo romano dedicado a Marte. Por outro lado sabemos, de certeza, ter havido bispos na Egitânia desde a segunda metade do séc. VI, em período suévico, e depois em período visigótico até princípios do séc. VIII (invasão



Fig. 65 — Fundações da parede suprimida.

(1) D. F. DE ALMEIDA — *Três aras*, op. cit.

(2) *Religiões*, III, pág. 266.

árabe, com arrasamento da cidade); houve portanto, certamente, uma Catedral desde o séc. VI. O monumento que chegou até nós tem forma basilical, nunca deve ter sido abobadado (a capela abobadada, a Nascente, é um caso à parte e temos dúvidas quanto à data da sua construção); como o prova a espessura das paredes; os arcos são em ferradura, tipo visigótico; as aduelas levam a marca do *forceps*; os tambores das colunas foram aproveitados de construções anteriores, como sucedeu em tempos visigóticos⁽¹⁾, bem como os capitéis e bases, dada a sua diversidade; as arcadas dispostas em dois grupos, cada grupo com uma pilastra a cada extremo; os dois arcos centrais maiores que os dos grupos laterais talvez, segundo a expressão de Camon, de «avoengo ravenático»⁽²⁾; a grande variedade de esculturas visigóticas em mármore, encontradas nas escavações dentro da Catedral, nas próprias paredes, no adro («parte-luz» de uma janela, gelosia de arquinhos de uma outra, os frisos a fazer de imposta a um e outro lado do arco central a Nascente, etc.); um triente visigótico de Recesvinto, cunhado em Hispalis e aparecido no adro junto à parede da Sé, durante as escavações; tudo isto nos atesta o período visigótico, e por tal motivo consideramos as ruínas como sendo as da velha Catedral egitaniense, visigótica.

Do período árabe nada no-lo recorda; já houve quem quisesse ver um mirabe na pequena capela abobadada, com nicho voltado para Nascente, mas o suposto nicho é uma simples fresta, agora tapada, como facilmente se verifica.

A igreja visigótica deve ter sido reparada a seguir à Reconquista; não temos notícia dessa reparação, mas um documento citado informa-nos que no reinado de D. Sancho II a Catedral ficava para o bispo. O tempo acabou por arruinar ainda mais o velho edifício e no reinado de D. João II, como provámos, o duque de Beja, Mestre da Ordem de Cristo, a quem pertencia a Idanha, mandou-o reparar por jazer parte em terra. Nas paredes das ruínas distingue-se, perfeitamente, a parte original em boa e forte silharia, do trabalho feito lentamente, mas sem cuidado, em alvenaria.

Os arcos foram então levantados com o material que conseguiram arrebatar entre os destroços e que por isso não chegou para refazer as três

(1) LAMPÉREZ Y ROMEA — Op. cit., pág. 151.

(2) J. CAMON AZNAR — *Arquitectura Pre-románica Española*, XVI Cong. Int. d'Hist. de l'Art, Rap. et com., Lisboa, Porto, 1949, pág. 105.



Fig. 66 — Aspecto do lado nascente.

naves. Isto é uma prova de que a silharia que lá está, as aduelas, etc., são todas da primitiva; o friso visigótico, em mármore, deve ter sido metido nessa ocasião, bem como as outras pedras em mármore, também visigóticas e que extraímos da alvenaria.

Desse período são a porta «manuelina», a porta principal, os frescos, semelhantes aos das outras igrejas da Ordem e mandados fazer durante o mesmo período e até ao fim do século, o que é atestado pela data, 1593, gravada no esgrafito. Terminam, com ele, as marcas do séc. XVI ainda gravadas no templo.

Os traços deixados pelas coberturas que a Sé teve, também fornecem indicações em nada para desprezar. As frestas dispostas por cima das arca-rias só poderiam desempenhar a sua função, se pudessem receber luz do exterior: por consequência o telhado das naves laterais deveria estar abaixo das frestas. Quando foi construída a porta lateral, manuelina, o vértice do gablete e a parede onde está a dita porta ficaram ao mesmo nível das frestas: logo as paredes laterais são posteriores às frestas. Foi este o motivo que levou à colocação de cachorros nas frestas, depois de tapadas, no séc. XVI, o que alteou e muito o telhado. Com uma correcção feita na

cobertura da nave central, de que se vê a marca de encosto na parte inferior do campanário, o telhado geral ficou, praticamente, com duas águas.

Do séc. XVIII julgamos ter sido a inversão da frente da igreja, com a abertura SO. ornada com pedras romanas aproveitadas e o patamar exterior; não há, típico desta época, elemento importante digno de nota.

Em resumo, a Catedral de Idanha-a-Velha, de fundação suévica ou visigótica sobre um templo dedicado a Marte, conserva a planta e elementos arquitectónicos e decorativos desse período: são a parte sólida e imponente do edifício, alicerces, parte baixa das paredes, colunas e arcos. Do séc. XVI tem elementos a atestá-lo sem deixar dúvidas: as portas, a esfera armilar, os frescos, o esgrafito, os azulejos hispano-árabes. A reconstrução e reparação deste período são pobres e mal cuidadas.



Fig. 67 — Catedral de Idanha-a-Velha. Arco da porta manuelina e arco visigótico da colonata (lado oriental).

S. MANÇOS (ÉVORA)

A cidade de Évora deve ter sido cristianizada muito cedo, pois ao 1.º concílio realizado na Península (Iliberis ou Elvira, pelo ano 303) assistiu Quinciano, bispo eborense. Não se sabe o nome dos seus imediatos sucessores até ao bispo Julião (+ 516), a quem seguiram Jósimo, Sirisclo, Abiencio, Zósimo, Pedro, Tructemundo e Arcôncio, provavelmente o último do período visigótico ⁽¹⁾, pois viveu até depois de 693 e não se lhe conhece sucessor imediato.

Não resta qualquer monumento, nem sequer qualquer fragmento de ornato ou de pilastra desse período a não ser um sarcófago (Fig. 231); os capitéis visigóticos conservados no Museu Regional, foram trazidos de Beja.

Temos notícia de ter ali existido, ou perto, um magnífico templo dedicado a S. Manços ⁽²⁾. Se este mártir viveu nos primórdios do cristianismo ou já no tempo dos Bárbaros, não se chegou a apurar com certeza. Sabe-se que morreu em consequência dos maus tratos por não querer abandonar a sua Fé cristã. Viera S. Manços de Roma e vivia perto de Évora, onde trabalhava no campo. Fossem romanos ou israelitas os seus senhores, tê-lo-ia a persistência no cristianismo levado à morte violenta; o suplício teria terminado ou na prisão, na própria cidade, ou em Miliana, propriedade dos judeus, perto de Évora, sobre a via que de Olisipo se dirigia a Mérida, passando por ali.

Nesta herdade teria sido enterrado o corpo do mártir e ali estivera, na terra vil, até que a um novo proprietário, o conde Julião, o facto lhe fora revelado em sonhos e ao mesmo tempo lhe havia sido anunciado o fim vitorioso de um pleito em que andava.

Verificando-se, poucos dias depois, o ganhar a luta em que tanto se empenhara, Julião resolveu procurar o corpo do Santo: encontrou-o e no local ergueu um templo. Não era sumptuoso, por ter sido feito depressa, mas em seguida levantou um outro e esse era magnífico; tinha átrios de colunas com ornatos, as paredes cobertas com mármore, os tectos de madeiras maravilhosas e o chão em mosaico de várias cores; o tabernáculo era de decoração «sublime», em oiro e prata e ainda havia na igreja, jóias e pedras

(1) FR. H. FLOREZ.—*España Sagrada*, tomo XIV, trat. 46, cap. 3.

(2) IDEM, idem, cap. 4.

preciosas. O corpo do Santo foi metido em um sepulcro de mármore. Ao lado havia uma igreja para catecúmenos e um baptistério octogonal. Era o templo cercado de muros e tinha torres, o que visto de longe, parecia uma nova cidade; em volta, alamedas e fontes tornavam o local mais agradável.

Por esta descrição ⁽¹⁾ se conclue ter sido efectivamente levantada uma igreja custosa em honra de S. Manços, talvez no séc. VI. Não resistiu ao período árabe; e para que de todo não se perdesse, o corpo do Mártir foi levado piedosamente para a actual Vila Nova de S. Manços, na diocese de Palência, onde ficaria em lugar mais seguro. Como recordação do seu mártir recebeu Évora uma relíquia, um braço, no tempo do rei Filipe I (1592) ⁽²⁾.

E assim desapareceu um dos muitos e magníficos templos do período visigótico; este, além da descrição se poder perfeitamente integrar no estilo do tempo, tinha ainda a particularidade de ser um dos primeiros, se não o primeiro a ter torres. Ao facto se refere Gómez-Moreno quando descreve a Torre do Beato Tavaresense ⁽³⁾. Não teriam sinos, as torres de S. Manços, mas elas serviriam para, de longe, orientarem os peregrinos.

Precisamente, a pouca distância do local por onde passaria a via romana acima referida, existe actualmente uma aldeia, de nome S. Manços. Tem uma grande igreja, mas nela nada nos garante ser a sucessora do templo magnífico. No entanto, o topónimo é sugestivo e merece uma investigação mais profunda do que as que pudemos fazer.

SANTO AMARO

A igreja de Santo Amaro, extra-muros da antiga Beja, fica um pouco abaixo da Torre de Menagem, no «Arrabalde da Graça» ⁽⁴⁾. Esta designação vem do primitivo nome da invocação da Igreja: «Nossa Senhora da Graça». Passou a ser «de Santo Amaro» não se sabe bem quando.

⁽¹⁾ FR. H. FLOREZ — *España Sagrada*, XIV, trat. 46, cap. 4.

⁽²⁾ «Agiológico Lusitano», 12 de Abril.

⁽³⁾ M. GÓMEZ-MORENO — *Iglesias Mozárabes*, op. cit., pág. 209 e lam. LXXVIII.

⁽⁴⁾ DIOGO DE CASTRO BRITO — *Igreja de Santo Amaro, de Beja*, Arq. de Beja, V, fasc. I-II, 1948, pág. 92.

Como todas as igrejas pré-românicas leva marcas da passagem dos séculos; e tal como S. Pedro de Balsemão, quem a olhar por fora não pode calcular o que ela contém.

Aqui mais uma vez se devem juntar os documentos arqueológicos e os diplomas dos Arquivos para tentar esclarecer a vida da igreja de Santo Amaro.

Nada sabemos da sua origem, mas a avaliar pelo material visigótico nela contido e pela própria planta, deve ter sido fundada no séc. VII.

Sabemos da importância de Beja na história da Hispânia, como sede de um «Conventus» Lusitano. Cedo foi cristianizada e parece ter sido S. Aprígio o seu primeiro bispo. Deve ter tido vida de relevo no reino visigodo a avaliar pela grande quantidade de restos desse período por ali aparecidos; estão guardados no Museu Regional, no Museu de Belém e em colecções particulares (Mourão).

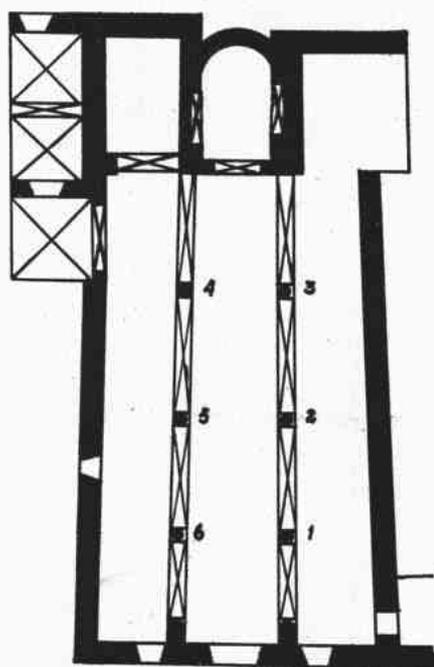
A sua primeira série de bispos (Palmácio, Modário, Adeodato, João) embora possivelmente incompleta, mostra como a vida cristã não voltou a apagar-se na velha «Pax Julia». Este título, que até então usara, perdeu-se no seu significado, pois a partir da invasão árabe e até bastante para cá, na Reconquista, a cidade sofreu invasões, saques, destruições, a ponto de chegar ao séc. XIII muito arrasada.

Por tudo isto, pouco devia restar da primitiva igreja de Santo Amaro, a recordar-lhe os tempos da fundação; mas alguma coisa e de muito interesse lá se conserva, ainda hoje, desses séculos longínquos, como iremos ver. Mais ainda, até do período moçárabe podemos suspeitar alguma coisa ter resistido à fúria dos homens.

Já é de 1329 um sarcófago datado; estava no altar-mor e agora guarda-o o Museu Regional. A igreja havia passado a paroquial de uma freguesia da cidade: S. Tiago. No tempo de D. Fernando a sede da freguesia abandonou a Senhora da Graça e acolheu-se dentro das muralhas. Passou a ser designada por Igreja de Jesus, mas continua, em um documento de 1503 (Instituição de Estêvão de Brito), a ser conhecida por Igreja de Nossa Senhora da Graça. Deve ter caído de novo em ruína, pois foi reconstruída no tempo de Filipe I (1590). A paroquial de S. Tiago tornou a sair ao arrabalde para se instalar novamente na Graça (em 1626 ainda lá se encontrava). Pelos fins do séc. XVI a igreja foi acrescentada com uma capela

lateral, aberta na nave esquerda. Entretanto ruíu o alpendre; mas foi reconstruído em 1620 por vinte mil reais.

Nos fins do séc. XVII ou princípio do XVIII desapareceu o dito alpendre e foi arranjado o coroamento da fachada, bem como da torre. Finalmente, em 1921 a igreja, mais velha que a Nacionalidade, foi adaptada a mercearia. Não se manteve muito tempo nestas novas funções, pois em 1936 foi considerado Monumento Nacional, por proposta de José de Figueiredo ⁽¹⁾.



ESCALA 1/200

Fig. 68 — Igreja de Sto. Amaro (sobre planta de A. Viana, *Visig. de Beja, Arq. de Beja, VI, 254, fig. 1*).

E depois de liberta de pequenas construções com que o Município a brindara (para distribuição pública de água e electricidade) e ainda de uns casebres a ela encostados, entrou há pouco em obras de limpeza e reparação graças aos serviços da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

(1) DIOGO DE CASTRO BRITO — Op. cit., págs. 92 e 93.

Está orientada na direcção E - O, e é uma igreja de tipo basilical. O aspecto exterior tem interesse reduzido. Na frontaria, a porta é banal, rectangular; uma janela também rectangular, de cada lado, com enfeites de argamassa, do séc. XVIII. À direita encontra-se, no ângulo da igreja, uma pequena torre ameçada; metidos no paramento viam-se os restos de uma cabeceira de sepultura. Tem fresta estreita, semelhante a outras da Torre de Menagem vizinha.

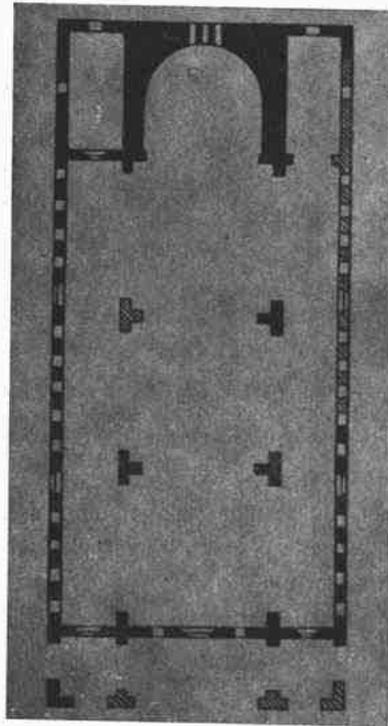


Fig. 69 — Planta muito semelhante à da Igreja de Sto. Amaro. Igreja síria de Ruwêhā (seg. H. W. Beyer, *Der Syr. Kirch.*, pág. 63, fig. 34).

As paredes laterais são lisas; na do lado Poente abre-se a única porta lateral. Um corpo que lhe foi acrescentado, ajusta-se àquela face lateral e não tem, igualmente, qualquer abertura ou ornato.

A igreja de Santo Amaro está pois reduzida exteriormente a um edifício banal.

O interior é, pelo contrário, cheio de interesse. O corpo da igreja é alongado e de forma trapezoidal: a largura, junto à porta principal, tem

mais 1,63 metros do que junto ao altar-mor. O comprimento atinge quase o dobro da maior linha transversal (Fig. 68).

Ao mesmo nível do corpo da igreja tem uma abside flanqueada por duas divisões, à maneira de absidiolos (comparar com a igreja síria de Fig. 69).

Duas colunatas dividem a nave em três, quase da mesma largura: está nas colunas, nos capitéis que elas suportam e nos arcos o maior interesse do monumento (Fig. 70).

Cada colunata consta de três colunas reaproveitadas. O apoio dos topos da arcada faz-se, do lado da abside, na parede da dita abside; no lado da entrada assenta numa coluna encostada a uma pequena parede a fazer corpo com a da frontaria. Destas últimas colunas a da direita, é torsa, como muitas visigóticas. Assenta em uma base tronco-cónica e suporta um capitel semelhante; tanto um como outro não têm ornatos (Fig. 107).

A coluna do lado esquerdo é lisa e formada por três tambores; tem capitel semelhante; tanto um como outro não têm ornatos (Fig. 71).



Fig. 70 — Igreja de Sto. Amaro (durante as reparações, em 1960)

As outras colunas assentam em bases quadradas; e só três delas são de um único bloco.

Os capitéis (Est. XX) são todos diferentes; só o ábaco é idêntico, de forma piramidal truncada, com a base voltada para cima. Como tem sido notado, muitos capitéis bizantinos são sobrepujados por ábacos deste tipo.

O capitel n.º 1 tem 0,39 de altura, 0,53 de largura em cima e 1,20 m. de perímetro em baixo (Fig. 68). A pedra é calcáreo de Trigaches.

Na parte inferior mostra uma fila de folhas de acanto baixas, arredondadas, com as nervuras grossas. No corpo há um caulículo na metade da altura; abre-se em cima em duas volutas, com uma roseta inclusa em cada uma delas. Há um em S. Roman de Hortija, que verifiquei ser semelhante a este.

O capitel n.º 2, de pedra de Trigaches, tem 0,35 m. de altura, por 0,58 de largura em cima e 1,06 m. de perímetro em baixo.

É o que se afasta mais do tipo geral do conjunto; em baixo, folhas de acanto lisas, bastante altas, as pontas bem reviradas; uma almofada redonda separa-as da parte mais alta da peça, onde se exibem reminiscências jónicas. Não encontramos outro a que possamos compará-lo.

O n.º 3 mede 0,40 m. de alto, 0,48 m. de largura em cima e 0,99 m. de perímetro, em baixo. É de calcáreo de S. Brissos.

Estranhíssimo como composição; em baixo uma fila de folhas de acanto, baixas e espessas. Os ângulos são vasados; no corpo há volutas e a meio dos lados, em cima, surgem vieiras muito espessas. No trabalho, já citado, de Vergílio Correia, é comparado com outros de S. Roman de Hortija e de S. Cebrian de Mazote.

O n.º 4, da planta, tem 0,40 m. de altura e mede 0,53 m. de lado, em cima e 1,10 m. de perímetro, em baixo. É de calcáreo de Trigaches. Nota-se não ter sido feito para a coluna que o suporta. Mostra folhas grossas, de acanto, quase redondas, dispostas em duas filas; da primeira fila saem dois caulículos, que na parte mais alta do capitel se abrem em duas volutas de forma a que as duas extremidades formam os ângulos do capitel, em correspondência com os dos ábacos. Vergílio Correia ⁽¹⁾ comparou-o a um capitel de S. Roman de Hortija.

No excelente tratado de Kautzsch sobre capitéis ⁽²⁾ aparece um de Salona (igreja), guardado num Museu de Split (Estampa 4, n.º 34), com os mesmos elementos e tratamento deste de Beja; conjuntamente com um outro (n.º 35), de Solin, também semelhante, considera-os do século quarto ou da primeira metade do século quinto.

⁽¹⁾ VERGÍLIO CORREIA — *Arte Visigótica em Portugal*, op. cit., pág. 265.

⁽²⁾ R. KAUTZSCH — *Kapitelstudien*, op. cit.

O n.º 5, mede 0,36 de altura, 0,48 m. em cima, 1,15 m. de perímetro, em baixo; a pedra é de calcáreo de S. Brissos.

A parte inferior tem uma decoração em folhas de acanto muito estilizadas, a lembrar folhas de palmeira e que Abel Viana⁽¹⁾ comparou, pela sua semelhança, a pés de milho; em cima tem uma voluta a cada canto. No citado trabalho de Kautzsch aparecem decorações semelhantes no capitel 728 (Est. 43) da Mesquita Murads I.

Em Santiago de Peñalba e Sahagun encontrou Vergílio Correia decoração semelhante.

O capitel n.º 6 mede 0,36 m. de altura, 0,48 m. de largura em cima e 1,09 m. de perímetro, em baixo. A pedra é calcáreo branco de S. Brissos.

Mostra folhas de acanto, altas, estriadas, alternando uma mais alta com outra mais baixa. As mais baixas estão a meio da face e delas sai um caulículo, que em cima se abre em duas hastes terminadas por volutas em cada vértice do capitel.

Como se vê, há uma grande diversidade de capitéis, ou antes, são todos diferentes uns dos outros. De procedências várias foram trazidos para



Fig. 71 — Igreja de Sto. Amaro. Coluna estriada, adossada, para apoio da colunata do lado da Epístola.

(1) ABEL VIANA — *Visigótico de Beja*, Arquivo de Beja, VI, 1949, pág. 265.

St.º Amaro e ajustados à altura conveniente que, como vimos é praticamente igual para todos. São de períodos vários, que vão do romano tardio ao moçárabe. E precisamente este último pode marcar-nos a reconstrução na qual foram colocadas as colunatas com a disposição actual: seria então uma igreja do período moçárabe.

Os arcos são muito abertos e de volta perfeita; têm sido comparados aos de Balsemão; mas recordamos o notar-se nesta última a antiga forma dos arcos em ferradura.

Além disso, as arestas são chanfradas. Nada, pois, é visigótico; mas também não sabemos se o corte das arestas é da primitiva, ou se foi arranjo feito em uma das reconstruções.

As naves são cobertas por abóbada de canhão, mais alta a central que as laterais.

A abside também é cheia de interesse por serem circulares a parede de fundo, e o tecto. Por outro lado, na parede do Evangelho abre-se um arcossólio onde esteve uma arca tumular sobre duas colunasinhas; tem epitáfio e nele se lê:

ERA : DE : MIL : CCC : LX : VII : ANOS : AQVI : JAZ : IOANE : MEEN
 DES : QVFOI : GARDA : DELREI : DOM : DENIS : ESEV : DECRIC
 ON : EPASOV : DIA : DESAN : BÊETO : DOSE : DIASDO : MESDE : IVLHO
 DEUS : SE AMERCEE : DASA : ALMAAMEN

Este monumento foi transportado para o Museu Regional; é de esperar que volte para o lugar por ele ocupado desde o séc. XIV, uma vez concluídas as obras de reparação.

O arcossólio do lado da Epístola também foi ocupado por uma arca tumular assente em duas colunasinhas, mas anepígrafa.

No seu trabalho já referido, supõe Abel Viana ⁽¹⁾ ter sido a viúva de João Mendes quem mandou fazer a arca para seu marido e para ali o fizera trasladar da outra arca, maior que aquela. Também crê, baseado na situação dos túmulos, tamanho, etc., ter sido o casal quem ordenara uma das reconstruções da Igreja.

Do lado do Evangelho há duas capelas: uma no topo da abside lateral, tem abóbada de canhão; a outra abre-se na parede lateral e comunica com

(1) Op. cit., pág. 259.

uma divisão de dois tramos, cobertos por abóbadas de aresta. Nesta capela lateral há arcos em ogiva sobre mísulas simples. A construção data dos fins do séc. XVI.

Pelo pavimento aparecem fragmentos de cabeceiras de sepulturas medievais e de outras, onde ainda se lêem algumas inscrições do séc. XVII.

Para tentar esclarecer mais este problema da Arqueologia Portuguesa, tentou Abel Viana, que dedicou a Santo Amaro a mais completa monografia existente sobre a velha igreja e a que mais de uma vez nos referimos, fazer sondagens em vários pontos. Encontrou paredes de alvenaria, a alternar com fiadas de tijolo, de um tipo semelhante ao romano tardio ou posterior; infelizmente esses trabalhos não continuaram e, por isso, não podemos fazer mais do que conjecturas sobre as origens da igreja de Santo Amaro.

Já tivemos ocasião de dizer que supomos ter sido a igreja primitiva construída no período da Arte visigótica: a coluna torsa, as outras colunas ou por algumas serem feitas por vários tambores, ou por não se adaptarem aos capitéis, são características daquela época.

Os ábacos bizantinos, se recordarmos as influências de Ravena e do Norte de África na Arte visigótica, estão assim justificados quanto à origem.

Os capitéis constituem um sério problema: todos diferentes quanto ao ornato e nem todos lavrados em pedra igual, mas reduzidos praticamente à mesma altura e rematados por ábacos idênticos. Parece terem andado, os reconstrutores, a rebuscar por várias ruínas, elementos que se adaptassem à construção de uma igreja, ou talvez ainda, uma ou outra pedra teria sido lavrada especialmente para ser junta às sobreviventes de períodos anteriores. E assim, se alguns são sem dúvida romanos tardios, outros são visigóticos; mas há um capitel (o n.º 5), que entra muito bem no tipo moçárabe! Os arcos nada têm de visigótico, e a abside curva e de tecto arredondado dificilmente pode ser daquela época.

Por outro lado sabemos como a situação da igreja fora dos muros da cidade e quase encostada a ela a colocava em situação difícil durante as guerras: e as lutas, invasões e arrasamentos não faltaram em Beja, até aos fins do séc. XII.

Parece-nos, pois, que a igreja de N. Senhora da Graça de planta basilical, tenha tido a sua origem no período visigótico; mas desse primeiro templo nada deve ter ficado de pé. Arrasada, foi reconstruída com o material

que poudé ser recuperado; e os Moçárabes levantaram as paredes, o alpendre, as arcadas. Não são do tipo de arco em ferradura, mas isso não é taxativo naquele período e ainda em um local longe dos núcleos da Reconquista. No entanto não se pode garantir que os mesmos arcos não sejam de uma época mais recente.

Repetimos a frase: talvez escavações largas dentro e fora da igreja e buscas aturadas pelos Arquivos permitam esclarecer melhor este problema intrincado!

TORRES VISIGÓTICAS, DE ÉVORA

Têm sido descritas, como visigóticas, duas grandes torres poligonais da cerca romana e uma terceira metida no convento do Salvador ⁽¹⁾; uma

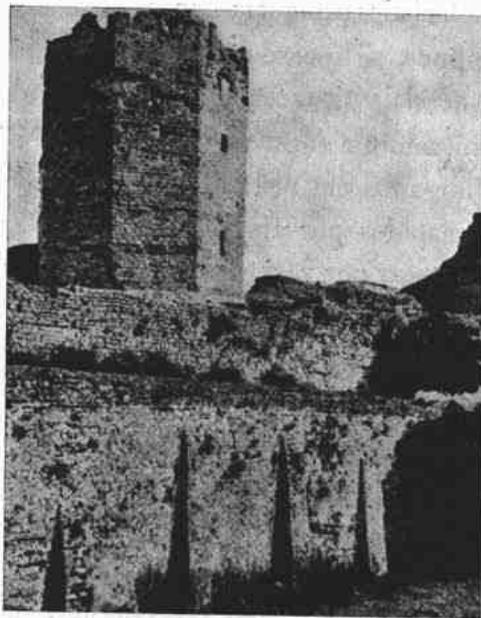


Fig. 72 — Torre da muralha de Constantinopla, do tempo de Teodosio (J. Pijoan, *S. Artis*, VII, pág. 230, fig. 336).

⁽¹⁾ GABRIEL PEREIRA — *A Torre de Alconchel*, in «O Passatempo», 1903, inserta em «Estudos Diversos», Coimbra, 1934.

delas é chamada «de Sizebuto» (Fig. 73). Supõe-se terem sido levantadas para reforço das muralhas da cidade, quando os Bizantinos ocuparam o Algarve e pretendiam alargar as suas conquistas para o Norte. As duas primeiras estão situadas na Rua da Selaria (ou 5 de Outubro) e na Rua Nova.



Fig. 73 — Torre de Sizebuto, da muralha de Évora (seg. fot. de A. Bermudes, in Gabriel Pereira, *Est. diversos*).

Não conhecemos qualquer autor ou documento que nos garanta serem aquelas torres do período visigótico; no entanto, a planta da Torre de Sizebuto é praticamente a mesma da de algumas torres da segunda cintura de muralhas ⁽²⁾ de Constantinopla, mandada erguer por Teodósio (Fig. 72).

OUTROS MONUMENTOS

Certamente deverão existir pelo país mais restos de monumentos visigóticos; mas ou ainda não estão devidamente esclarecidos, ou se mantêm ignorados.

Perto de Braga, na Falperra, Monsenhor Ribeiro da Cunha e Russell Cortez procederam há anos a escavações junto do Santuário; no entanto, os resultados a que chegaram ainda não são conhecidos, certamente por os trabalhos não estarem concluídos.

(1) J. PIJOAN — *Summa Artis*, op. cit., VII, fig. 336, pág. 230 e fig. 337, pág. 231.

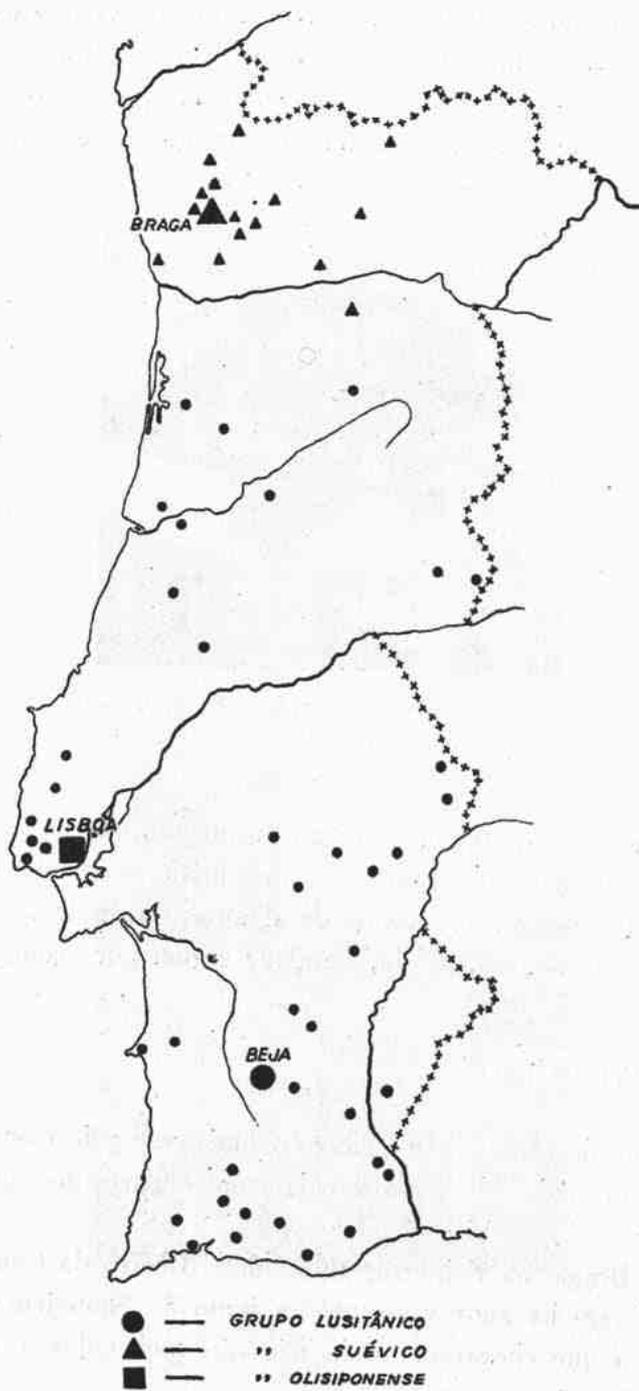


Fig. 74—Locais onde foram encontrados restos visigóticos.

Em Estoi (Milreu), no Algarve, onde segundo alguns se teria erguido um dia a velha Ossónoba, cidade episcopal, têm aparecido vários objectos do período visigótico; inclusivamente se tem querido ver, nas ruínas, uma basílica paleocristã com os muros ainda de pé. É necessário estudar o local meticolosamente; estas ruínas merecem-no, para ajudar a esclarecer este e vários outros problemas da arqueologia algarvia.

Nas portas de Évora, em Beja, tem sido descrito o arco a desenhar a forma de uma discreta ferradura. Para nos podermos pronunciar sobre o assunto pedimos uma fotografia e o respectivo alçado da porta em questão; amavelmente fornecidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais garantimos, pelo que neles se pode observar, não haver qualquer fechamento das pontas do arco: é romano e de volta inteira. O ligeiro deslocamento de uma das aduelas deu lugar à suposição, que assim se revelou ser falsa.

PEÇAS VÁRIAS DE ESCULTURA, OURIVESARIA, BRONZE, ETC.

Como já tivemos ocasião de dizer, das buscas que fizemos em revistas e outras publicações ⁽¹⁾, nos Museus do país, em escavações por nós dirigidas, etc., resultou a reunião de uma já considerável soma de objectos de Arte visigótica.

Tanto quanto nos foi possível estudámo-los sucessivamente e assim obtivemos a série que se segue com fotografias de quase todas as peças. De algumas não conseguimos saber a origem, mas somente o local onde se encontram; na maioria foram medidas e apreciado o material em que as talharam, moldaram ou fundiram. Não vai incluída mais de uma centena de fragmentos vários para não alongarmos, até certo ponto escusadamente, a já avultada soma de descrições que se segue.

A representação gráfica dispensa descrição pormenorizada; por isso ela vai abreviada tanto quanto possível. As estampas levam legenda resumida: ao número de ordem segue-se o local onde a peça foi encontrada e, se disso não há a certeza, vai marcado com asterisco; se o local é suposto, se desconhecido, é substituído por um ponto de interrogação.

(1) As séries mais extensas são as de Vergílio Correia e de Abel Viana.

O museu onde a peça se encontra não leva a sua designação completa, quando é o da localidade onde o objecto foi encontrado; assim, indica-se sòmente «Museu».

Dividimos os objectos esculpidos em pedra, pelos três grandes grupos: lusitânico, suévico e olisiponense. Dentro de cada grupo seguimos, tanto quanto possível, a mesma ordem por que descrevemos os vários elementos, em pedra: pilastras, colunas, capitéis, ábacos, sepulcros e fragmentos de vários objectos. E de entre eles, ordenámo-los segundo a evolução do tipo.

Em seguida mostraremos algumas peças de cerâmica, ourivesaria, bronzes litúrgicos ou de adorno, fivelas e fechos de cinturão.

PEÇAS ESCULPIDAS EM PEDRA

GRUPO LUSITANICO

Pilastra em mármore branco, decorada na frente e nos lados (Figs. 75 e 76); veio de Mértola para o Museu Etnológico (E=6539-A). Mede 1,17 m de altura; 0,53 m de largura e 0,19 m de lado.

Pela decoração verifica-se dever ter pertencido a um monumento funerário paleocristão. Nos lados há, em baixo, um «cantharus» de cada lado, de onde sai a haste de videira, ondulante, a descrever círculos; o interior de cada círculo é preenchido por uma parra e nos espaços, do lado de fora, há cachos e gavinhas. O motivo principal ocupa a face maior; nele se vêem, entre hastes ondulantes, com folhagem, um toiro de cabeça baixa com um leão em frente. Os espaços livres são ocupados por pequenos animais: ali estão os habituais pomba e coelho, como nas decorações pagãs dionisiacas. Como se sabe, estes motivos e outros passaram ao Cristianismo no seu início.

O aparecimento destes animais, principalmente dos mais pequenos é frequente, mas o toiro e o leão também não são raros. O toiro foi tido como animal sagrado desde a mais remota antiguidade: aparece na Índia, na Babilónia, no Egipto, etc. No mitraísmo o toiro também era venerado; com ele celebravam-se sacrifícios e o seu sangue tinha a virtude de purificar os pecados⁽¹⁾. Por outro lado, também foi tomado como símbolo de abnegação e de castidade⁽²⁾, e como tal adoptado no cristianismo nascente. O leão, de entre vários atributos, foi interpretado também

(1) J. R. CONRAD — *Le culte du taureau*, Paris, 1961, pág. 175.

(2) JUAN EDUARDO CIRLOT — *Diccionario de Simbolos tradicionales*, Barcelona, 1958, pág. 410.

como a imagem de Cristo ⁽¹⁾. Pode assim traduzir-se o simbolismo da pilastra de Mértola como a representação de um cristão purificado nos seus pecados, baixando a cabeça a Cristo, que magestosamente se ergue na sua frente. E dos lados sai da vasilha, onde é guardado o elixir da vida eterna, a videira com uvas e parras, ou seja Cristo: «Ego sum vitis vera» ⁽²⁾.

*
* * *

Pilastra em mármore branco (Fig. 77). Está metida na parede do castelo do Alandroal, junto à porta em ogiva, ao lado da torre de Menagem e a poucos centímetros acima do chão. Só se vê a face representada na fotografia; moldura clássica, idêntica à de duas pedras embebidas nas paredes da Sé de Lisboa ⁽³⁾. O centro é decorado com duas filas, paralelas, de hastes ondulantes. No conjunto lembra algumas pilastras do Algibe, de Mérida ⁽⁴⁾. Mede 1,05 x 0,27 m.

*
* * *

Pilastra em calcáreo de S. Brissos, encontrada em Beja e guardada no Museu Regional (Fig. 78). Decorada nas quatro faces, com os mesmos motivos. Fuste dividido em quadrados, com uma palmeta em cada um. No capitel, duas filas horizontais de arquinhos, em ferradura, alternando os de cima com os de baixo; e na área do capitel ainda resta parte de duas volutas. A base leva uma moldura lisa, tipo clássico. Esta pilastra lembra algumas de Mérida e do Museu de Badajoz ⁽⁵⁾.

Altura 2,00 m e 0,45 m de lado.

*
* * *

Pilastra em calcáreo, a servir de degrau na escada do «Paço» a par da Igreja de Vera Cruz de Marmelar (Fig. 79). Só se vê metade da pilastra; não está gasta por a parte decorada ser o «espelho» do respectivo degrau. É idêntica à de Beja (Fig. 78), mas a parte superior do capitel está aqui completa, com duas volutas divergentes e uma folha ao centro. As dimensões da parte que se vê mostram dever ter sido de tamanho sensivelmente idêntico ao da pilastra de Beja, já referida.

(1) LOUIS RÉAU — *Iconographie de l'Art Chrétien*, I, Paris, 1955, pág. 92.

(2) G. BOVINI — *Il mosaico*, op. cit., pág. 32.

(3) D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras visig. de Lisboa*, op. cit., fig. 16 e 17.

(4) M. DE LOZOYA — *Hist. del Arte Hisp.*, op. cit., I, fig. 243.

(5) Quase todas as peças do Museu de Beja foram descritas por Vergílio Correia, op. cit., e por Abel Viana, op. cit.

*
* *

Fragmento de pilastra em mármore branco (Fig. 80). Encontrada em Beja e oferecida ao Museu Regional pelos Herdeiros do Dr. Castro e Brito. Decoração idêntica à das anteriores. Dimensões 0,43 x 0,175 m.

*
* *

Fragmentos de pilastra, em calcáreo (Fig. 81). Apareceu-nos metida no paramento da torre da Igreja de Vera Cruz de Marmelar ⁽¹⁾. Está agora guardada na dita Igreja, com outras pedras visigóticas que ali encontramos. A decoração é idêntica à das pilastras anteriores. Dimensões: 0,45 x 0,12 m.

*
* *

Secção de pilastra, em mármore branco (Fig. 82). Foi encontrada em Elvas, na Rua de João de Olivença, a servir de degrau a uma casa. Deu entrada no Museu da mesma cidade. A decoração, que é do tipo da pilastra de Beja, apresenta variações: os quadrados alternam com rectângulos e são preenchidos em uma das faces por palmetas, na outra por grandes rosetas. Os rectângulos mostram pequenas palmetas. Em cima conserva, em um lado, a parte inferior de uma cruz patada; no outro, talvez a metade de baixo de um «chrismon». Há, no mesmo Museu, como adiante mostraremos (pág. 202 e Figs. 175 e 176), um capitel que leva uma cruz muito semelhante a esta. Dimensões: 0,82 x 0,24 ⁽²⁾.

*
* *

Pilastra, de secção quadrangular, em calcáreo de Trigaches (Fig. 83). É de Beja e conserva-se no Museu Regional. Decorada em três lados: um dos maiores e os dois menores. Decoração muito frequente na Arte visigótica, em tetrafólios formados por círculos secantes.

Altura 0,685 m; lado maior, 0,63 m; lado menor 0,30 m.

*
* *

Fragmento de pilastra, em calcáreo de S. Brissos (Fig. 84). Servia de soleira a uma porta no Largo dos Ferreiros, em Beja. Foi adquirida por José Rodrigues Mourão, Jor. para a sua colecção. O capitel é do tipo das pilastras de Beja; no fuste

⁽¹⁾ D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras Visigodas de Vera Cruz*, *op. cit.*

⁽²⁾ As peças visigóticas do M. de Elvas foram reveladas por R. de Serpa Pinto, *op. cit.*

há espaços com decoração vegetalista (?) e limitados por cordas. Altura 0,83 m, largura 0,37 m e espessura 0,19 m.

*
* *
*

Pilastra em calcáreo de S. Brissos (Fig. 85). Encontrada em Beja, está no Museu Regional. É notável a série de arcos em ferradura: os das séries superiores sem apoio, os da série seguinte assentam sobre três colunas muito altas e com bases fortes. Em baixo, arcada de arcos abatidos, com apoio, ao centro, sobre uma coluna menos alta que as de cima, mas com capitel e base. O lado direito leva, em cima, a mesma decoração de arquinhos em ferradura; mas o corpo da coluna é decorado com rosetas formadas por círculos secantes. Do lado esquerdo, a pedra foi picada: só resta uma série de arquinhos, a primeira. A base mostra faixas horizontais, paralelas e de igual altura.

Dimensões: altura, 1,53 m; largura da face central, 0,42 m, das laterais, 0,30 m.

*
* *
*

Pilastra em mármore branco (Fig. 86); é de Quintos (Beja) e está no Museu Regional. Trabalho muito cuidado; decoração com círculos secantes, dispostos em duas filas verticais. Altura 1,86 m, largura 0,40 m e espessura 0,38 m em média.

*
* *
*

Fragmento de pilastra em calcáreo de S. Brissos (Fig. 87). Encontrada em Beja e guardada no Museu Regional. Decorada em duas faces. No fuste, trifólio incluso em um círculo e este em um quadrado; por cima, duas cavidades que com mais duas (ou três) preencheriam outro quadrado. Base clássica. A pilastra deve ter sido cortada transversal e verticalmente. Altura 0,48 m, largura 0,32 m e espessura 0,22 m.

*
* *
*

Está muito partida: fragmento de pilastra? (Fig. 88). É em calcáreo de S. Brissos e foi encontrada em Beja, onde ingressou na colecção de José Rodrigues Mourão, Jor. Decoração vegetalista? Base clássica. Altura 0,24 m e espessura 0,085 m.

*
* *
*

Grande pilastra trazida do castelo de Sines para o Museu Etnológico (Figs. 89 e 90). É em calcáreo de S. Brissos. Infelizmente foi, em parte, amputada no sentido do comprimento. De secção rectangular, a fig. 91 mostra a pilastra reconstituída,

quanto ao fuste e à base; pelo que resta do capitel, não foi possível indicar o relevo que realmente teria tido. A decoração da face mais larga (a posterior não foi trabalhada) mostra uma série de quatro círculos dispostos em dois grupos e separados por hastes que se vêem a ondular à periferia, deixando pender folhas alternadamente para um e outro lado. Dos quatro círculos, o superior ostenta uma vieira; os outros, uma cruz formada pela intersecção de círculos secantes. Nos lados, a decoração é feita pelas mesmas hastes ondulantes, com folhas nos espaços deixados pelos arcos.

A base tem moldura clássica. Altura 2,08 m, largura 0,39 m e espessura 0,305 m.

Impressionou-nos o facto de tal monumento ter sido encontrado no Castelo de Sines e resolvemos ir ao local procurar outros elementos contemporâneos. A muralha do lado Sul mostrava então muito material reaproveitado, colunas, etc., e na primeira volta que demos, com dois amigos, encontrámos duas peças visigóticas metidas no paramento da muralha; em nova visita surgiram mais pedras esculpidas, o mesmo sucedendo uma terceira vez. Como já nos anunciaram mais peças e um outro amigo nos mostrou, no seu jardim, um ábaco visigótico, (e outro, dois trientes de Recaredo e de Egica, também por ali encontrados), somos forçados a crer na existência, em Sines, no período visigótico, de um importante edifício religioso.

Aqui perto paira a lenda de S. Torpes, o mártir que no mesmo dia e ano teria dado à costa junto da Ribeira da Junqueira, no terreno da Provença... tal como no Sul da França, o corpo de S. Tropez teria dado em uma praia da Provença onde há um riacho de nome quase idêntico ao da Junqueira. Fosse como fosse, e não é este o lugar para divagações sobre o assunto ⁽¹⁾, um capitão-tenente da fortaleza de Sines e secretário da «Academia Problemática» de Setúbal, chamado Estêvão de Lis Velho, em 1746 reuniu as suas investigações sobre este assunto em um volume que intitulou: «Exemplar da Constância dos Mártires em a vida do Glorioso S. Torpes «(...)» construindo-lhe um Magnífico Templo que foi o Primeiro da Europa e o segundo da Cristandade «(...)», etc.

Mesmo que não fosse «o primeiro da Europa», os achados que a pouco e pouco temos juntado e que irão descritos a seguir ou, no lugar próprio consoante os seus tipos (Fig. 173 e 174), permitem garantir o ter existido na área de Sines um templo visigótico magnífico, possivelmente arrasado pelos Árabes em 716, com posterior reaproveitamento do material na construção do Castelo.

*
* *
*

Grande pilastra de calcáreo a fazer de padieira (dintel) em uma porta interior, no andar térreo do Castelo de Sines (Figs. 92 e 93). Pela situação em que se encontra conseguimos dificilmente fotografá-la; mas o escultor Joaquim Correia conseguiu

⁽¹⁾ Além da obra indicada a seguir, consultar as «Memórias Parochiaes», Tomo XXXV, 1758, fls. 1324; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. Sines; Leite de Vasconcelos, *O Arch. Port.*, XIX, pág. 268.

tirar um molde com o qual foi possível fazer uma reconstituição parcial da peça. Talvez a pilastra esteja intacta e o que falta à vista se encontre metido nas muralhas; por enquanto vê-se um círculo (e parte de um outro) com uma cruz inclusa, idêntica à da pilastra anteriormente descrita. A parte superior mostra uma cruz patada e, o que é insólito, o alfa e o ómega nos cantos de cima e as pombas nos cantos de baixo: é sempre em situação contrária que temos encontrado estes quatro motivos.

Os lados da face da pilastra são decorados por uma série de trifólios alongados, uns no seguimento dos outros.

Na parte visível, a face mede 1,04 m por 0,58 m.

*
* * *

Pilastra em calcáreo de S. Brissos, também encontrada no Castelo de Sines (Fig. 94). Está metida na muralha em um canto do lado Nascente, onde há um parque para automóveis. Vê-se parte da base e do fuste; por elas se averigua o ter pertencido, segundo toda a probabilidade, ao mesmo templo para onde foram lavradas as pilastras anteriores. Há o mesmo círculo, com cruz idêntica, inclusa. A parte visível mede 0,60 x 0,28 m.

*
* * *

Parte de uma pilastra em calcáreo de S. Brissos (Fig. 95); está metida na muralha do mesmo castelo, lado Sul, na face interna. Mais gasta que a anterior, o desenho e a moldura da base são-lhe idênticos. Serão fragmentos da mesma pilastra? Mede 0,525 m de altura e 0,125 m de largura.

*
* * *

Pilastra a servir de soleira da porta da casa do Hilário, em Marmelar (Fig. 96); segundo nos disse o seu proprietário, foi ele próprio quem a trouxe da serra, entre Marmelar e Vera Cruz de Marmelar. É de calcáreo; só se vê parte da pedra, possivelmente um bordo de pilastra; o resto tem muita argamassa e cal, à maneira alentejana de tratar as escadas. Mostra uma espessa haste ondulante de onde saem, alternadamente, folhas e cachos. Altura 0,116 m, largura 0,23 m e espessura 0,45 m.

*
* * *

Parte de outra pilastra de Beja, da colecção de José Rodrigues Mourão, Jor. (Fig. 97), em calcáreo de S. Brissos. A decoração é em quadrados com flor de oito pétalas a ocupar cada um deles. Moldura clássica. Altura 0,33 m, largura 0,28 m e espessura 0,14 m.

*
* * *

Fragmento de mais uma pilastra, metida no muro do Castelo de Sines que dá para a rua do lado Nascente. É de mármore branco e mostra, dentro de um rectângulo, uma cruz patada e estriada (Fig. 98). Por cima vê-se um braço de outra cruz e em baixo há vestígios de um outro. A parte visível mede 0,195 de altura e 0,097 m de largura.

*
* * *

Fragmento de uma pilastra de Beja, em calcáreo de Trigaches (Fig. 99) e guardada no Museu Regional. Dentro de uma moldura, no fuste da pilastra, uma cepa de traços rudes dá ramos de onde pendem cachos e outros de onde não saem nem folhas, nem cachos. Parece terminar, em cima, por duas volutas. No lado esquerdo há sinais de também ter sido trabalhada. A base é clássica. Esta pilastra faz lembrar uma de *Quintanilla de las Viñas* ⁽¹⁾ e outra de Tortosa ⁽²⁾.

Mede 0,80 m de altura; 0,36 m de largura e 0,24 m. de espessura.

*
* * *

Mais uma pilastra de Beja, em calcáreo de S. Brissos e pertencente à colecção de José Rodrigues Mourão, Jor., de Beja (Fig. 100). No que resta do fuste há uma grande roseta, de 12 pétalas, dentro de um círculo. A base é clássica. Mede 0,25 m de altura; 0,13 m de largura e 0,10 m de espessura.

*
* * *

Em uma coluna serrada vericalmente pelo eixo foi gravada, na face plana assim resultante, uma grande vieira dentro de um círculo limitado por uma corda (Fig. 101). Na parte superior, dois trifólios enchem os cantos; o espaço central deixado livre é ocupado por outro motivo vegetalista (árvore?).

A peça é bem demonstrativa do aproveitamento de materiais usados em construções anteriores. Ao longo deste trabalho o facto torna-se patente, entre outros monumentos, na capela de S. Frutuoso e nas igrejas de S. Pedro de Balsemão e Idanha-a-Velha; mas não só a aplicação directa de elementos arquitectónicos antigos se observa em monumentos visigóticos como até outros, modificados na sua forma, por ex. este e as pilastrazinhas igeditanas (Fig. 378 a 383), passaram a ter funções diferentes das primitivas.

(1) J. PIJOAN — *S. Artis, op. cit.*, VIII, fig. 552.

(2) H. SCHLUNK — *A. Hisp.*, II, *op. cit.*, fig. 280.

A pedra é de calcáreo, está partida e mede 0,76 m de altura, 0,48 m de largura. É desconhecida a sua procedência, mas supõe-se ter ido dos arredores de Faro para o Museu dessa cidade, onde se encontra.

Poderia ter feito parte de uma pilastra, mas mais provavelmente de um pé de altar.

*
* * *

Parte de pilastra em mármore, encontrada em Idanha-a-Velha (Figs. 102 a 104); guarda-se no Museu local. De secção rectangular, é decorada em três faces, uma das mais largas e as duas mais estreitas.

A estilização e rudeza com que o relevo é marcado, são típicos das peças de escultura visigótica igeditana (de «Civitas Igaeditanorum», hoje Idanha-a-Velha). O tratamento das folhas, das volutas, dos bagos de uva atestam-no. Como se nota nas figuras, o desenho é diferente de uma face para outra.

*
* * *

Fragmento de uma coluna de mármore branco (Fig. 105) encontrado em Vale de Aguiro (Beja) e guardado no Museu Regional. Decoração em todo o perímetro; grande «cantharus» com dois cachos de uvas a fazerem-lhe de tampa. Por cima, duas pombas e uma serpente; uma fita atrás de uma das aves parece ser outra serpente; De um e outro lado da vasilha (Fig. 106) hastes ondulantes, duplas, com gavinhas, folhas e cachos de uvas.

Os espaços livres são ocupados por aves e estilizações estranhas (uma delas lembra a cabeça de um leão!).

Os motivos são os habituais em monumentos funerários. A cobra pode querer significar o demónio, neste caso a tentar a alma (a pomba); mas também pode estar aqui como símbolo da imortalidade, tal como o pavão o era e se vê com certa frequência em monumentos deste período. Vem-lhe o atributo, à serpente, de mudar de pele para «vestir» uma nova, tal como o pavão que larga as penas, periodicamente, para se enfeitar com outras.

Altura da coluna, 0,71 m; perímetro, 1,10 m.

*
* * *

Coluna torsa (Fig. 107), de Idanha-a-Velha. É em granito e mede 0,89 m de altura e 0,35 m de diâmetro.

*
* *
*

Dois fragmentos de colunas torsas, de Beja (Fig. 108); de perímetro diferente (1,29 m e 1,02 m), as espirais de uma desenvolvem-se para a direita, as da outra para a esquerda (Museu Regional).

*
* *
*

Uma coluna, de calcáreo, foi transformada em pilastra de seis faces; uma delas não foi desbastada ficando, portanto, assim demonstrada a sua forma primitiva. Parece ter sido encontrada em Faro e está no Museu Regional. Na parte superior (Fig. 109), em uma das faces, foi esboçado um capitel, decorado com arcos concêntricos e, na parte superior, desenhos espiraliformes.

Altura 1,00 m, diâmetro 0,235 m.

*
* *
*

Fragmento de uma coluna, talvez pilar de altar (Fig. 110). Calcáreo. Encontrada em Mértola e guardada na col. da Escola Primária local. Mostra uma cruz patada, dentro de um círculo; dos braços verticais da cruz destacam-se volutas para um e outro lado. Por baixo ainda se vê parte de outro círculo, com um grande cacho de uvas; o cacho tem forma lanceolar.

Nos espaços entre os dois círculos, uma larga palmeta.

*
* *
*

Coluninha torsa, de mármore branco, com base e capitel na mesma peça; (Fig. 111) conservada no Museu Etnológico. Não tem n.º e não se sabe a proveniência. Altura 0,605 m.

*
* *
*

Parte do fuste e base de uma outra pequenina coluna torsa, de mármore branco (Fig. 112). É de Idanha-a-Velha e guarda-se no Museu local.

*
* *
*

Outra pequena coluna do mesmo tipo em mármore branco (Fig. 113); foi encontrada em Terrugem ⁽¹⁾ e guarda-se no Museu de Elvas.

Altura 1,02 m, diâmetro 0,11 m.

(1) ABEL VIANA — *Arqueologia dos arredores de Elvas*, Trab. de Antrop. e Etnol XII, 3-4, Porto, 1959, pág. 302.

*
* *
*

Parte inferior de duas pequenas colunas e bases respectivas (Fig. 114). É de Idanha-a-Velha e está no Museu local.

*
* *
*

Pequena coluna e capitel na mesma peça (Fig. 115), de Vera Cruz de Marmelar. Está na Igreja Matriz.

*
* *
*

Parte do fuste e capitel de uma pequena pilastra de calcáreo (Fig. 116). Conímbriga? Está no Museu Machado de Castro (Coimbra).

*
* *
*

Pequena pilastra de mármore branco (Fig. 117) encontrada na Catedral de Idanha-a-Velha, durante as escavações. Base cúbica, decorada nas 4 faces por um tetrafólio; a base prolonga-se por um grosso espigão, para fixar a pilastra. Acima do cubo um trifólio; o fuste tem uma meia cana no lugar das arestas. Em cima, esboço rudimentar de capitel (?) com decoração geométrica. Guardada no Museu local.

Altura 0,45 m, largura 0,23 m.

*
* *
*

Outra pequena pilastra de Conímbriga, em calcáreo de Anã (Fig. 118); é semelhante à da Fig. 116, mas as faces do fuste são decoradas com traços oblíquos. O capitel leva uma palmeta em cada face. Está no Museu Machado de Castro.

*
* *
*

Fragmentos de pequenas pilastras de Conímbriga (Figs. 119 a 121), guardadas no Museu Machado de Castro (as peças de Conímbriga, guardadas neste Museu, deverão transitar para o Museu de Conímbriga, a inaugurar brevemente). Palmetas e grossas meias esferas, estilização de bagos de uvas.

*
* *
*

Pequeno capitel que fazia corpo com o fuste; decorado nas quatro faces (Fig. 122) com palmetas e volutas. É em calcáreo de S. Brissos, foi encontrado em Beja e pertence à col. de José Rodrigues Mourão, Jor.

Altura 0,16 m, largura em cima 0,075 m e em baixo 0,09 m.

*
* *

Pequeno capitel de mármore branco, destacado do fuste de que fazia parte (Fig. 123). Encontrado nas escavações dentro da catedral de Idanha-a-Velha; guardado no Museu local. Decoração, de volutas e palmetas, muito rude. Altura 0,21 m e 0,10 m de largura.

*
* *

Outro capitelzinho de Idanha-a-Velha (Fig. 124) semelhante ao anterior e encontrado e guardado nos mesmos locais.

*
* *

Capitelzinho de Mértola (Fig. 125), em calcáreo de S. Brissos e conservado no Museu Etnológico. É cúbico no terço superior. Decorado com volutas. Altura 0,15 m e largura 0,085 m.

*
* *

Pequeno capitel e restos de fuste, em mármore (Fig. 126). É de Mértola e está no Museu Etnológico (E. 6.499). Notar a estilização da metade inferior, com largas folhas lisas (palmeira?).

Altura 0,145 m, largura 0,085 x 0,11 m.

*
* *

Outro pequeno capitel de Mértola (Fig. 127), semelhante ao anterior no conjunto, mas diferente nos pormenores. Também está no Museu Etnológico.

Altura 0,123 m, largura 0,105 m.

*
* *

Capitel, de Beja (Fig. 128), em calcáreo de S. Brissos; está no Museu Regional de Évora. Tipo coríntio, degenerado; decoração rude, com rosetas e esboço de voluta (?).

*
* *

Capitel visigótico (Fig. 129), do primeiro período, bem como os seguintes até Fig. 139. Mármore. Conserva-se no Museu Regional de Faro e supõe-se ter sido encontrado na cidade ou arredores. Altura 0,19 m, largura em cima 0,26 m.

*
* * *

Capitel do Museu Machado de Castro (Fig. 130), possivelmente encontrado nos arredores de Coimbra (Conímbriga?). Uma fila de grossas folhas, bordos escavados em meia cana.

*
* * *

Capitel em calcáreo de S. Brissos (Fig. 131), «vindo do Alentejo» segundo o Livro de entradas (possivelmente de Beja) e guardado no Museu Etnológico. Altura 0,31 m e largura, em cima, 0,33 m.

*
* * *

Capitel de Conímbriga, em calcáreo (Fig. 132) e guardado no Museu Machado de Castro. É do mesmo tipo coríntio, degenerado, de alguns capitéis anteriores.

*
* * *

Capitel conservado no Museu Etnológico; não se conhece a procedência (Fig. 133). Calcáreo. Ornatos bastante gastos, mas vêem-se, partidas, as mesmas folhas largas dos anteriores e as volutas.

*
* * *

Capitel de calcáreo cinzento encontrado em Alcantarilha (Algarve); está na col. dos Herd. de Sebastião Ramalho Ortigão (Fig. 134). Tem, de curioso, as quatro folhas largas de bordo recortado colocadas nos cantos; no resto, segue o tipo geral.

*
* * *

Capitel de Beja, de decoração muito rude (Figs. 135 a 137), em calcáreo de S. Brissos. Conservado no Museu Etnológico (E. 6630). Ábaco quadrado, liso. No corpo, alternadamente trifólio e estilização de uma árvore; nos cantos «pinha» estilizada? Quebrado na parte inferior. Altura 0,13 m; largura, em cima, 0,255 x 0,240 m.

*
* * *

Capitel de Alcácer do Sal (Fig. 138), de calcáreo, guardado no Museu da vila. Ábaco liso e quadrado; decoração do corpo por um trifólio tosco, com volutas nos pontos externos. Altura 0,22 m; largura, em cima, 0,44 m.

*
* *
*

Capitel em calcáreo (Fig. 139), conservado no Museu Machado de Castro, de Coimbra (n.º 3928). Procedência desconhecida. Notar a grande folha angular e a rudeza do trabalho do corpo; compará-lo com o capitel visigótico, assinado, proveniente de Toledo e conservado, em Madrid, no Museu do «Instituto Valencia de Don Juan» (¹).

*
* *
*

Tem forma de ábaco a peça de calcáreo de S. Brissos (Fig. 140 e 141) proveniente de Mértola e guardada no Museu Etnológico. De um lado mostra trifólios dentro de arquinhos, como em um friso de S. Frutuoso; do outro, a cruz patada. Inicia-se o segundo período, na decoração de capitéis e ábacos. Altura 0,12 m, largura, em cima, 0,29 m.

*
* *
*

Grande capitel em calcáreo; aproveitado para pia de água benta, na Igreja da Misericórdia de Faro (Fig. 142). Possivelmente teria pertencido a um grande templo. Talhe muito rude e marcado. Decoração com folhas de palma entrecruzadas, dispostas alternadamente: folhas maiores nos ângulos e mais pequenas nas faces. As folhas rematam em volutas. Altura 0,43 m; largura difícil de precisar, por parte da pedra estar embebida na parede do templo, mas aproximadamente 0,60 m, em cima.

*
* *
*

Capitel de mármore (Fig. 143), proveniente de Beja e guardado no Museu Etnológico (E. 6626). Larga folha de acanto estilizada, em cada bordo, prolongando-se até meio das faces laterais do corpo do capitel. Nos vértices, uma voluta; no espaço entre as paredes da voluta, uma cruz patada. Altura 0,235 m; largura, em cima, 0,38 m.

*
* *
*

Capitel em mármore branco, proveniente do Alentejo (Figs. 144 e 145); guardado no Museu Etnológico (E. 6642). É de mármore. As folhas de acanto, profundamente recortadas, também reviram as pontas mais que o habitual. Por cima, decoração com rosetas e hastes de videira, com cachos e folhas.

Altura 0,31 m; largura, em cima, 0,33 m.

(¹) H. SCHLUNK — *An. Hisp. op.cit.*, II, fig. 250.



Capitel de mármore branco conservado no Museu Etnológico (Figs. 146 e 147). Não tem indicação de proveniência; no entanto, está na sala onde a grande maioria dos objectos é de Mértola.

Largas folhas decoram o corpo; são muito recortadas e a nervura de uma continua-se com a das vizinhas. Os espaços livres, em cima, são preenchidos ou com rosetas de seis pétalas ou com trifólios.



Capitel de mármore branco (Fig. 148). É de Beja (Capela de N. S.^a da Guia) e está no Museu Regional. A primeira fila é de folhas de acanto quase planas, com nervuras. As folhas que cobrem os ângulos são grandes e recortadas.

Dimensões: altura 0,33 m; largura, em cima, 0,35 m.



Parte média de um capitel de Beja (Fig. 149), em calcáreo de S. Brissos e conservado no Museu local. Decoração com sulcos paralelos a formar folhas (?), palmetas (?). Altura 0,12 m; largura, em cima, 0,31 x 0,27 m.



«Capitel de mármore de singular decoração vegetal. Tipo visigótico. Proveniente de perto de Miranda do Corvo, século VIII», segundo o catálogo do Museu Machado de Castro (Livro 1, pág. 55), escrito por Vergílio Correia. Tem de altura 0,43 m. e de largura, em cima, 0,52 m (Fig. 150).



Capitel, de mármore branco (Fig. 151); é de Alcácer do Sal e está no Museu Municipal. Em baixo, uma fila de pequenas folhas de acanto; no nível superior desenvolvem-se folhas largas e estas últimas têm, inclusas, folhas de pontas mais finas. Nas folhas de acanto nota-se o trabalho do trépano e nas folhas do meio de cada face há um remate feito por duas rosetas. O espaço entre o ábaco e as folhas

da fila mais alta é ocupado por sulcos verticais, à maneira de alguns capitéis bizantinos. A meio desta face, no ábaco, uma pequena vieira. Altura 0,43 m; largura, em cima, 0,465 m.

*
* * *

Capitel de mármore, muito mutilado (Fig. 152); é semelhante ao anterior. Procedência desconhecida. Conserva-se no Museu Regional de Faro. Altura 0,295 m; largura, 0,33 m.

*
* * *

Capitel de mármore, encontrado em Alcácer do Sal (Fig. 153) e guardado no Museu Municipal. É praticamente idêntico a outro de Alcácer descrito na pág. anterior, mas melhor conservado. Altura 0,43 m; largura 0,52 m. Devem ter pertencido ao mesmo monumento.

*
* * *

Capitel de calcáreo, encontrado no Pomar dos Mouros, em Santiago de Cacém (Fig. 154); está no Museu Municipal. Ainda tem forte influência romana. Mostra uma fila de folhas de acanto; por cima, decoração vegetalista terminando em antenas, com uma roseta. A um e outro lado uma longa folha devia terminar na voluta, que já não existe. Altura 0,28 m; largura, em cima, 0,23 m.

*
* * *

Capitéis da Igreja de Santo Amaro, de Beja (Figs. 155 a 161). Notar as formas e tipos distintos de capitel para capitel. Já neles falámos ao tratar da Igreja.

*
* * *

Este capitel de Beja, em calcáreo de S. Brissos (Figs. 161 e 162), conserva-se no Museu Regional de Évora. É um dos capitéis mais curiosos deste período por ter representados dois animais, que parecem ser duas lebres, à desfilada. O mesmo motivo se repete na face oposta. De entre os capitéis deste período, conhecidos em Espanha, lembra-nos ter visto um em Toledo, com um veado (influência de Ravena?). Todo o resto da decoração do capitel está ocupado por sulcos verticais, à maneira bizantina.

Altura 0,38 m; largura, em cima, 0,44 m.

*
* * *

Capitel de Monsaraz (Fig. 163), de mármore branco, muito largo e achatado. Foi encontrado na vila e guarda-se no pequeno Museu da Igreja local.

*
* * *

Capitel cúbico, de calcáreo de S. Brissos (Fig. 164), guardado no Museu Municipal de Santiago de Cacém; foi encontrado perto da vila. Folhas estilizadas, volutas e rosetas. Lado, 0,28 m.

*
* * *

Capitel de granito, conservado no Museu Etnológico (Figs. 165 e 166), proveniente de Idanha-a-Velha. Grande ábaco de forma quadrada; o corpo do capitel é estranhamente decorado com folhas lanceolares em dois lados, que alternam com outros dois onde as folhas são cordiformes. Discos, com disco incluso, nos ângulos, em dois lados, como a fazerem os topos de um rolo; ou então um só disco a meio da face.

*
* * *

Ábaco, de Idanha-a-Velha (Fig. 167), em mármore branco, com quadrado ao centro para assentar sobre o capitel. Está no Museu local. Mede $0,30 \times 0,16$ m; espessura, ao centro, 0,08 m.

*
* * *

Outro ábaco de Idanha-a-Velha (Fig. 168), semelhante ao anterior, também de mármore e guardado no Museu local. Mede $0,38 \times 0,24$ m; espessura, ao centro, 0,04 m.

*
* * *

Outro ábaco de Idanha-a-Velha (Fig. 169) em mármore e guardado no Museu local. Os lados são ocupados pelos clássicos arquinhos, dispostos em duas filas. Medidas $0,26 \times 0,22$ m; espessura, ao centro, 0,08 m.

*
* * *

Ábaco (Fig. 170) em calcáreo de S. Brissos, semelhante aos anteriores. É de Silveirona (escavações, inéditas, do Prof. Manuel Heleno) e está exposto no Museu Etnológico (E. 6375). Notar a diferença entre a palmeta, à direita e à esquerda, da folha central.

*
* * *

Fragmento de ábaco em mármore (Fig. 171), do tipo dos anteriores; é de Mértola e está no Museu Etnológico. Nos lados maiores, série de sulcos a formarem arcos paralelos; no único lado menor, que resta, mostra uma larga palmeta.

Dimensões: 0,22 × 0,145 m; espessura 0,07 m.

*
* * *

Ábaco de Silveirona (mesmas escavações onde foi encontrado o da Fig. 170), com decoração fora do habitual (Fig. 172), mas que incluímos no período visigótico pela forma da peça, pela técnica e local onde foi encontrada. Nos lados maiores mostra triângulos em série, moldura que se encontra em decorações romanas; dentro de cada triângulo pode ver-se a estilização da palmeta. Nos lados menores, cruz inclusa em um círculo; os braços são iguais e estriados longitudinalmente. O círculo está, por sua vez, acompanhado por duas rosetas, junto ao bordo do ábaco.

Dimensões: 0,425 × 0,325 m; espessura 0,10 m.

*
* * *

Ábaco, de Sines (Figs. 173 e 174); encontrado por Paulo Bensliman no jardim de uma sua casa sobre a ponta Sul da baía de Sines. É em calcáreo de S. Brissos. Os bordos opostos têm decoração idêntica: tetrafólio entre duas palmetas de um lado, moldura de linhas paralelas e horizontais, do outro. Está actualmente a servir de mesa no jardim da Pousada de Santiago do Cacém. Mede, em cima, 0,56 × 0,58 m; altura 0,14 m.

*
* * *

Grande ábaco, de pilastra (Fig. 175 e 176), em calcáreo tipo de S. Brissos. É de Elvas e está no Museu Municipal. Em uma das faces, a meio, mostra uma cruz patada, de extremidades em meia lua; a um e outro lado, uma faixa ao alto, com duas palmetas sobrepostas. Nas duas faces contíguas (a oposta não tem labores), arquinhos formados por três linhas concêntricas. Dimensões: 0,38 × 0,36 m; altura 0,22 m.

Este ábaco supôs Serpa Pinto ⁽¹⁾ ter pertencido «ao mesmo edificio a que pertenceu a pilastra» de Elvas (Fig. 82 e pág. 188).

⁽¹⁾ R. DE SERPA PINTO — *Restos visigóticos de Elvas e Campomaior*, rev. A Águia, XX, n.º 2, Porto, 1922.



Fragmento de ábaco, de Beja e guardado no Museu Regional. Tem ao centro uma cruz patada (Fig. 108) e, aos lados, uma palmeta. É idêntico a um ábaco do Museu Arqueológico de Toledo ⁽¹⁾.

Dimensões: altura 0,20 m; largura, em cima 0,58 × 0,46 m.



Outro ábaco, de Beja, em calcáreo de S. Brissos (Fig. 83) e guardado no Museu Regional. Decorado com cruces patadas.

Dimensões: altura 0,30 m; largura, em cima, 0,60 × 0,59 m.



Verga de porta (ou pilastra) a servir de padieira (Fig. 177) à porta lateral, do lado Sul, da Igreja de Abiul (Pombal).

Já descrevemos pormenorizadamente esta pedra ⁽²⁾ e uma outra quase igual, que está na mesma Igreja a servir de lintel à porta lateral Norte. São curiosas as cruces patadas enfeitadas nas extremidades por pequenas volutas (à maneira de gavinhas) e preenchidas por meias esferas. As cruces estão acantonadas por cachos de uvas dispostas em vários sentidos. Dos lados das cruces, tarjas com sexifólios. Dimensões: 1,85 × 0,50 m; espessura 0,22 m. A segunda pedra é de dimensões sensivelmente iguais.



Placa de mármore (Fig. 178), de Estoi (Algarve). Era da col. de Estácio da Veiga e pertence ao Museu Etnológico (E. 6501). Foi reconstituída em parte. Mostra o «cantharus» com as duas pombas, motivo tão frequente no período paleocristão.



Parece tratar-se de uma placa a peça da Fig. 179; mas dada a grande espessura que tem, é somente um motivo decorativo em forma de placa. Está no Museu Regional de Faro, mas ignora-se a procedência; sabe-se, no entanto, que é do Algarve. Dimensões: 0,48 × 0,33 m; espessura 0,50 m.

⁽¹⁾ CAMPS CAZORLA — *El Arte hispano visigod*, op. cit., fig. 228, pág. 496.

⁽²⁾ D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras Visigodas de Abiul, Conímbriga*, Coimbra, 1959.

*
* * *

Placa (?) em calcáreo (Fig. 180) metida no cunhal NO da Torre de Menagem do Castelo dos Templários, em Tomar e a três metros do chão. Rosetas e círculos secantes, em filas. Dimensões: $0,97 \times 0,57$ m; espessura 0,34 m.

*
* * *

Placa (?) em calcáreo acinzentado, no muro do lado Poente, parte exterior, da Torre de Menagem do mesmo Castelo (Fig. 181). Está à altura do adarve. Curioso desenho em linhas rectas a formarem um rectângulo; uma cruz inclusa dando lugar a quatro pequenos rectângulos e cada um destes dividido em quatro triângulos. Diríamos tratar-se de uma mesa de altar, dada a semelhança com a de Alcaudete ⁽¹⁾. Dimensões aproximadas: $0,40 \times 0,35$ m.

*
* * *

Outra possível mesa de altar (Fig. 182) embebida no mesmo muro da anterior. É em pedra idêntica. Superfície lisa, com moldura a formár rebordo. Medidas aproximadas: $0,60 \times 0,40$ m.

*
* * *

Grande mesa de altar (Fig. 183), de Beja, em calcáreo de S. Brissos. Cruz patada ao centro do bordo e um trifólio seguido de palmeta, de cada lado. A decoração repete-se nos outros dois bordos. Está no Museu Regional.

Dimensões: $1,07 \times 0,64$ m; espessura 0,20 m.

*
* * *

Fragmento de «mesa de altar encontrada em Elvas» ⁽²⁾ e guardada no Museu Municipal (Fig. 184). É em mármore e lavrada em dois bordos; o terceiro foi quebrado. Cachos (de uvas) cordiformes; cepa e folhas estilizadas.

Dimensões: largura 0,85 m; altura 0,18 m; espessura 0,32 m.

⁽¹⁾ CAMPS CAZORLA — *Hist. de Esp.*, de Pidal, III, *op. cit.*, fig. 191, pág. 476.

⁽²⁾ R. DE SERPA PINTO — *op. cit.*

*
* * *

Placa de calcáreo (Figs. 185 e 186) do Museu de Faro, sem indicação de procedência. Lavrada em ambas as faces, com tarja idêntica dos dois lados; mas, ao centro, a cruz dentro de um círculo em uma e a roseta na outra.

Dimensões: lado intacto 0,75 m; lados partidos 0,59 m e 0,35 m; espessura 0,095 m.

*
* * *

Metida nas paredes dos quintais de duas casas, ao fundo da aldeia de Marmelar (Vidigueira), há três fragmentos de peças visigóticas. Um deles é uma placa (Fig. 187) de calcáreo, com rosetas dentro de quadrados; tem $1,09 \times 0,88$ m.

*
* * *

Outra placa, esta em calcáreo branco, de S. Brissos (Fig. 188); é de Beja e está no Museu Regional. Mostra a habitual decoração por círculos secantes. Mede $0,52 \times 0,39$ m; a espessura é de 0,10 m.

*
* * *

Bloco de calcáreo de S. Brissos (Fig. 189); é de Beja e está no Museu Regional. Decoração pela conhecida rede de pequenos arcos, com roseta inclusa nos espaços formados. Tarja com hastes ondulantes e roseta dentro dos círculos desenhados pelas hastes. Na face oposta leva as quinas de Portugal com 24 castelos e uma data: «Era de mil trezentos e quarenta e cinco anos se fez esta torre».

Mede 0,57 m no lado intacto, maior, e 0,42 m no lado oposto; a espessura é de 0,50 m.

*
* * *

Canto de uma placa de mármore (Fig. 190), aparecido próximo de Monte Clarives, freguesia de Giões (Alcoutim); está no Museu Etnológico, onde o seu n.º correcto é 6638. Mede $0,40 \times 0,45$ m; a espessura é de 0,115 m.

*
* * *

Outro canto de uma placa de Beja, guardado no Museu Regional (Fig. 191).

*
* *

Vários fragmentos de uma placa de mármore (Fig. 192) reconstituída no seu desenho (Fig. 193). Era do Santuário de S. Miguel da Mota e está no Museu Etnológico (E. 7761). Trabalho muito cuidado, mostra a cruz patada com duas pombas sobre os braços horizontais e, por baixo, possivelmente o alfa (à esquerda).

Dimensões: 0,685 × 0,50 m; espessura 0,10 m.

*
* *

Placa de mármore (Fig. 194) «do feitiço de porta, de Arraiolos», segundo o livro de entradas do Museu Etnológico (E. 6295). Decoração com círculos secantes. Tarja com hastes ondulantes; rosetas inclusas nos espaços dos círculos formados.

Dimensões: 0,715 × 0,495 m; espessura 0,085 m.

*
* *

Placa de mármore (Fig. 195), encontrada em Idanha-a-Velha e guardada no Museu local. Decoração somente com desenhos geométricos.

*
* *

Nas escavações de Abel Viana, no Castro da Cola (Ourique) apareceu um fragmento de placa (Fig. 196) em mármore; foi guardado no Museu Regional de Beja. Trabalho muito rudemente, mostra dois cachos, uma árvore e parte de outra; está tudo dentro de um círculo limitado por uma circunferência em corda.

Dimensões: 0,33 × 0,27 m; espessura 0,09 m.

*
* *

Fragmento de uma placa de mármore encontrado em Conímbriga (?) e guardado no Museu Machado de Castro (Fig. 197). Faixas paralelas, tetrafólios, hastes ondulantes e outros motivos vegetalistas. Trabalho muito rude.

*
* *

Placa de mármore (Fig. 198) encontrada em Campomaior e conservada no Museu Municipal de Elvas. Aparte o belo desenho e técnica cuidada, a placa tem o mérito de levar dois monogramas em letras visigóticas, muito raros na epigrafia

do território português. Uma circunferência de meias esferas faz um círculo que é preenchido por rosetas de seis pontos, de pétalas alongadas. Nos cantos, outras rosetas com o mesmo número de pétalas, mas ovalares; os espaços livres são preenchidos com ramos.

O monograma do lado direito é muito semelhante ao da lápide sepulcral de Senatore, conservada no Museu Cívico de Malaspina (Pavia) ⁽¹⁾. Reproduzimo-lo ao lado da placa (Fig. 199). É fácil a sua leitura, como é também a do monograma do lado esquerdo da placa de Campomaior, onde se lê, sem dúvida, «Monasterio». Quanto à do lado direito é difícil: o Santo indicado será «Leonardus», «Laurentius»? Já Serpa Pinto ⁽²⁾ chamava a atenção para o facto e não lhe encontrara solução.

Os caracteres dos monogramas são do séc. VII e a escultura está de acordo com a data. Há um capitel de Salona, do Bispo Pedro ⁽³⁾, que tem um monograma semelhante e Kautzsch considera-o dos meados do séc. VI.

Dimensões: 0,50 x 0,32 m; espessura 0,05 m.

*
* * *

Placa de mármore branco (Fig. 200) a servir de soleira à porta do cemitério de Marmelar (Vidigueira). Está quebrada no lado direito e o relevo gasto pelos que sobre ela continuam a passar. Ao centro mostra duas hastes ondulantes de onde saem folhas e alguns cachos; o trabalho é bastante rude. Em volta, margem decorada por uma dupla série de arcos a simbolizarem hastes ondulantes; dentro dos espaços formados pelos arcos, uma cavidade com uma roseta.

Esta pedra tem um certo parentesco com a de Almonaster (Serra Morena) ⁽⁴⁾; nesta, a tarja é praticamente idêntica, mas o centro está dividido em quadrados com uma palmeta muito estilizada dentro de cada um. A lápide é sepulcral e está à frente da capela do castelo, onde existem outros restos visigóticos.

Também perto de Madrid, em Valdeolmos ⁽⁵⁾, em uma igreja românica há uma lápide sepulcral totalmente lavrada a bisel, indubitavelmente visigótica pelos motivos que a decoram. Tem, igualmente, um espaço rectangular ao centro. Mede 1,75 x 0,75 m.

Esta pedra de Marmelar, conjuntamente com as outras dispersas pelos muros e casas da aldeia, são testemunho de ter existido um monumento visigótico ou no

⁽¹⁾ GAETANO PANAZZA — *Lapidi e sculture Paleocristiane e pre-romanche di Pavia*, Torino, 1953, Est. XCVII e n.º 64 do catálogo, pág. 255.

⁽²⁾ R. DE SERPA PINTO — *op. cit.*

⁽³⁾ R. KAUTSCH — *Kapitellstudien*, Berlim, 1936, est. 3, fig. 27, pág. 19.

⁽⁴⁾ DIEGO ANGULO IÑIGUEZ — *Arquitectura Mudéjar Sevillana de los siglos XIII, XIV y XV de la Soc. Española de Excursiones*, XL, 1932, Lam. I, fig. 3, págs. 165, 212.

⁽⁵⁾ MARQUÉS DE LOZOYA — *Pinturas murales descubiertas cerca de Madrid. Um Nuevo monumento visigótico*, Investigación y Progreso, XI, 1940, fig. 3, págs. 13 a 16.

povoado ou na sua vizinhança, não falando já em Vera Cruz de Marmelar, a que atrás nos referimos e voltaremos a citar.

*

* *
*

Verga da porta que da Torre de Menagem do Castelo dos Templários, em Tomar, dá para o adarve (Fig. 201). É de calcáreo e tem o bordo livre com decoração em corda. Inclue-se no catálogo por, na mesma Torre, terem sido metidas outras pedras visigóticas, algumas já descritas (Figs. 180 a 182). Mede 1,25 m de comprimento, 0,17 m de altura e 0,45 m de largura.

*

* *

Friso em calcáreo tipo de S. Brissos (Fig. 202), trazido do templo de S. Miguel da Mota (Terena) para o Museu Etnológico (E. 7886). Decoração em espinha. Mede $0,81 \times 0,15$ m. A espessura é variável: máxima 0,30 m.

*

* *

Friso em calcáreo (Fig. 203); encontrado no muro do quintal do «Paço» de Vera Cruz de Marmelar. Decoração em losangos, difícil de apreciar por estar muito coberta de cal. Actualmente pertence à col. da Igreja Matriz. Mede $0,32 \times 0,08$ m.

*

* *

Friso em calcáreo de S. Brissos (Fig. 204), da col. de José Rodrigues Mourão, Jor., de Beja, onde a peça foi encontrada. Mede $0,38 \times 0,135$ m; a espessura é de 0,43 m.

*

* *

Aduela de um arco, decorada com um friso de rosetas inclusas em quadrados (Fig. 205). A face inferior leva um friso em SS. É em calcáreo de S. Brissos e pertence à col. de José Rodrigues Mourão, Jor., de Beja. Foi encontrada na cidade e mede $0,48 \times 0,27$ m e 0,15 m de espessura.

*

* *

Friso, em mármore (Fig. 206). Apareceu em Alcaínça (Mafra) ⁽¹⁾ a servir de soleira a uma porta, de onde foi levada para a Casa do Povo de Mafra, dando entrada no Museu privativo da dita Casa do Povo (n.º 3014, invent. 633). Dimensões: $0,45 \times 0,127$ m; espessura 0,11 m.

(1) O. DA VEIGA FERREIRA — *Acerca duma pedra visigótica ornamentada*, Rev. do S. N. dos Eng. Aux., Lisboa, 1950.



Friso guardado no Museu Regional de Beja, de onde é a pedra. Não se conhece a origem. É em calcáreo de Trigaches. Haste ondulante, com cacho e folhas (Fig. 207). Mede $0,40 \times 0,15$ m; espessura 0,08 m.



Friso em mármore branco metido em uma parede da Catedral de Idanha-a-Velha, possivelmente quando a igreja foi reparada nos séc. XV e XVI (Fig. 208). Está por cima da coluna do lado esquerdo, da capela de S. Bartolomeu. Sobre a coluna do lado direito, há outro friso igual. Série de palmetas, trabalho bastante rude. Mede $0,90 \times 0,22$ m.



Friso de Beja, em calcáreo de Trigaches (Fig. 209); está no Museu Regional. Decoração em trifólios, como em S. Frutuoso. Dimensões: $0,46 \times 0,19$ m; espessura 0,585 m.



Friso em calcáreo de S. Brissos, decorado com círculos secantes formando trifólios (Fig. 210). É de Beja e está no Museu Regional. Dimensões: $0,27 \times 0,12$ m; espessura 0,21 m.



Fragmento de friso, em tudo idêntico ao anterior (Fig. 211), mas com uma cruz patada: mesa de altar? É de Beja e está no Museu Regional.

Mede 0,80 m de comprimento e 0,24 m de altura; a espessura está reduzida a 0,12 m.



Friso de Beja, em calcáreo de S. Brissos; guardado no Museu Regional. Hastes ondulantes duplas e uma roseta lateral (Fig. 212). Mede $0,85 \times 0,12$ m e 0,17 m de espessura.



Friso de Mértola (Fig. 213), guardado na col. da Escola Primária local. Decoração em losangos, com disco incluso centrado por um botão. Folhas cordiformes a preencherem os espaços vazios.



Friso de Mértola, também da mesma colecção (Fig. 214). Notar a estilização do «cantharus», das folhas e dos cachos: mesa de altar?



Friso de Beja (Fig. 215) em calcáreo de S. Brissos; está na torre da Igreja de Sta. Maria (antiga Catedral visigótica?), no cunhal do lado Nascente. Tetrafólios dentro de círculos formados por hastes ondulantes; uma palmeta nos espaços livres. Mede $0,60 \times 0,29$ m; espessura 0,52 m.



Outro friso na torre da mesma igreja e no mesmo cunhal (Fig. 216). Igualmente círculos formados por hastes ondulantes, mas em vez de tetrastelos tem outra decoração que não se define capazmente. Dimensões: $0,39 \times 0,20$ m.



Cruz (fragmento) inclusa em um círculo (Fig. 217); calcáreo de S. Brissos. É da col. de José Rodrigues Mourão, Jor. e praticamente igual a um outro do Museu Regional. Apareceu junto da Capela de S. João, em Beja (o do Museu foi encontrado também em Beja, perto da Igreja de Sta. Maria). Raio 0,14 m; espess. 0,045 m.



Margarida dentro de um círculo formado por uma corda (Fig. 218). Está metido na parede da Igreja matriz de Fermedo. Faz lembrar a decoração sobreposta à inscrição contemporânea da fundação da Igreja de «S. Pedro de la Nave» ⁽¹⁾.



Outra cruz (fragmento) semelhante à de fig. 217; mesmo calcáreo (Fig. 219), aparecida no mesmo local e propriedade do mesmo coleccionador-arqueólogo. Raio 0,10 m; espessura 0,045 m.

⁽¹⁾ E. CAMPS CAZORLA — *El Arte hisp. visig.*, op. cit., fig. 344, pág. 569.

*
* * *

Frontão (Fig. 220) de Beja, da colecção do Museu Regional, com uma pomba a um e outro lado de uma coroa, fechada em baixo por uma argola; roseta inclusa. Uma cobra serpenteia ao longo do bordo inferior do triângulo. Por baixo do vértice superior do frontão, uma pinha-estilizada. É cheia de simbolismo paleocristão, esta peça de Beja.

*
* * *

Fragmento de outro frontão de Beja e guardado também no Museu Regional (Fig. 221). À parte o bordo, que está gasto, é igual aos frontões de Vera Cruz de Marmelar (Figs. 222 e 223). É em calcáreo de Trigaches e mede $0,52 \times 0,28$ m; a espessura é de 0,10 m.

*
* * *

Frontão de Vera Cruz de Marmelar (Fig. 222). Compará-lo com o anterior. Está metido na parede posterior da Igreja-fortaleza da freguesia, juntamente com outra perfeitamente igual (Fig. 223), a uma altura de cerca de 10 metros do chão (Fig. 224). São contornados por uma trança; a parte central mostra em baixo dois motivos florais idênticos e ao lado um do outro; no andar que se segue há uma vieira estilizada, sobre uma palmeta. Junto ao vértice não se consegue interpretar o motivo que ocupa esse pequeno espaço.

A ornamentação lembra, até certo ponto, a placa decorativa de «La Garriga» Barcelona (1). A função que poderiam ter tido estas duas peças idênticas, não nos parece fácil de calcular; a vieira, símbolo do batismo, poderia fazer pensar ter ornamentado o batistério. A existência de outra igual, em Beja, parece corresponder a uma razão litúrgica mas que, repetimos, não sabemos qual seria.

*
* * *

Em Portugal conhecemos um único nicho (Figs. 225 e 226), o de Vera Cruz de Marmelar. Está na Igreja Matriz, no absídiolo do lado da Epístola. Poderia pensar-se ter sido uma fresta desde o início, como o é na actualidade; mas a rica ornamentação que o enquadra leva a pensar o contrário. O que resta do nicho pròpriamente dito é a parte superior, escavada em meias canas à maneira de uma vieira e rematada por um friso enfeitado com uma haste ondulante. A ornamentação em torno do nicho mostra uma superfície com os habituais arcos centrados por

(1) P. DE PALOL — *Escultura de la epoca hispano-visigoda en Gerona, Analecta Sacra Tarraconensia*, 1950, fasc. I, Lám. II, fig. 31, à esquerda.

uma roseta; em cima e em baixo, um friso com duas hastes enroladas e outro motivo floral nos espaços formados. Mais abaixo, a um e outro lado, duas figuras em SS que, parece, continuariam para a face interior do nicho ou foram ali colocadas posteriormente, o que não é provável.

Em torno de todo o absidiolo segue um cordão com hastes enroladas e uma folha ao centro de cada espaço formado.

O absidiolo onde está o nicho, é coberto por abóbada de canhão, de volta perfeita; em parte foi picada, o que pode erradamente levar a pensar em curva de ferradura.

Dimensões: largura total, em cima, 1,23 m; altura 0,59 m. O nicho mede, em cima, 0,60 m de profundidade.

O tipo de decoração deste nicho tem manifesta afinidade com o de janelas e portas de «S. Pedro de la Nave» (Zamora) (1).

*
* * *

Mísula, de Beja, amputada em parte do bordo esquerdo e no bordo direito; rematada por uma grande concha na extremidade livre (Fig. 229). Foi picada no bordo, pelo menos de um lado; no lado esquerdo não o foi completamente e nota-se ainda uma palmeta junto ao ângulo inferior. Está no Museu Regional. Esta peça é semelhante a uma outra de «S. Juan de Baños», onde teve também função de mísula, segundo informação amavelmente prestada por P. de Palol. Largura máxima 0,49 m.

*
* * *

Pia de água benta, de Beja, em calcáreo de S. Brissos, e guardada no Museu Regional (Fig. 228). Deve ter sido trabalhada nos quatro lados, mas dois deles já estão em parte destruídos; mostra o trifólio ao centro, dentro de um círculo, entre motivos florais de seis pétalas.

Medidas: altura 0,37 m; largura 0,63 m.

*
* * *

Nas escavações na Catedral de Idanha-a-Velha e no adro em torno têm aparecido, com frequência, fragmentos de peças visigóticas, em mármore. Um deles (Fig. 229) é uma parte de gelosia vasada em mármore branco. Devia ter sido do tipo da gelosia de «Sta. Comba de Bande», sobre a qual orientámos a reconstituição (Fig. 230), ou do de uma das basílicas de Torre de Palma, ainda inédita (escavações do Prof. Manuel Heleno). Últimamente observámos mais um fragmento de gelosia, no Museu Regional de Faro; foi encontrado em Milreu.

(1) E. CAMPS CAZORLA — *El Arte hisp. visig.*, op. cit., págs. 566 a 568, figs. 341 a 343.

*
* * *

Sarcófago de Évora, em mármore branco (Fig. 231). Está no Museu Etnológico. O «cantharus», ao centro, é o símbolo da vida eterna, de que guarda o elixir; junto aos bordos, cabeças de leão, símbolos da morte. Entre estes motivos o espaço foi preenchido com «strigilles», tipo cristão ⁽¹⁾. Comprimento total, 2,49 m; altura, 0,555 m; largura, 0,88 m.

*
* * *

Tampa de sarcófago trapezoidal, em granito (Fig. 232), encontrada em Monsanto da Beira; decoração em Y (Séc. VI ou VII). Na Galiza aparecem tampas parecidas e com decoração semelhante, em «estola» dupla ⁽²⁾. Mede 1,94 m de comprimento e a largura, variável (trapézio), é de 0,80 m do lado da cabeça e 0,60 m do lado dos pés.

*
* * *

São conhecidas mais de 50 lápides tumulares visigóticas, um pouco por todo o País. A maior série é a de Mértola (23). Os arranjos das decorações são vários, embora os motivos essenciais se repitam, como é evidente, dado o fim a que as lousas eram destinadas. Damos somente duas delas, como exemplo: a de fig. 233, com arco duplo encordoado assente sobre capiteis decorados com volutas e sustentados por colunas torsas, a parte superior a emoldurar o «chrismon», a inferior a enquadrar a inscrição; e a de fig. 234, onde aparece a grade de arquinhos centrada pelo X dentro de um círculo. A primeira é em mármore cinzento e mede 1,00 × 0,43 m; não se pode medir a espessura. A segunda mede 0,34 × 0,41 m e de espes. tem 0,05 m; é em mármore branco. São ambas de Mértola e estão no Museu Etnológico.

GRUPO SUÉVICO

Capitel de pilastra, em calcáreo branco (Fig. 235) da capela de S. Frutuoso. É coríntio avançado, com uso do trépano, os bordos das folhas muito recortados.

*
* * *

Capitéis de S. Frutuoso (Figs. 236 e 237), do mesmo tipo do anterior.

⁽¹⁾ MANUEL HELENO — *Sarcófago romano da região de Vila Franca de Xira*, Ethnos, III, 1948, págs. 475-483.

⁽²⁾ J. FILGUEIRA VALVERDE e A. D'ORS — *Inscriptiones romanas de Galicia*, III, Santiago de Compostela, 1955, pág. 101.

*
* *
*

Imposta corrida, de tipo coríntio tardío, da capela de S. Frutuoso (Fig. 238).

*
* *

Capitel coríntio, em granito (Fig. 239), ainda mais avançado do que os anteriores; é da igreja de S. Pedro de Balsemão. Notar a falta de adaptação à coluna, e que significa material reempregado.

*
* *

Outro capitel de S. Pedro de Balsemão (Fig. 240), também em granito e que continua a evolução dos anteriores.

*
* *

Capitel também de S. Pedro de Balsemão (Fig. 241); supõe-se ter sido feito durante as obras de reparação do século XVII.

*
* *

Capitel em granito (Fig. 242); está no Museu do Seminário de Braga, para onde foi levado de Sta. Cruz de Lima. Este capitel e o seguinte fazem lembrar os do andar superior da frontaria de Santa Maria Madre, em Orense. Tem, em baixo, uma gola, esboço de coluna. Mede 0,35 m.

*
* *

Capitel em granito (Fig. 243), guardado no Museu Martins Sarmiento, de Guimarães. É da cidade, ou dos arredores.

*
* *

Capitel em granito (Fig. 244), do Museu da Sé de Braga. Emprego do trépano no tratamento das folhas.

*
* *

Capitel de granito (Fig. 245), do Museu da Sé de Braga. Uma única fila de grandes folhas decora o corpo do capitel. Altura 0,175 m e largura, em cima, 0,35 m.

*
* *

Capitel de granito (Fig. 246, reconstituído na Fig. 248), de Dume, possivelmente da antiga catedral. Está na posse do sr. Chaves, de Dume.



Capitel de Briteiros, em granito (Fig. 247), ainda com influência romana. Está no Museu do Seminário de Braga. Mede 0,33 m de altura e 0,41 m de largura, em cima.



Capitel do Museu Martins Sarmiento (Fig. 249), em Guimarães. É de granito e foi trazido da cidade ou dos arredores. Grandes folhas e volutas muito rudes.



Capitel em granito (Fig. 250), também do mesmo Museu e encontrado na cidade ou vizinhanças. Decoração igualmente muito rude, volutas em rolo.



Capitel quase cúbico (Figs. 251 e 252), do Museu Martins Sarmiento, de Guimarães. Ábaco rectangular, base oitavada. Nas faces, alternadamente um ramo ou dois ramos com os pés crusados; nesta segunda disposição lembra o capitel da Misericórdia de Faro (Fig. 142).



Capitel do Museu Alberto Sampaio, de Guimarães (Fig. 253), em granito; é dos arredores da cidade. Comparar o arranjo da ornamentação, do corpo com a do capitel de fig. 247.



Capitel de Guimarães, ou dos arredores (Fig. 254), guardado no Museu Alberto Sampaio.



Capitel em granito (Fig. 255), trazido de S. Martinho de Galegos para o Museu do Seminário de Braga. Foi escavado para servir de pia de água benta. A forma é rara, com ábaco destacado por uma gola; a decoração não o é menos. Mede 0,33 m de altura e 0,48 m de lado.

*
* *
*

Modelo em gesso, de um capitel encontrado nas obras da Sé de Braga, realizadas há anos (Fig. 256). É diferente de todos os outros capitéis desta série. Tem afinidade com um capitel visigótico da mesquita de Córdoba ⁽¹⁾.

*
* *
*

Grande capitel, em granito, (Figs. 257 e 258), trazido da Igreja de Santa Maria de Ferreiros (Amares) para o Museu do Seminário de Braga. De secção rectangular, está trabalhado em três lados; o quarto foi cortado. A decoração é muito curiosa, em arcadas de arcos polilobados, assentes sobre capitéis formados por discos sobrepostos e estes sobre duplas colunas torsas. Em cima, uma vieira a meio de cada face, com palmeta muito estilizada. Dentro de cada arco, uma grande folha de acanto preenche-o quase inteiramente. Esta peça é das mais estranhas do Grupo Suévio.

Medidas: altura 0,44 m; largura, do lado maior, na parte superior, 0,63 m; do lado menor, 0,48 m.

*
* *
*

Consola em granito (Fig. 259), trazida de Duas Igrejas (Vila Verde) para o Museu do Seminário de Braga. Decoração muito rude, com motivos florais e geométricos. Mede 0,33 m de altura e 0,46 m de largura.

*
* *
*

Consola, em granito (Fig. 260), trazida de Santa Cruz de Lima (Bravães). Decoração também muito rude, mas onde entrou o trépano. Mede 0,35 m de altura e 0,37 m de largura, em cima.

*
* *
*

Onze impostas em granito (Figs. 261 a 271), da Igreja de S. Pedro de Balsemão. São todas diferentes; poderíamos juntar a 12.^a, pois não tendo qualquer desenho, é nisso diferente das outras.

As impostas sustentam os arcos da igreja e assentam, ou em capitéis, ou em pilastras. Na sua extremidade livre levam todas um rolo. As decorações são idênticas às que se encontram nos castros: corda, trança, espinha, losango, círculo, ângulo, SSS, cruz, etc. Por estas decorações, tipicamente nortenhas, pelos capitéis e até pelo material da região, empregado em abundância, isto é, o granito no grupo

⁽¹⁾ H. SCHLUNK — *Ars Hisp.*, op. cit., pág. 243, fig. 245.

suévico enquanto o calcáreo ou mármore (mesmo em Idanha-a-Velha, região de granito) o foram no lusitânico (o que influi, até certo ponto, no trabalho do canteiro), incluímos S. Pedro de Balsemão no primeiro destes grupos. De resto, a distância entre a igreja e o rio Douro é de uma dúzia de quilómetros somente, pequena barreira permeável, por isso, às influências nortenhas.

*
* * *

Secções de frisos em pedra de Ançã, da capela de S. Frutuoso (Fig. 272), das igrejas de São Torcato (Figs. 273, 274 e 275) e Santa Maria de Arosa (Fig. 276): o primeiro do Museu Machado de Castro, os outros dos Museus do Seminário de Braga e Alberto Sampaio, de Guimarães. Trifólios dentro de uma fila de arquinhos sobre uma corda e tendo, por cima, um cordão em rosário; ou só trifólios, mas dentro de duas filas de arquinhos; ou círculos formados por SS e ocupados por margaridas e suásticas de raios curvos enquanto, para fora desta, há gavinhas a preencher os espaços livres (sempre a preocupação de encher os vazios); ou ainda os mesmos motivos, mas só com margaridas, ou então sem margaridas, mas suásticas de raios curvos e figura geométrica resultante de quatro circunferências tangentes. Como se vê, os artistas usaram sempre a mesma pedra e a mesma técnica perfeita, mas mostraram a preocupação de variar os pormenores. A pedra de Ançã (ou do tipo de Ançã) não é da região, mas de perto de Coimbra e seria mais fácil trabalhá-la junto das pedreiras, onde portanto haveria uma oficina, do que receber em S. Frutuoso (a irradiação para S. Torcato e Arosa deve ter partido daqui) a pedra para ser esculpida. O assunto, de muito interesse, da origem da pedra, ficou devidamente esclarecido depois das investigações, ainda inéditas, de Albuquerque e Castro, a quem agradecemos a informação.

A altura dos frisos é variável, entre 0,10 m e 0,15 m.

*
* * *

Friso aparecido na parte posterior de um fragmento da imposta corrida (Fig. 277) da capela de S. Frutuoso quando, há anos, foi iniciada a reintegração. Há outro, também visigótico, de que mostramos o desenho ao tratarmos da mesma capela (Figs. 58 e 59). A técnica dir-se-ia menos perfeita do que a dos frisos, mas o facto pode ser atribuído a pior conservação deste lado da peça. É de notar ser a pedra do mesmo tipo que a dos frisos: portanto, se se quiser ver nela material reaproveitado em época suposta muito posterior, pelo que diz respeito à imposta, deveremos concluir por uma continuidade na importação da pedra de Ançã não só para esta peça, como para os frisos. E isso não seria muito provável.

*
* * *

Friso em granito (Fig. 278), de Souto (Terras do Bouro), a desenhar SS entre duas molduras. Está no Museu do Seminário, de Braga. Tem 0,25 m de altura (ou seja, a largura do friso).

*
* * *

Fragmento de um friso em granito (Fig. 279), de Duas Igrejas; trifólios dentro de um losango e ligados sucessivamente por uma fita com três cordões a descreverem arcos. A parte inferior da peça forma um rolo. Guardada no Museu do Seminário de Braga. Altura 0,35 m, largura 0,33 m e espessura 0,40 m.

*
* * *

Friso em granito (Fig. 280), de Duas Igrejas (Vila Verde). Série de margaridas (hexastilos) dentro de círculos; moldura com figura geométrica. Altura 0,21 m, largura (em cima) 0,355 m, espessura 0,29 m.

*
* * *

Vieira em pedra de Ançã (?) sobre o arco triunfal da Igreja de S. Torcato (Fig. 281). É muito plana; pela técnica usada, parece ter sido feita posteriormente à de Fig. 282. Esta ter-lhe-ia servido de modelo.

*
* * *

Vieira em pedra de Ançã contornada, no arco, por uma corda (Fig. 282). A superfície é muito plana. Altura 0,36 m, largura 0,44 m.

*
* * *

Pia de água benta, em granito (Fig. 283); era da Igreja de Brito (Guimarães) e está no Museu Alberto Sampaio, da mesma cidade. Ornamentada com motivos geométricos e florais, frequentes nas citânias.

*
* * *

Sarcófago em mármore (Figs. 284 a 287). Está colocado em um claustro da Sé de Braga. É uma das peças de grande interesse na Arte visigótica em Portugal;

muitas vezes referido, Alberto Feio dedicou-lhe uma monografia pormenorizada (1). Decoração em uma das faces e nos dois topos; a outra face não foi trabalhada, certamente por o sarcófago ter sido feito para ficar encostado a uma parede.

Face decorada: foi picada nos dois terços superiores mas, no entanto, foi possível reconstituir parte do desenho (Fig. 287). Ao centro, um «cantharus» de onde saem, para um e outro lado, hastes ondulantes, com folhagem; um cacho, do lado direito, foi substituído, à esquerda, por uma ave (pomba?). Os espaços livres estão ocupados por rosetas de seis pontas.

Topo direito: «chrismon», com alfa e ómega; rosetas nos espaços livres, tudo dentro de uma larga coroa a três folhas de loureiro (?). Uma palmeta preenche cada um dos quatro ângulos.

Topo esquerdo: quase todo ocupado por um grande «cantharus», com rosetas dispersas, distribuídas em torno.

O interior do sarcófago é arredondado nos topos.

O «chrismon», segundo o Ab. Martigny (2), só se encontra entre o alfa e o ómega a partir de 355; por outro lado, a decoração da face do sepulcro, o seu próprio conjunto, têm semelhanças nítidas com a Arte ravenática.

No chamado «Tesouro de Tenès» (Argélia) apareceu uma «ampola» de prata (3) com o emblema constantiniano, o «chrismon», gravado entre o α e o ω e também dentro de uma coroa de louros a três folhas, como nesta de Braga. O tesouro supõe-se ser do período teodosiano (fins do séc. IV). Sabemos que o monograma teve longa vida; foi substituído pela cruz monogramática nos fins do primeiro quartel do séc. V e pela cruz simples nos meados deste mesmo século (4) (5).

A patena do Bispo Paternus, do Museu de Leninegrado, também com decoração semelhante, foi datada por Matzulevitch (citado por Heurgón) (3) de 291 a 518.

No cemitério de Tarragona (6) apareceu um mosaico com «tessellae» vidradas e que serviu de tampa ao sepulcro de Ampélio. Tem, entre outros motivos, um «chrismon» dentro de um círculo, em parte destruído; para fora do rectângulo onde estão inclusos os motivos, há uma barra formada por largo cordão a três folhas de loureiro. Foi datado do segundo terço do século V e julgam-no visigótico.

Finalmente, outros autores ajudam a estabelecer uma data para o sarcófago

(1) ALBERTO FEIO — *Um sarcófago bizantino da Sé de Braga*, Braga, 1951.

(2) ABBÉ MARTIGNY — *Dict. des Antiquit. Chrétiennes*, Paris, 1865, pág. 478.

(3) JACQUES HEURCON — *Le trésor de Ténès*, Paris, 1958, pág. 53.

(4) GSELL — *Mon. antiques de l'Algérie*, II, 1901, pág. 115, n.º 1.

(5) MONCEAUX — *Mémoires pour le Centenaire des Antiquaires de France*, 1904, pág. 310. e segs.

(6) J. TULLA, P. BELTRAN y C. OLIVA — *Excavaciones en la necropolis romano-cristiana de Tarragona*, Madrid, 1927, Est. XV-A.

de Braga, que podemos estabelecer a partir do sarcófago do Arcebispo Teodoro, de Ravena (1) (2) e de outros (3) (4).

O sarcófago de Braga deve ser do meado do século V pela composição, mas de fins do mesmo século, princípios do século VI, pela técnica.

Mede 2,00 m de comprimento, 0,63 m de largura e 0,53 m de altura.

*
* *
*

Na igreja de Dume apareceram duas placas funerárias lavradas em pedra de Anã (Coimbra) que foram julgadas como tendo feito parte do túmulo de S. Martinho, o convertor dos Suevos. As placas são, pois, em pedra do mesmo tipo, mas uma delas (Fig. 288) é mais branca que a outra (Fig. 289), mais amarelada e mais resistente; a primeira foi serrada ao longo do bordo superior. Ambas têm moldura idêntica: uma tarja lisa e meia-cana entre dois filetes. A comparação entre as duas molduras mostra, que apesar de idênticas na forma, as dimensões não são as mesmas: a da primeira placa é mais larga. Por outro lado os assuntos tratados são-no com técnica de «quase-plano» diferente: mais erudita na primeira placa. Mostra ela, ao centro, Cristo aureolado, em pé, sobre um banco; segura com as mãos um livro aberto e está dentro de um círculo emoldurado com folhas. O espaço entre a moldura e o Cristo está ocupado por nuvens, à maneira de reposteiro; e duas estrelas de oito raios, uma de cada lado, terminam as suas pontas por pequenos anéis. Em baixo, ainda dentro do círculo, à direita e à esquerda, duas rosáceas dentro de pequenos círculos. Dois grandes anjos, microcéfalos, um de cada lado, com os pés no solo e muito inclinados, seguram o grande medalhão onde está Cristo. Dois Evangelistas aparecem atrás de cada um dos anjos, também sobre bancos, como Cristo; mas têm a cabeça simbólica e são alados.

A moldura deste tipo e os motivos (divindades com cabeça de animal e os bancos) vieram do Oriente, passaram pela África do Norte e chegaram à Península, onde mais tarde Beato os aproveitou indo buscá-los aos manuscritos visigóticos e assim aparecem, posteriormente, a inspirar assuntos da Arte românica.

A lápide, a que Gaillard dedicou um estudo erudito e minucioso (5), está cronologicamente no seguimento do túmulo do menino Itácio (Oviedo) e do sepulcro da Catedral de Braga: é dos princípios do século VI.

Esta placa mede 2,07 m de comprimento, 0,62 m e 0,67 m de largura, respectivamente à esquerda e à direita.

(1) M. LAWRENCE — *The Sarcophagi of Ravenna*, 1945, figs. 6, 41, 42, 52 e 53.

(2) J. ARNOTT HAMILTON — *Byzantine Architecture*, *op. cit.*, pág. 95 e fig. 53.

(3) MOREY — *The Sarcophagus of Claudia Sabina and the Asiatic Sarcophagi*, I, Sardes, 1924.

(4) F. BENOIT — *Sarcophages paléochrétiens d'Arles et de Marseille*, 1954, Lam. 47.2 e 43-3.

(5) GEORGES GAILLARD — *Deux sculptures funéraires provenant de Saint-Martin de Dume, sep. de Bracara Augusta, Braga*, 1956.

A outra lápide sepulcral, também de inspiração bizantina, é muito diferente. Tem, ao centro, uma basílica de cinco naves. As arcadas laterais são mais baixas que a do centro, à maneira de algumas arcarias sírias; nas colunatas de Idanha-a-Velha, como a seu tempo fizemos notar, os arcos do centro são mais altos que os dos lados. As arcarias laterais estão cobertas por um telhado. Por baixo do arco do centro, sustentado por grandes capitéis sobre colunas, um oficiante aparece atrás de um altar; leva auréola e, por isso, indica um Santo, talvez S. Martinho a officiar a um lado e outro da basílica, aos seus Suevos convertidos ou antes, a converter, visto estarem fora do templo, vazio nas suas três naves. As figuras estão em duas filas, as de trás a meio corpo, as da frente só mostram o busto.

O oficiante talvez represente Cristo imberbe, como tem sido sugerido; mas a interpretação dos outros motivos torna-se mais complexa.

Posterior à lápide anteriormente descrita, deve esta última poder ser datada dos fins do século VI.

O comprimento da placa é igualmente de 2,07 m; mas a largura é de 0,39 m somente.

GRUPO OLISIPONENSE

Placa de calcáreo amarelado (Fig. 290), embebida no último dos gigantes do lado Norte da Sé de Lisboa: não se sabe quando, nem de onde veio para ali.

Mostra três arcos de folhagem, contornados exteriormente por uma corda; incluem uma arcaria, também de três arcos em ferradura, decorados em espinha. Os tímpanos estão ocupados, integralmente, por uma grande vieira. O apoio dos arcos é feito sobre capitéis ornamentados por volutas e folhas, apoiados em colunas torsas de base clássica. Entre as colunas há animais, um cordeiro (?) com a cabeça voltada, duas pombas (ou pavões?) e, possivelmente, outro cordeiro também a olhar para trás, como o primeiro.

Em baixo corre um friso em corda.

A representação pouco frequente de animais dá um grande valor a esta placa, realçado pelo profuso enquadramento com motivos da época, onde não falta o arco visigótico. Pode ser datada do século VII (meados).

As suas dimensões são 0,122 m de comprimento por 0,62 m de altura e 0,32 m de espessura (a pedra está metida em um cunhal) ⁽¹⁾.

*
* *
*

Fragmento de pilastra em calcáreo branco, trazida do Mosteiro de Chelas para o Museu do Carmo. Desenho de nítida influência bizantina. Decorada nas quatro

⁽¹⁾ Para a bibliografia desta e outras pedras de Lisboa, consultar — D. F. DE ALMEIDA, *Pedras visigodas de Lisboa*, Rev. de Guimarães, LXVIII, 1958.

faces (Fig. 291) com grifos dentro de círculos formados por festões, que se enrolam; os festões são a duas folhas e, quando se cruzam, formam um pequeno espaço que é ocupado por uma roseta. As superfícies deixadas para fora dos festões são ocupadas por motivos vegetalistas.

Já aventámos uma hipótese para explicar o aparecimento da decoração com tais monstros no Mosteiro de Chelas⁽¹⁾: o facto de ali estarem depositados os corpos de nada menos de 26 mártires, justificaria a presença dos grifos, guardiões de tesouros e de túmulos. O motivo, banal nos panos e noutros objectos de arte bizantina, garante a cronologia atribuída à pilastra, incluindo-a no séc. VII.

Dimensões: altura 0,96 m, largura 0,43 x 0,41 m.

Outro fragmento de pilastra; é do Mosteiro de Chelas, pois em tudo é semelhante à anterior (Fig. 292), excepto o local onde foi encontrada, a Casa dos Bicos, na Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa e está igualmente guardado no M. do Carmo.

Dimensões: altura 0,62 m; larguras 0,47 x 0,42 m.

Fragmento de um friso em calcáreo branco, igual ao das pilastras (Fig. 293). Também veio do Mosteiro de Chelas para o Museu do Carmo. Mostra três leões: a um deles falta parte da cabeça. Dois dos animais estão afrontados; um, de cabeça baixa, parece ir comer folhas de palmeira, o símbolo dos mártires, em homenagem aos depositados no Mosteiro a que a pedra pertencia. O friso tem, em cima, um bordo liso a fazer moldura e em baixo, entre dois frisos, uma fita larga com hastes ondulantes, cachos de uvas e folhas.

A composição e o tratamento dos assuntos são da mesma influência da que vimos nas outras pedras de Lisboa; por isso se data igualmente o friso dos leões no mesmo período que elas, o século VII.

Dimensões 0,31 m de altura por 0,66 m de comprimento e 0,31 m de espessura.

Parte de um grande ábaco em calcáreo amarelo e de forma rectangular (Fig. 294). Está no Claustro da Sé de Lisboa.

Os dois lados que restam intactos são os que a fotografia mostra; têm os bordos decorados com trança (no de cima, em parte, parece ter sido com corda)

⁽¹⁾ D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Pedras visigodas de Lisboa, op. cit.,* pág. 124.

e a superfície ocupada por uma série de cavidades reniformes tendo, sobreposta, uma série de palmetas.

O trabalho já não tem a perfeição dos anteriores.

Dimensões: altura 0,17 m; larguras, em cima, 0,54 × 0,31 m em baixo.

*
* *
*

Fragmento de pilastra (?) em calcáreo (Fig. 295) metido em um gigante da Sé de Lisboa, lado Sul. Mostra duas vieiras separadas por um quadrado. A vieira de cima tem contorno em espinha; a de baixo, em corda. O quadrado inclui um losango, e dentro deste uma cruz floreada.

A pedra, de que só parte está à vista, mostra um outro lado (Fig. 296) com moldura romana clássica, do tipo da pilastra do Alandroal (Fig. 77) e de «S. Pedro de la Nave» (1).

Não se podem avaliar as dimensões da pedra, por continuar por baixo do gigante e da parede da Sé. A altura máxima, visível, é de 0,43 m.

*
* *
*

Fragmento de placa em mármore rosado (Fig. 297), também do Mosteiro de Chelas e actualmente no Museu do Carmo. Decorada de ambos os lados com desenho idêntico. Mostra uma série de losangos ocupados por motivos florais, alguns com quatro covinhas em torno do centro.

Mede 0,71 m de comprimento, 0,20 m de largura e 0,10 m de espessura.

*
* *
*

Fragmento de uma linda placa em mármore rosado encontrada em uma mercearia da Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa (Figs. 298 e 299). Está no depósito do Museu da Mitra, da Câmara Municipal de Lisboa.

Trabalhada em uma face somente e no bordo, que ficou intacto. A meio, tem uma figura geométrica a formar ângulos e arcos: nos ângulos, um trifólio, nos arcos pequenas meias esferas agrupadas em cachos. Ao centro desta composição, uma grande margarida. Este conjunto está separado por cordas de largas faixas marginais, decoradas com covinhas dispostas em cruz. Na parte mais alta (da fotografia) vê-se a cauda de uma ave, provavelmente um pavão. Ainda há espaços preenchidos por grandes motivos florais (palmetas).

O bordo é decorado com assunto idêntico ao das faixas marginais da face. Esta placa, de um trabalho rebuscado, perfeito no desenho e na execução, não

(1) E. CAMPS CAZORLA—*El Arte hispanovisigodo*, op. cit., pág. 570, fig. 345.

desmerece do grupo olisiponense; pelo contrário, afirma o alto nível a que, no período visigótico, chegou a escultura decorativa, em Lisboa.

Mede $0,52 \times 0,48$ m e a espessura é de 0,16 m.

ARTES MENORES

CERÂMICA

Vários fragmentos de peças de cerâmica fina, paleocristã, tipo «terra sigillata» (Fig. 300), conservados no Museu Etnológico. O mais curioso mostra uma cruz monogramática e uma ave, que parece um galo ⁽¹⁾. Foi encontrado em Marim (Algarve), por Estácio da Veiga.

O galo, depois das trevas da noite canta a anunciar o dia, a ressurreição dos mortos: por isso simboliza Cristo. Ou, então, recorda o pecado de S. Pedro, depois arrependido.

*
* *
*

Fragmento de uma grande vasilha («dolium») com inscrição visigótica, (Fig. 301) o que lhe dá especial interesse. Foi encontrado na Herdade da Salsa, perto da estação do caminho de ferro de Serpa. Pertence à col. de José Rodrigues Mourão, Jor., de Beja. Na inscrição, dentro de um rectângulo feito por moldura de um cordão e filete, lê-se:

+ ECLESIAESCEMARIE
LACALTENSIAGRIPI

A primeira linha: + «Eclesiae S (an)c(t)e Marie» não oferece dificuldades. Quanto à segunda: «Lacaltensi» seria um atributo da igreja de que um Agripa talvez fosse proprietário.

Dimensões: altura 0,27 m, largura 0,36 m, espessura 0,35 m.

*
* *
*

Fragmento de peça de cerâmica de barro cozido (Fig. 302), decorado por estampilha com uma fila de folhas de palmeira. É de Milreu (Estoi) e está no Museu Etnológico (n.º 16808-A).

⁽¹⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, III, pág. 584.

*
* * *

Fragmento de cerâmica do mesmo tipo e local (Fig. 303) e guardada no mesmo Museu. Aqui o trabalho foi gravado no barro, por incisão.

*
* * *

Outro fragmento (Fig. 304) também de Milreu, e do mesmo barro. Conservado, igualmente, no Museu Etnológico. Representa dois pavões (a ave que simboliza a eternidade) afrontados; entre eles, uma coluna alarga-se em cima, onde surge a chama de um sacrifício. Gravação no barro.

Esta peça, que parece quase intacta, mede $0,20 \times 0,085$ m e tem 0,053 m de espessura.

*
* * *

Bilha de duas asas, espécie de cantil (Figs. 305 a 307) de barro alaranjado, com engobe acinzentado. Está no Museu Etnológico (n.º 16819) e deve ter vindo do Algarve. O lado é em quilha, em toda a volta (Fig. 306); a vasilha devia assentar sobre a face lisa (Fig. 307), que está gasta e decorada com pequenos círculos feitos com o bordo de um tubo (cana?). O lado por onde a vasilha assenta, é infundibuliforme; o lado oposto é bojudo, decorado por um círculo umbilicado.

Altura da vasilha, 0,197 m; diâmetro, 0,145 m.

*
* * *

Bilha, (Fig. 308) de Mértola (?), depositada no Museu Etnológico. Barro amarelado com engobe cinzento. Tinha uma asa que ia do bojo ao bordo do gargalo. Altura: 0,165 m.

*
* * *

Bilha (Fig. 309) procedente dos arredores de Alcantarilha (Algarve), incluída na col. de Sebastião Ramalho Ortigão, daquela vila.

*
* * *

Tijoleira (Fig. 310), a única que conhecemos em Portugal com decoração estampilhada. Pelo que se vê, a grande suástica de raios curvos, quase intacta, repete-se no resto da peça; os intervalos são preenchidos por desenho geométrico.

Foi encontrada perto de Tábua, no lugar da Torre, e oferecida ao Museu Martins Sarmiento, de Guimarães.

Dimensões: $0,27 \times 0,27$ m; espessura 0,055 m.

*
* *
*

Duas vasilhas de barro ordinário (Fig. 311) encontradas em Beja, na Igreja de Santa Maria (antiga Sé Visigótica?) e guardadas no Museu Etnológico.

*
* *
*

Vasilhas (Figs. 312 e 313) de Mértola (cemitério visigótico); guardadas no Museu Etnológico.

*
* *
*

Lucernas paleocristãs (Figs. 314 a 318), com animais simbólicos na tampa; estão no Museu Etnológico. A lucerna de fig. 318 foi encontrada em Tróia, de Setúbal. A ornamentação da margem da tampa é em hastes ondulantes, com cachos e folhas. Na tampa, dois meninos apoiam nos ombros um grande pau de onde pende um enorme cacho de uvas. O Prof. Leite de Vasconcelos descreveu esta peça, única no país e comparou-a com outra, de Cartago, onde também aparece o cacho de uvas. Da comparação concluiu o Mestre ter sido dali importada, a de Tróia ⁽¹⁾.

BRONZES, JÓIAS E OBJECTOS VARIOS

Têm aparecido objectos de bronze usados em funções litúrgicas. Alguns dos trabalhos e bibliografia respectiva foram reunidos e comentados por Russell Cortez ⁽²⁾; um deles refere-se à patena de bronze fundido, já sem cabo, com inscrição lida por Hübner ⁽³⁾, sobre fotografia de Martins Sarmiento. É em letra do século VI e dela Russel Cortez, que viu a peça, dá-nos a seguinte leitura:

+ ARGIMIRI VITA(M) D[EV]S (C)VS[T]ODI(T)

Foi encontrada em Safail (Vila do Conde) e dele nos dá o corte e a planta (Fig. 319). O objecto estava, à data desse estudo (1950), na posse de João Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho, da Quinta do Mosteiro, em Vila do Conde.

Mede 0,22 m de diâmetro e a profundidade é de 0,033 m.

⁽¹⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, III, pág. 585, fig. 302.

⁽²⁾ RUSSEL CORTEZ — *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal* — Séculos V a VII (alguns elementos para a sua cronologia), O Instituto, Vol. 114, Coimbra, 1950.

⁽³⁾ E. HÜBNER — *Inscription. Hispan. Christian.*, Suplem., Berlin, 1900, pág. 135, n.º 529.

*
* *
*

No Castro da Trepça (Fornos de Algodres) apareceram os restos de uma «patena crismalis»: uma pequena parte do bordo e do fundo em que se fixava. O que resta é tão pouco que não permitiu reconstituir o perfil. Pelo espólio aparecido junto da peça e pela comparação com outros semelhantes, está datada do séc. V⁽¹⁾.

Foi levada para o Porto (?).

Mediria de diâmetro 0,24 m e o comprimento do cabo é de 0,18 m.

*
* *
*

Na Cidade de Bagunde (Vila do Conde) apareceu uma pegadeira de «patena crismalis» em bronze torneado (Fig. 320), com o cabo terminado em cabeça de cão; na extremidade oposta tem um sulco com orifícios para a passagem de rebites (ainda resta um) que o fixavam à patena⁽²⁾.

É semelhante ao do Castro de Yecla (Burgos) e conserva-se no Museu de Arqueologia do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

O comprimento do cabo é de 0,063 m.

*
* *
*

Outro cabo de patena (Fig. 321), do mesmo tipo⁽³⁾; apareceu no Castro de Fontes (Santa Marta de Penaguião) e está no mesmo Museu que o anterior.

Mede 0,074 m de comprimento.

Ainda há mais outro cabo no dito Museu, na secção de Arqueologia, ido do Castro de Fiães (Vila da Feira)⁽⁴⁾; é em bronze fundido, oco, cilíndrico e a cabeça parece também ser de cão. Na extremidade oposta tem ainda a espera, com orifícios e um rebite em um deles. O comprimento é de 0,14 m.

*
* *
*

Colher litúrgica (Fig. 322), aparecida em Terrugem (Elvas). Na descrição que revelou a sua existência⁽⁵⁾ não se indica o material usado. Tem uma inscrição, o que lhe confere muito interesse:

AELIAS VIVAS IN CHRISTO

(1) RUSSEL CORTEZ — *op. cit.* O mesmo A. juntou ao seu trabalho as duas peças seguintes.

(2) RICARDO SEVERO & ARTUR CARDOSO — *Monte da Cidade, Rev. de Guimarães*, 1885, pág. 137-141.

(3) *Catálogo da Secção Lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis*, Porto, 1941.

(4) A. A. MENDES CORRÊA — *Estação luso-romana de Fiães, Rev. de Estudos Históricos*, II, n.º 2, Porto, 1925.

(5) Pe. HENRIQUE DA SILVA LOURO — *Inscrição cristã de há 1.600 anos encontrada na Terrugem, Ethnos*, III, Lisboa, 1948, pág. 347.

Na inscrição não está escrito «Christo», mas gravado o «chrismon». Na pega do cabo à concha, leva o alfa e o ómega.

A função da colher teria sido, possivelmente, para distribuir a Eucaristia ⁽¹⁾.
Dimensões: comprimento da peça 0,186 m, diâmetros da concha 0,065 × 0,025 m.

*
* *

Colher litúrgica, de prata, (Figs. 323 e 324), encontrada na Senhora da Luz (Lagos). A concha tem gravada como que uma folha com ponteados finos entre as nervuras ⁽²⁾.

*
* *

Colher litúrgica, de bronze (Figs. 325 e 326), pátina verde. Aparecida nas escavações de Idanha-a-Velha, dentro da Catedral: o lugar não podia ter sido mais apropriado para ser encontrado um objecto litúrgico. A concha é muito pouco escavada (Fig. 326). O cabo, que é curto, tem forma de baioneta, com o ângulo perto da concha, como nas duas colheres anteriormente descritas; termina por um botão. Exposta no Museu de S. Dâmaso, de Idanha-a-Velha.

Dimensões: comprimento total, 0,137 m dos quais 0,08 m pertencem ao cabo; diâmetros da concha, 0,057 × 0,037 m.

*
* *

Sertã litúrgica das Caldas de Monchique (Fig. 327), em chapa de bronze com um milímetro de espessura, 0,147 m de diâmetro e 0,061 m de altura. Não está completa, por lhe faltarem uns pedaços do bordo e do fundo. Os reveladores deste achado compararam-na com as sertãs do Castro de Yecla, em Espanha; mas nestas, a forma é de tendência esférica ⁽³⁾. Está no Museu de Lagos, bem como outro, de Odeceixe, muito semelhante ⁽⁴⁾.

*
* *

Pulseira de Mértola (Figs. 328 e 329, em tamanho natural); é de bronze e está guardada no Museu Etnológico. Tem a forma de um cobra com duas cabeças, uma em cada ponta. Decoração exterior por punção: círculos entre duas séries de traços oblíquos.

⁽¹⁾ MANUEL HELENO — *Ethnos*, III, nota da pág. 494.

⁽²⁾ ABEL VIANA, J. FORMOSINHO e O. DA VEIGA FERREIRA — *De lo preromano*, op. cit., fig. 54 e 55, pág. 16.

⁽³⁾ ABEL VIANA, J. FORMOSINHO e O. DA VEIGA FERREIRA — *O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)*, sep. da Rev. do S. N. dos Engs. Auxil., etc., 1949, pág. 2, figs. 1 e 2.

⁽⁴⁾ Idem, idem, *De lo preromano*, op. cit., est. IV, fig. 47 e 48.

*
* * *

Duas pulseiras (Fig. 330) em bronze; eram do cemitério da Abujarda (Cascais) e estão conservadas no Museu Etnológico ⁽¹⁾. Diâmetro da maior 0,065 m; diâmetro da menor 0,037 m.

*
* * *

Anéis e contas (Fig. 331) de Marim (Algarve) e da Abujarda (Cascais). Das três contas de vidro, postas em fila (Marim) a primeira, da direita, tem pintas amarelas e encarnadas e «pérolas» em relevo; a segunda é verde e a terceira é opalina. Expostas no Museu Etnológico.

*
* * *

Contas, brincos e alfinetes (Fig. 332) do Algarve uns e outros provavelmente também da mesma província. Guardados no Museu Etnológico. As contas de cima e da esquerda (n.º 16.839, do Museu) são uma verde e outra de cornalina; foram encontradas no Ilhéu do Rosário (Silves). A primeira tem 0,015 m de comprimento e a segunda 0,012 m. As argolas de orelhas na figura à esquerda e em baixo (do Algarve?) têm uma ponta cúbica e a outra aguda (n.º 16.855 A, do Museu). Os alfinetes são de Marim (n.º 16.558?). As outras peças também parece serem do Algarve.

*
* * *

Anel de bronze, da Abujarda (Fig. 333, tamanho natural); também são do mesmo local as que se seguem. Guardado no Museu Etnológico (n.º 20.799). O sinete é cónico.

*
* * *

Anel de bronze, também da Abujarda (Fig. 334) e guardado no mesmo Museu (n.º 20.801). Tem a cruz gamada, acantonada por pontos; em volta, um círculo feito por traços oblíquos e outro mais externo, por pontos. No anel, do lado do sinete, decoração em linhas curvas, paralelas.

*
* * *

Anel de bronze, (Fig. 335) da Abujarda (está no Museu Etnológico) com + e x sobrepostos: «chrismon»? Há pontos entre as hastes das letras. A decoração é semelhante à de um anel de Marim.

⁽¹⁾ O espólio da Abujarda foi descrito por F. de Paula e Oliveira, *Antiquités pré-historiques et romaines des environs de Cascais*, Com. dos Trab. Geológicos, II, Lisboa, 1888-1892, pág. 85.

*
* *
*

Outro anel da Abujarda (Fig. 336), também em bronze e guardado no Museu Etnológico (n.º 20.802). Foi encontrado na sepultura de uma mulher. Tem 3 peixes no sinete; no anel, decoração em espinha, na parte junto ao sinete.

*
* *
*

Anel de bronze, da Abujarda (Fig. 337); decoração do sinete com SSS. No anel, a um e outro lado do sinete, três círculos. Os dois mais anteriores estão ligados ao mais posterior por uma linha. Guardado no Museu Etnológico.

*
* *
*

Anel de bronze, da Ega, com o sinete simplesmente saliente: o relevo é informe (Fig. 338). Em volta do sinete, no anel, círculo feito por sulcos transversais. Está no Museu Etnológico (n.º 20.797).

*
* *
*

Três anéis (Fig. 339) do Museu Soares dos Reis, do Porto, das poucas peças visigóticas ali guardadas, segundo amável informação do seu Director. O primeiro mostra, no sinete, uma águia de asas abertas; lembra moedas do tempo de Leovigildo⁽¹⁾ e parece ter uma inscrição na orla. O segundo mereceu um estudo de Pedro Victorino⁽²⁾. É em ouro massiço e pesa 16,5 gramas; o sinete, octogonal, de superfície côncava, tem uma sardónia ao centro e um leão incluso. Na orla, e ao invés, a legenda (Fig. 340):

EMMANVEL

Segundo o mesmo investigador ainda se lê na orla (do anel?):

PA XF IDE SE TC AR IT AS
(«Pax, Fides et Caritas»)

Para Pedro Victorino o anel é episcopal, pelos motivos seguintes e conforme com as investigações a que procedeu: é de ouro, o anel episcopal é conhecido desde o século VI, o leão é símbolo de força e vigilância. Havia o costume de gravar o rei dos animais nas cadeiras dos bispos e talvez também nos anéis.

(1) GEORGE C. MILES — *The coinage of the Visigoths of Spain Leovigild to Achila II*, New York, 1952, Est. III, n.ºs 13, 14 e 15.

(2) PEDRO VICTORINO — *Dois anéis com inscrições*, Rev. de Arqueologia, I, pág. 56.

*
* *

Colar de contas de massa de vidro azul, de Conímbriga; está no Museu Etnológico (Fig. 341).

*
* *

Deste período de que nos ocupamos apareceram em Portugal quatro peças de ourivesaria, notáveis; três delas estão conservadas em Museus do país (M. Etnológico e M. de Beja), a quarta foi para o Museu Britânico.

Parte deste rico material foi descrita há anos ⁽¹⁾; mas ultimamente foi publicado um erudito trabalho de conjunto ⁽²⁾, a que só falta a peça do Museu Britânico. Sobre esta encontra-se uma notícia em Zeiss ⁽³⁾; mas este autor declara, ao descrevê-la, não se conhecer a sua procedência. Escrevemos para Londres, mas ainda não podemos acrescentar qualquer outra informação sobre a peça.

Seguimos o trabalho de Raddatz nos pontos essenciais. Sabe-se mal como foi achado o tesouro; apareceu em um cemitério velho, no terreno do antigo e demolido convento de Santa Clara, em Beja. Parte do material arqueológico encontrado no local: um copo de prata, um frasco de vidro preto com asa e ornatos, desapareceu. Do que restou do espólio e especialmente nos interessa: uma espada de ferro, comprida, o punho de ouro decorado com jóias e duas fivelas de ouro, também desapareceu o punho da espada. Esta (Figs. 342 e 343) ficou no Museu Regional de Beja; as fivelas foram guardadas no Museu Etnológico, onde se encontram. (Figs. 344 e 345).

O guarda-mão da espada tem alveolado, difícil de notar, dado o mau estado de conservação da peça.

A lâmina da espada é em ferro e o comprimento total é de 0,96 m; o punho tem 0,087 m e a largura, a seguir ao guarda-mão, parte conservada em bom estado, é de 0,057 m. A espessura, a meio, é de 0,025 m e mede 0,01 m na ponta, que está arredondada, por desgaste.

O alveolado referido forma uma fila de rombos no sentido do eixo e triângulos junto do bordo (Fig. 343), com pedras castanho-encarnadas, encaixadas, provavelmente granadas.

O punho era de madeira, bem como a bainha. Não se percebe como era fixado o punho de ouro, nem o botão. Segundo Åberg a pedra com que este foi decorado era uma granada; o botão estaria, para este autor, fixado por um prego ⁽⁴⁾.

(1) ABEL VIANA — *A propósito de uma espada do Museu Regional de Beja*, *Rev. de Guimarães*, 1953, pág. 183.

(2) KLAUS RADDATZ — *Das volkerwanderungszeitliche Kriegergrab von Beja, Süd Portugal*, *Jahrb. des Röm. Germ. Zentralmuseums Mainz*, 6, 1959.

(3) HANS ZEISS — *Die Grabfunde.*, op. cit., pág. 194, Taf. 7.3.

(4) NILS ÅBERG — *Die Franken und Westgoten in der Völkerwanderungszeit*, 1922, pág. 220, fig. 297-299.

O Autor que vimos seguindo faz o estudo comparado entre a espada de Beja e as dos Hunos e demonstra o seu estreito parentesco; o comprimento, a porção saliente do guarda-mão, a bainha de madeira. A diferença essencial está em a de Beja ter o punho de ouro e o guarda-mão ornamentado.

O emprego do punho de ouro também é conhecido em outras espadas da Rússia do Sul, contemporâneas; o alveolado do guarda-mão é o que a distingue das outras, mas aparece na espada de Taman, em um bridão de Undinetove e na espada do túmulo dos príncipes de Pouan.

A granada saliente, a decorar o punho, também se vê nas espadas do Sul da Rússia.

Em resumo, a espada de Beja é não só do tipo das espadas do Sul da Rússia da primeira metade do século V, mas foi fabricada naquela região, dada a estreita semelhança entre elas.

Como veio parar a Beja uma peça de guerreiro e tão preciosa? Não está o facto esclarecido, apesar de não deverem ser muito abundantes espadas tão ricas. Foi precisamente naquele período, primeira metade do século quinto, que se deram as invasões dos Bárbaros na Península; mas os Visigodos, vindos de facto do Sul da Rússia, havia muitas décadas que de lá tinham largado para a grande viagem até ao Ocidente. A explicação mais simples para ter vindo por um Visigodo seria, dado o valor da peça, haver sido trazida, quando das invasões, como objecto de família transportado por um seu representante até à derradeira morada; ou então, como supõe Zeiss, teria sido de um Alano, Suevo ou Vândalo.

*
* *
*

As outras peças encontradas conjuntamente com a espada são duas fivelas de ouro, com cavidades alveolares. Uma delas (Fig. 344) tem uma caixa formada por uma fita de ouro, circular, com três tubozinhos no bordo; por estes tubos entram pregos de cabeça arredondada que vão fixar a fita a uma placa lisa: esta fica assim a formar o fundo da caixa. A placa tem dois prolongamentos com um orifício cada cada um, por onde passa a argola da fivela. A tampa da caixa está dividida em alvéolos; descrevem uma estrela de quatro raios, com um círculo ao centro. Entre os raios da estrela, um septo radial divide o espaço em dois triângulos.

Cada alvéolo leva uma granada de cor castanho-avermelhada.

A argola é lisa e de forma ligeiramente oval; mede $0,026 \times 0,025$ m; o eixo maior está colocado transversalmente. A secção é redonda, mais grossa na parte mais afastada da caixa (0,0055 m). O fusilhão também é liso e articula-se entre os dois prolongamentos da placa; na ponta, onde tem três sulcos, é mais adelgado que na base e mede 0,0055 m de espessura.

Esta fivela também deve ser considerada como proveniente do Sul da Rússia, onde apareceram peças quase iguais; por exemplo, na catacumba de Kerc, túmulo

146, há uma que sòmente se distingue da de Beja por não ter as divisões entre os raios da estrela.

Tal como a espada, esta fivela é da primeira metade do século V.

*
* * *

A outra fivela de ouro, de Beja, (Fig. 345) é mais rica que a primeira. A argola, de contorno circular, leva incluso um círculo descentrado; na parte onde os dois círculos mais se aproximam, está a charneira de articulação com a caixa-placa de fixação ao cinto. O espaço entre os dois círculos tem seis alvéolos: os que ficam de um e outro lado da charneira, são ovais, os outros são circulares. Os alvéolos levam granadas.

A caixa-placa não tem septos, mas em volta vêm-se os pequenos tubos para a segurarem à placa de fixação ao cinto. A caixa leva um grande cabuchão (granada).

O fusilhão tem um alvéolo, do lado da articulação, para encaixar uma granada; a ponta mostra a cabeça, estilizada, de um animal.

A decoração desta fivela é muito original, mas a peça deve também ter vindo do Sul da Rússia e na mesma época da anterior.

*
* * *

A terceira fivela deste tipo (Fig. 346), está no Museu Britânico e crê-se ter sido adquirida em Portugal (?).

É mais simples a sua estrutura, pois a caixa-placa, embora tenha alvéolos e os 3 tubos laterais para a fixação ao fundo, mostra dois septos paralelos de um lado ao outro da caixa; quatro pequenos septos, que não se continuam, dividem a cavidade em sete alvéolos, cada um com uma granada.

A argola é lisa, redonda, mas o diâmetro do aro é maior na parte mais exterior.

O fusilhão, articulado com a caixa, adelgaça para a ponta e leva uma aresta longitudinal.

Deve ser da mesma época das duas anteriores.

Estas três fivelas, pequenas de mais para um cinturão, talvez tenham servido para serem aplicadas em qualquer outra peça do vestuário, pois têm aparecido fivelas deste tipo em túmulos com espadas, e da mesma época; mas com uma caixa maior, mais própria para cinturão.

*
* * *

Fivela da Abujarda (Figs. 347 e 348). É de bronze e está no Museu Etnológico (n.º 806). A argola é ovalada e tem um lado mais estreito para se articular com o

fusilhão. A base deste é em forma de escudo, enfeitado com dois cordões transversais e paralelos junto à haste. Aresta longitudinal ao longo da haste, mas bastante apagada.

A argola mede $0,033 \times 0,020$ m; o fusilhão tem 0,03 m de comprimento.

*
* * *

Fivela de bronze de Balsa (?), Tavira. Pertence a Joaquim Pacheco, da Fuzeta. O escudo do fusilhão é liso, sem decoração e a haste tem uma aresta longitudinal bem marcada (Figs. 349 e 350).

A argola mede $0,035 \times 0,025$ m e o fusilhão 0,044 m.

Estas fivelas são de tipo muito corrente. Em Espanha têm aparecido muitas, por exemplo, em Herrera de Pisuerga ⁽¹⁾; também são frequentes em França, na Alemanha e em Itália. Supõe-se ter existido um centro industrial que as produziu em grandes séries. O tipo parece ser de tradição romana (Santa Olalla).

Em Alcaria (Monchique) também apareceu uma igual ⁽²⁾.

*
* * *

Fivela de bronze (Fig. 351); encontrada em Sta. Eulália (Montemor-o-Velho), e conservada no Museu Etnológico. É de tipo completamente diferente do das anteriores. Tem a forma de uma folha oval e larga e a superfície é quase lisa; adivinha-se uma vaga decoração em pontilhado fazendo círculos. No lado posterior tem guarda para a ponta do fusilhão; este prendia-se na parte que se vê a sair do bordo da fivela.

O comprimento é de 0,07 m, a largura 0,033 m e a espessura 0,001 m.

*
* * *

Fivela de bronze (Fig. 352) de outro tipo, encontrada em Conímbriga (?) e trazida para o Museu Etnológico. É em forma de folha de loureiro, mas com um alargamento em meia lua, na ponta.

Na parte posterior, tem restos da articulação do fusilhão e do encaixe para a ponta.

Comprimento, a meio, 0,057 m; maior largura, 0,019 m.

⁽¹⁾ J. M. SANTA OLALLA — *Necrópolis Visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia)*, Madrid, 1933, est. XIII, fig. 1, 5 e 26 a 29.

⁽²⁾ ABEL VIANA *et al.* — *O conjunto visigótico de Alcaria*, op. cit., est. II, figs. 1, 2, 3 e 4; ainda A, a, b.

*
* * *

Argola rectangular, de fivela, em bronze (Fig. 353); encontrada em Milreu (Estoi) e guardada no Museu Etnológico (n.º 16.852-A). Decorada com linhas rectas formando desenhos.

Dimensões: 0,06 x 0,043 m.

*
* * *

Argola rectangular, de fivela, em bronze (Fig. 354), aparecida também em Milreu e guardada no Museu Etnológico. A superfície está lisa: foi decorada?

Dimensões: 0,029 x 0,026 m.

*
* * *

Fivela em forma de disco (Fig. 355), em bronze; apareceu no cemitério cristão de Marim (Algarve), na sepultura n.º 4. Está no Museu Etnológico (n.º 1.684-T.).

A superfície foi ornamentada a punção, com SSS, traços paralelos a formarem como uma haste helicoidal, pontos em volta de círculos, tudo dentro de um círculo limitado por uma fiada de ângulos. Na parte central, figura humana muito estilizada, com uma espécie de auréola (Zeiss T.25.44)?

Tem no reverso, uma placa pregada (vêm-se os pregos à frente) para o fusilhão e adiante outro prego, para a ponta do mesmo fusilhão.

*
* * *

Fivela de um tipo especial (Fig. 356) encontrada em Montemór-o-Velho (?) e guardada no Museu Etnológico. Em forma de gota, com um botão no vértice. Desenho geométrico, onde há duas volutas, feito por um filete e terminado em meia esfera.

A parte posterior forma como que uma pequena caixa, onde deveria ter estado qualquer enchimento (vidro? esmalte?). Tem o pé do fusilhão já partido, mas fixado a meio da parte curva. Romana, tardia?

*
* * *

Fragmento de uma placa de cinturão, vasada (Fig. 357). Está no Museu Etnológico. É a única, deste tipo, que conhecemos em Portugal. Semelhante às de Zeiss, Est. 14, n.º 1 a 3. Foi encontrada em Conímbriga.

*
* * *

Placa de cinturão lisa (Figs. 358 e 359), rectangular, com uma extremidade arredondada. Fusilhão «in situ» de tipo escudiforme (Zeiss, Est. II, n.º 4), partido

na ponta. Na face posterior vêem-se as três argolas de fixação, intactas. É da Abujarda e está no Museu Etnológico (n.º 20.804).

Comprimento 0,085 m; largura 0,034 m.

*
* * *

Placa de cinturão (Figs. 360 e 361) de Retorta (Loulé), com fivela rígida e fusilhão escudiforme. Decoração geométrica, feita por pequenos arcos marcados a punção (Zeiss, T. 11, 3). Três argolas de fixação, na face posterior, em disposição idêntica às da placa anterior.

Comprimento 0,097 m; largura maior 0,04 m.

*
* * *

Placa de cinturão (Fig. 362) em bronze, encontrada ⁽¹⁾ em S. Caetano (Chaves) e guardada no Museu Martins Sarmiento, de Guimarães. Só lhe falta o fusilhão e é, por isso, a mais completa da pequena série que se segue. É do III grupo de Santa-Olalla e muito parecida com a de Palol ⁽²⁾, encontrada em Pineda (Catalunha); nesta só falta a separação, a meio.

A placa está dividida em três secções transversais: a que fica junto à charneira, é rectangular e é mais pequena; a do meio, a maior, tem forma de lira; a da ponta é reniforme. As duas primeiras são ainda divididas, longitudinalmente, por um rebordo que faz todo o contorno da secção respectiva. A decoração é feita por cabeças de águia e volutas.

A placa mede 0,11 m de comprimento.

*
* * *

Placa de cinturão (Fig. 363) encontrada em Fontalva (Elvas) e guardada no Museu dos Serviços Geológicos, em Lisboa ⁽³⁾.

A forma é como a da anterior, mas falta-lhe a fivela. Profusamente ornamentada, o motivo principal são cabeças de águias que se continuam com volutas. Os enquadramentos são feitos por cordões marcados a pontos ou a traços.

Comprimento, 0,096 m; largura média, 0,039 m.

⁽¹⁾ MÁRIO CARDOZO — *Uma estação visigótica (?) no Concelho de Chaves*, Revista de Guimarães, LII, 1942, n.º 3-4, pág. 252.

⁽²⁾ P. DE PALOL — *Fibulas y broches de época visigótica en Cataluña*, Madrid, 1950, fig. 7, n.º 6.

⁽³⁾ AFONSO DO PAÇO e O. DA VEIGA FERREIRA — *Antiguidades de Fontalva (Elvas). Fivela visigótica*, Rev. de Guimarães, LXI, 1951.

*
* * *

Outra placa de cinturão (Fig. 364) do mesmo tipo; encontrada nas grutas de Cascais ⁽¹⁾ e guardada no Museu Conde de Castro Guimarães, da mesma vila.

Não está tão bem conservada como as anteriores; igualmente dividida em três partes, mas os desenhos inclusos são menos perfeitos que as placas precedentes e parece constarem, essencialmente, de figuras geométricas. Na parte central talvez se possam ver duas cabeças de ave.

Dimensões: 0,063 × 0,025 m.

*
* * *

Placa de cinturão, em bronze, (Fig. 365), de Salvaterra do Extremo, do tipo das anteriores e guardada no Museu Etnológico ⁽²⁾. A ornamentação é muito menos cuidada e de tipo vegetalista (?). No bordo, vários botões isolados ou em grupos de três (Zeiss, T. 11, 4).

Comprimento, 0,077 m; largura, 0,033 m.

*
* * *

Fragmento de placa de bronze de cinturão (Fig. 366) encontrado por Santos Rocha em Bensafrim e guardado no Museu Municipal da Figueira da Foz.

Mostra, no que resta (uma ponta), quatro cabeças de animal, mais ou menos de igual tamanho. Em vez de aves uma delas, à direita (na fotografia), leva duas grandes orelhas, diria de burro; em frente desta cabeça há outra, mas com um grande bico adunco; as duas outras cabeças são de ave, uma com bico de pato, outra com bico adunco.

O contorno é feito por um rosário. A placa é rematada, na extremidade, por um botão.

Medidas: 0,046 × 0,042 m.

*
* * *

Outro fragmento de placa de cinturão (Fig. 367) em bronze, encontrado em Santa Marinha do Zêzere (Baião, Douro). É também a ponta de uma placa, mas reniforme e com uma vieira inclusa. Do corpo da placa resta uma pequena parte,

⁽¹⁾ J. A. FAUSTO DE FIGUEIREDO e AFONSO DO PAÇO — *Placa de cinturão, visigótica, das grutas de Cascais*, Actas y Mem. de la Soc. Española de Antrop., Etnogr. y Prehistoria, XXII, Madrid, 1947.

⁽²⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS — *Antigualhas*, op. cit., pág. 5.

onde se vêem dois delfins cada um dentro de uma «amêndoa». No espaço entre a vieira e as «amêndoas», uma máscara esboçada.

A parte posterior é reforçada por dois cordões longitudinais (Zeiss, T. 17, 13). A placa mede $0,087 \times 0,06$ m.

*
* *

Fragmento de placa de cinturão (Fig. 368), em bronze, de procedência desconhecida, guardado no Museu do Carmo ⁽¹⁾.

A parte central é lisa e decorada a punção com círculos e um ponto incluso, ligados os dos lados por uma linha irregular. A margem da placa é mais profunda que a da superfície e é rugosa, como se tivesse sido escavada posteriormente. Tem duas pequenas argolas na extremidade intacta, para articulação com a fivela. Nos bordos, pequenas pontas rectangulares, decorativas (Zeiss, T. 20, 11). Comprimento, incluindo uma argola pequena: $0,045$ m; largura, com as pontas, $0,03$ m.

*
* *

Fragmento de placa de cinturão (Fig. 369), de proveniência desconhecida, (Conímbriga?). Guardado no Museu Etnológico (Zeiss, T. 19, 14).

Dimensões: $0,042 \times 0,019$ m.

*
* *

Argola de fivela, em bronze (Fig. 370), guardada no Museu Etnológico; proveniência desconhecida. Não tem ornatos.

Dimensões: $0,043 \times 0,027$ m.

*
* *

Argola em bronze (Fig. 371), com fusilhão, também guardada no M. Etnológico (n.º 16.816). Foi encontrada em Montemor (S. Geraldo), no cemitério visigótico.

Dimensões: $0,038 \times 0,023$ m.

*
* *

Peça decorativa, em bronze (Fig. 372), em forma de palmatória, encontrada no concelho de Portimão (Detrás das Vinhas) e guardada no Museu Etnológico (n.º 16.846). É decorada dos dois lados com o mesmo motivo. Está partida na ponta; no disco tem duas cabeças de ave, com crista, em parte abertos na placa. O resto da decoração é em círculos com dois inclusos, rodeados por uma fila, feita com outros, mas mais pequenos. Uma barra separa as duas partes.

Dimensões: $0,07 \times 0,027$ m (a meio do disco).

⁽¹⁾ J. M. CORDEIRO DE SOUSA — *Antigualhas do Museu do Carmo*, Rev. de Arqueologia, III, 1936, pág. 16.

*
* *
*

No Museu de Lagos, na secção visigótica, há uma peça quase idêntica a esta e, por isso, não julgamos necessária a sua fotografia; não conseguimos averiguar a proveniência, mas veio das proximidades de Lagos.

Dimensões: 0,064 x 0,022 m.

*
* *
*

«Osculatório», de Milreu (Fig. 373); está no Museu Etnológico. É o único que conhecemos em Portugal. Já não tem a parte terminal. Comprimento 0,09 m.

*
* *
*

Peça em bronze (fragmento), de arreio de cavalo (Fig. 374) encontrada em Idanha-a-Velha e guardada no Museu local.

Decoração com raios, que possivelmente se juntariam no centro em um pequeno disco. Azelha para a segurar ao arreio. Seria muito semelhante a uma outra publicada por Palol (¹).

*
* *
*

Outra peça de arreio, também em bronze (Fig. 375) encontrada perto de S. Torcato (Guimarães) e guardada no Museu Martins Sarmiento. Há no Museu Etnológico uma cópia que foi oferecida a Leite de Vasconcelos (¹). A decoração, vasada, forma uma estrela de raios lanceolares, também vasados, com orifício central.

Diâmetro: 0,07 m.

*
* *
*

Outra peça de arreio, em bronze, (Fig. 376). Muito curiosa pela decoração: um cavalo em marcha, arreado. Foi adquirida por Leite de Vasconcelos perto de Leiria e deu entrada no Museu Etnológico.

*
* *
*

Finalmente uma outra peça decorativa (Fig. 377), em bronze; foi encontrada em Almoçageme (Sintra) e está no Museu Etnológico (n.º 16.272). Pela forma do objecto não se define qual teria sido o seu uso, mas não nos repugna supô-lo também

(¹) LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões*, III, pág. 492.

(²) O. DA VEIGA FERREIRA — *Acerca de uma pedra...*, op. cit., pág. 508.

J. LEITE DE VASCONCELOS — *Revista de Arqueologia*, I, 1932, pág. 4 e 5, fig. 4.

P. DE PALOL SALELLAS — *Bronces de arnés con representaciones zoomórficas*, sep. de Ampurias, XV-XVI, Barcelona, 1953-54.

uma peça de arreoio, para o que teria uma azelha na parte superior; no entanto a dúvida subsiste.

Diâmetro: 0,065 m.

*

* * *

PINTURA — MOSAICO

Tivemos ocasião de assinalar a existência de pinturas paleocristãs em Troia (pág. 110) e de mosaicos, também paleocristãos, no Aranal (pág. 112). Outros mosaicos, os de Cos ⁽¹⁾ e Martins Gil (Leiria), expostos no Museu Etnológico, bem como alguns do Algarve (?), podem ser incluídos no mesmo período.

Em Milreu foi encontrado um esgrafito com desenho visigótico ⁽²⁾.

E, infelizmente, nada mais conhecemos que possamos acrescentar, sobre qualquer destes aspectos, ao que ainda existe de Arte visigótica em Portugal.

*

* * *

ÚLTIMOS ACHADOS

Recordámos, ao longo deste capítulo, os monumentos do período visigótico espalhados pelo território português e de que ainda há vestígios mais ou menos bem conservados; por outro lado chamámos a atenção para a necessidade de se proceder a escavações em locais onde a tradição pede que essas investigações sejam feitas, com o fim de melhor ser esclarecido um problema de tanto interesse.

De não menor importância é a longa lista de objectos, de tipo vário, lavrados no período abarcado pela Arte visigótica, em grande parte inéditos; para ela chamámos largamente a atenção do leitor. Também aqui novas pesquisas se impõem, aliás suscitadas pelo que, dia a dia, a terra ou velhos edifícios nos vão revelando. Não escrevemos, pois, uma obra definitiva; longe disso, mas somente uma actualização dos nossos conhecimentos nesta matéria e na hora presente. Para prová-lo bastar-nos-á citar cinco monumentos em estudo ou para serem estudados. Dois quase certamente existentes, nem mesmo que sejam somente os alicerces: Dume e o Mosteiro de S. Frutuoso. Outro, abandonado mas a pedir investigações completas: Milreu. O quarto e o quinto em plenas escavações: quando forem dadas por concluídas revelar-no-ão, tudo leva a supô-lo, monumentos de muito interesse: referimo-nos a Torre de Palma, em primeiro lugar e ao edifício (palácio?) que encontramos agora em Idanha-a-Velha, entre a Sé e a muralha.

Pelo que diz respeito a peças soltas não resistimos, pelo seu merecimento, a dar notícia dos últimos achados. Em Idanha-a-Velha, precisamente na suposta (nesta data) abside da Catedral, a 1,80 m de profundidade, surgiram-nos na campanha de 61 (a 7.^a) três pequenas pilastras em mármore branco, sacaroide; uma

colher litúrgica, de bronze e diferente da que há anos tinha aparecido nas escavações no corpo da igreja (Figs. 325 e 326); e finalmente uma placa, também de mármore do mesmo tipo do daquelas três peças.

As pilastrinhas são muito curiosas e, por isso, as incluímos já neste trabalho: duas são prismáticas e foram obtidas serrando uma placa com labores visigóticos. Em uma delas (Figs. 378 a 381) foi-lhe marcado o capitel em três faces; na outra face ficou a decoração da placa, embora serrada. O capitel está destacado do fuste por uma moldura e uma gola, mas também somente nas três faces referidas; nelas a decoração é rude, mostra linhas verticais, quase paralelas e duas volutas, a formarem crossa, como as que se vêem em algumas decorações celtas, em tantas peças visigóticas e mais tarde em algumas românicas.

O interesse, muito particular, que tem esta peça reside no facto de mostrar dois motivos visigóticos distintos, excutados com técnicas e em épocas diferentes. A perfeição do labor da placa, revelada pela pequena amostra que ficou, em quadrados com covinhas e com rosetas, inclusas, contrasta com o do capitel da pilastrinha em que a placa foi em parte transformada, depois de serrada. E assim nos surge um mesmo mármore aproveitado diferentemente em épocas distintas, mas dentro do período visigótico. O facto lembra-nos a pedra da imposta de S. Frutuoso, também lavrada diferentemente de um e outro lado, em datas distintas, mas ambas nos séculos visigóticos (Figs. 47 e 48).

Mede esta pequena pilastra 0,40 m de altura e $0,11 \times 0,07$ m de lado.

A outra pilastrinha não chegou a ser lavrada depois de serrada a placa; por isso mostra somente os labores da peça original, que era a mesma de onde foi extraída a primeira pilastrinha descrita. O capitel ficou liso no resto das superfícies (Figs. 382 e 383). Mede, no total, 0,38 m de altura, por $0,105 \times 0,08$ m de largura.

A terceira peça deste grupo recente é a parte inferior de uma colunazinha com decoração fora do habitual (Fig. 384). A parte inferior, para encaixar noutra pedra, é quase cúbica; no que resta do fuste mostra três secções distintas, sucessivamente troncocónica, cilíndrica e prismática. Só esta é decorada, e é-o nas quatro faces, com filas de crescentes sobrepostos. Não conhecemos nenhuma outra peça que se assemelhe e assim ela vem demonstrar-nos uma vez mais como não está tudo dito sobre os motivos visigóticos. Mede 0,32 m de altura, por 0,09 m de lado, na parte prismática.

A placa tem o maior interesse e, no seu género não conhecemos outra em Portugal. Há no Museu de Burgos alguns exemplares semelhantes, segundo nos informa P. de Palol, mas com decoração mais tipicamente visigótica que esta da Catedral de Idanha-a-Velha (quicá moçárabe, segundo o mesmo Professor).

Trata-se de uma placa rectangular (Figs. 385-386), praticamente intacta. Uma meia cana entre dois sulcos que lhe são paralelos segue o contorno da peça, deixando uma larga margem lisa e sem ornatos.

Os ângulos da meia cana são decorados com o motivo a que acima nos refe-

rimos, as volutas, isto é, uma palmeta em que as folhas laterais terminam em voluta, neste caso enroladas para dentro. A enquadrar este pequeno motivo, duas outras folhas muito alongadas.

A superfície central da placa é lisa. Não tem qualquer ornato na face posterior, nem sequer aparece alisada como a anterior; na parte central foi escavado um quadrado.

As medidas são: $0,65 \times 0,42$ m; a espessura é de 0,06 m. A parte escavada, na face posterior, mede 0,22 m de lado e o rebaixo no quadrado é de 0,01 m.

O tamanho diminuto da placa põe de parte o poder ter sido uma mesa de altar; mas a escavação na parte posterior (para colocação de relíquias ou de uma pedra de ara) e o todo da peça levam-nos a pensar tratar-se de uma pequena mesa de altar, portátil; ou então seria a «mensula», pequeno altar, colocado à direita do altar-mor (na «prothése») onde o sacerdote e seus acólitos preparavam tudo o que era necessário para a missa (pão, vinho, etc.). E a decoração pode, a nosso ver, entrar perfeitamente no grupo visigótico. Não esqueçamos, também que esta e as outras quatro peças foram encontradas naquilo, que enquanto não aparecer prova em contrário, continuamos a chamar os restos da abside da Catedral.

As cinco peças estão guardadas no segundo museu de Idanha-a-Velha, inaugurado há pouco e que baptizámos: «Museu de S. Dâmaso». Está instalado na capela dedicada ao Santo papa, construída no século XVIII no local onde, segundo é tradição, nasceu essa grande figura no início do período de que nos ocupamos.

Novo motivo para escavações, a capela de S. Dâmaso.

Em Torres Novas está no Museu Municipal uma grande lápide (sepulcral?), de calcáreo branco; mede $1,44 \times 0,77$ m e 0,155 m de espessura.

Os lados maiores e a face posterior foram simplesmente alisados; os menores foram preparados para encaixarem em uma fenda larga. Tem, na superfície que era a visível, uma tarja decorada com rosetas imbricadas (Fig. 387); a largura desta faixa é de 0,185 m. O centro da placa era ou foi rebaixado posteriormente; assim preparado, levou uma inscrição em seis linhas, que não conseguimos ler por estar muito apagada. A pedra apareceu na Casa dos Fidalgos dos Vargos, em Torres Novas e o seu proprietário ofereceu-a ao Museu, onde se encontra.

Em Vera Cruz de Marmelar surgiu mais uma pedra visigótica a juntar à valiosa série já apontada; é o canto de uma placa de mármore branco, sacaroide, com rosetas inclusas em quadrados.

Perto de Beja, em Pomares, aparecem «agora» labores visigóticos na porta lateral da capela de S. Pedro.

...E a séria continuaria, se não fosse tempo de concluirmos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Em um breve resumo apontaremos a distribuição dos monumentos já descritos, mas agora agrupados segundo as localidades onde se encontram ou onde apareceram. A ordenação, dentro de cada um dos três grupos propostos: lusitânico, suévico e olisiponense, procuraremos fazê-la distribuindo, geogràficamente, as várias localidades em torno dos principais núcleos actualmente conhecidos.

GRUPO LUSITÂNICO

Cabe a primazia à cidade de Beja, antiga sede de uma das mais antigas dioceses (a cathedral parece ter sido onde agora está a Igreja de St.^a Maria), por conservar no seu museu e na colecção de José Mourão, Júnior, o maior grupo de peças visigóticas de todo o país.

A série de pilastras é verdadeiramente notável (Fig. 78, 80, 83 a 85, 87, 88, 97, 99 e 100) pela perfeição do desenho e do trabalho; ela marca bem uma estreita ligação com o visigótico emeritense. De entre os vários capitéis, merecem referência especial os de St.^o Amaro (Fig. 155 a 160) pelos problemas que têm levantado, inclusivamente o do não-visigotismo de alguns; tivemos ocasião de nos referir ao facto ao descrevermos esta capela (pág. 174 e seg.).

Os outros capitéis (Fig. 122, 128, 135 a 137, 143, 148, 149, 161 e 162) estão dentro do ambiente de Beja, bem como as outras peças: uma mesa de altar (Fig. 183), vários fragmentos de frisos (Fig. 204, 209 a 212, 215 e 216), colunas torsas (Fig. 73 e 108), ábacos (Fig. 108 e os de St.^o Amaro), uma placa (Fig. 188 e 191), um bloco decorado (Fig. 189), uma aduela (Fig. 205), uma cruz (Fig. 217), frontões (Fig. 220 e 221), mísula ornamentada com uma concha (Fig. 229), pia de água benta (Fig. 228) e várias vasilhas de barro encontradas na Igreja de St.^a Maria (Fig. 311) onde, aliás, também há duas pedras visigóticas em um cunhal da torre. São notáveis, na ourivesaria da época, a espada (Fig. 343) e as duas fivelas de ouro (Fig. 344 e 345) aparecidas em um antigo cemitério da cidade.

Pelos arredores também alguma coisa tem surgido, como em Quintos (a pilastra de Fig. 86) e em Vale de Agueiros (Fig. 105 e 106).

A pedra utilizada para as esculturas foi, por vezes, o mármore; mas a grande maioria está lavrada em calcáreo de S. Brissos ou de Trigaches, localidades perto de Beja.

A Mértola, além do conhecido cemitério visigótico de onde saíram dezenas de lápides com inscrições (a maior série do país) pertence, por ter aparecido perto da Vila, a bela pilastra com o toiro e o leão (Fig. 75 e 76); mas há ainda uma série de pequenos capitéis (Fig. 125 a 127), ábacos (Fig. 140, 141 e 171), frisos (Fig. 213 e 214) uma pulseira (Fig. 328 e 329) e várias peças de cerâmica. A técnica usada em Mértola marca-lhe um lugar de destaque no visigótico do grupo lusitânico. São igualmente notáveis as peças de Elvas; uma pilastra (Fig. 82), um grande ábaco (Fig. 175 e 176) e uma mesa de altar (Fig. 184); a este conjunto, pequeno em número, mas de muito interesse pela técnica revelada, podemos juntar uma placa aparecida em Campomaior (Fig. 198), lavrada com muita perfeição. Perto, em Fontalva, foi encontrada uma placa de citurão (Fig. 363); em Terrugem, também na região, foram recolhidas uma colunasinha torsa (Fig. 113) e uma colher litúrgica, esta com inscrição da época (Fig. 322).

Na Silveirona, já para os lados de Extremoz, está em estudo o vasto espólio de um grande cemitério visigótico; parte encontra-se já no Museu Etnológico. Dirige superiormente os trabalhos o Prof. Manuel Heleno. De lá são dois ábacos (Fig. 170 e 172) a revelarem a sua integração neste grupo lusitânico.

Um pouco mais ao Sul ficava o Santuário de S. Miguel da Mota de onde vieram dezenas de monumentos para o Museu Etnológico (pág. 112); dele mostrámos, além da planta (Fig. 32), uma placa (Fig. 192 e 193) e um friso (Fig. 202). No vizinho castelo do Alandroal uma pedra da muralha é uma pilastra visigótica (Fig. 77).

Perto de Serpa surgiu parte da borda e do bojo de um «dolium» (Fig. 204), só notável por levar uma inscrição completa, em letra do período visigótico. Em Monsaraz o Reverendo Pároco teve a feliz ideia de organizar um pequeno museu em uma dependência da igreja matriz; está ali guardado, entre outras peças, um capitel visigótico (Fig. 163). Em Arraiolos surgiu uma bela placa bem trabalhada no mármore (Fig. 194). Da episcopal Évora, onde tanto havia a esperar, está no Museu Etnológico um belo sarcófago paleocristão (Fig. 231), a que a raridade de tais monumentos no nosso país confere um valor particular. As chamadas torres de Sizebuto (Fig. 73),

à parte a planta que pode ser do período aqui tratado, não cremos serem as muralhas actuais de época tão recuada.

Já tivemos ocasião de assinalar a importância de Sines como localidade onde encontramos uma série notável de pedras visigóticas; levou-nos a procurar ali monumentos deste período, como já dissemos, o facto de estar depositada no Museu Etnológico uma bela pilastra para lá levada do Castelo de Sines. A ela (Fig. 89-90 e 91) se juntaram aqui mais quatro pilastras (Fig. 92 a 95 e 98), todas metidas nas paredes do castelo, das quais, pelo menos duas, são do melhor que se produziu neste período, como se pode verificar pelas estampas; há ainda um ábaco (Fig. 173 e 174) e um fragmento de placa, este lavrado com a conhecida decoração em arquinhos. Entendemos não valer a pena reproduzir esta peça, para não irmos, com ela, sobrecarregar a já longa série de figuras; está metida no paramento exterior da Casa da Guarda, no Castelo. Recordámos, a propósito da série, o culto a S. Torpes, nos arredores de Sines ou na própria vila, e pusemos a hipótese de todo este material ter pertencido a um templo levantado em seu louvor. De qualquer modo, a vizinhança do mar com um porto de abrigo, não devem ter sido estranhos à boa qualidade do material até agora encontrado.

Em Santiago de Cacém, apareceu um capitel (Fig. 154); mas de maior merecimento, pela técnica, são os capitéis de Alcácer do Sal (Fig. 151 e 153).

Entre Beja e Elvas ficam as aldeias de Marmelar e Vera Cruz de Marmelar. Em ambas existem pedras visigóticas algumas de muito valor. Conservavam-se todas inéditas antes de iniciarmos estes estudos. Em Marmelar, uma pilastra (Fig. 96) serve de degrau a uma casa pobre e nas paredes de quintais há três placas metidas como alvenaria; demos a fotografia de uma delas (Fot. 187). É do maior interesse uma laje (sepulcral?) em mármore, que faz de soleira à porta do cemitério. Em Vera Cruz, distante uma dúzia de quilómetros, na igreja fortaleza, hoje igreja matriz, nos muros e no terreno em volta surgiu uma série de pedras visigóticas. Apareceram pilastras (Fig. 79 e 81), um pequeno capitel com coluna (Fig. 115), um friso (Fig. 203) e três peças notáveis: dois frontões (Fig. 222 e 223) e um nicho (Fig. 225-226). Este último é, até agora, o único que conhecemos em Portugal. E já depois de iniciada a impressão deste trabalho veio juntar-se à colecção um fragmento de uma linda placa em mármore.

As escavações de Torre de Palma, onde já se vêem uma dupla basílica paleocristã de tipo norte-africano e um batistério da mesma época, além de objectos visigóticos ali encontrados, irão revelar um dos conjuntos de maior interesse do país, quando o Prof. Manuel Heleno der os trabalhos por concluídos (pág. 119).

Ainda no Alentejo, perto de Ourique, nas escavações a que Abel Viana se dedica no Castro da Cola, têm surgido algumas peças visigóticas; damos a fotografia de uma delas (Fig. 196) para assinalar mais um local onde apareceram reminiscências do período de que nos ocupamos.

Não passaremos à enumeração das localidades algarvias sem fazermos uma referência a um monumento aparte e que só por não ter sido escavado (o que se fez até agora, no provável local paleocristão, pode ser classificado de «sondagens») não permite poder já dar-lhe o lugar que certamente virá a merecer no estudo da Arte visigótica, no sentido em que a definimos: os restos cristãos primitivos da Tróia, de Setúbal (pág. 102). O possível batistério, a câmara sepulcral com frescos, etc., voltaram a ficar cobertos com areia e, por isso, não pudemos observá-los. A notícia que demos sobre eles fomos buscá-la aos resultados conseguidos com as referidas sondagens.

No Algarve apareceram-nos peças visigóticas um pouco por toda a parte. Em Faro, que disputa com Milreu o ter sido o local onde teve assento a antiga Ossónoba, cidade episcopal, foram encontradas uma pilastra (Fig. 101), uma coluna (Fig. 109), um capitel de grande volume, com labores fora do habitual e que possivelmente teria pertencido a um grande templo (Fig. 142), um fragmento de uma peça decorativa (Fig. 179) e ainda outras guardadas no mesmo local e que, provavelmente, serão também da cidade.

Em Milreu, além da grande basílica a pedir um estudo cuidadoso alicerçado no resultado de escavações no local, apareceram uma placa paleocristã (Fig. 178), um osculatório (Fig. 373), único em Portugal, peças de cerâmica com desenhos estampados (Fig. 302 e 303) ou incisos (Fig. 304) e argolas de fivelas (Fig. 353 e 354).

Em Alcantarilha vimos um capitel (Fig. 134) e uma bilha visigóticas (Fig. 309). Uma placa de cinturão (Fig. 360-361) apareceu em Retorta (Loulé); uma peça de bronze, decorada, mas incompleta (Fig. 372), foi encontrada em Portimão e no Museu de Lagos há outra quase igual. Do Ilheu do Rosário (Silves) vieram para o Museu Etnológico umas contas

típicas da Arte visigótica (Fig. 332). Em Monchique apareceram uma sertã litúrgica (Fig. 327) e uma fivela; na Senhora da Luz (Lagos) foi recolhida uma curiosa colher litúrgica (Fig. 323 e 324). De Bensafrim foi para o Museu da Figueira da Foz um fragmento de placa de cinturão, de bronze (Fig. 360). Em Marim, onde foi escavado um cemitério paleocristão apareceram anéis, contas (Fig. 331), alfinetes (Fig. 332) e cerâmica da época (Fig. 300). Finalmente, perto de Alcoutim, veio para o Museu Etnológico uma bela placa (Fig. 190) em mármore.

Para Norte do Tejo, ainda no grupo lusitânico, a principal estação é Idanha-a-Velha. Sede de uma diocese sueva e depois visigoda, ainda conserva parte da primitiva catedral, que descrevemos (pág. 156 e seg.), ostentando alguns elementos visigóticos (arcos em ferradura e dois fragmentos de imposta (Fig. 208). Dentro do templo, nas paredes e nas escavações em torno tem surgido uma já notável série de pedras lavradas: uma pilastra (Fig. 102 e 104), colunas torsas (Fig. 107 e 112, além de mais três que não julgamos necessário descrever), colunasinhas (Fig. 114), quatro pilastrinhas, talvez ajimeses (Fig. 117, 378 a 384), um capitel (Fig. 165-166), pequenos capitéis (Fig. 123 e 124), ábacos (Fig. 167, 169), um fragmento de gelosia em mármore (Fig. 229), duas colheres litúrgicas, de que só damos fotografia da mais curiosa (Fig. 325 e 326), uma provável mesa de altar, em mármore, peça única em Portugal (Fig. 385 e 386) e uma peça em bronze, para arreio de cavalo (Fig. 375). Por esta longa lista se pode avaliar a importância do foco igitano, ainda longe de ser completamente revelado.

Perto, junto a Monsanto da Beira, surgiram túmulos de granito, antropomorfos; um deles tem tampa, também de granito, decorada com uma estola típica da época (Fig. 232). Em Salvaterra do Extremo, na mesma região, apareceu um fecho de cinturão do período final (Fig. 363).

Da Beira Alta temos conhecimento de patenas litúrgicas, em bronze, encontradas no Castro de Fontes, St.^a Marta de Penaguião (Fig. 321) e no Castro da Trepça (Fornos de Algodres); em Tábua foi descoberta uma tijoleira (fragmento) estampilhada (Fig. 310); na parede da igreja de Fermedo (Arouca) está embutida uma pedra lavrada com motivos visigóticos (Fig. 218).

As escavações de Conímbriga ainda não conseguiram, nos seus resultados, revelar o que teria sido a antiga cidade episcopal; no Museu Machado

de Castro, de Coimbra, há peças possivelmente para ali levadas da velha cidade e outras certamente de lá. Também no Museu Etnológico há uma colecção de objectos de Conímbriga. Assim, sabemos terem sido recolhidos uma placa (Fig. 197), um capitel (Fig. 132), pilastrasinhas (Fig. 118 a 121) e alguns colares de contas de pasta de vidro, azuis (Fig. 341).

Não muito distante, surgiu um belo capitel, em Miranda do Corvo (Fig. 150), uma fivela de bronze considerada como sendo de Montemor-o-Velho (Fig. 351) um anel de bronze da Ega (Fig. 338) e duas lindas vergas de porta, na igreja de Abiúl (Fig. 177).

Na torre de menagem do Castelo dos Templários, em Tomar, outrora sede da Ordem em Portugal estão metidas no paramento, umas do lado de fora, outras no interior, várias pedras visigóticas: uma provável placa (Fig. 180), duas outras que possivelmente teriam sido mesas de altar (Fig. 181 e 182), uma verga de porta ou janela (Fig. 201) e dois frisos. Um fragmento de placa está conservado no pequeno Museu do Convento de Cristo.

Em Leiria, no Arnal, foi escavada uma basílica (pág. 102), com um mosaico historiado e nas proximidades da cidade foi adquirida uma peça de arreio muito curiosa (Fig. 376). No Museu de Torres Novas há uma grande lápide funerária (?); conserva somente uma larga faixa formada por rosetas imbricadas, o centro já serviu para outro fim. Em Torres Vedras foi descoberto um ábaco tipo emeritense; perto de Povos (Vila Franca de Xira) há um cemitério atribuído, com verosimilhança, ao período de que nos ocupamos (Fig. 233 e 234); em Alcaínça (Mafra) um fragmento de friso foi retirado de uma casa (Fig. 206).

Uma placa de cinturão surgiu na gruta de Cascais (Fig. 364) e ali perto, na Abujarda, foi escavado um cemitério visigótico, de onde foram retirados uma placa de cinturão (Fig. 358 e 359), uma fivela (Fig. 347), anéis (Fig. 334 e 337, contas (Fig. 331), duas pulseiras (Fig. 330).

Em Almoçageme, Sintra, foi adquirida uma peça de arreio, de bronze (Fig. 377). Entre Sintra e a Ericeira, em Odrinhas, escavámos os restos prováveis de uma «vila» rústica romana, tardia, com destroços de uma basílica paleocristã (pág. 106 e seg.).



75



76

Figs. 75 e 76 — Mértola (M. Etnol.)



Fig. 77 — Alandroal (Castelo, foto de J. Vicente Fontes); Fig. 78 — Beja (Museu, foto de A. J. Ferreira); Fig. 79 — V. Cruz de Marmelar (Paço).



80



81



82



83

Fig. 80—Beja (Museu, foto de J. Mourão Jor.); Fig. 81—V. Cruz de Marmelar (Igreja);
Fig. 82—Elvas (Museu); Fig. 83—Beja (Museu).



84



85



86



87



88

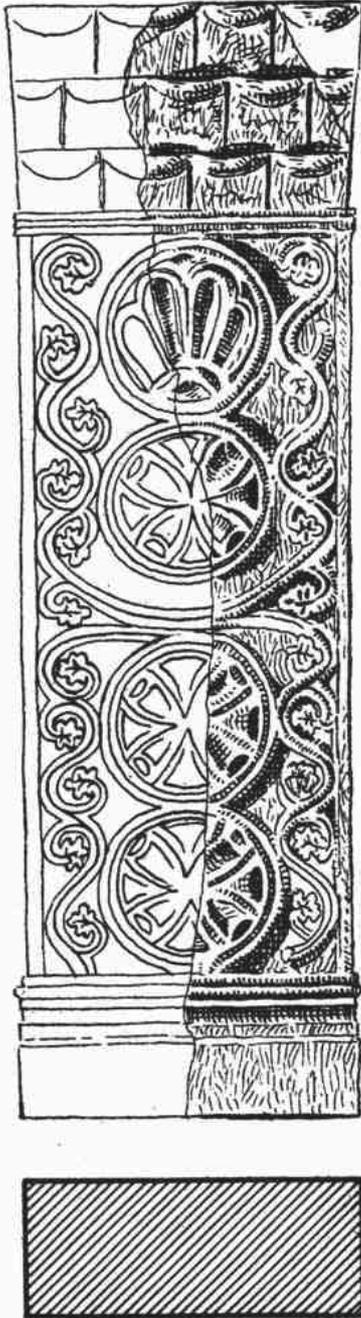
Fig. 84 — Beja (Col. Mourão); Fig. 85 — Beja (Museu, foto de A. J. Ferreira); Fig. 86 — Beja (Museu); Fig. 87 — Beja (Museu); Fig. 88 — Beja (Col. Mourão).



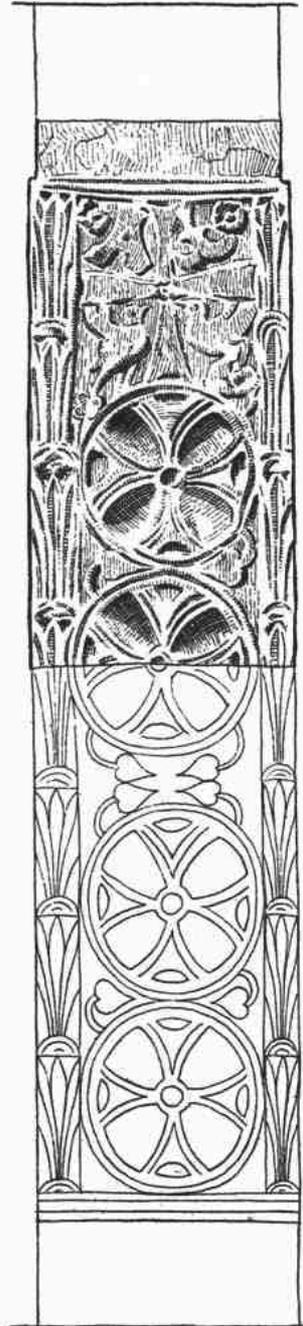
89

90

Figs. 89 e 90 — Sines (M. Etnol., foto Varvara).



91



92

Fig. 91 — Reconst. da pilastra de Sines de fig. 89 (des. de Salgado Dias); Fig. 92 — Reconst. da pilastra de Sines de fig. 93 (des. de Salgado Dias).

GRUPO SUÉVICO

Dever-se-ia encontrar, em Braga, uma rica colecção de peças visigóticas, dada a importância religiosa da cidade como metropolitana que foi e capital do reino dos Suevos. Infelizmente tudo deve estar perdido, a não ser o belo sarcófago da Sé, (Fig. 284 a 287) e um capitel também ali encontrado há anos (Fig. 256).

No entanto, nos arredores de Braga, a pouco mais de um quilómetro, ainda se ergue reconstruído, embora incompletamente, um dos mais belos monumentos do período visigótico da Península, a capela de S. Frutuoso (pág. 123 e seg.). Dele no ocupámos largamente e além da documentação que acompanha o texto, chamámos ainda a atenção para um capitel de pilastra (Fig. 235), capitéis de colunas (Fig. 236 e 237), imposta corrida (Fig. 238), frisos corridos (Fig. 272 e 277). Este monumento, só por si, daria a Braga um lugar à parte se não existissem, na região, restos de esculturas da época, mas muito diferentes das do grupo lusitânico, a chamarem a atenção para monumentos desaparecidos. Assim, a Dume, ao lado de S. Frutuoso, e que também foi sede de uma pequenina diocese, pertencem um capitel (Fig. 246 e 248) e, principalmente, duas valiosas placas funerárias (Fig. 288 e 289) decoradas com figuras humanas: são, as lápides, consideradas como tendo pertencido ao túmulo de S. Martinho, Dumense, o que não é possível por serem de dois monumentos distintos.

Em St.^a Maria (Amares) foi encontrado um pesado capitel (Fig. 257 e 258) abundantemente decorado; em Duas Igrejas (Vila Verde) apareceram uma consola (Fig. 259), e dois frisos (Fig. 279 e 280), em St.^a Cruz de Lima (Bravões) outra consola (Fig. 260) e um capitel (Fig. 242), em Souto (Terras de Bouro), um friso (Fig. 278).

Em Briteiros foi encontrado um capitel (Fig. 247) e outro em S. Martinho de Galegos (Fig. 255).

Na vizinha cidade de Guimarães e arredores apareceram vários capitéis (Fig. 243, 249 e 254). Um deles foi levado de S. Torcato, para o Museu Alberto Sampaio, com outras peças; neste santuário, de S. Torcato-o-Velho (pág. 147 e seg.), ainda se vêem, frisos (Fig. 273 a 275) alguns metidos nas paredes exteriores e duas vieiras (Fig. 281 e 282) por cima de arcos, dentro da igreja.

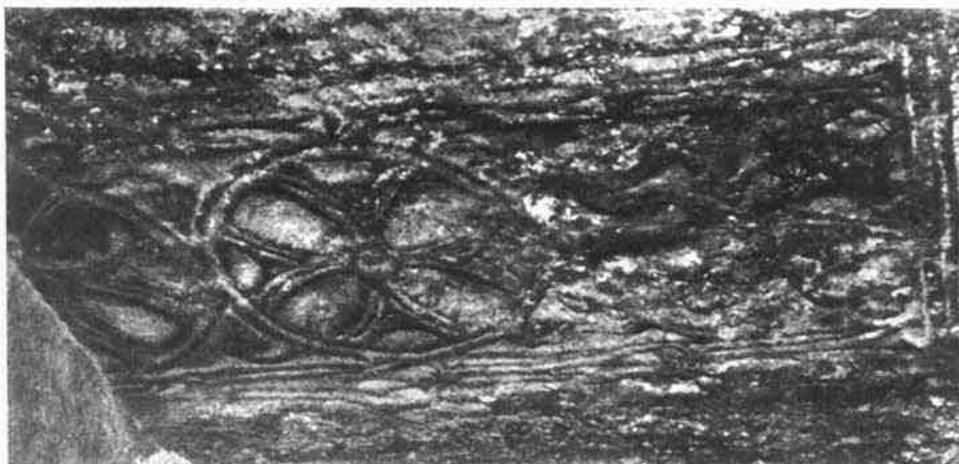
A St.^a Maria, de Arosa, pertence um friso (Fig. 276), a Brito uma linda pia de água benta com desenhos de provável inspiração castreja.

Em Safail (Vila do Conde) apareceu uma patena litúrgica (Fig. 319) e a pegadeira de uma outra, na vizinha Cidade de Bagunde (Fig. 320). Em Santa Marinha (Baião) foi encontrada uma placa de cinturão do período final (Fig. 367) e outra perto de Chaves (Fig. 362) tem o mérito de ser a mais completa encontrada em Portugal.

Finalmente, incluímos neste grupo a igreja de S. Pedro de Balsemão (Lamego), pelos motivos apontados ao descrevê-la (pág. 115). Além das ilustrações do texto, juntamos fotografias de capitéis (Fig. 239 a 241), separados daquele lugar para os integrarmos na série de peças do grupo suévico e ainda uma série de outras fotografias, estas das notáveis impostas (261 a 271) para poder melhor ser apreciada a variedade de motivos que as decoram.

GRUPO OLISIPONENSE

Finalmente destacamos, pelos motivos e pela técnica apurada que revelam, algumas das pedras visigóticas de Lisboa. São elas a pedra encastoadada em um dos gigantes da Sé, decorada com animais dispostos dentro de arcos em ferradura ornamentados (Fig. 290); uma possível pilastra metida em outro gigante (Fig. 295) e um ábaco encontrado no claustro (Fig. 289 e 290) do mesmo templo. É notável a série de pedras do antigo Convento de Chelas: duas pilastras decoradas com grifos (Fig. 291 e 292), de influência bizantina; um friso com leões e palmeiras (Fig. 293) e um fragmento de uma placa de mármore, com desenho geométrico (Fig. 297). Finalmente, parte de uma linda placa com desenho geométrico e a cauda de uma ave, aparecida na Casa dos Bicos (Fig. 298 e 299): ela fecha, com brilho, esta série das pedras visigóticas de Lisboa, pequena em número, mas valiosa pela qualidade.



93



94



95



96

Figs. 93 a 95 — Sines (Castelo); Fig. 96 — V. Cruz de Marmelar (Casa do Hilário).



97



98



99



100



101

Fig. 97 — Beja (col. Mourão); Fig. 98 — Sines (Castelo); Fig. 99 — Beja (Museu); Fig. 100 — Beja (col. Mourão); Fig. 101 — Faro (Museu).



102



103



104

Figs. 102 a 104 — Idanha-a-Velha (Museu).



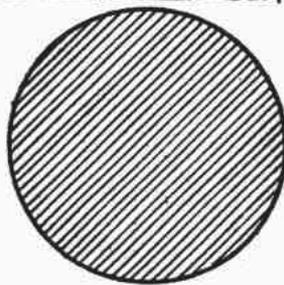
105

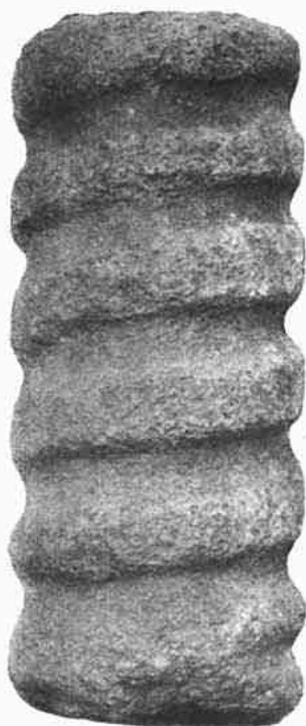


106

Fig. 105 — Beja (Museu);

Fig. 106 — Planificação da fig. 105 (des. de Salgado Dias).

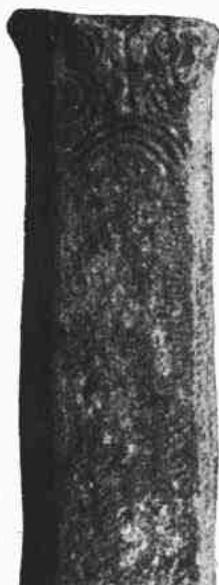




107



108



109



110

Fig. 107 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 108 — Beja (Museu); Fig. 109 — Faro (Museu); Fig. 110 — Mértola (Escola).



111



112



113



114



115

Fig. 111 — ? (Museu Etnol.); Fig. 112 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 113 — Terrugem, Elvas (Museu); Fig. 114 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 115 — Vera Cruz de Marmelar (Igreja).



116



117



118



119



120



121

Fig. 116 — Conímbriga (M. Mach. Castro); Fig. 117 — Idanha-a-Velha (Museu); Figs. 118 a 121 — Conímbriga (M. Mach. Castro).



122



123



124



125



126



127

Fig. 122 — Beja (col. Mourão); Figs. 123 e 124 — Idanha-a-Velha (Museu); Figs. 125 a 127 — Mértola (M. Etnol).



128



129



130



131



132



133



134

Fig. 128—Beja (Museu de Évora); Fig. 129—Faro (Museu); Fig. 130—Conimbriga (M. Mach. de Castro); Fig. 131—Beja (M. Etnol). Fig. 132—Conimbriga (M. Mach. de Castro); Fig. 133—? (M. Etnol.); Fig. 134—Alcantarilha (col. Ramalho Ortigão).



135



136



137



138



139



140



141

Figs. 135 a 137 — Beja (M. Etnol.); Fig. 138 — Alcácer do Sal (Museu); Fig. 139 — ? (M. Mach. de Castro); Figs. 140 e 141 — Mértola (M. Etnol.).



142



143



144



145



146



147

Fig. 142 — Faro (Misericórdia, foto Varvara); Fig. 143 — Beja (M. Etnol.); Figs. 144 e 145 — Alentejo (M. Etnol.); Figs. 146 e 147 — Mértola (M. Etnol.).



148



149



150



151



152



153



154

Figs. 148 e 149 — Beja (Museu); Fig. 150 — Miranda do Corvo (M. Mach. de Castro); Fig. 151 — Alcácer do Sal (Museu); Fig. 152 — ? (M. de Faro); Fig. 153 — Alcácer do Sal (Museu); Fig. 154 — Santiago do Cacém (Museu, foto de Lyster Franco).



155



156



157



158



159



160

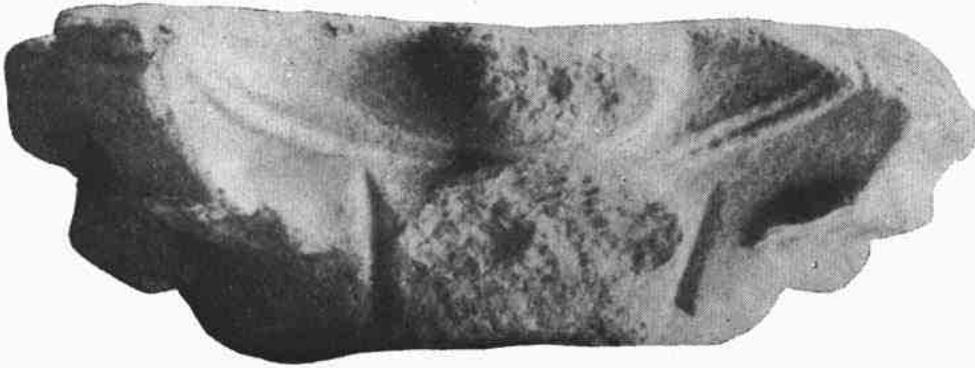
Figs. 155 a 160 — Beja (Sto. Amaro).



161



162



163



164

Figs. 161 e 162 — Beja (M. de Évora); Fig. 163 — Monsaraz (Museu); Fig. 164 — Santiago do Cacém (Museu).



165



166

Figs. 165 e 166 — Idanha-a-Velha (M. Etnológico).



167



168



169



170



171



172

Figs. 167 a 169 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 170 — Silveirona (Museu Etnol.); Fig. 171 — Mértola (M. Etnol.); Fig. 172 — Silveirona (M. Etnol.).



173



174



175

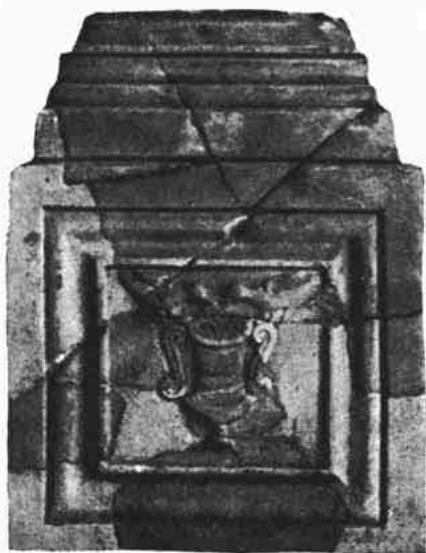


176



177

Figs. 173 e 174 — Sines (Pousada de Santiago do Cacém); Figs. 175 e 176 — Elvas (Museu);
Fig. 177 — Abiul (Igreja Matriz).



178

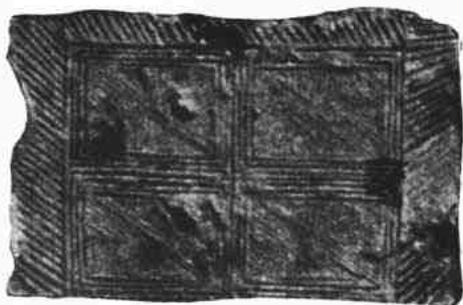


179

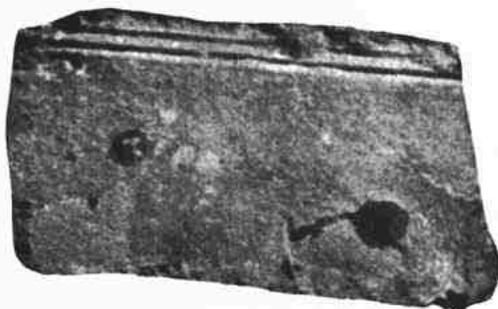


180

Fig. 178—Estoi (M. Etnol.); Fig. 179—Algarve (M. de Faro); Fig. 180—Tomar (Torre de Menagem).



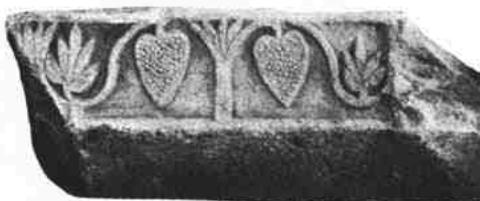
181



182



183



184



185



186

Figs. 181 e 182 — Tomar (Torre de Menagem); Fig. 183 — Beja (Museu); Fig. 184 — Elvas (Museu); Figs. 185 e 186 — Faro (Museu).



187



188



189



190



191

Fig. 187 — Marmelar (na parede de um quintal); Fig. 188 — Beja (Museu); Fig. 189 — Beja (Museu); Fig. 190 — Alcoutim (Museu Etnol.); Fig. 191 — Beja (Museu).



192



193



194



195



196

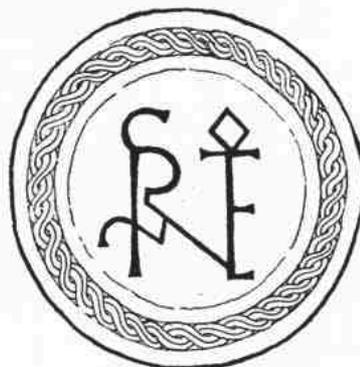


197

Figs. 192 e 193 — S. Miguel da Mota (M. Etnol.); Fig. 194 — Arraiolos (M. Etnol.); Fig. 195 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 196 — Castro da Cola (M. de Beja); Fig. 197 — Conímbriga (M. Mach. de Castro e foto do mesmo Museu).



198



199



200

Fig. 198 — Campomaior (M. de Elvas); Fig. 199 — Monograma da lápide de Senatore (Pavia):
200 — Marmelar (cemitério).



201



202



203



204

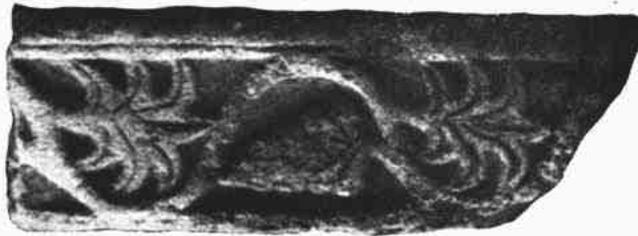
Fig. 201 — Tomar (Torre de Menagem); Fig. 202 — S. Miguel da Mata (M. Etnol.); Fig. 203 — Vera Cruz de Marmelar (Igreja); Fig. 204 — Beja (col. de J. Mourão Jor.).



205



206

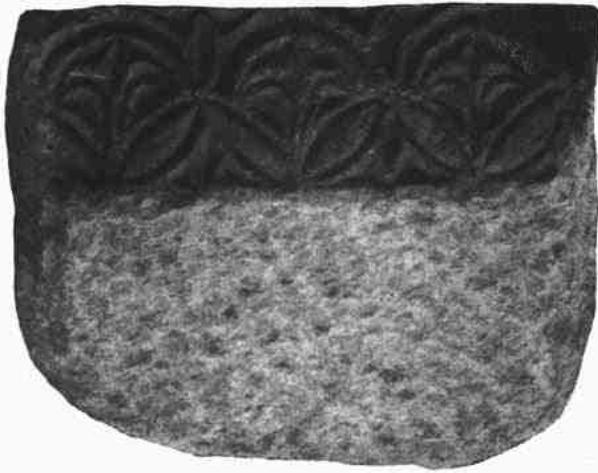


207



208

Fig. 205 — Beja (col. de J. Mourão, Jor.); Fig. 206 — Alcaínça, Mafra (M. Casa do Povo);
Fig. 207 — Beja (Museu); Fig. 208 — Idanha-a-Velha (Catedral).



209



210



211

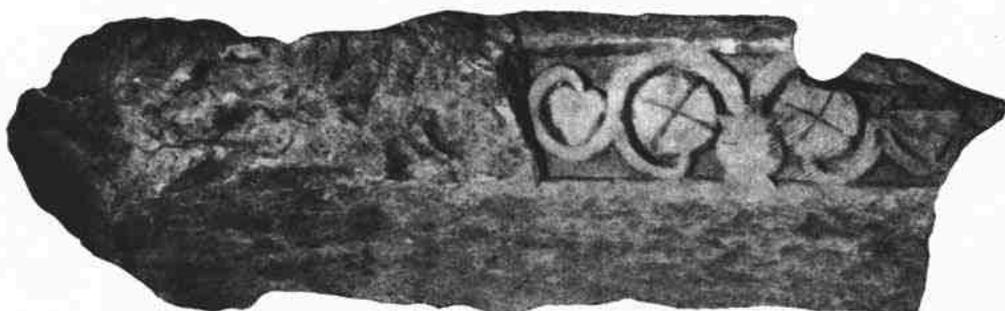


212

Figs. 209 a 212 — Beja (Museu).



213



216



215



216

Figs. 213 e 214 — Mértola (Escola); Figs. 215 e 216 — Beja (Igreja de Sta. Maria).



217



218



219



220

Fig. 217 — Beja (col. de J. Mourão, Jor.); Fig. 218 — Fervedo (Igreja, fot. P.º Pinho Brandão);
Fig. 219 — Beja (col. J. Mourão, Jor.); Fig. 220 — Beja (Museu, fot. do Guia do
Museu).



221



222

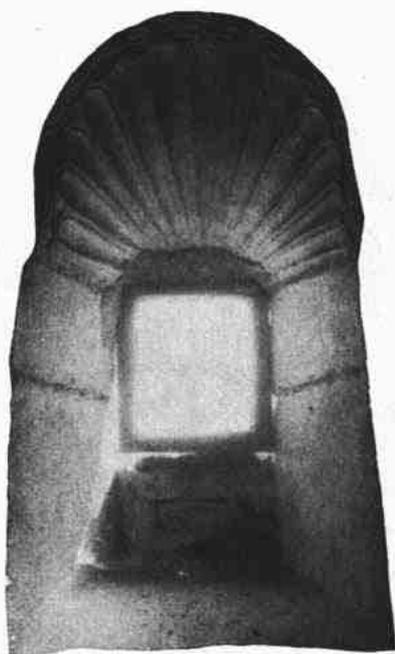


223



224

Fig. 221 — Beja (Museu); Figs. 222 e 223 — Vera Cruz de Marmelar (Igreja); Fig. 224 — Igreja de Vera Cruz de Marmelar.



225



226

Figs. 225 e 226 — Vera Cruz de Marmelar (Igreja).

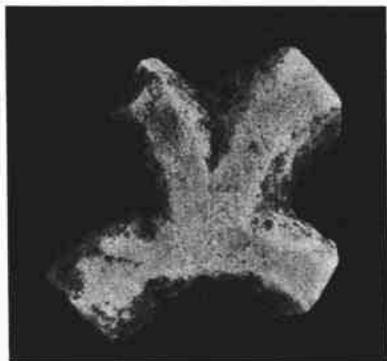


227

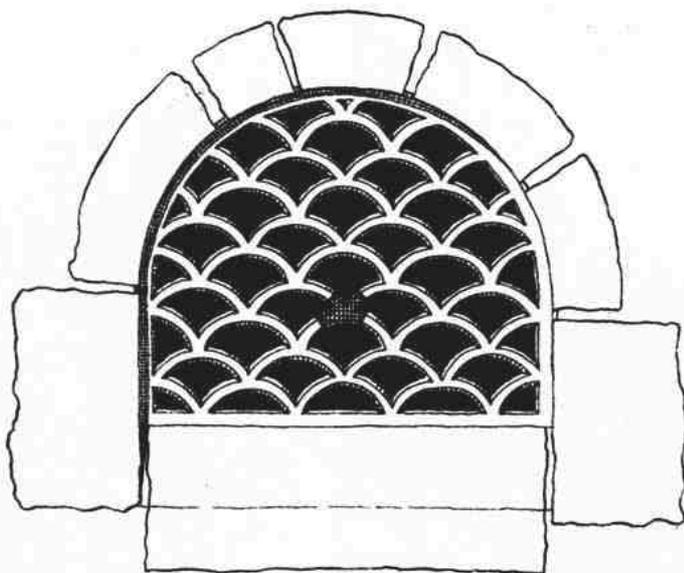


228

Figs. 227 e 228 — Beja (Museu).



229

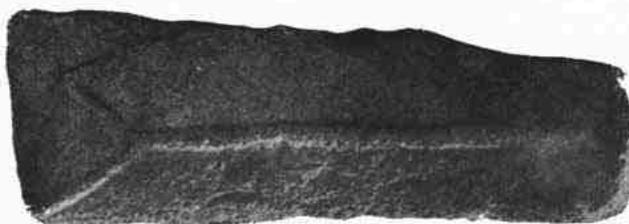


230

Fig. 229 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 230 — Reconstituição da gelosia de Idanha-a-Velha.



231



232



233



234

Fig. 231 — Évora (M. Etnológico, seg. Prof. Manuel Heleno); Fig. 232 — Monsanto da Beira (Chão de S. Lourenço); Figs. 233 e 234 — Mértola (Museu Etnol.).



235



236



237



238



239



240



241

Figs. 235 a 238 — S. Frutuoso (capela, fot. de Marques Abreu, of. por Luís Reis Santos e Gómez-Moreno); Figs. 239 a 241 — Balsemão (Igreja).



242



243



244



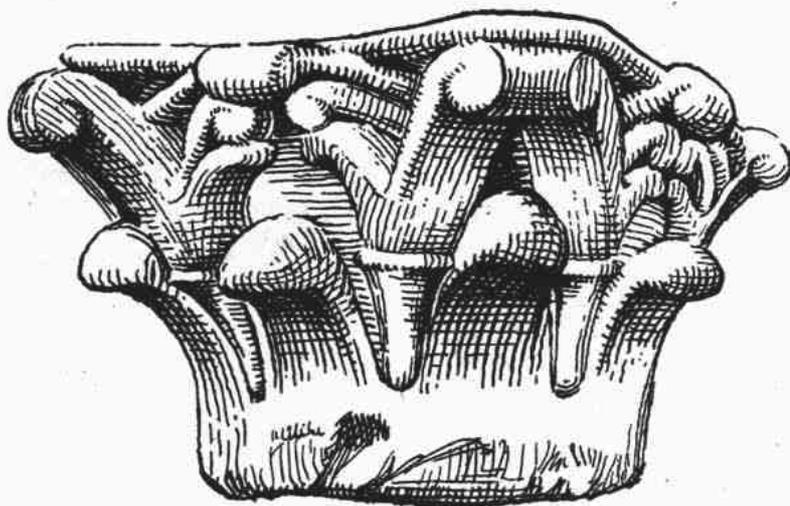
245



246



247



248

Fig. 242 — Sta. Cruz de Lima (M. do Seminário de Braga); Fig. 243 — Guimarães, arredores (M. Martins Sarm.); Fig. 244 — Braga (M. da Sé); Fig. 245 — ? (M. da Sé de Braga); Fig. 246 — Dume (col. Chaves); Fig. 247 — Briteiros (M. do Seminário de Braga); Fig. 248 — Reconstituição do capitel de Dume (des. de Salgado Dias).



249



250



251



252



253



254

Fig. 249 — Briteiros (M. do Sem. de Braga); Figs. 250 a 252 — Guimarães, arredores (M. Mart. Sarm.); Figs. 253 e 254 — Guimarães, arredores (M. Alb. Sampaio).



255



256



257



258



259



260

Fig. 255 — S. Martinho de Galegos (M. do Sem. de Braga); Fig. 256 — Braga (Sê); Figs. 257 e 258 — Ferreiros, Amares (M. do Sem. de Braga); Fig. 259 — Duas Igrejas, V. Verde (M. do Sem. de Braga); Fig. 260 — Sta. Cruz de Lima, Bravães (M. do Sem. de Braga).



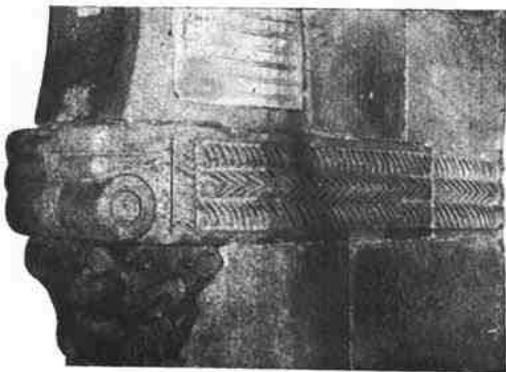
261



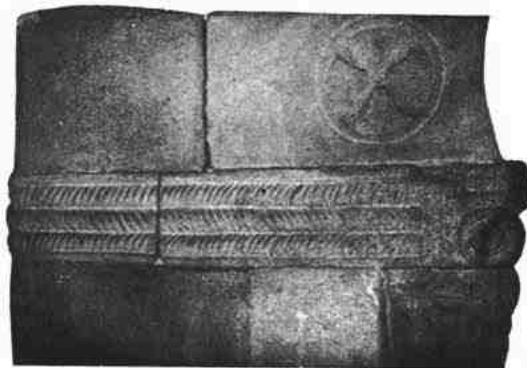
262



263



264



265

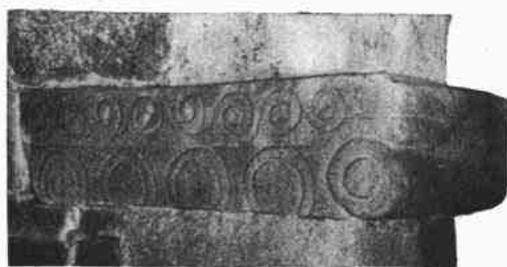
Figs. 261 a 265 — Balsemão (Igreja, fot. of. por E. Serpa Pimentel)



266



267



268



269

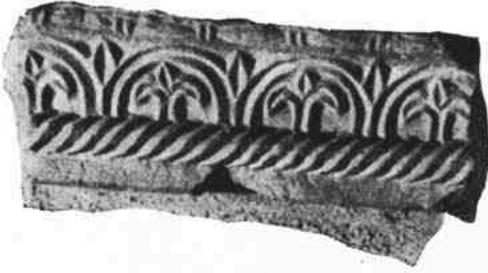


270



271

Figs. 266 a 271 — Balsemão (Igreja, fot. of. por E. Serpa Pimentel).



272



273



274



275



276



277

Fig. 272 — S. Frutuoso (M. Mach. de Castro); Fig. 273 — S. Torcato (M. do Sem. de Braga);
Figs. 274 e 275 — S. Torcato (M. Alb. Sampaio); Fig. 276 — Sta. Maria da Arosa
(M. Alb. Sampaio); Fig. 277 — S. Frutuoso (Capela).



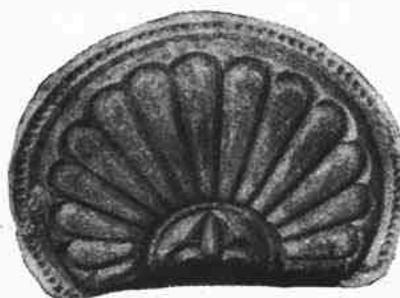
278



279



280



281



282



283

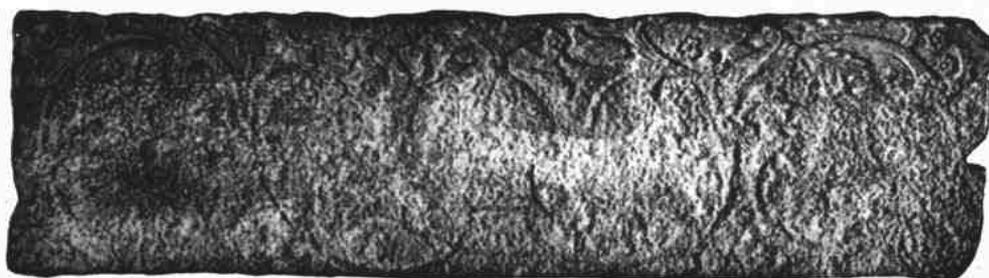
Fig. 278 — Souto, Terras do Bouro (M. do Sem. de Braga); Figs. 279 e 280 — Duas Igrejas, V. Verde (M. do Sem. de Braga); Figs. 281 e 282 — S. Torcato (Igreja); Fig. 283 — Brito, Guimarães (M. Alb. Sampaio).



284



285



286



287

Figs. 284 a 286 — Braga (Sé, foto Pelicano); Fig. 287 — Reconstituição da frente do sarcófago (Salgado Dias).



288



289

Figs. 288 e 289 — Dume (Museu da Biblioteca Pública, de Braga).



290



291



292

Fig. 290 — Lisboa (Sé); Figs. 291 e 292 — Chelas, Lisboa (Museu do Carmo).



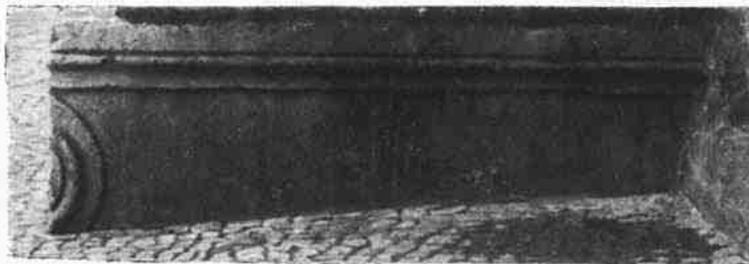
293



294

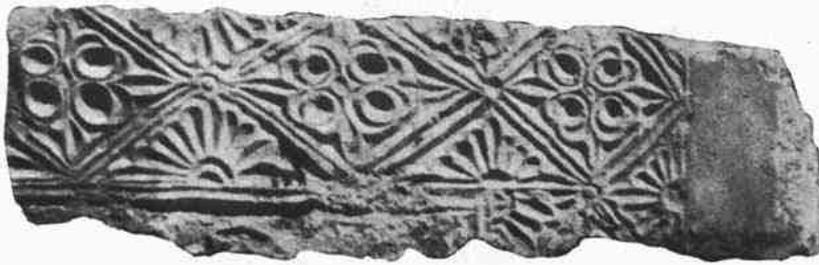


295



296

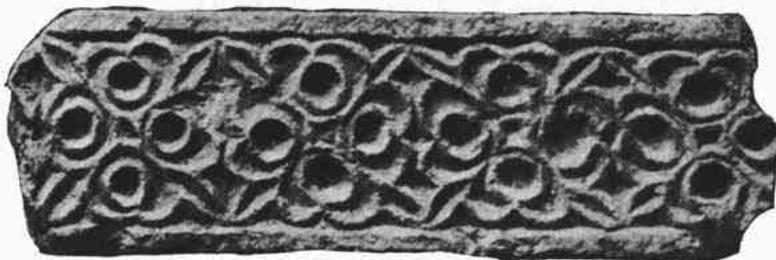
Fig. 293 — Chelas, Lisboa (M. do Carmo); Figs, 294 a 296 — Lisboa (Sê).



297

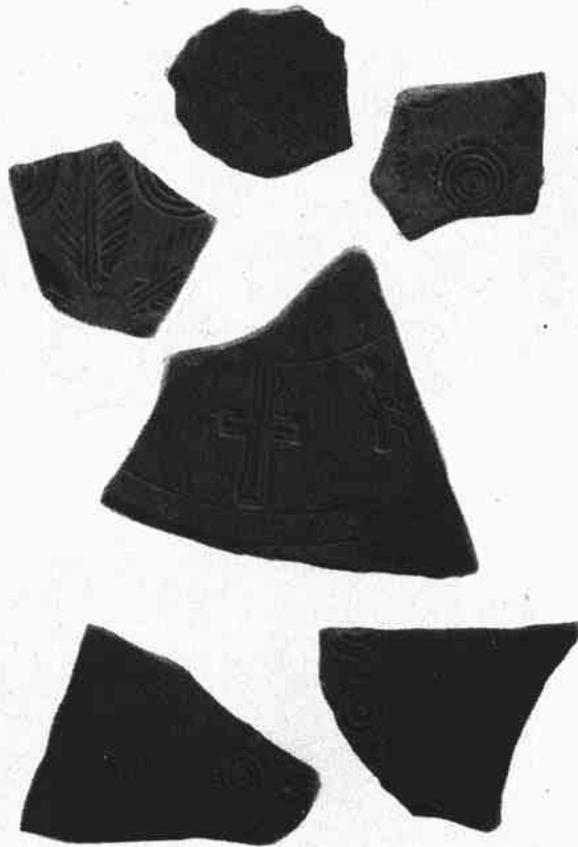


298



299

Fig. 297 — Chelas, Lisboa (M. do Carmo); Figs. 298 e 299 — Lisboa (M. Municipal).



300



301

Fig. 300 — Marim, fragmentos de cerâmica (M. Etnol.); Fig. 301 — Herdade da Salsa, Serpa, fragmentos de «dolum», com inscr. (col. de J. Mourão, Jor.).



302

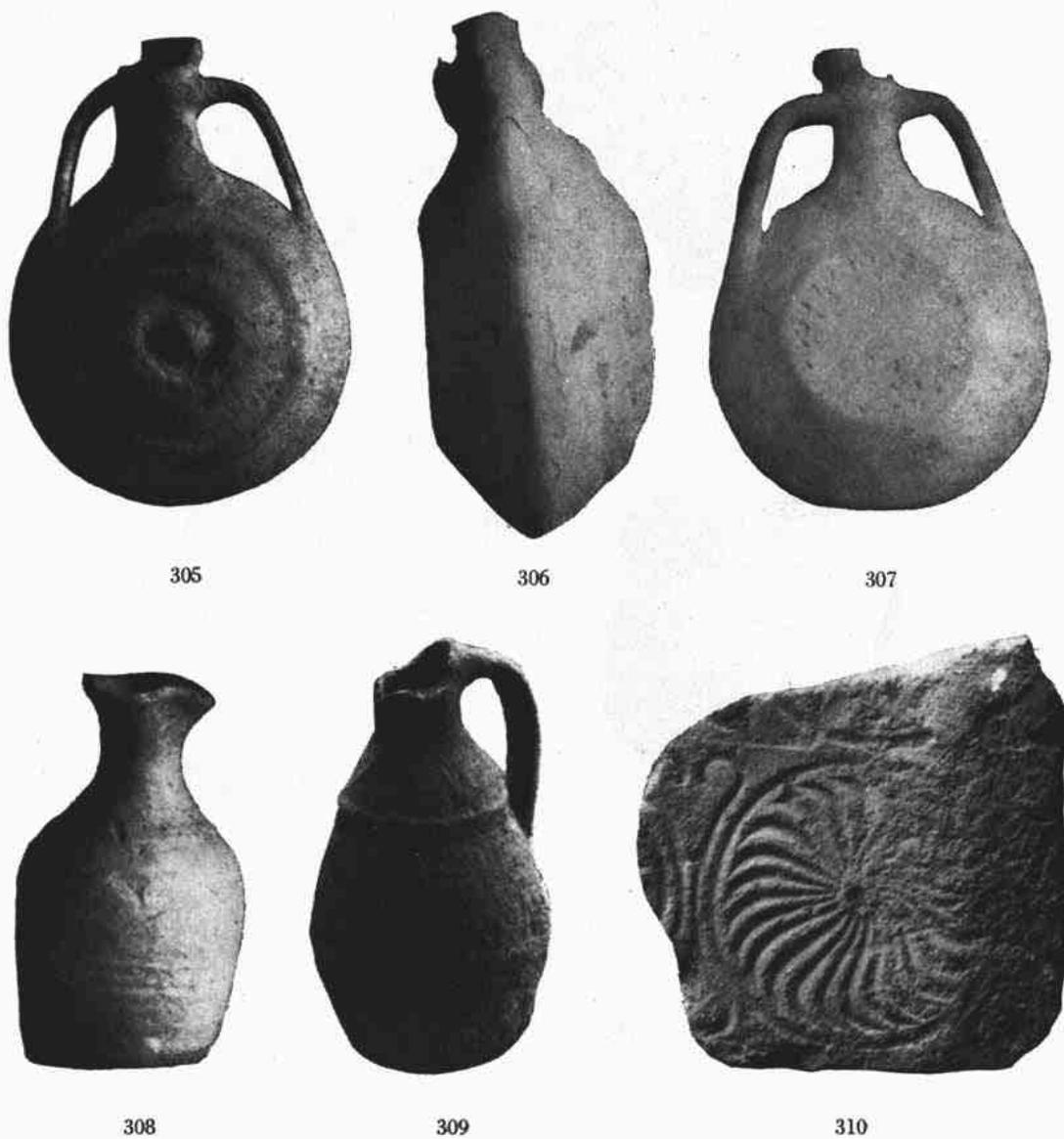


303



304

Figs. 302 a 304.— Milreu (Estoi), cerâmica (Museu Etnol.).



Figs. 305 a 307 — Algarve (M. Etnol.); Fig. 308 — Mértola (M. Etnol.); Fig. 309 — Alcantarrilha (col. Ramalho Ortigão); Fig. 310 — Táboa (M. Martins Sarmento).



311



312



313

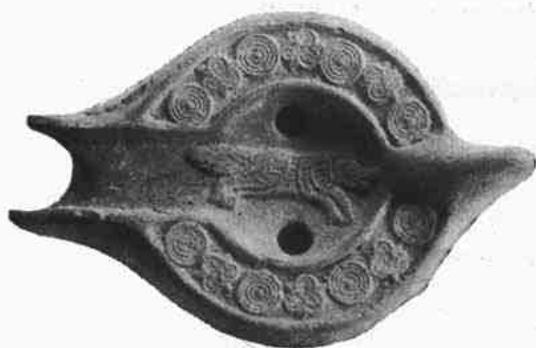
Fig. 311 — Igreja de Sta. Maria, Beja (M. Etnol.); Figs. 312 e 313 —
Cemitério visigótico de Mértola (M. Etnol.).



314



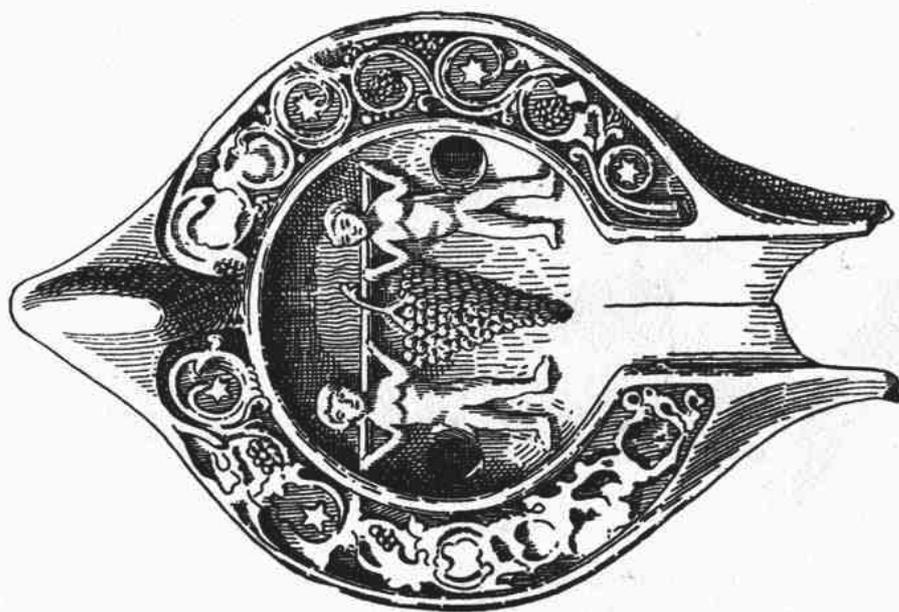
315



316

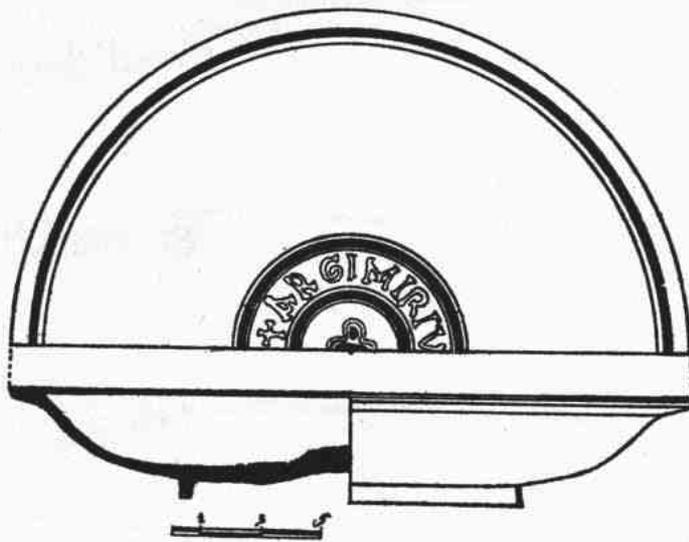


317



318

Figs. 314 a 317—Cemitério visigótico de Mértola (M. Etnol.); Fig. 318—Tróia, Setúbal (M. Etnol., seg. Leite de Vasconcelos).



319



320



321

Fig. 319—Safail, Vila do Conde (col. Rebelo de Carvalho, seg. Russell Cortez); Fig. 320—Castro da Tropa, Vila do Conde (? , seg. R. Cortez); Fig. 321—Castro de Fontes, Sta. Marta de Penaguião (seg. R. Cortez).



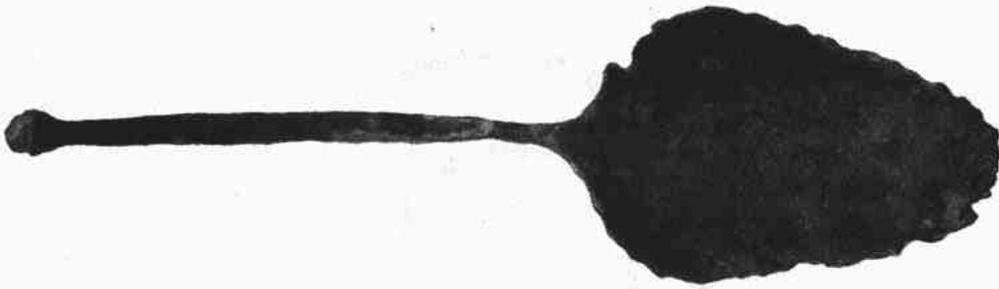
322



323



324



325



326



327

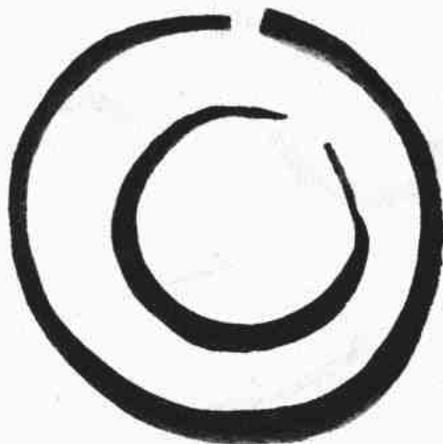
Fig. 322 — Terrugem, Elvas (? , seg. P.^o Silva Louro); Figs. 323 e 324 — Senhora da Luz, Lagos (M. de Lagos, seg. Abel Viana, J. Formoso e Veiga Ferreira); Figs. 325 e 326 — Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 327 — Alcaria, Monchique (M. de Lagos, seg. Abel Viana, J. Formosinho e Veiga Ferreira).



328

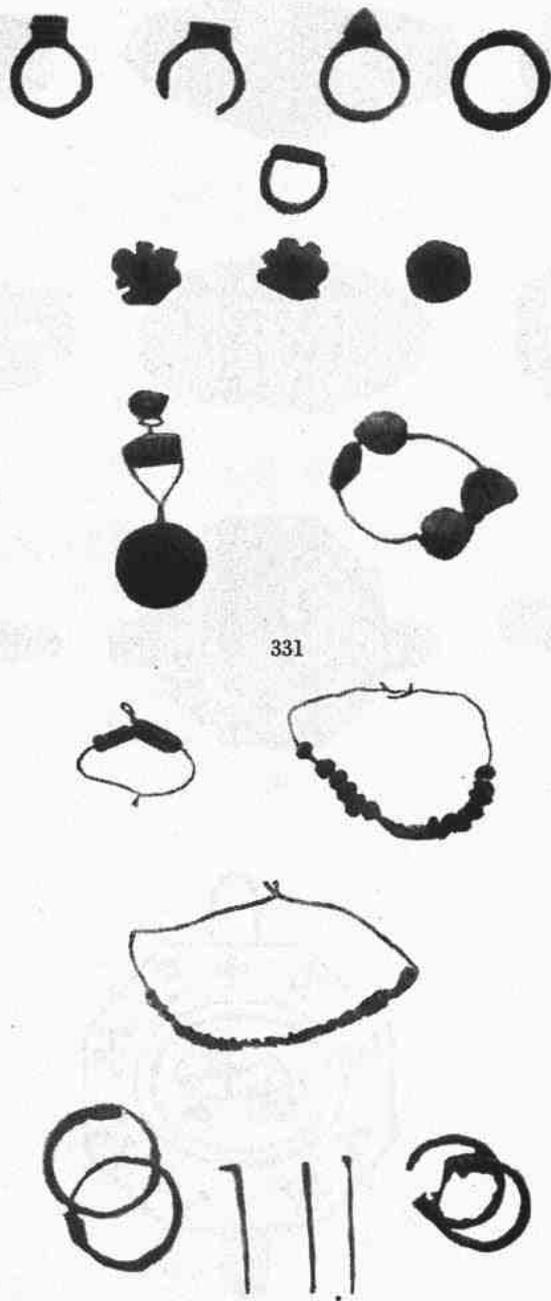


329



330

Figs. 328 e 329 — Mértola (M. Etnol.); Fig. 330 — Abujarda, Cascais (M. Etnol.).



331

332

Fig. 331 — Marim e Abujarda (M. Etnol.); Fig. 332 — Algarve (M. Etnol.).



333



334



335



336



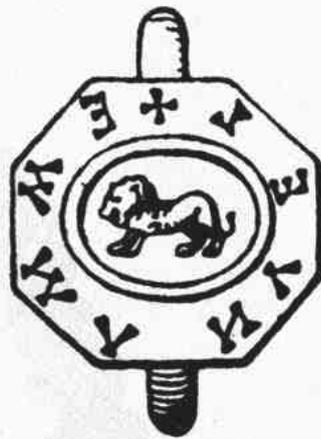
337



338



339



340

Figs. 333 a 337 — Abujarda, Cascais (M. Etnol.); Fig. 338 — Ega (M. Etnol.); Figs. 339 e 340 — ? (M. Soares dos Reis, seg. Vergilio Correia e Pedro Victorino).

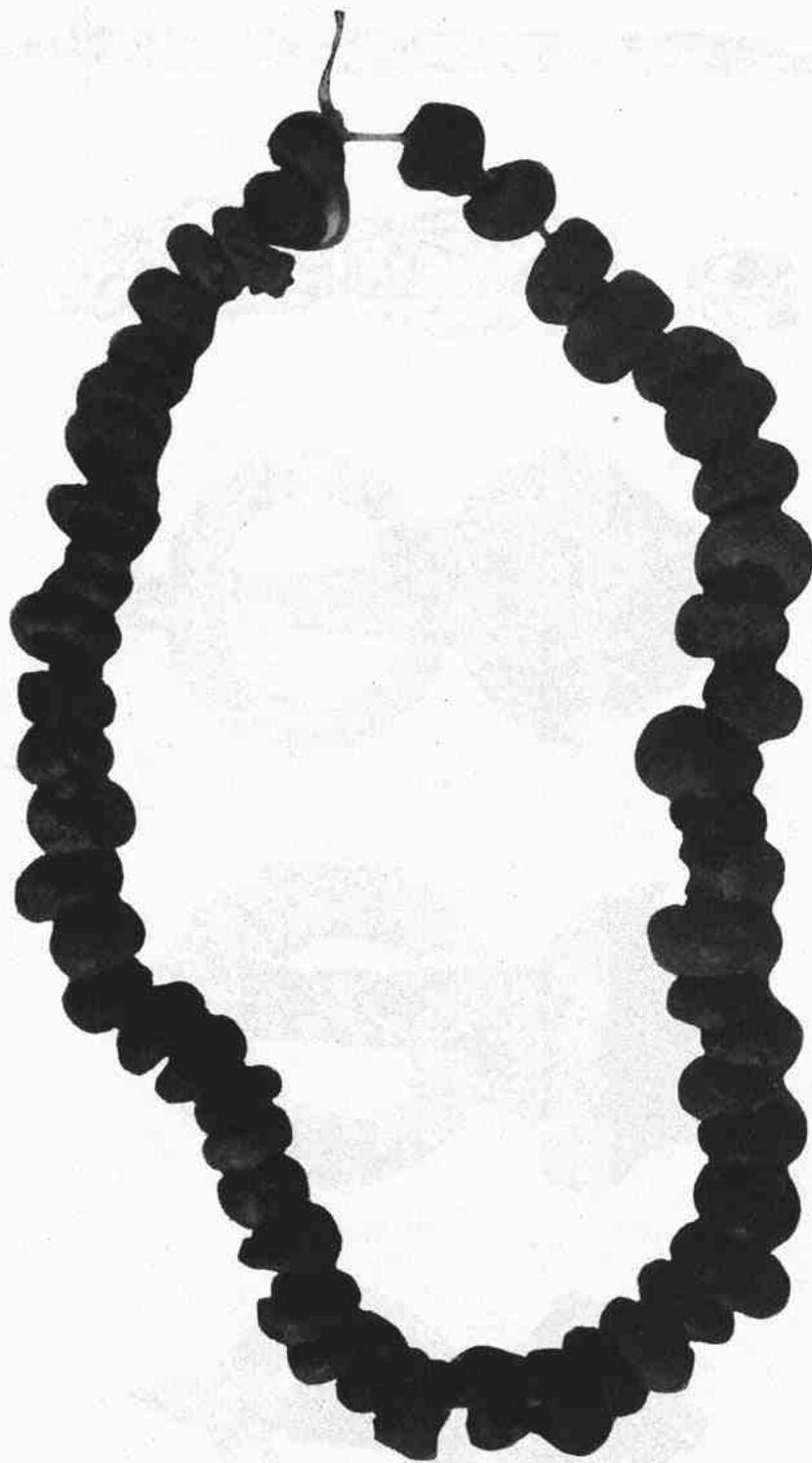


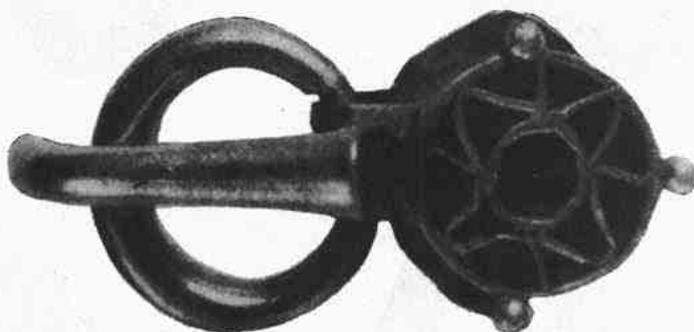
Fig. 341 — Conímbriga (M. Etnol.).



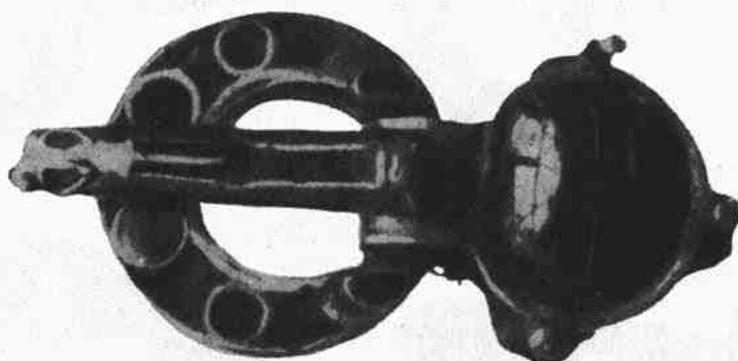
342



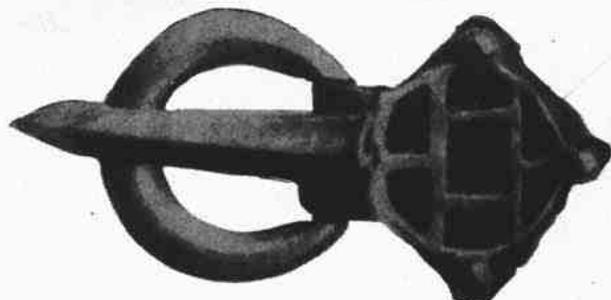
343



344

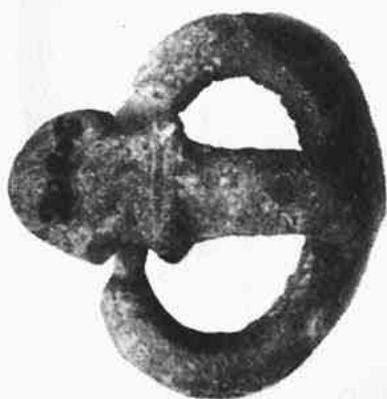


345



346

Fig. 342 — Beja (Museu, seg. Raddatz); Fig. 343 — Beja, pormenores da espada (M. Etnol., seg. Raddatz); Figs. 344 e 345 — Beja (M. Etnol., seg. Raddatz); Fig. 346 — ? (M. British Museum, seg. Zeiss).



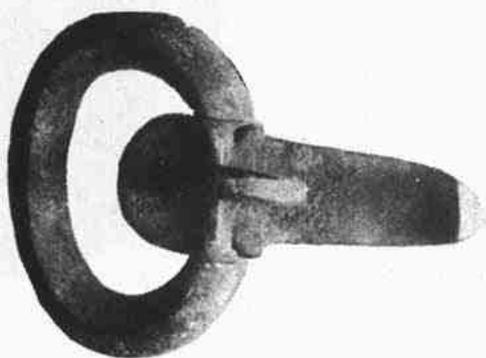
347



348



349



350



351

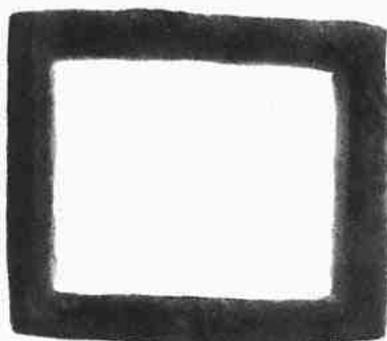


352

Figs. 347 e 348 — Abujarda, Cascais (M. Etnol.); Figs. 349 e 350 — Balsa (col. Joaquim Pacheco);
Fig. 351 — Sta. Eulália, Montemor-o-Velho (M. Etnol.); Fig. 352 — Conímbriga (M. Etnol.).



353



354



355



356



357

Figs. 353 e 354 — Milreu, Estoi (M. Etnol.); Fig. 355 — Marim, Olhão (M. Etnol.); Fig. 356 — Montemor-o-Velho (M. Etnol.); Fig. 357 — ? (M. Etnol.).



358



359

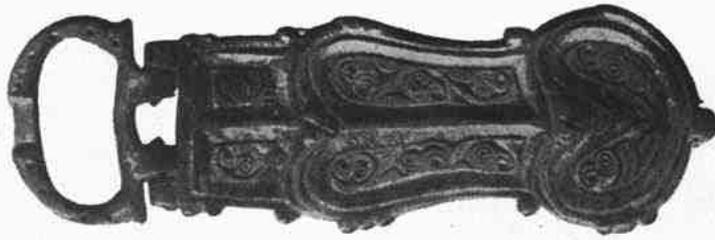


360



361

Figs. 358 e 359—Abujarda, Cascais (M. Etnol.); Figs. 360 e 361—
Retorta, Loulé (M. Etnol.).



362



363



364



365

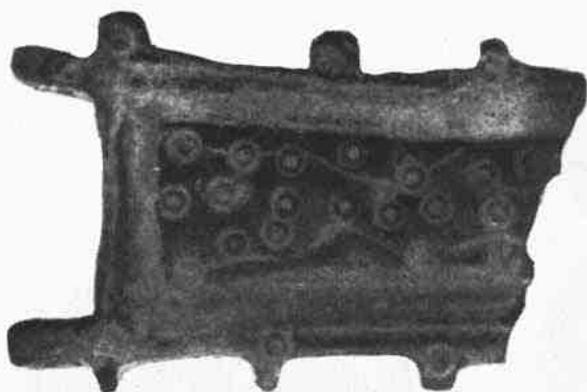
Fig. 362 — Chaves (M. Martins Sarmiento, seg. Mário Cardozo); Fig. 363 — Fontalva, Elvas (M. dos Serv. Geológicos); Fig. 364 — Cascais (Museu); Fig. 365 — Salvaterra do Extremo (M. Etnol.).



366



367



368



369



370



371



372



373

Fig. 366 — Bensafrim (M. Fig. da Foz); Fig. 367 — S.ta Marinha do Zêzere (M. Etnol.); Fig. 368 ? (M. do Carmo); Fig. 369 — Conímbriga (M. Etnol.); Figs. 370 e 372 — ? (M. Etnol.); Fig. 371 — Portimão (M. Etnol.); Fig. 373 — Milreu (M. Etnol.).



374



375



376



377

Fig. 374—Idanha-a-Velha (Museu); Fig. 375—S. Torcato (M. Martins Sarmento); Fig. 376—Leiria (M. Etnol., seg. Leite de Vasconcelos); Fig. 377—Almoçageme, Sintra (M. Etnol.).



378



379



380



381



382



383



384

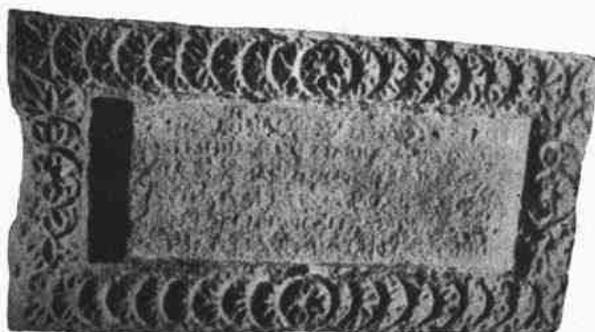
Pilastrinhas da Catedral de Idanha-a-Velha (escavações de Set.-Out. de 1961). Museu de S. Dâmaso, Idanha-a-Velha.



385



386



387

Figs. 385 e 386 — Anverso e reverso da mesa de altar de Idanha-a-Velha (Museu de S. Dâmaso, Idanha-a-Velha); Fig. 387 — Lápide de Torres Novas (fot. do Museu local).

BIBLIOGRAFIA (1)

PRÉ-HISTÓRIA

- * ÅBERG, NILS — *La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Upsala, Paris, 1912.
- * ALMACRO BASCH, M. — *Origen y formación del pueblo hispano*, Barcelona, 1958.
- ALVES PEREIRA, F. M. — *Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos Castros do Alto Minho*. O Arch. Port., XIII, 1908, pág. 202.
- * BLANCO FRELJEIRO, A. — *Origen y relaciones de la orfeberia castreña*, Cuadernos de Studios Gallegos, XXII, 36, Santiago de Compostela, 1957.
- BOSCH GIMPERA, PEDRO — *La arqueologia preromana hispánica* (apêndice à tradução da «Hispania», de Schulten), Barcelona, 1920.
— *Los Celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica*, Bol. de S. E. de Excursiones, XXIX, 4.º trimestre, Madrid, 1921.
— *Relaciones entre el arte ibérico y el griego*, Arch. de Prehist. Levantina, I, 1929.
- * CABRÉ ACUIRRE, JUAN — *El tesoro de Chão de Lamas*, Actas y Memórias de la Sociad. Españ. de Antropologia, Etnog. y Prehistoria, VI, Madrid, 1927, pág. 263.
— *Arte rupestre gallego y portugués*, Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais, Lisboa, 1916.
- ** CAMON AZNAR, JOSÉ — *Las Artes y los pueblos de la España Primitiva*, Madrid, 1954.
- CARDOZO, MÁRIO — *Jóias arcaicas encontradas em Portugal*, Seminário de Estudos Galegos, La Coruña, 1930.
— *Jóias áureas protohistóricas da Citânia de Briteiros*, rev. «Petrus Nonius», I, Lisboa, 1938.
- * — *Citânia de Briteiros*, Guimarães, 1939.
— *Una pieza notable de la orfebreria primitiva*, Arch. Esp. de Arqueologia, n.º 47, 1942.
— *Antiguidades transmontanas. Fragmentos de um torques*, Rev. de Guimarães, LIII, 1943.
— *Novo achado de jóias pré-romanas*, Rev. de Guimarães, LIV, 1944, pág. 19.
— *Citânia de Sabroso. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante*, Guimarães, 1948.
- * CARTAILHAC, E. — *Les âges pré-historiques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, 1886.
- CASTRO NUNES, JOÃO DE — *Novos elementos para o estudo da arte castreja em Portugal*, Rev. de Guimarães, LXVIII, Guimarães, 1958.
- * DÉCHELETTE, J. — *Manuel d'Archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine*, tomo II, 3.ª parte, Paris, 1914.
- FORTES, JOSÉ — *Duas jóias arcaicas*, Portugália, II, Porto, 1905-08, pág. 412.
- FOX, CYRIL — *Pattern and Purpose. A survey of celtic art in Britain*, Cardiff, 1958.
- HELENO, MANUEL — *Jóias pré-romanas*, Ethnos, I, 1935, pág. 229.
- * LOPEZ CUEVILLAS, FLORENTINO — *Las joyas castreñas*, Madrid, 1951.
- MARTINS SARMENTO, F. — *A arte mycenica no Noroeste da Península*, Portugália, I, 1899-1903.
- * MENDES CORREIA, A. A. — *A Lusitânia pré-romana*, História de Portugal, de Damião Peres, I, Barcelos, 1928, pág. 77.
- PARIS, PIERRE — *Essai sur l'Art et l'Industrie de l'Espagne primitive*, I, Architecture, Sculpture, 1903.
Idem, II, Céramique, figures en bronze, etc., 1904.
— *Promenades archéologiques en Espagne*, Paris, 1910.
- * PIJOAN, JOSÉ — *El Arte prehistórico europeo*, Summa Artis, VI, 2.ª ed., Madrid, 1946.
- * RAU, VIRGÍNIA — *La toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques*, Compt. r. au Congrès Int. de Géographie, Lisboa, 1949.

(1) Citamos unicamente os trabalhos consultados para a elaboração da obra. Levam * ou ** aqueles que foram mais utilizados.

- * SEVERO, RICARDO — *O Thesouro de Lebução*, Portugália, II, Porto, 1905-08, pág. 1.
 - *Os braceletes d'ouro de Arnozella*, idem, idem, pág. 63.
 - *Os torques de Almoester*, idem, idem, pág. 72.
 - *Os torques de Serrazes*, idem, idem, pág. 107.
 - *O bracelete de Tellões*, idem, idem, pág. 107.
 - *As arrecadas de ouro de Castro de Laundos*, idem, idem, 403.
- SEVERO, RICARDO e ARTUR CARDOSO — *Monte da Cividade*, Revista de Guimarães, II, 1885.
- TEIXEIRA, CARLOS — *Os torques do Castro de Lanhoso*, Porto, 1939.
- * VEIGA, ESTÁCIO DA — *Antiguidades monumentais do Algarve*, Lisboa, 1886-1891.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

- * ALBUQUERQUE, J. PINA MANIQUE e — *Mapa da Galiza Sueva*, Bracara-Augusta, IX-X, 1958-1959.
- ALMEIDA, EDUARDO DE — *S. Torcato. Algumas notas dispersas*, Rev. de Guimarães, XXXIII, 1923.
- ALMEIDA, FORTUNATO DE — *História da Igreja em Portugal*, I, Coimbra.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) — *Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, IX, Porto, 1934.
- AMADOR ARRAIZ, FR. — *Mértola, cidade do antigo Lácio*, Arquivo de Beja, II, 1945.
- AMBRÓSIO DE PINA, A., S. J. — *S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévia*, Brac.-Aug., n.º 1-4, IX-X, 1948-54.
- * ARÉVALO, FAUSTINO — *Isidoriana*, ed. J. P. Migne, Patrologie latine, 81, Paris, 1862.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS; Ordens Militares, Cristo, Autos de posse dos Comendadores, m. 57, n.º 301.
- * AZEVEDO, LUÍS GONZAGA DE — *História de Portugal*, Lisboa, 1944.
- AZEVEDO, RUI DE — *Período de formação territorial, etc.*, História da Expansão Portuguesa no Mundo, I, Lisboa, 1937.
- * BALIL, A. — *Las invasiones germánicas en Hispania durante la mitad del siglo III d. de C.*, Escola Española de Hist. y Arqueologia, Roma, IX, 1957, pág. 95.
- * BARLOW, C. W. — *Martini episcopi Bracarenensis opera omnia*, P. and M. American Acad. Rome, New Haven, 1950.
- BRÉHIER, LOUIS — *Les Colonies d'Orientaux en Occident au début du Moyen-Âge, du V^e au VIII^e siècle*, Byzantinische Zeitschrift, tomo XII, 1903, pág. 1.
 - *Vie et mort de Byzance*, Paris, 1948.
 - *Les institutions de l'Empire Byzantin*, Paris, 1949.
- * — *La civilization byzantine*, Paris, 1950.
- CARDOZO, MÁRIO — *Inscrições romanas do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra, 1956.
 - *Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra)*, sep. da Rev. de Guimarães, LXVIII, Sintra, 1958.
- CASTELO BRANCO, FERNANDO — *O Reino dos Suevos e a Independência de Portugal*, Brac.-Aug., IX, X, Braga, 1958-59.
- CASTRO, P.º JOÃO BAPTISTA DE — *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo III, 3.º e 5.º, Lisboa, 1870.
- CAGNAT, R. et V. CHAPOT — *Manuel d'Archéologie romaine*, I, Paris, 1916; II, Paris, 1920.
- CHAVES, LUÍS — *Mértola Cristã (Myrtilis)*, Arquivo de Beja, I, Beja, 1944.
- COSTA, P.º AVELINO DE J. DA — *S. Martinho de Dume (XIV centénario da sua chegada à Península)*, sep. de Brac.-Aug., II, 3, Braga, 1950.
- * — *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, I, Coimbra, 1959.

- DAREMBERG, CH. et EDM. SAGLIO — *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, Paris, 1877.
- * DAVID, PIERRE — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, 1947.
- DAWEON, C. — *Les origines de l'Europe et de la civilisation européenne*, Paris, 1934.
- DELGADO ALVES, LUÍS FERNANDO — *Aspectos da Arqueologia em Myrtilis (Mértola)*, Beja, 1956.
- DEMONGEOT, E. — *De l'unité à la division de l'Empire romain*, Paris, 1951.
- DIAZ Y DIAZ, MANUEL C. — *Anecdota Wisigothica*, I, Salamanca, 1958.
- DIÁCONO, PAULO — *Libro de la Vida y Milagros de los Padres Emeritenses*, ed. F. E. T., Cáceres, 1951.
- * DIEHL, CHARLES — *Byzantium: greatness and decline*, New Brunswick, 1957.
- ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, n.º 34.
- FERNANDES LOPES, FRANCISCO — *Bataça e Mirobriga*, Ass. Port. Prog. Ciencia, XIII Congresso, VIII, 1950.
- FERNANDEZ ALONSO, JUSTO — *La cura pastoral en la España romano-visigoda*, Roma, 1955.
- FERREIRA, Monsenhor J. AUGUSTO — *Esboço histórico da extinta diocese de Dume, junto aos muros de Braga*, O Arch. Port., XIII, 1908.
- * — *Fastos episcopales da Igreja Primacial de Braga*, I, Braga, 1928.
- * FESTUCIÈRE, A. J. — *Antioche païenne et chrétienne*, Paris, 1959.
- * FLICHE, A. e V. MARTIN — *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours, IV, de la mort de Théodose à l'élection de Grégoire le Grand (390-590)*, Paris, 1948.
- * — *Idem, V, Grégoire le Grand, les États Barbares et la conquête arabe (390-590)*, Paris, 1938.
- FLOREZ, HENRIQUE — *España Sagrada*, XIII, Madrid, 1816.
- *Idem*, XIV, Madrid, 1758.
- *Idem*, XV, Madrid, 1759.
- * FONTAINE, J. — *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne Wisigothique*, I e II, Paris, 1959.
- * FONTES HISPANIAE ANTIQUAE — Fasc. VIII — *Las fuentes desde César hasta el siglo V D. de J. C.*, Barcelona, 1959. Fasc. IX — *Las fuentes de la época visigoda y bizantinas*, Barcelona, 1947.
- GAMILLSCHEG, E. — *Romanica Germania*, Berlim, 1934.
- * GARCIA VILLADA, ZACARIAS — *História Eclesiástica de España, II (Época visigótica)*, Madrid, 1933.
- * GARCIA Y BELLIDO, A. — *Algunos problemas de arte y cronología ibérica*, Arch. Esp. de Arq., XLVI, 1942, LII, 1943.
- *Archaeological News*, American Journal of Archaeology, 52, 1947.
- * GARVIN, JOSEPH N., C. S. C. — *The Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*, Washington, D. C., 1946.
- GENNADIO — *De viris illustribus*, XXIV, in H. Florez, Esp. Sagrada, XXV, apêndice.
- GHIRSHMAN, R. — *L'Iran. Des origines à l'Islam*, Paris, 1951.
- *Iran*, Pelikan books, A-239.
- * GOUBERT, PAUL — *Byzance et l'Espagne Wisigothique*, Rev. des Études Byzantines, II, 1944.
- * — *L'administration de l'Espagne Byzantine. I — Les Gouverneurs de l'Espagne byzantine*, Rev. des Études Byzantines, III, Bucarest, 1945.
- * — *L'administration de l'Espagne Byzantine. II — Les Provinces*, Rev. des Études Byzantines, tomo IV, Bucarest, 1946.
- * — *L'administration de l'Espagne Byzantine. V — Les diocèses de l'Espagne Byzantine*, Rev. des Études Byzantines, tomo IV, Bucarest, 1946.
- * — *Influences Byzantines sur l'Espagne Wisigothique*, Rev. des Études Byzantines, tomo IV, Bucarest, 1946.

- ** — *Le Portugal byzantin*, Bull. des Études portugaises de l'Institut Français au Portugal, nouv. série, tomo XIV, Coimbra, 1950.
— *Byzance avant l'Islam*, I e II, Paris, 1951-1956.
- GUIMARÃES, ALFREDO — *Guimarães*, Public. Comem. das Festas Centenárias da Fund. de Portugal, Porto, 1940.
- GUIMARÃES, OLIVEIRA (Abade de Tagilde) — *Couto de S. Torquato*, Rev. de Guimarães, XVIII, 1906.
- HADDAD, G. — *Aspects of social life in Antioch in the Hellenistic-Roman period*, 1949.
- * HUBERT, H. — *Les Germains*, Paris, 1926 (public. em 1952).
- * HÜBNER, EMILE — *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, Berlim, 1900.
- IGLESIA ALVARIÑO, AQUILINO — *Três escritores romanos de la Gallecia en busca de su patria*, Bracara-Augusta, IX-X, 1958.
- LAMBRINO, SCARLAT — *Le dieu lusitanien Endovellicus*, Bull. des Études Portugaises, 1952.
- * — *Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas*, Bull. des Études Portugaises, 1953.
- LATOUCHE, R. — *Les origines de l'Économie occidentale (IV, XI siècles)*, Paris, 1956.
- LAURENT, J. — *L'Arménie entre Byzance et l'Islam depuis la conquête arabe jusqu'en 886*, Paris, 1919.
- LEAL, A. B. DE PINHO — *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, s. d.
- LEAL, MANUEL PEREIRA DA SILVA — *Memórias para a história eclesiástica do Bispado da Guarda*, Lisboa, 1729.
- LEBEAU — *Histoire du Bas Empire*, IX, Paris, 1928.
- LEMOS, A. SANDE — *Santa Maria de Ossónoba*, sep. do Jornal «Correio do Sul», n.ºs 1946-48, Faro, 1955.
- LEVY-PROVENÇAL, É. — *Histoire de l'Espagne Mussulmane*, I, Paris, 1950.
- * LOT, FERDINAND — *La fin du monde antique et le début du Moyen-Âge*, 2º ed., Paris, 1951.
- LOT, FERDINAND, C. PFISTER et F. L. GANSHOF — *Les destinées de l'Empire en Occident de 395 à 888*, I, 1ère part. de l'Histoire du Moyen-Âge, col. Glotz, 1941.
- MARTINS SARMENTO, F. — *Materiais para a Arqueologia e Concelho de Guimarães*, Dispersos, Coimbra, 1933, pág. 191.
- MEMORIAS PAROCHIAES — *Sines, S. Torpes*, tomo XXXV, 1758.
- * MENDES CORREIA, A. — *O Domínio romano*, História de Portugal, de Damião Peres, I, Barcelos, 1928, pág. 215.
— *Raízes de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1944.
- MENENDEZ PIDAL, RAMON — *España Visigoda, Introducción, História de España*, III, Madrid, 1940.
- MILES, GEORGE C. — *The coinage of the Visigoths of Spain. Leovigild to Achila II*, New York, 1952.
- MONCEAUX — *Mémoires pour le Centenaire des Antiquaires de France*, 1904.
- MONFORTE, FR. MANUEL DE — *Chronica da Provincia da Piedade...*, 1696, ed. de Lisboa, 1751. Capit. XXX, págs. 228, 247.
- * MONTERO DIAZ, SANTIAGO — *Introducción a las Etimologías, de Santo Isidoro de Sevilla*, Madrid, 1951.
- MUNDO, ANSCARI — *Il monachesimo nella penisola iberica fino al secolo VII, questioni ideologiche e letterarie, Actas della IV Settimana di Studi, Centro italiano di Studi sull'alto medioevo*, 1956, Spoleto, 1957.
- NEVES, JOÃO DA CUNHA e CARVALHO PORTUGAL — *Memória sobre os últimos tempos da dominação romana em Espanha e numa parte do território que hoje é Portugal*. Memórias da Academia Real das Sciencias, classe de sciencias moraes e politicas e belas letras, nova série, tomo I, parte II.

- ** NEWTON DE MACEDO, F. — *O Domínio germânico*, História de Portugal, de Damião Peres, i. Barcelos, 1928.
- OLIVEIRA, MARIA FRANCISCA DE — *Contribuição para o estudo das divisões eclesiásticas visigóticas*, IV Cong. da Ass. para o Prog. das Ciências, Porto, 1943.
- OLIVEIRA, P.º MIGUEL DE — *A Epigrafia Cristã em Portugal*, Lisboa, 1941.
- * — *História Eclesiástica de Portugal*, 2.º ed., Lisboa, 1948.
- *As paróquias rurais portuguesas*, Lisboa, 1950.
- OTERO PEDRAYO, R. — *Guia de Galicia*, 3.ª ed., Vigo, 1954.
- ** PALOL SALELLAS, P. DE — *Romano-cristianos y visigodos*, Ampurias, XII, 1950.
- * PARCA, LUIS VAZQUEZ DE — *La division de Wamba*, Madrid, 1943.
- PAÇO, AFONSO DO — *Inscrição cristã do Monte-Velho (Beirã-Marvão)*, Brotéria, XLIX, Lisboa, 1949.
- * PIGANIOL, A. — *Histoire romaine* (II partie, t. IV), col. Glotz. *L'Empire chrétien*, 1947.
- * PINTO, SÉRGIO DA SILVA — *O Bispo de Braga Balcónio e a primeira Conversão dos Suevos*, sep. de «Braga» — Bol. do Arq. Municipal, vol. I, n.º 13, Braga, 1949.
- * — *Requiário de Braga. O primeiro rei católico do orbe latino*, sep. de Brac.-Aug., V, n.º 1 (26), Braga, 1954.
- PLÍNIO, C. — *Naturalis Historia*, trad. e coment. de A. Garcia y Bellido, *La España del siglo I de nuestra era segundo P. Mela y C. Plinio*, ed. Austral, Buenos Aires, s. d.
- * POULET, D. CHARLES — *Histoire de l'Église*, I, Paris, s. d.
- QUILES, ISMAEL — *San Isidoro de Sevilla*, Buenos Aires, 1945.
- * RAU, VIRGÍNIA — *Raízes antigas da Nacionalidade*, Independência, 11 a 13, Lisboa, 1953.
- REINHART, WILHELM — *Die swabischen und westgotischen Münzen als kulturhistorische Denkmäler*, Germania, 25, 1941, pág. 188.
- * — *La tradición visigoda en el nacimiento de Castilla*, Homenaje a R. Menendez Pidal, I, Madrid, 1950.
- *História General del Reino Hispánico de los Suevos*, Madrid, 1952.
- RIEGL, A. — *Industria artistica tardorromana*, Firenze, 1953.
- RISCO, VICENTE — *História de Galicia*, Vigo, 1952.
- ROSÁRIO, FREI ANTÓNIO DO, O. P. — *Teologia da Conversão na conversão do Rei Requiario dos Suevos*, Brac.-Aug., n.ºs 1-4 (39-42), 1958-59.
- ROSÁRIO, FREI DIOGO DO — *História das vidas e feitos heroycos e obras insignes dos Sanctos*, Coimbra, 1577 (cit. por M. Martins em «A vida cultural de S. Frutuoso»).
- SALGADO, VICENTE — *Memórias Eclesiásticas do Algarve*, Lisboa, 1786.
- ** SALIN, EDOUARD — *La civilisation Mérovingienne*, I, II e III, Paris, 1950-1957.
- SAMPAIO, ALBERTO — *As «vilas» do Norte de Portugal*, Estudos Históricos e Económicos, Portugalíia, I, Porto, 1898.
- SANT'IAGO, FR. FRANCISCO DE — *Chronica da Santa Provincia de N. Senhora da Soledade*, Lisboa, 1762.
- * SAN ISIDORO DE SEVILHA — *Etimologias*, introd. de Santiago Montero Diaz, Madrid, 1951.
- * SCHLUNK, HELMUT — *Relaciones entre la Península Ibérica y Bizancio durante la época visigoda*, Arch. Esp. Arq. XVIII, n.º 60, 1945, pág. 177.
- STERN, H. — *Recueil Général des Mosaïques de la Gaule*, I, Gaule, Belgique, I, Paris, 1957.
- TÁCITO, CORNÉLIO — *La Germania*, coment. por Alfredo Pais, Torino, 1890.
- TORRE DO TOMBO — *Inquirições de D. Afonso III*, Liv.º I, fls. 135v.
- *Inquirições de D. Dinis*, Liv.º IV, fls. 32v.
- *Inquirições de D. Dinis*, Liv.º VII, fls. 86v.
- *Chanc. de D. Manuel*, Liv.º 29, fls. 88.
- *Tombo das Comendas*, n.º 142, fls. 76 a 77.

- *Diccionario Geographico de Portugal*, 1758.
 — *Tombo dos bens e direitos da Comenda da Nossa Senhora da Conceição da vila de Idanha-a-Velha*, da Ordem de Cristo, fls. 9v e 10.
- * TORRES, MANUEL Y RAMÓN PRIETO BANCES — *Instituciones económicas, sociales y político administrativas de la Península Hispánica durante los siglos V, VI y VII*, Hist. de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940.
- * URBEL, DOM JUSTO PÉREZ DE — *Las letras en la época visigoda*, Hist. de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940.
- ** URBEL, PEREZ DE Y ARCO Y GARAY — *La iglesia en la España Romana*, Hist. de Esp., de M. Pidal, II, Madrid, 1935.
- * VELOSO, FRANCISCO JOSÉ — *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, ed. n.º 12 de Bracara-Augusta, Braga, 1950.
- VIMARANIS — *Monumenta Histórica*, ed. da Câmara M. de Guimarães, da Soc. Martins Sarmento e do Abade de Tagilde, 1908.
- * VIVES, JOSÉ — *Inscripciones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, Barcelona, 1942.
- WEINHOLTZ, JUSTINO DE BRION — *Santa Maria de Harum e as suas lendas de amor*, sep. do «Correio do Sul», Faro, 1947.
- * WISSOWA, PAULY'S-G. — *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, Stuttgart, 1893.

HISTÓRIA DAS INVASÕES

- * ABERG, NILS — *Die Franken und Westgoten in der Volkerwanderungszeit*, Upsala, Leipzig, Paris, 1922.
 — *Goten und Langobarden in Italien*, Upsala, 1923.
- * AGUIRRE, BLAS TARACENA — *Las invasiones germánicas de la segunda mitad del siglo III después de J. C.*, Primer Congr. Intern. de Pirenaístas, Zaragoza, 1950.
- BENINGER, EDUARD — *Der Westgotisch-alanische Zug nach Mitteleuropa*, Leipzig, 1931.
- * BLOCH, MARC — *Les invasions: deux structures économiques*, Annales d'histoire sociale, VII, 1945.
- COURCELLE, P. — *Histoire littéraire des grandes invasions germaniques*, 1948.
- COURTOIS, CHRISTIAN — *Les Vandales et l'Afrique*, Paris, 1955.
- * HALPHEN, LOUIS — *Les Barbares*, Paris, 1948.
- LATOUCHE, R. — *Les grandes invasions et la crise de l'occident au V^e siècle*, Paris, 1947.
- LITTRÉ, É. — *Études sur les Barbares et le Moyen-Âge*, Paris, 1883.
- ** LOT, FERDINAND — *Les invasions germaniques*, Paris, 1945.
- MARTROYE, F. — *L'Occident à l'époque byzantine, Goths et Vandales*, Paris, 1904.
- PERCHERON, MAURICE — *Les conquérants d'Asie*, Paris, 1951.
- ** REINHART, WILHELM — *Sobre el asentamiento de los visigodos en la Península*, Arch. Esp. de Arqueología, n.º 59, Madrid, 1945.
- RICHE, PIERRE — *Les Invasions Barbares*, Paris, 1958.
- ** SCHMIDT, L. — *Geschichte der deutschen Stämme*, t. I e II, München, 1941.
 * — *Histoire des Vandales*, Paris, 1953.
- SCHNEIDER, H. — *Germanische Altertumskunde*, München, 1951.
- * TARRADEL, M. — *Sobre las invasiones germánicas del siglo III de J. C.*, Estudios Clásicos, XV, Madrid, 1956.
- ** TORRES, MANUEL — *Las invasiones y los reinos germánicos de España (Años 409-711)*, Hist. de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940.

ARQUEOLOGIA E ARTE PALEOCRISTÃS

- ALEXANDER, MARGARET A.—*The Symbolism of Christianity*, Archaeology (The Archaeological Institute of America), 4, 1950.
- BABB, ALPHONS A.—*Mensa sacra. Der Marmordiskus von Donners-Kirchen*, Jahreshfte des Österreichischen Arch. Institute, XXXIX, Wien, 1952.
- BEIGBEDER, OLIVIER—*La symbolique*, Paris, 1957.
- BENOIT, FRANÇOIS—*Sarcophages paléochrétiens d'Arles et de Marseille*, 1954.
- BOVINI, G.—*I Sarcofagi paleocristiani della Spagna*, Città del Vaticano, 1954.
—*Il mosaico paleocristiano dalle origini alla metà del V secolo*, Corsi di Cultura sull'Arte Ravenate e Bizantina, I, Ravenna, 1957.
- BRAUN, J.—*Die Christliche Altar*, München, 1924.
- * BRÉHIER, LOUIS—*L'Art Chrétien*, Paris, 1928.
- ** CABROL, D. F. et D. H. LECLERCQ—*Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie*, Paris, 1903.
- CIRLOT, J. EDUARDO—*Diccionario de simbolos tradicionales*, Barcelona, 1958.
- CONRAD, J. R.—*Le culte du taureau*, Paris, 1961.
- CROISSET, P.^o, S. J.—*Ano cristão*, trad. do P.^o Matos Soares, vol. IV, Porto, 1923.
- DUCHAUSSOY, JACQUES—*Le bestiaire divin*, Paris, 1958.
- DYGGVE, EJNAR—*History of Salontan Christianity*, Oslo, 1951.
- FONTAINE, J.—*Un sarcófago cristiano de Córdoba coetaneo de Osio*, Arq. Esp. de Arq., XX, 1947, pág. 96.
- * FREMERSDORF, FRITZ—*Ältestes Christentum*, Kölner Jahrbuch für Vor- und Frühgeschichte, 2. Band, 1956, pág. 7.
- ** GAUCKLER, PAUL—*Basiliques chrétiennes de Tunisie*, Introd. de Paul Monceaux, Paris, 1913.
- GERKE, FRIEDRICH—*Die christlichen Sarkophage der Vor-Konstantinischen Zeit*, 1940.
- GRABAR, ANDRÉ—*Martyrium. Recherches sur le culte des reliques et l'Art chrétien antique*, Paris, 1946.
- GRIFFE, ÉLIE—*La Gaule chrétienne à l'époque romaine*, I, II, Toulouse, 1947.
- GSELL—*Monuments antiques de l'Algérie*, II, 1901.
- HEURGON, JACQUES—*Le trésor de Ténès*, Paris, 1958.
- HUGUET, PEDRO BATLE—*Fragments de un sarcófago paleocristiano con escenas de S. Pedro, descubierto en Tarragona*, Bol. Arq. Tarraconense, 53, 1943, pág. 12.
—*Arte paleocristiano*, Ars Hispaniae, II, Madrid, 1947.
- * LACERDA, AARÃO DE—*O fenómeno religioso e a simbólica*, Porto, 1924.
- * LANTIER, RAYMOND—*Les arts chrétiens de la péninsule ibérique et de l'Afrique du Nord*, An. del Cuerpo Fac. de Arch., Bibl. y Arqu., III, Madrid, 1935, pág. 257.
- LASSUS, J.—*Remarques sur l'adoption en Syrie de la forme basilicale pour les églises chrétiennes*, Atti del IV Congresso Internazionale d'Archeologia Cristiana, I, Roma, 1940.
—*Les sanctuaires chrétiens de la Syrie*, Paris, 1947.
- * LECLERCQ, H.—*Manuel d'archéologie chrétienne*, Paris, 1907.
- LEONARDI, C.—*Il simbolo della vite nell'arte pagana e paleocristiana*, «Ephemerides liturgicae», sectio historica, 23, Roma, 1947.
- LEROUX—*Les origines de l'édifice hypostyle*, 1913, citado por E. Mâle na História General del Arte, Barcelona, 1958, *El arte cristiano después de la paz con la Iglesia*.
- MALLARDO, O.—*La vite negli antichi monumenti cristiani di Napoli e della Campania*, Riv. di Archeologia Cristiana, 25, Roma, 1949.
- MÂLE, EMILE—*El arte de las catacumbas y de la epoca de las persecuciones*, História General del Arte, Barcelona, 1958.

- * — *El arte cristiano después de la paz con la Iglesia*, *Historia General del Arte*, Barcelona, 1958.
- *Caractéristiques de l'Art Copte*, Florence, 1922.
- ** MARTIGNY, ABBÉ — *Dictionnaire des Antiquités Chrétiennes*, Paris, 1865.
- MARUCCHI, ORAZIO — *Manuale di Archeologia Cristiana*, Roma, 1908.
- ** MEER, F. VAN DER and CHRISTINE MOHRMANN — *Atlas of the Early Christian World*, trad. e ed. de M. F. Hedlund e H. H. Rowley, 1959.
- ** MOREY, CH. R. — *Early christian Art. An outline of the evolution of style and iconography in sculpture and painting from antiquity to the eight century*, Princeton, 1922.
- *The Sarcophagus of Claudia Sabina and the Asiatic Sarcophagi*, Sardes, 1924.
- * NEUSS, WILHELM — *Die Apokalypse des Hl. Johannes in der altspanischen und altchristlichen Bibel — Illustration (Das problem der Beatushandschriften)*, Münster in Westfalen, 1931.
- NOLL, RUDOLF — *Frühes Christentum in Österreich*, Wien, 1954.
- PALOL SALELLAS, P. DE — *Una representació del Martirium de Jesucristo en el Museo Lapidario de Narbona*, Archivo de Prehistoria Levantina, V, 1954.
- * — *El Baptisterio de la basilica de Tebessa y los altares paleocristianos circulares*, Ampurias, XVII-XVIII, Barcelona, 1955-1956.
- PANAZZA, GAETANO — *Lapidi e Sculture paleocristiane e pre-romaniche de Pavia*, Torino, 1953.
- * PERKINS, WARD and GOODCHILD — *The Christian Antiquities of Tripolitania*, Oxford, 1953.
- * PIJOAN, JOSÉ — *Arte cristiano primitivo*, Summa Artis, VII, 2.ª ed., Madrid, 1947.
- * POINSSOT, L. et R. LANTIER — *L'Archéologie Chrétienne en Tunisie*, Rel. al III Congresso Internazionale di Archeologia Cristiana, 1920-1932, pág. 387.
- * RÉAU, LOUIS — *Iconographie de l'Art Chrétien*, I, Paris, 1955.
- SCHLUNK, HELMUT — *Kunst der Spätantike in Mitteleuropa*, Berlin, 1939.
- *El sarcófago de Castiliscar y los sarcófagos españoles del siglo IV*, Príncipe de Viana, VIII, 1947, pág. 7.
- *El arte de la época paleocristiana en el S. E. Español: la sinagoga de Elche y el «martyrium» de la Alberca*, Crónica del III Cong. Arqueol. del S. E. español, Murcia, 1947, Cartagena, 1948.
- * — *Un taller de sarcófagos cristianos en Tarragona*, Arq. Esp. de Arq., 24, 1951, pág. 67.
- * — *El mausoleo de Centelles*, com. al III Congr. d'Art du Haut Moyen-Âge, Paris, Dijon, 1952.
- SCHUBERT, H. VON — *Geschichte der christlichen Kirche im früh Mittelalter*, Tübingen, 1921.
- TESTINI, P. — *Archeologia Cristiana*, ed. Desclée, Roma.
- VAZQUES DE PARCA, LUIS — *Joyas bajoromanas y de la temprana Edad Media. Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional (1940-45)*, Madrid, 1947.
- VERZONE, P. — *L'architettura religiosa dell'alto medioevo sull'Italia Settentrionale*, Milano, 1942.
- VORAGENE JACQUES DE — *La Légende Dorée*, trad. de Teodor de Wyzewa, Paris, 1810.
- * WALTERS ART GALLERY — *Early Christian and Byzantine Art*, Baltimore, 1947.
- ZOVATTO, PAOLO LINO — *Architetture paleocristiane della Venecia in epigrafi commemorative*, Pordenone, 1958.

ARTE E ARQUEOLOGIA DE BIZANCIO — RAVENA — SICILIA

- AGNELLO, GIUSEPPE — *L'architettura rupestre Bizantina in Sicilia*, Atti del V Congresso Internaz. di Studi Bizantini, II, Roma, 1940, págs. 3-18.
- *Sculture bizantine della Sicilia*, Siculorum Gymnasium, 1952.
- * — *L'architettura bizantina in Sicilia*, Firenze, 1952.
- *Sculture bizantine della Sicilia*, Siculorum Gymnasium, 1954.
- * — *Sculture bizantine della Sicilia*, sep. do Siculorum Gymnasium, 1957.

- BAYET, CHARLES — *L'Art Byzantin*, Paris, s. d.
- BRÉHIER, LOUIS — *L'Art Byzantin*, Paris, 1924.
- * CECHELLI, CARLO — *Le varie teorie sulle origini dell'arte bizantina — I: Oriente, o Roma?*, Corsi di cultura sull'arte Ravennate e Bizantina, I, Ravenna, 1957.
- * DALTON, O. M. — *Byzantine Art and Archeology*, Oxford, 1911.
- DEICHMANN, FRIEDRICH W. — *Studien zur Architektur Konstantinopels*, Baden-Baden, 1956.
— *Caratteristiche dell'Architettura Bizantina in Oriente*, Corsi di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina, II, Ravenna, 1957.
- * DIEHL, CHARLES — *Manuel d'Art Byzantin*, I e II, Paris, 1925 e 1926.
— *L'Art Chrétien primitif et l'Art Byzantin*, Paris et Bruxelles, 1928.
- DUPRÉ-THÉSEIDER, E. — *Ravenna Capitale*, Corsi di cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina, Ravenna, 1957.
- DYGGVE, EJNAR — *Mausoleo di Teodorico: le origini della cupola*, Corsi di cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina, II, Ravenna, 1957.
- EBERSOLT, JEAN — *Orient et Occident. Recherches sur les influences byzantines et orientales en France avant et pendant les croisades*, Paris, 1954.
- GASPARD, A. — *L'apport de Byzance en Suisse*, Lausanne, 1953.
- * GRABAR, ANDRÉ — *La décoration byzantine*, Paris, 1928.
- HAMILTON, J. ARNOTT — *Byzantine Architecture and Decoration*, Londres, 2.^a ed., 1956.
- LAWRENCE, M. — *The Sarcophagi of Ravenna*, 1954.
- LEMERLE, PAUL — *Le style byzantin*, col. Larousse, Paris, 1943.
- MAILLART, D. — *L'art byzantin. Son origine, son caractère et son influence sur la formation de l'art moderne*, Paris, s. d.
- MARTIN, HENRI — *L'Art Byzantin*, Paris, 1930.
- * MÂLE, EMILE — *Los origenes del arte bizantino*, *História General del Arte*, Barcelona, 1958.
- * — *El siglo VI. El Arte en la época de Justiniano*, *História General del Arte*, Barcelona, 1958
- MICHELIS, P. A. — *Esthétique de l'Art Byzantin*, Paris, 1959.
- MURATORI, SANTI — *Il R. Museo Nazionale di Ravenna. Itinerari dei Musei e Mon. d'Italia*, Roma, 1937.
- ORSI, P. — *I fermagli di cintura*, Sicilia Bizantina, Roma, 1942.
- OSTROCORSKY, GEORGES — *Histoire de l'État Byzantin*, Paris, 1956.
- PESSANHA, D. JOSÉ — *A arquitectura bizantina*, Lisboa, 1904.
- * PIJOAN, JOSÉ — *Arte Bizantino, hasta el saqueo de Constantinopla por los Cruzados el año 1204*, *Summa Artis*, VII, 2.^a ed., Madrid, 1947.
- * RICE, TALBOT — *Byzantine Art* (Pelican Book), Londres, 1954.
- ROTH, KARL — *História del Império bizantino*, 2.^a ed., Barcelona, 1928.
- * RUNCIMAN, STEVEN — *La civilisation byzantine*, Paris, 1952.
- SIMSON, OTTO G. VON — *Sacred fortress. Byzantine Art and Statecraft in Ravenna*, Chicago, 1948.
- SOTIRIOU, G. — *Guide du Musée Byzantin d'Athènes*, Atenas, 1955.
- WERNER, JOACHIM — *Byzantinische gürtelsschnallen des 6. und 7. Jahrhunderts aus der Sammlung diergardt*, *Kölner Jahrbuch für Vor- und Frühgeschichte*, 1 Band, Berlin, 1955, pág. 36.
- ZELOZIECKI, W. — *El problema del renacimiento bizantino y su relación occidental*, *Invest. y Progreso*, 1932.

ARQUEOLOGIA E ARTE BÁRBARAS

- ÅBERG, NILS — *The Occident and the Orient in the Art of the Seventh Century Lombard Italy*, Stockholm, 1945.
- ANSOLEAGA, FLORENCIO DE — *El cementerio franco de Pamplona*, Pamplona, 1914.

- * ARBMAN, HOLGER — *Verroterie cloisonnée et filigrane*, Meddel från Lunds Universitets Hist. Museum, 1950.
- BAYE, BARON DE — *De l'influence de l'art des Goths en Occident*, 1891.
- BOUFFARD, P. — *Le casque à bandeaux du Lac Léman au Musée National Suisse*, Revue suisse d'art et d'archéologie, 10, 1948-49.
— *Necrópoles burgondes de la Suisse*, Genova-Nyon, 1945.
- * BRÉHIER, LOUIS — *L'Art en France, des invasions barbares a l'époque romane*, Paris, s. d.
- DANNHEIMER, H. — *Fränkische Gräber aus Hellmitzheim, Ldkr. Scheinfeld (Mittel franken)*, Germania, 36, 1958, Heft 3/4, 1958, pág. 392.
- DRESCHEN — *Die Herstellung von Fidbelspiralen*, Germania 33, 1955, pág. 340.
- FLAVY, BARRIÈRE — *Les arts industriels des peuples barbares de la Gaule*, Paris, 1901.
- GÖTZE, A. — *Gotische Schnallen*, 1907.
- HOLMQUIST, WILHELM — *Kunstprobleme der Merovingezeit*, Stockholm, 1939.
— *Germanic Art during the First Millenium, A. D.*, Stockholm, 1955.
- * JANSE, O. — *Le travail de l'or en Suède à l'époque mérovingienne*, Orléans, 1922.
- JENNY, W. A. — *Die Herkunft der germanischen Tierornamentik des frühen Mittelalters*, Jahrbuch des Deuts. Arch. Inst., 1934.
— *Die Kunst der Germanen im frühen Mittelalter*, Berlin, 1940.
- JESSUP, RONALD — *Anglo-Saxon Jewellery*, London, 1950.
- KENDRICH, T. S. — *Style in early Anglo-Saxon ornament*, Spek, 1934.
- KRUGER, EMIL — *Zwei neue Grabmalquader mit Reliefdarstellungen in Trier*, Germania, 17, 1939, pág. 22.
- * KÜHN, H. — *Die germanischen Bügelfibeln der Völkerwanderungszeit*, Bonn, 1940.
- LEEDS, E. T. — *Celtic ornament in the British Isles down to A. D. 700*, Oxford, 1933.
— *Early Anglo-Saxon Art and Archeology*, Oxford, 1936.
— *A corpus of early Anglo-Saxon great square-headed Brooches*, Oxford, 1949.
- NOLL, RUDOLF — *Bronzebüstchen einer Germanin*, Germania, 19, 1935, pág. 236.
- PANGER, FRIEDRICH — *Das Germanische Tierornament und der Stil der Stabreimepik*, Germania, 5, 1921, pág. 80.
- PAULOVICS, ST. — *Germanen darstellungen aus dem swedisch — marcomannischen Kreis*, Mannus, 26, 1934, nota em Germania, 19, 1935, pág. 147.
- * PIJOAN, JOSÉ — *Arte bárbaro e prerrománico desde el siglo IV hasta el año 1000*, Summa Artis, VIII, 2.ª ed., Madrid, 1948.
- * SCHAFFRAN, E. — *Die Kunst der Langobarden in Italien*, Jena, 1941.
- SCHULZ, WALTER — *Ein germanischer Bestattungsplatz der Spätromischen Kaiserzeit*, Berlin, 1953.
- * SHETELIC, H. — *The origin of the Scandinavian Style of Ornament during the Migration Period*, Archaeologia, 76, 1927.
— *Classical Impulses in Scandinavian Art from the byzantin Period to the Viking Age*, Oslo, 1949.
- SPROCKHOFF, ERNEST — *Ein germanischer Grabfund der Völkerwanderungszeit aus Schwerin (Mecklenburg)*, Germania, 18, 1944, pág. 43.
- SOYTER, G. — *L'Art et l'industrie d'art de l'Allemagne du Moyen-Âge ont-ils subi l'influence de Byzance?*, Rev. des Études Byzantines, VIII, Paris, 1951.
- VARAGNAC, ANDRÉ, A. D. TOLEDANO, G. FABRE et M. MAINJONET — *L'Art Gaulois, Zodiaque*, Paris, 1956.
- VEECK — *Ein alamanisches Frauengrab aus Schweningen a. N.*, Germania, 23, 1939, pág. 40.
- WELKOF, IVAN — *Ein Gotenfestung bei Sadowetz (Vo dbulgarien)*, Germania, 19, 1935, pág. 149.
- WERNER, JOACHIM — *Ein Ostgotische Prunkschnalle von Köln-Severinstor*, Kölner Jahrbuch für Vor- und Frühgeschichte, 3. Band, 1958, págs. 56-61.

ARTE VISIGÓTICA

- ** AZNAR, JOSÉ CAMÓN — *Arquitectura Cristiana primitiva, visigoda y asturiana*, Cartillas de Arquitectura Española, Madrid, 1929.
— *Tejidos visigodos de la necropolis de Castiltierra*, Anuario del Cuerpo Facultativo, de Archiv., Bibliot. y Arqueologos. Homenaje a Mérida, II, Madrid, 1934.
- ** — *El Arte hispanovisigodo*, Hist. de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940, pág. 433.
— *Arquitectura Pre-románica Española*, XVI Cong. Int. d'Hist. de l'Art. Rap. et com. I, Lisboa, Porto, 1949.
- * BENOIT, FRANÇOIS — *L'Architecture. L'Orient Médiéval et Moderne*, Paris, 1912.
- BERNARD, BEVAN — *História de la Arquitectura Española*, Barcelona, 1950.
- BEYER, H. WOLFGANG — *Der Syrische Kirchenbau*, Berlín, 1925.
- CALZADA, ANDRÉS — *História de la Arquitectura Española*, 2.^a ed., Barcelona, 1929.
- CARNAT, GERMAIN — *Le fer à cheval à travers l'Histoire et l'Archéologie*, Lausanne, 1951.
- COUTO, FARINA — *Notas sobre motivos ornamentales visigóticos: el ladrillo con relieves*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arq., 6, Valladolid, 1939-40, pág. 205.
- DECANI, SANDRO — *L'architettura religiosa del Medioevo occidentale. L'alto medioevo*, Milano, s. d., 1956.
- DIRINGER, DAVID — *The illuminated book, its history and production*, New York, s. d.
- DOUVILLIER, J. — *L'ambon ou bema dans les textes de l'église chaldéenne et l'église syrienne au Moyen âge*, Cahiers archéologiques, VI, 1952.
- * FERRANDIS, JOSÉ — *Artes decorativos visigodos*, Hist. de Esp., M. Pidal, III, Madrid, 1940.
- * FOCILLON, HENRI — *L'Art d'Occident*, Paris, 1955.
- ** GÓMEZ-MORENO, M. — *Excursión a través del arco en herradura*, Cultura Española, III, 1906.
— *Misceláneas*, Santa Eulália de Bóveda, Madrid, 1949.
- GRABAR, ANDRÉ — *Une fresque wisigothique et l'iconographie du silence*, Cahiers archéologiques, I, 1945.
- HAMBIS, LOUIS — *A propos des sceaux-amulettes «nestoriens»*, Arts Asiatiques, III, 1956.
- HUBERT, H. — *L'Art préroman*, 1938.
- KAUTZSCH, R. — *Kapitellstudien*, Berlín, 1936.
- KUHNEL — *Oriente y Occidente en el arte medieval*, Arch. Españ. de Arte, 1942.
- LAMBERT, ÉLIE — *Études médiévales*, II, III, 1956.
- LAVEDAN, PIERRE — *Histoire de l'Art*, II, Paris, 1950.
- * LETHABY, W. R. — *Medieval Art, 312 to 1350*, ed. rev. por Talbot Rice, Londres, 1949.
- LLOPIS, F. MATEU Y — *El arte monetario visigodo. Las monedas como monumentos*, Arch. Esp. de Arq., XVIII, 1945.
- ** MÁLE, EMILE y C. CID — *El arte pre-románico*, Hist. Gen. del Arte, Barcelona, 1958.
- ** PALOL SALELLAS, P. DE — *Arqueología paleocristiana y visigoda*, IV Cong. Intern. de Cienc. Prehist. y Protohistoricas, Madrid, 1954.
- ** — *Esencia del Arte Hispánico de época visigoda; romanismo y germanismo*, Spoleto, 1956.
— *La cerámica estampada romano-cristiana*, Crónica del IV Congr. Arqueol. del S. E. Español (Elche, 1948), Cartagena, 1949.
- * PUIG I CADAFALCH — *L'influence byzantine dans la Péninsule Ibérique étudiée dans l'architecture*, Actes du VI^e Congrès International d'Études byzantines, II, Paris, 1951.
- * — *L'art wisigothique et ses survivances*, Paris, 1961.
- REINHART, WILHELM — *Los anillos hispano-visigodos*, Arch. Esp. de Arq., XX, 1947.
- ROSTOVITZEFF, M. I. — *Iranians and Greeks in South Russia*, Oxford, 1922.
— *The Animal style in South Russia and China*, Princeton, 1959.

- SANTA-OLALLA, JULIO MARTINEZ — *Sobre como usaron la fibula los visigodos*, Investigación y Progreso, VI, n.º 12, Madrid, 1932.
 — *Zur Tragweise der Bügelfibel bei den Westgoten*, Germania, XVII, 1, 1933.
- * — *Esquema de la arqueología visigoda*, Investigación y Progreso, VIII, 1934.
 — *Grundzüge einer westgotischen Archäologie auf der Pyrenaeenhalbinsel*, Forschungen und Fortschritte, 11, n.º 10, Berlin, 1935.
- SCHLUNK, HELMUT — *Observaciones en torno al problema de la miniatura visigoda*, Arch. Esp. de Arte, XVIII, 1945, pág. 241.
- ** — *Arte visigodo*, Ars Hispaniae, II, Madrid, 1947.
- STRZYGOWSKY, JOSEPH — *Koptische Kunst. Service des Antiquités de l'Égypte*. Cat. g.^{al} des Ant. égypt. du Musée du Caire, XII, Wien, 1904.
 — *Die Baukunst der Armenier*, 1918.
- ** — *Asiens bildende Kunst*, 1930.
- ** — *L'ancien Art chrétien de Syrie*, Étude préliminaire, de Gabriel Millet, Paris, 1936.
- * SUPLOT, J. — *Papeletas sobre orfebrería bárbara. Hebillas de cinturón visigodas*, Bol. del Seminario de Est. de Arte y Arq., IV, Valladolid, 1934.
- * — *Papeletas de orfebrería bárbara. Fibulas visigodas*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arq., Valladolid, 1936.
- TÁCITO — *De Germania*.
- * VOGÜE, MARQUIS DE — *Syrie centrale, archéologie civile et religieuse*, I e II, 1865-1877.
- WERNER, JOACHIM — *Ornamentation de cuerdas trenzadas en la joyería visigoda del tiempo de las invasiones*, Corona de Estudios, I, Madrid, 1941, pág. 347.
- * ZEISS, HANS — *Los elementos de las artes industriales visigodas*, Anuario de Prehistoria Madrileña, vol. IV-V-VI, 1933-34-35.

ARTE VISIGÓTICA, EM ESPANHA

- ALMACRO BASCH, M. — *Los fondos visigodos del Museo Arqueológico de Barcelona*, in «Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales», varios n.ºs.
 — *Algunas falsificaciones visigodas*, Ampurias, III, 1941.
 — *Otro jarrito de ritual visigodo*, Ampurias, IV, Barcelona, 1942.
 — *Nuevos fragmentos del tesoro de Torredonjimeno*, «Memorias de los Museos Arqueológicos Nacionales», 9-10, 1948-49.
 — *Una pieza de arnés hispanovisigoda en el Museo Arqueológico de Barcelona*, Ampurias, XXI, Barcelona, 1959.
- ARTIÑANO, PEDRO MIGUEL DE — *Una patena de vidrio visigoda*, Arch. Esp. de Arte y Arqueología, IV, 1928.
- BREYER, JACOB — *A propósito de un freno de caballo visigótico de la Armería Real de Madrid*, Corona de Estudios, I, Madrid, 1941.
- CABRÉ AGUILÓ, JEAN — *El Tesorillo visigodo de trientes de las excavaciones del plan nacional de 1944-45 en Zorita de los Canes (Guadalajara)*, Madrid, 1946.
- CAMÓN AZNAR, JOSÉ — *El visigotismo de Quintanilha de las Viñas*, Bol. del Semin. de Est. de Arte y Arqueología, VII, 1939-40, pág. 123.
- CASTRO, JOSÉ VILLA AMIL Y — *Iglesias gallegas de la Edad Média*, Madrid, 1904.
- CORNIDE, J. — *Antigüedades de Cabeza de Griego*, Mem. de la Real Acad. de la Hist., III, 1793.
- DURAN, FELIX — *La escultura medieval catalana*, Madrid, s. d.
- FARRÉS, O. GIL — *Nuevo broche visigodo, de cinturón*, Crónica del VI Cong. Arqueol. del Sudeste, Cartagena, 1951.
- FILGUEIRA VALVERDE, JOSÉ Y ALFREDO GARCÍA ALEN — *Materiales para la cartá arqueológica de la Provincia de Pontevedra*, s. d.

- * FRISCHAUER, A. S. — *Altspanischer Kirchenbau*, Berlin, Leipzig, 1930.
- GALLO, GRATIANO NIETO — *Exploraciones arqueológicas en la provincia: La necrópolis visigoda en Alcazaren (Valladolid)*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arq., Valladolid, XII, fasc. XL a XLII, 1945-46.
- GODIN, SATURIO FERNÁNDEZ y JOSÉ PÉREZ DE BARRADAS — *Excavaciones en la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid)*, Madrid, 1931.
- JUNYENT, F. — *Las iglesias de la antigua sede de Egara*, Tarrasa, 1951.
- ** LAMPÉREZ y ROMEA, V. — *Historia de la Arquitectura Cristiana Española en la Edad Media*, I, Madrid, 1908.
- LANTIER, R. — *Les jouilles de Sant Cugat del Vallés*, Revue Archéologique, 1933, pág. 341.
- ** LOZOYA, MARQUÉS DE — *El arte paleocristiano y visigótico*, Historia del Arte Hispánico, I, Barcelona, 1931, pág. 171.
- LUENGO, JOSÉ MARIA — *El jarro visigodo de la comisión de monumentos de León*, Anuario prehistórico y arqueológico de la Península Ibérica, Madrid, 1935.
- MANESCAN, S. RIVIERA — *La necrópolis visigoda de Simancas*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arqueología, XIII a XIV, Valladolid, 1936-39, publ. 1940.
- MÉLIDA, JUAN RAMÓN — *Tesoro de Aliceda; noticia del tesoro en particular y de la joyería fenicia en general*, Bol. de la S. E. de Excursiones, 2.º trimestre, 1921.
- * — *Arqueología Española*, 2.ª ed., Barcelona, 1942.
- * MEMÓRIAS DE LOS MUSEOS ARQUEOLÓGICOS (extractos) — I a XVIII. Todos os n.ºs trazem notícias sobre Arte visigótica.
- MERCELINA, C. DE — *La basilica bizantina de Aljezares*, Arch. Esp. de Arqueol., 14, 1940-41. — *El sepulcro de la Alberca*, Cr. del III Cong. Arq. del S. E. español (1947), Cartagena, 1948, pág. 283. — *La necrópolis de Carpio de Tajo*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arq., XV, Valladolid, 1949. — *Memórias de las excavaciones realizadas en las Mesas de Villaverde — El Chorro*, Madrid, 1927.
- MOLINERO PÉREZ, ANTONIO — *La necrópolis visigoda de Duratón (Segovia)*, Madrid, 1948. — *Una nueva necrópolis visigoda en la provincia de Segovia*, Madrona, Arch. Esp. de Arq., 25, 1952, pág. 191.
- MUSEO ARQUEOLÓGICO DE BARCELONA — *Guía de los Museos de España*, II, 1955.
- NAVASCUÉS y DE JUAN, J. M. — *Epigrafes sobre bronce visigodos. I — Jarro de la colección Miro. II — La placa de cinturón de Hinojas del Rey (Burgos)*, Bol. del Sem. de Est. de Arte y Arq., XIV, 1947-48.
- PALOL SALELLAS, P. DE — *Ponderales y exagia romano-bizantinos en España*, Ampurias, XI, 1949. — *Escultura de época hispano-visigoda en Gerona*, sep. de Analecta Sacra Tarraconensia, XXXIII, 1950. — *Fibulas y broches de cinturón de época visigoda en Cataluña*, Archivo Español de Arqueología, 78, Madrid, 1950, pág. 73. — *Los incensarios de Aubenya (Mallorca) y Lladó (Gerona)*, sep. de Ampurias, XII, 1950. — *Algunas piezas de adorno de arnés de época tardorromana y hispano-visigoda*, Arch. Esp. de Arq., 1952. — *Bronces hispano-visigodos de origen mediterráneo. I — Jarritos y patenas litúrgicos*, Barcelona, 1950-52.
- * — *Tarraco Hispano-visigodo*, Tarragona, 1953. — *Cronología de los bronce del «Collet de Sant Antoni de Calonge» (Gerona)*, Psana II, Zaragoza, 1953, pág. 33.

- *Un nuevo fragmento de escultura ornamental hispano-visigoda en Tarragona*, Boletín Arqueológico, LV, 1955.
- *El ponderal bizantino del Seminario de Arqueología de la Universidad de Salamanca*, Zephyrus, VIII, 2, Salamanca.
- *Hallazgos hispano-visigodos en la provincia de Jaén*, sep. de Ampurias, XVII-XVIII, 1955-56.
- * — *Los monumentos paleocristianos y visigodos estudiados en España desde el año 1939 a 1954*, Actes du V^o Congrès International d'Archéologie Chrétienne, Città del Vaticano, Paris, 1957.
- *El pie de altar, de época visigoda, de Santa Creus*, sep. de Boletín Arqueológico, Tarragona, LVII, 1957.
- *Las mesas de altar paleocristianas en la Tarraconense*, sep. de Ampurias, XIX-XX, Barcelona, 1957-58.
- *Bronces con decoración damasquinada en época visigoda*, V Congreso Arqueológico Nacional, Zaragoza, 1959.
- *Las excavaciones de San Miguel del Arroyo*, sep. (?), s. d.
- PEREZ DE BARRADAS, JOSÉ — *Excavaciones en la necrópolis visigoda de Daganzo de Arriba (Madrid)*, Junta Sup. Excav. y Antigüedades, Memoria 114, Madrid, 1931.
- *Excavaciones en Daganzo de Arriba*, Anuário de Prehistória Madrileña, vol. IV-V-VI, 1933-34-35.
- *Necrópolis visigótica de Daganzo de Arriba (Madrid)*, Homenagem a Martins Sarmiento, págs. 277-280, Guimarães, 1933.
- *Excavaciones en la necrópolis visigoda de Vega del Mar (San Pedro Alcántara, Málaga)*, Madrid, 1934.
- *Nuevos datos sobre las excavaciones de Silniana, San Pedro Alcántara (Málaga)*, Anuário de Prehistória Madrileña, Madrid, 1936.
- PERICOT Y GARCIA, LUIS, et al. — *La labor de la Comisaria provincial de excavaciones arqueológicas de Gerona durante los años de 1942 a 1948*, Com. General de Excav. Arq. Informes y Memorias, n.º 27, Madrid, 1952.
- PUIG I CADAFALECH — *La Seu visigótica de Egara*, 2.^a ed., Barcelona, 1936.
- *Noves descobertes a la Catedral de Egara*, Barcelona, 1948.
- SALAS, SATURIO GONZALEZ, O. B. S. — *El Castro de Yecla, en Santo Domingo de Silos (Burgos)*, Madrid, 1945.
- SANCHEZ GIMENEZ, JOAQUIN — *Excavaciones y trabajos arqueológicos en la provincia de Albacete de 1942 a 1946*, Comis. Gen. de Exc. Arqueol. Inf. y Mem., n.º 15, Madrid, 1947.
- SANTA-OLALLA, JULIO MARTINEZ — *Sobre algunos hallazgos de bronce visigóticos en España*, IPEK, 1931, págs. 57-60.
- *Excavaciones en la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia)*, n.º g.^{al} 125, n.º 4, 1932, Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, Madrid, 1933.
- * — *Die Datierung der westgotischen Grabfunde aus Spanien*, Forschungen und Fortschritte, 9, Berlin, 1933.
- *Necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia)*, Madrid, 1933.
- ** — *Notas para un ensayo de sistematización de la arqueología visigoda en España, Periodos godo y visigodo*, Arch. Esp. de Arte y Arq., 10, 1934.
- *Broche de cinturón de Despañaperros (Jaén)*, Anuário de Prehistória Madrileña, IV-V-VI, Madrid, 1936.
- *El cementerio visigodo de Madrid (Capital)*, Anuário de Prehistória Madrileña, IV-V-VI, Madrid, 1936.

- *Westgotische Adlerfibeln aus Spanien*, Germania, 20, 1, 1936.
- *Nuevas fibulas aquilinas hispano-visigodas*, Arch. Esp. Arq., 14, 1940-41.
- *Joyas visigodas falsas en el Museo Arqueológico de Barcelona*, Atlantis, XVI, Madrid, 1941.
- SERNA, HUDOBRO L.— *Contribución al estudio del arte visigótico en Castilla*, Valladolid, 1916.
- SERRA RAFOLS, I. DE — *La «villa Fortunatus» de Fraga*, Ampurias, V, 1943.
- *La «vila» romana de la dehesa de La Cocosa*, Badajoz, 1952.
- *Fasti Archaeologici*, VI, 1953, pág. 390, n.º 5047, fig. 147.
- * SERRA VILARÓ, JUAN — *Excavaciones en la necrópolis romana-cristiana de Tarragona*, Memória, Madrid, 1929.
- SERRANO, MATILDE LÓPEZ — *La escritura y el libro en España durante la dominación del pueblo visigodo*, Hist. de España, de M. Pidal, III, Madrid, 1940.
- SCHLUNK, HELMUT — *La basílica de Alcalá de los Gazules (Cádiz)*, Arch. Esp. de Arq., 18, 1945, pág. 75.
- *Esculturas visigodas de Segóbriga (Cabeza de Griego)*, Arch. Esp. de Arq., 18, 1945, pág. 305.
- *Santa Eulália de Bóveda*, 1949.
- *The Crosses of Oviedo*, The Art Bulletin, 1950.
- TARACENA AGUIRRE, BLAS — *Excavaciones en diversos lugares de la provincia de Soria*, Junta Sup. Excav., Memória 75, Madrid, 1926.
- *Excavaciones en las provincias de Soria y Logroño*. Memória de las excavaciones practicadas en 1925, Madrid, 1927.
- *Excavaciones en la provincia de Soria*, Madrid, 1932.
- *Un ajuar de herramientas visigodos*, Actas de la Soc. EAEP, XIII, Madrid, 1935.
- TOVAR LORENTE, ANTÓNIO, JACQUES SUPIOT Y J. PEREZ VILLANUEVA — *La necrópole visigoda de Piña de Esgueva*, Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología, VI, Valladolid, 1934.
- TULLA, JOSÉ, PIO BELTRAN Y COSME OLIVA, com uma planta de JOSÉ SANS — *Excavaciones en la necrópolis romano-cristiana de Tarragona*, Madrid, 1927.
- VICENT, H. — *Restos visigóticos en Valencia*, Crónica del IV Congr. Arq. del S. E., 1948, Cartagena, 1949, pág. 514.
- WERNER, JOACHIM — *Hallazgos de tipo bizantino en España*, Cuadernos de história primitiva, III, n.º 2, Madrid, 1948.
- ** ZEISS, HANS — *Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich*, Berlin, Leipzig, 1934.
- ** — *Die Chronologie der Westgotischen Grabfunde in Spanien*, I, Madrid, 1934.

ARTE VISIGÓTICA, EM FRANÇA

- BONNET, EMILE — *Répertoire archéologique du Département de l'Érault. Périodes Wisigothique, Carolingienne et Romane*, Montpellier, 1938, pág. 28.
- BRUTAILS — *Les influences de l'Art oriental et les Goths dans le Midi de la France*, Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans, 1907.
- DURLIAT, MARCEL — *Un groupe de sculptures wisigothiques à Narbonne*, Actes des Journées de Poitiers, 1952, Paris, 1953.
- LANTIER, RAYMOND — *Le cimetière wisigothique d'Estagel*, Gallia, I, 1, 1943.
- PALOL SALELLAS, P. DE — *Nuevos bronzes visigodos en el Sur de Francia*, Cr. del VI Congr. Arq. del S. E., Alcoy, 1950, Cartagena, 1951, pág. 248.
- * PERKINS — *The sculpture of wisigothic France*, Archaeologie, 87, 1937.

ARTE VISIGÓTICA, EM PORTUGAL

- * ACUIAR BARREIROS, P. MANUEL D' — *A Capela de S. Frutuoso (Restos da antiquíssima Igreja de S. Salvador de Montélios, séc. VII) em S. Jerónimo de Real — Braga*, Porto, 1919.
 — *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, 1934.
 — *Um sarcófago romano-cristão*, Revista de Arqueologia, I, Lisboa, 1932, pág. 137.
 — *Idem*, ed. Bracara-Augusta, Braga, 1951.
- ALMEIDA, D. FERNANDO DE — *Pedras visigodas de Vera Cruz de Marmelar*, Lisboa, 1954.
 — *Egitânia, História e Arqueologia*, Lisboa, 1953.
 — *Escavações em Odrinhas*, sep. de Com. dos Serv. Geológicos de Portugal, XXXIX, Lisboa, 1958.
 — *Inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, sep. de Com. dos Serv. Geológicos de Portugal, XXXIX, Lisboa, 1958.
 — *Pedras visigodas de Lisboa*, sep. da Rev. de Guimarães, LXVIII, 1958.
 — *Pedras visigodas de Abiul*, Conímbriga, I, Coimbra, 1959.
- ALMEIDA, D. FERNANDO DE e O. DA VEIGA FERREIRA — *Cemitério romano-visigodo (?) de Idanha-a-Velha*, Arch. Español de Arqueologia, XXXI, 97-98, 1958.
- APOLLINÁRIO, MAXIMINO — *Um estudo sobre Tróia de Setúbal*, O Arch. Português, III, 1897.
- CARDOZO, MÁRIO — *Uma estação visigótica (?) no Concelho de Chaves (S. Caetano — Freguesia de Couto de Ervededo)*, Rev. de Guimarães, LII, n.º 3-4, 1942, págs. 237-256.
- * CASTRO E BRITO, DIOGO DE — *Igreja de Santo Amaro de Beja*, Arquivo de Beja, V, Beja, 1948.
- CATÁLOGO DA SECÇÃO LAPIDAR DO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS, Porto, 1941.
- CORREIA, VERGÍLIO — *Etnografia Artística. A roseta sexifolia e o suástica*, Rev. A Águia, XI, 2.ª série, Porto, 1917, pág. 60.
 — *Fechos de cinturão da necrópole de Alcácer do Sal*, Coimbra, 1925.
- ** — *Arte visigótica, História de Portugal*, I, Barcelos, 1928.
 — *Notas sobre o pré-românico coimbrão*, Arte e Arqueologia, I, n.º 3, Coimbra, 1930.
 — *Conímbriga visigótica*, O Instituto, LX, Coimbra, 1936.
 — *Idanha-a-Velha*, Museu, IV, n.º 9, Porto, 1945.
- CORTEZ, F. RUSSELL — *Uma patena sueno-visigótica*, Arch. Esp. de Arq., 69, 1946, pág. 256.
 — *A faca punhal visigótica do Castro da Tropa — Fornos de Algodres*, crónica del II Congreso Arqueológico del Sudeste Español, Albacete, 1946.
 — *Restos arqueológicos de Vila do Conde*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XII, Porto, 1950.
 — *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal — Séculos V a VII (alguns elementos para a sua cronologia)*, sep. de O Instituto, vol. 114, Coimbra, 1950.
 — *Ponteira em ouro dum punhal visigótico de Vila Nova de Paiva*, Ampurias, VII-VIII, 1951.
- * COSTA LIMA, J. DA — *A jóia de Montélios*, Brotéria, XLIII, 6, Lisboa, 1949.
- DIAS DE DEUS, ANTÓNIO, P.º HENRIQUE DA SILVA LOURO e ABEL VIANA — *Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*, Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional (Galícia, 1953), Zaragoza, 1955.
- * FEIO, ALBERTO — *Um sarcófago bizantino da Sé de Braga*, ed. Bracara-Augusta, Braga, 1951.
- * — *A Arte da Alta Idade-Média no distrito de Braga*, ed. Bracara-Augusta, n.º 1-2 (26-27), Braga, 1954.
- FIGUEIREDO, FAUSTO J. A. DE e AFONSO DO PAÇO — *Placa de cinturão visigótica, das grutas de Cascais*, Actas y Memórias de la Soc. Esp. de Antropología, Etnografía y Pré-história, XXII, cuad. 1-4, Madrid, 1947.

- FORMOSINHO, JOSÉ e O. DA VEIGA FERREIRA — *As estações da Idade do Bronze e Visigótica ou Romana (B. Imp.)*, Rev. do Sind. Nac. dos Eng.º Aux., etc., n.º 23, Lisboa, 1947.
- * GAILLARD, GEORGES — *Deux Sculptures Funéraires provenant de Saint-Martin de Dume*, sep. de Brac.-Aug., Braga, 1956.
- * — *Signification de l'art suevo-byzantin*, Brac.-Aug., IX-X, 1958-59.
- GUSMÃO, A. NOBRE DE e D. FERNANDO DE ALMEIDA — *Arte visigoda em Portugal* (exposição de fotografias e desenhos), Porto, 1955.
- * HELENO, MANUEL — *Sarcófago romano da região de Vila Franca de Xira*, Ethnos, III, Lisboa, 1948, pág. 475.
— *Nota*, Ethnos, III, Lisboa, 1948, págs. 494-495.
— *Conferências sobre Torre de Palma*: Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1955; Instituto de Arqueologia, História e Etnologia, Lisboa, 1955, I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1958.
- KORRODI, ERNESTO — *Um monumento bizantino-latino em Portugal*, Bol. da R. Soc. dos Arch. Civ. e Archeologos Portug., 3.ª série, VIII, 1898, pág. 18.
- * LACERDA, AARÃO DE — *Reintegração de um monumento — Capela de S. Frutuoso*, Rev. A Águia, Porto, 1932.
— *História da Arte em Portugal*, I, Porto, 1942, págs. 104 a 143.
- * LAMPEREZ Y ROMEA, V. — *Iglésia visigoda de San Pedro de Balsemão*, Bol. de la Soc. Castellana de Excursiones, VII, n.º 84, 1909.
- LYSTER FRANCO, MÁRIO e ABEL VIANA — *O espólio arqueológico de José Rosa Madeira*, Brotéria, XLI, 5, Novembro, 1945.
- * MARQUES DA COSTA, A. I. — *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal*, O Arch. Port., XXIX, 1930-31.
- MARTIN, JOHN — *Discovery of the remains of a roman villa at Arnal, in Portugal*, London Illustrated News, Sept., 1857, pág. 254.
- * MARTINS, MÁRIO — *O Monumento de S. Frutuoso de Braga*, Coimbra, 1950.
- MENDES CORREIA, A. A. — *Estação Luso-Romana de Fiães*, Rev. de Estudos Históricos, II, n.º 2 Porto, 1925.
— *A necrópole de Parada Todeia*, O Arch. Port., XXVI.
- MIRANDA, ABÍLIO — *Bostelo*, Penafiel, 1955.
— *Freguesia de Melhundos*, O Pena Fidelense, Ano 80, n.º 8, 1957.
- * MONTEIRO, MANUEL — *S. Frutuoso (uma igreja mosarabe)*, Braga, 1939.
- * — *L'Art Pré-roman au Portugal*, Rap. et Com. au XVI Cong. Int. d'Histoire de l'Art, vol. I, Lisboa-Porto, 1949.
- MONTEZ, PAULINO — *Pilares visigóticos do Museu de Beja*, Arquivo de Beja, I, 1944, pág. 213.
- MOURA COUTINHO DE ALMEIDA EÇA, J. DE — *Capela de S. Frutuoso — A sua reintegração*, artigos no jornal Correio do Minho, Braga, 1931.
— *S. Frutuoso de Montélios*, capela visigótica do século VII, Las Ciencias, 10, 1945, págs. 679 e seg.
- * — *S. Frutuoso de Montélios*, III Congresso Nacional de Arqueologia, Galicia, 1953, Zaragoza, 1955, págs. 557 e seg.
- * OLIVEIRA, FRANCISCO DE PAULO E — *Antiquités pré-historiques et romaines des environs de Cascais*, Comunicações à Com. dos Trab. Geológicos, II, Lisboa, 1888, 1892, pág. 85.
- PAÇO, AFONSO DO — *Vestígios da influência germânica no concelho de Cascais*, Braga, 1960.
- PAÇO, AFONSO DO e O. DA VEIGA FERREIRA — *Antiguidades de Fontalva (Elvas)*, Fibula visigótica, Rev. de Guimarães, LXI, 1951.

- PEREIRA, FELIX ALVES — *Antiguidades de Viana do Alentejo*, O Arch. Port., X, Lisboa, 1905.
— *Por caminhos da Ericeira*. O Arch. Port., XXI.
- * PEREIRA, GABRIEL — *O Santuário de Endovéllico*, Revista Arqueológica, III, Lisboa, 1889.
— *A Torre de Alconchel. Estudos diversos*, colectânea, Coimbra, 1934.
- * PESSANHA, D. JOSÉ — *A arquitectura pré-românica em Portugal*, Terra Portuguesa, Ano 1.º Lisboa, 1916, págs. 2 a 4; 50 a 54; 65 a 74; 106 a 110 — Ano 2.º, Lisboa, 1917, págs. 49 a 54.
— *S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, 1927.
- PINTO, RUY DE SERPA — *Restos visigóticos de Elvas e Campomaior*, Rev. A Águia, XX, n.º 2, Março-Abril, Porto, 1932.
- * PINTO, SÉRCIO DA SILVA — *S. Frutuoso de Montêlios. A Igreja mais Bizantina da Península*, Bracara-Augusta, IX-X, 1958-59, Braga, pág. 158.
- * RADDATZ, KLAUS — *Das Völkerwanderungszeitliche Kriegergrab von Beja, Süd Portugal*, sep. Jahrbuch des romisch-germanischen Zentralmuseum, Mainz, 6, 1959.
- * RIBEIRO DA CUNHA, P.º ARLINDO — *Restos de igrejas visigóticas*. Theologica, fasc. I, vol. I, Braga, 1954.
— *Idem — A Arquitectura religiosa pré-islâmica*, Theologica, Braga, 1957.
- * SANTOS, REYNALDO DOS — *História del Arte Português*, Barcelona, 1960.
- SILVA LOURO, P.º HENRIQUE DA — *Inscrição cristã de há 1600 anos encontrada na Terrugem*, Ethnos, III, Lisboa, 1948, pág. 347.
- SIMÕES, AUGUSTO FILIPE — *Relíquias de arquitectura romano-byzantina de Portugal*, Lisboa, 1870.
— *Relatório sobre a Exposição de Arte ornamental (Escriptos diversos)*, 1888.
- SOUSA, J. M. CORDEIRO DE — *Antigualhas do Museu do Carmo*, Rev. de Arqueologia, III, 1936.
- VALDEZ, JOSÉ JOAQUIM D'ASCENÇÃO — *Monumentos archeologicos de Chellas*, Lisboa, 1898.
- VASCONCELOS, J. LEITE DE — *Noticias várias*, O Arch. Port., XIII, 1908.
* — *Religiões*, I, 1901, e III, 1913.
— *Excursão arqueológica à Estremadura Transtagana*, O Arch. Port., XIX, 1914.
— *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa, 1915.
— *Notícias Arqueológicas do Alto Alentejo*, O Arch. Port., XXV, 1921 e 1922.
— *Antigualhas do Museu Etnológico*, Revista de Arqueologia, I, Lisboa, 1932.
- VASCONCELOS, JOAQUIM DE — *Notas sobre Portugal — Arte decorativa portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1908.
* — *Egreja de Balsemão*, com fotog. de Marques Abreu, Arte, n.ºs 39, 40 e 48, Porto, 1908.
* — *Arte Religiosa em Portugal*, Porto, 1914-15.
- VEIGA FERREIRA, O. DA — *Acerca duma pedra visigótica ornamentada*, sep. da Rev. do Sind. Nac. dos Eng.ºs Aux., etc., IV, n.º 47-48, Lisboa, 1950.
- VIANA, ABEL — *Arte romano-visigótica*, Archivo Español de Arqueologia, 63, Madrid, 1946, págs. 93-109.
* — *Visigótico de Beja*, Arquivo de Beja, VI, fasc. III e IV, Beja, 1949.
— *Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro*, sep. da Rev. do Sind. Nac. dos Eng.ºs Aux., etc., n.º 39-46, 1939.
— *Contribuição para a Arqueologia dos Arredores de Elvas*, sep. de Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 1950.
— *A propósito de uma espada do Museu Regional de Beja*, sep. de Rev. de Guimarães, LVIII, 1933, págs. 14, 22 e 24.
— *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, sep. de Arquivo de Beja, XI, 1954.

- *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo*, Bracara-Augusta, IX-X, n.º 1-4, 1958-1959, págs. 7 a 17.
- *Arqueologia dos arredores de Elvas*, sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XII, 3-4, Porto, 1959.
- VIANA, ABEL, A. DIAS DE DEUS e SILVA LOURO — *Apontamentos de estações romanas e visigóticas na região de Elvas*, sep. de *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional*, Galicia, 1953, Zaragoza, 1955.
- VIANA, ABEL, J. FORMOSINHO e O. DA VEIGA FERREIRA — *O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)*, sep. de *Rev. do Sind. Nac. dos Eng.º Aux., etc.*, n.º 33-34, Lisboa, 1949.
- *De lo preromano a lo árabe en el Museo Regional de Lagos*, sep. de *Arch. Esp. de Arqueologia*, Madrid, 1953.
- VICTORINO, PEDRO — *Dois anéis com inscrições*, *Rev. de Arqueologia*, I, Lisboa, 1932, pág. 56.

ARTE MEDIEVAL TARDIA

- * BALTRUSAITIS, JURGIS — *Art Sumérien, Art Roman*, Paris, 1934.
- CAMPS CAZORLA, E. — *Arquitectura Califal y Mozárabe*, Cartillas de Arquitectura Española, Madrid, 1929.
- DAVY, M. M. — *Essai sur la Symbolique Romane (XII^e siècle)*, Paris, 1955.
- ** GÓMEZ-MORENO, M. — *Iglesias mozárabes*, Centro de Estudios Históricos, Madrid, 1920.
- INIGUEZ, DIEGO ANGULO — *Arquitectura Mudejar Sevillana de los siglos XIII, XIV e XV*, Bol. de la Soc. Española de Excursiones, XL, 1932.
- LURÇAT, JEAN — *Le bestiaire de la tapisserie du Moyen-Âge*, Paris, 1947.
- MÂLE, EMILE — *Art et artistes du Moyen-Âge*, Paris, 1927.
- *L'Art Religieux de la fin du Moyen-Âge*, Paris, 1922.
- *L'Art Religieux du XII^e siècle en France*, 9^e ed., Paris, 1928.
- *L'Art Religieux du XIII^e siècle*, Paris, 1923.
- * — *La fin du paganisme en Gaule et les plus anciennes basiliques chrétiennes*, Paris, 1950.
- PALOL SALELLAS, P. DE — *Une broderie catalane d'époque romane: la genèse de Gérone*, *Cahiers Archéologiques*, VIII, Paris, 1956.
- * PUIG I CADAFALCH — *Le premier Art Roman*, Paris, 1928.
- *L'Arquitectura románica a Catalunya*, ed. Institut d'Etudis Catalans, Barcelona.
- REY, R. — *L'Art Roman en ses origines*, Paris, 1945.
- ROBIN, MARCEL et al. — *L'Art Roman du Roussillon*, XXXIV-XXXV, 1947.
- * SANTOS, REYNALDO DOS — *O Românico em Portugal*, Lisboa, 1955.
- * VASCONCELOS, JOAQUIM DE — *Arte romanica em Portugal*, Porto, 1918.

VÁRIOS ASSUNTOS

- ALIGHIERI, DANTE — *Divina Comédia*, trad. de José P. Xavier Pinheiro, Porto, 1916-19.
- BARROS, JOÃO DE — *Geographia d'Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, 1919.
- BASTOS, CARLOS — *Arte ornamental dos tecidos*, Porto, 1954.
- *Indústria e Arte têxtil*, Porto, 1960.
- * BYNE, MILDRED STAPLEY — *La escultura en los capiteles españoles*, ed. Voluntad, Madrid, 1926.
- CORTESÃO, ARMANDO — *Onomástico medieval português*, *O Arq. Port.*, IX, 1912.
- COSTA FERREIRA, ANTÓNIO AURÉLIO DA — *Contribuição antropológica para o estudo de alguns cemitérios antigos de Portugal*, *Rev. de História*, vol. II, Lisboa, 1913.
- COSTA, P.º ANTÓNIO CARVALHO DA — *Corografia Portuguesa*, 2.ª ed., Braga, 1868.

- GUTENBRUNNER, SIEGFRIED — *Die germanischen Götternamen der antiken Inschriften*, Halle, 1936.
- KARGMANN, WILLY — *Der Name der Germanen*, Historische Verlagsbuchhandlung, Wismar, 1933, ref. *Germania*, 18, 1934, pág. 302.
- ** KAUTZSCH, RUDOLF — *Kapitelstudien*, Berlin, 1936.
- KLUGE, F. — *Der Name der Germanen*, *Germania*, 3, 1919, pág. 1.
- NAY, C. J. DELABERE — *Persian rugs and other Oriental rugs*, London, 1953.
- PIEL, JOSEPH — *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa, 1937.
— *O património visigodo da língua portuguesa*, Coimbra, 1942.
- PINA, LUÍS DE — *Contribuição para a antropologia dos povos bracarense*, Rev. de Guimarães, XLII, n.º 1-2, 1932.
- SACHS, G. — *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, Leipzig, u. Jena, 1932.
- SPELTZ, A. — *Les styles de l'ornement*, Milão, 1930.
- STUMPEL, GUSTAV — *Namen und Nationalität der Germanen, Eine neue Untersuchung zu Poseidonius, Caesar und Tacitus*, Leipzig, 1932.